

EXEMPLAR ÚNICO



República Federativa do Brasil



EXEMPLAR ÚNICO

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LII - Nº 080

QUARTA-FEIRA, 14 DE MAIO DE 1997

BRASÍLIA - DF

EXEMPLAR ÚNICO

MESA

Presidente

Antonio Carlos Magalhães – PFL – BA

1º Vice-Presidente

Geraldo Melo – PSDB – RN

2º Vice-Presidente

Júnia Marise – Bloco – MG

1º Secretário

Ronaldo Cunha Lima – PMDB – PB

2º Secretário

Carlos Patrocínio – PFL – TO

3º Secretário

Flaviano Melo – PMDB – AC

4º Secretário

Lucídio Portella – PPB – PI

Suplentes de Secretário

1ª – Emília Fernandes – PTB – RS

2ª – Lúdio Coelho – PSDB – MS

3ª – Joel de Hollanda – PFL – PE

4ª – Marluce Pinto – PMDB – RR

CORREGEDORIA PARLAMENTAR

Corregedor

(Eleito em 2-4-97)

Romeu Tuma – PFL – SP

Corregedores – Substitutos

(Eleitos em 2-4-97)

1º Senador Ramez Tebet – PMDB – MS

2º Senador Joel de Hollanda – PFL – PE

3º Senador Lúcio Alcântara – PSDB – CE

PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Designação: 16 e 23-11-95)

Nabor Júnior – PMDB – AC

Waldeck Omelas – PFL – BA

Emília Fernandes – PTB – RS

José Ignácio Ferreira – PSDB – ES

Lauro Campos – Bloco – DF

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder

Elcio Alvares – PFL – ES

Vice-Líderes

José Roberto Arruda – PSDB – DF

Vilson Kleinübing – PFL – SC

Ramez Tebet – PMDB – MS

LIDERANÇA DO PFL

Líder

Hugo Napoleão

Vice-Líderes

Edison Lobão

Francelino Pereira

Gilberto Miranda

Romero Jucá

Romeu Tuma

LIDERANÇA DO PMDB

Líder

Jáder Barbalho

Vice-Líderes

Nabor Júnior

Gerson Camata

Carlos Bezerra

Ney Suassuna

Gilvam Borges

Fernando Bezerra

LIDERANÇA DO PSDB

Líder

Sérgio Machado

Vice-Líderes

Osmar Dias

Jefferson Peres

José Ignácio Ferreira

Coutinho Jorge

LIDERANÇA DO BLOCO DE OPOSIÇÃO

Líder

José Eduardo Dutra

Vice-Líderes

Sebastião Rocha

Antônio Carlos Valadares

Roberto Freire

LIDERANÇA DO PPB

Líder

Epitácio Cafeteira

Vice-Líderes

Leomar Quintanilha

Espendião Amin

LIDERANÇA DO PTB

Líder

Valmir Campelo

Vice-Líder

Regina Assumpção

EXPEDIENTE

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral do Senado Federal

CLAUDIONOR MOURA NUNES
Diretor da Secretaria Especial
de Editoração e Publicações

JÚLIO WERNER PEDROSA
Diretor da Subsecretaria Industrial

RAIMUNDO CARREIRO SILVA
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

MANOEL MENDES ROCHA
Diretor da Subsecretaria de Ata

DENISE ORTEGA DE BAERE
Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

Impresso sob a responsabilidade da
Presidência do Senado Federal
(Art. 48, nº 31 RISF)

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 58ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 13 DE MAIO DE 1997.

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Fala da Presidência

Referente ao tempo dos oradores da Hora do Expediente da presente sessão, dedicado a comemorar o 116º aniversário de nascimento do escritor brasileiro Afonso Henriques de Lima Barreto, nos termos do Requerimento nº 290, de 1997, do Senador Abdias Nascimento e outros Senhores Senadores..... 09527

1.2.2 – Oradores

Sen. Jora Benedita da Silva 09527

Senador Abdias Nascimento 09529

1.2.3 – Parecer

Sobre o Ofício "S" nº 36, de 1997 (nº 1.097/97, na origem), do Presidente do Banco Central do Brasil, encaminhando solicitação do Governador do Estado do Rio Grande do Sul, para emissão de Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Rio Grande do Sul – LFTRS, destinadas ao giro da Dívida Mobiliária do Estado, vencível no 1º semestre de 1997. (Projeto de Resolução nº 59, de 1997). 09533

1.2.4 – Comunicação da Presidência

Abertura de prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas ao Projeto de Resolução nº 59, de 1997, resultante de parecer lido anteriormente..... 09535

1.2.5 – Discursos do Expediente

SENADOR NABOR JÚNIOR – Cobrando do Governo uma solução para a implantação das áreas de livre comércio de Brasília e Epitaciolândia, criadas através da Lei nº 8.857, de 8 de março de 1994, a propósito da edição do Decreto nº 2.218, de 30-4-97, que fixa teto para as importações realizadas pelas empresas comerciais da Zona Franca de Manaus, no período de 1º-5-97 a 30-4-98. 09535

SENADORA EMÍLIA FERNANDES – Preocupações, idéias e propostas de S. Ex.ª quanto à educação do País, destacando questões tais como o elevado índice de analfabetismo, os baixos salários pagos aos professores, a necessidade de maiores investimentos e aquisição

de equipamentos, a qualificação profissional dos educadores e a provisão da merenda escolar. Dificuldades por que passa a educação no Rio Grande do Sul, a despeito da Constituição Estadual destinar o percentual de 35% para investimentos no setor. Assembléia do magistério daquele Estado, a ser realizada no próximo dia 15. 09536

1.2.6 – Ofícios

S/Nº/97, de 12 do corrente, do Líder do PSDB no Senado Federal, de substituição de membros na Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 1.572, de 1997. 09540

Nº 34/97, de 12 do corrente, do Líder do PSDB no Senado Federal, de substituição de membro na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a analisar o trabalho de crianças e adolescentes no Brasil..... 09540

Nº 34/97, de 13 do corrente, do Líder do Bloco de Oposição no Senado Federal, de substituição de membros na Comissão de Assuntos Econômicos. 09540

1.2.7 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADORA MARINA SILVA – Denúncia publicada no jornal **Folha de S.Paulo** de hoje, de que os Governadores do Acre e do Amazonas negociaram pagamentos a deputados, em troca de voto pela aprovação da emenda da reeleição. 09541

SENADOR EDUARDO SUPLEY – Notícia da **Folha de S.Paulo** de hoje sobre a compra de votos de deputados por governadores de Estado, na apreciação da emenda da reeleição. 09541

SENADOR EDISON LOBÃO – Preconceito das elites do Sul e Centro-Sul do País contra a ferrovia Norte-Sul. Desabafo do Ministro Alcides Saldanha, dos Transportes, diante de críticas do Sul àquela ferrovia..... 09543

SENADOR JOSÉ EDUARDO DUTRA, como Líder – rejeição, hoje, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, de requerimento do Senador Antonio Carlos Valadares, propondo o sobrestamento da discussão da proposta de emenda à Constituição sobre reeleição, face a denúncia de compra de votos durante a sua votação na Câmara dos Deputados..... 09543

SENADOR JADER BARBALHO, como Líder – Meditação sobre matéria publicada hoje no

jornal **Folha de S.Paulo**, referente à compra de votos de deputados, pelos Governadores do Acre e do Amazonas, relativamente à reeleição. Apuração do episódio e resposta à opinião pública.

09544

SENADOR ÉLCIO ÁLVARES, como Líder – Observações sobre requerimento do Senador Antonio Carlos Valadares, rejeitado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, solicitando o sobrestamento da discussão da proposta de emenda à Constituição sobre reeleição, em virtude das denúncias da **Folha de S.Paulo** referentes à compra de votos durante a sua votação na Câmara dos Deputados.

09545

1.2.8 – Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado nº 87, de 1997, de autoria da Senadora Benedita da Silva e do Senador Geraldo Melo, que regula os casos de não aplicação da lei estrangeira e dá nova redação ao art. 17 da Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 – Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro.

09546

1.2.9 – Requerimentos

Nº 327, de 1997, de autoria do Senador Ramez Tebet, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do Desembargador Nilton Malulei. **Aprovado.**

09549

Nº 328, de 1997, de urgência para o Ofício "S" nº 37, de 1997, encaminhando manifestação do Banco Central do Brasil a respeito da solicitação do Governo do Estado do Piauí, em aditamento ao contrato de operação de crédito firmado junto à Caixa Econômica Federal, relativo ao Programa de Apoio à Restruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, especificamente o Programa de Desligamento Voluntário – PDV, ao amparo dos mencionados normativos, alterando o valor de R\$38.700.000,00 (trinta e oito milhões e setecentos mil reais) para R\$53.500.000,00 (cinquenta e três milhões e quinhentos mil reais).

09549

Nº 329, de 1997, de urgência para o Ofício "S" nº 24, de 1997, do Banco Central do Brasil, encaminhando solicitação do Governo do Estado do Espírito Santo para que possa contratar operação de crédito no valor de R\$64.600.000,00 (sessenta e quatro milhões e seiscentos mil reais), destinados à cobertura dos créditos trabalhistas provenientes da execução do Programa de Demissão Voluntária.

09549

Nº 330, de 1997, de autoria do Senador Pedro Simon, solicitando que, através da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, seja transmitida à Representação Brasileira junto ao III Encontro das Américas, iniciado hoje em Belo Horizonte, a preocupação do Senado Federal em relação à proposta de imediata constituição da Área de Livre Comércio das Américas –

ALCA, em detrimento da consolidação do Mercosul, que deve ser considerada como prioritária, estabelecendo-se o ano de 2005 como marco inicial de consolidação da Alca. Usa da palavra o autor, Senador Pedro Simon.

09549

Nº 331, de 1997, de autoria do Senador Artur da Távola e outros Sr.s Senadores, solicitando que o tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente da sessão de 1º de outubro do corrente ano, seja dedicado à comemoração dos cento e setenta anos do **Jornal do Comércio**. **Aprovado.**

09551

Nº 332, de 1997, de autoria do Senador Francelino Pereira e outros Sr.s Senadores, solicitando que o tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente da sessão de 11 de dezembro do corrente ano, seja dedicado à comemoração do centenário da cidade de Belo Horizonte.

09551

Nº 333, de 1997, de autoria do Senador José Fogaça e outros Sr.s Senadores, solicitando a inclusão na Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária do dia 14 do corrente do Ofício "S" nº 36, de 1997, do Banco Central do Brasil, relativo à solicitação do Governo do Estado do Rio Grande do Sul à emissão de Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Rio Grande do Sul – LFTRS, cujos recursos serão destinados ao giro da dívida mobiliária vencível no 1º semestre de 1997 (**Projeto de Resolução nº 59/97**). Usa da palavra o Sr. José Fogaça, sendo a matéria incluída na Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de amanhã por determinação do Presidente Antonio Carlos Magalhães.

09551

1.2.10 – Comunicações da Presidência

Recebimento do Ofício nº 1.252, de 1997, do Presidente do Banco Central, encaminhando solicitação do Governo do Estado do Espírito Santo para que possa contratar operação de crédito no valor de sessenta e quatro milhões, seiscentos e sessenta mil reais, junto à Caixa Econômica Federal, relativa ao Programa de Apoio à Restruturação a ao Ajuste Fiscal dos Estados, especificamente ao Programa de Desligamento Voluntário – PDV. Abertura de prazo de quinze dias para sua apreciação pela Comissão de Assuntos Econômicos, nos termos da Resolução nº 70, de 1995, com a redação dada pela Resolução nº 12, de 1997.

09552

Recebimento do Ofício nº 1.253, de 1997, do Banco Central do Brasil, em aditamento ao Ofício nº 1.098/97, daquele órgão, sobre o contrato de operação de crédito firmado entre o Governo do Estado do Piauí e a Caixa Econômica Federal, relativo ao Programa de Apoio à Restruturação a ao Ajuste Fiscal dos Estados, especifi-

camente ao Programa de Desligamento Voluntário – PDV. 09552

Término do prazo, ontem, sem apresentação de emendas ao Projeto de Lei da Câmara nº 114, de 1995 (nº 2.142/91, na Casa de origem), que dispõe sobre a manutenção de empregados em convênios médicos e dá outras providências. 09552

Recebimento do Ofício nº 492, de 1997, do Banco do Nordeste, encaminhando, nos termos do art. 20, § 4º, da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, as Demonstrações Contábeis do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), administrado por aquele órgão, com posição em 31 de dezembro de 1996. (**Diversos nº 10, de 1997-CN e Diversos nº 25, de 1997-SF**) 09552

Inclusão na Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de amanhã das Mensagens n.os 65, 90 e 92, de 1997, referentes à escolha de embaixadores. 09552

1.3 – ORDEM DO DIA

Projeto de Lei da Câmara nº 88, de 1996 (nº 1.240/95, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera os arts. 1º e 20 da Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, e acrescenta parágrafo ao art. 140 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. **Aprovado com emenda de redação**, após parecer de plenário. À Comissão Diretora para redação final. 09552

Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 88, de 1996. **Aprovada**. À sanção. 09555

Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 1995 (nº 3.051/89, na Casa de origem), que dispõe sobre as Colônias, Federações e Confederação Nacional dos Pescadores, regulamentando o parágrafo único do art. 8º da Constituição Federal. **Aprovado com emendas**. À Comissão Diretora para redação final. 09556

Requerimento nº 292, de 1997, do Senador Íris Rezende, solicitando, nos termos regimentais, a retirada do Projeto de Lei do Senado nº 60, de 1997, de sua autoria, que torna obrigatório o uso de dispositivo de segurança em tanques e recipientes de combustíveis líquidos e gasosos. **Aprovado**. 09556

Projeto de Lei da Câmara nº 204, de 1993 (nº 731/91, na Casa de origem), que acrescenta parágrafos ao art. 6º da Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949, que dispõe sobre o repouso semanal remunerado. **Discussão adiada** para o dia 25-C-97, nos termos do Requerimento nº 335, de 1997, após usar da palavra o Sr. Bello Parga. 09556

Parecer nº 165, de 1997, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 53, de 1995, que acrescenta parágrafos ao art. 14 da Constituição Federal, dispondo sobre a ação de impugnação de mandato eletivo, concluindo pela apresentação de Projeto de Lei do Senado que dispõe sobre a ação de impugnação de mandato eletivo a que se refere o art. 14, §§ 10 e 11, da Constituição Federal e dá outras providências. **Aprovado**, passando a Proposta de Emenda à Constituição nº 53, de 1995, a tramitar como Projeto de Lei do Senado nº 88, de 1997. **Abertura de prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas ao Projeto de Lei do Senado nº 88/97**. 09558

1.3.1 – Matérias apreciadas após a Ordem do Dia

Redação final das Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 1995. **Aprovada**, nos termos do Requerimento nº 336, de 1997. À Câmara dos Deputados. 09564

Requerimentos n.os 328, 329, 331 e 332, de 1997, lidos no Expediente da presente sessão. **Aprovados**. 09565

Requerimento nº 330, de 1997, lido no Expediente da presente sessão. **Aprovado**, com alterações propostas pelo autor, Senador Pedro Simon, após parecer de plenário favorável, tendo usado da palavra os Sr.s Lúcio Alcântara, Roberto Freire, Ney Suassuna e José Fogaça. 09566

1.3.2 – Pareceres

Referentes às seguintes matérias:

Ofício "S" nº 37, de 1997, (nº 1.098/97, na origem), do Presidente do Banco Central do Brasil, encaminhando solicitação do Estado do Piauí sobre aditamento ao contrato de operação de crédito firmado junto à Caixa Econômica Federal, relativo ao Programa de Apoio à Restuturação e Ajuste Fiscal dos Estados, especificamente o Programa de Desligamento Voluntário – PDV, ao amparo dos mencionados normativos, alterando o valor de trinta e oito milhões e setecentos mil reais para cinquenta e três milhões e quinhentos mil reais (**Projeto de Resolução nº 60, de 1997**). 09570

Ofício "S" nº 24, de 1997, do Presidente do Banco Central do Brasil, encaminhando solicitação do Governo do Estado do Espírito Santo, para que possa contratar operação de crédito junto à Caixa Econômica Federal, no valor de sessenta e quatro milhões e seiscentos mil reais, destinados à cobertura dos créditos trabalhistas provenientes da execução do Programa de De-

missão Voluntária (Projeto de Resolução nº 61, de 1997).

09572

Projeto de Lei do Senado nº 279, de 1995, de autoria do Senador João França, que dispõe sobre o emprego do Documento Único de Transferência – DUT, o uso de instrumento de procuração e o prazo para a transferência de veículos rodoviários automotores.

09573

Projeto de Lei do Senado nº 187, de 1995, que dispõe sobre a identificação criminal do civilmente identificado, regulamentado o art. 5º, inciso LVIII, da Constituição Federal, de autoria do Senador Júlio Campos; e o Projeto de Lei do Senado nº 115, de 1995, de autoria do Senador Odacir Soares, que define os casos de identificação criminal previstos no art. 5º, inciso LVIII, da Constituição Federal.

09575

Projeto de Lei do Senado nº 22, de 1996, de autoria do Senador Sebastião Rocha, que atribui valor jurídico à digitalização de documentos e dá outras providências.

09579

Projeto de Lei do Senado nº 39, de 1996, de autoria do Senador Júlio Campos, que suprime o inciso VI, do § 2º, do art. 171 do Código Penal, que define como crime de estelionato a emissão de cheques sem fundo.

09582

Projeto de Lei do Senado nº 144, de 1996, de autoria do Senador Júlio Campos, que altera a Lei nº 5.700, de 1º de setembro de 1971, que dispõe sobre a forma e a apresentação dos Símbolos Nacionais e dá outras providências.

09588

Projeto de Lei do Senado nº 231, de 1996, de autoria do Senador Júlio Campos, que dispõe sobre a criação da Câmara Setorial de Turismo.

09589

Projeto de Lei do Senado nº 126, de 1996, de autoria do Senador Bernardo Cabral, que dá nova redação ao inciso II § 1º, do art. 13, da Lei nº 9.100, de 29 de setembro de 1995, que estabelece normas para as eleições municipais de 3 de outubro de 1996, e dá outras providências.

09592

Mensagem nº 56, de 1997 (nº 143/97, na origem) do Senhor Presidente da República, que encaminha ao Senado Federal a programação monetária relativa ao 1º trimestre de 1997, com estimativas das faixas de variação dos principais agregados monetários, análise da evolução da economia nacional prevista para o trimestre e as justificativas pertinentes (Projeto de Decreto Legislativo nº 34, de 1997).

09593

Mensagem nº 97, de 1997 (nº 486/97, na origem) do Senhor Presidente da República, que encaminha ao Senado Federal a programação monetária relativa ao 2º trimestre de 1997, com estimativas das faixas de variação dos principais agregados monetários, análise da evolução da

economia nacional prevista para o trimestre e as justificativas pertinentes (Projeto de Decreto Legislativo nº 35, de 1997).

09595

1.3.3 – Ofícios do Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Nº 17/97, de 17 de abril último comunicando a aprovação, em turno suplementar, do substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 187, de 1995, que dispõe sobre a identificação criminal do civilmente identificado, regulamentado o art. 5º, inciso LVIII, da Constituição Federal, de autoria do Senador Júlio Campos; e a prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 115, de 1995, de autoria do Senador Odacir Soares, que define os casos de identificação criminal previstos no art. 5º, inciso LVIII, da Constituição Federal.

09597

Nº 32/97, de 23 de abril último, comunicando a rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 39, de 1996, de autoria do Senador Júlio Campos, que suprime o inciso VI do § 2º do art. 171 do Código Penal, que define como crime de estelionato a emissão de cheques sem fundo.

09597

Nº 33/97, de 23 de abril último, comunicando a aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 279, de 1995, de autoria do Senador João França, que dispõe sobre o emprego do Documento Único de Transferência – DUT, o uso de instrumento de procuração e o prazo para a transferência de veículos rodoviários automotores.

09597

Nº 35/97, de 23 de abril último, comunicando a aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 144, de 1996, de autoria do Senador Júlio Campos, que altera a Lei nº 5.700, de 1º de setembro de 1971, que dispõe sobre a forma e a apresentação dos Símbolos Nacionais e dá outras providências.

09597

Nº 36/97, de 23 de abril último, comunicando a rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 231, de 1996, de autoria do Senador Júlio Campos, que dispõe sobre a criação da Câmara Setorial de Turismo.

09597

Nº 44/97, de 23 de abril último comunicando a aprovação, em turno suplementar, do substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 22, de 1996, de autoria do Senador Sebastião Rocha, que atribui valor jurídico à digitalização de documentos e dá outras providências.

09597

Nº 51/97, de 5 do corrente, comunicando a prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 126, de 1996, de autoria do Senador Bernardo Cabral, que dá nova redação ao inciso II do § 1º, do art. 13, da Lei nº 9.100, de 29 de setembro de 1995, que estabelece normas para as eleições municipais de 3 de outubro de 1996, e dá outras providências.

09597

1.3.4 – Comunicações da Presidência

Abertura de prazo de cinco dias úteis para interposição de recursos, por um décimo da composição da Casa, para que os Projetos de Lei do Senado n.os 279 e 115, de 1995 (tramitando este em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 187, de 1995), 22, 39, 126, 144 e 231, de 1996, cujos pareceres foram lidos anteriormente, sejam apreciados pelo Plenário. 09598

Abertura de prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas aos Projetos de Resolução n.os 60 e 61, de 1997, resultantes de pareceres lidos anteriormente. 09598

Abertura de prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas aos Projetos de Decreto Legislativo n.os 34 e 35, de 1997, resultantes de pareceres lidos anteriormente. 09598

1.3.5 – Discursos após a Ordem do Dia

SENADOR OSMAR DIAS – Rejeição do PSDB do Paraná ao ingresso do Governador Jaime Lerner em seus quadros. 09598

SENADOR ARTUR DA TÁVOLA – Trabalho realizado pelo jornal **O DIA**, do Rio de Janeiro, reunindo 50 especialistas de diversas áreas para estudo sobre violência e as conclusões desses especialistas. 09598

SENADOR NEY SUASSUNA – Relatório divulgado pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, mostrando o crescimento da economia da região Nordeste pelo terceiro ano consecutivo. 09601

SENADOR JOSÉ BIANCO – Apelo em favor de decisão política visando a capitalização do Basa, necessária ao desenvolvimento da Amazônia Legal. 09603

SENADOR LUCIO ALCÂNTARA – Dia Mundial do Enfermeiro. 09605

SENADOR ADEMIR DE ANDRADE – Notícia da **Folha de S.Paulo** sobre a compra de votos durante a apreciação da emenda da reeleição, na Câmara dos Deputados. 09606

SENADOR MAURO MIRANDA – Estudo concluído pelo Geipot, que coloca em discussão a eficiência da atual matriz de transportes, e que busca sugerir um sistema de gerenciamento mais eficiente para o transporte multimodal de cargas agrícolas, com perspectiva para o ano 2000. 09607

SENADOR ROMEU TUMA – Necessidade de investimentos nas ferrovias nacionais. Parceria entre o Ministério do Exército e a Prefeitura de São Paulo, para a construção do Colégio Militar naquela capital. 09609

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA – Realização, em Araguaína – TO, de seminário

sobre a Realidade das Zonas de Processamento de Exportação – ZPEs no Brasil. 09610

SENADOR SEBASTIÃO ROCHA – Comentando a aprovação do Requerimento nº 333, de 1997, de autoria de Senador Pedro Simon. Fortalecimento do Mercosul. Homenagem à Senadora Júnia Marise, por sua palestra sobre a defesa das políticas públicas para as mulheres, em fórum realizado em Belo Horizonte. Matéria publicada no jornal **Folha de S.Paulo**, sobre a compra de votos por parte dos Governadores do Acre e do Amazonas, visando a aprovação da emenda da reeleição. 09611

1.3.6 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR JOEL DE HOLLANDA – Destacando a importância dos trabalhos desenvolvidos pelo Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães – CPqAM do Estado de Pernambuco, entidade ligada à Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz, do Ministério da Saúde. 09613

SENADOR FRANCELINO PEREIRA – Instalação, hoje, em Belo Horizonte, da III Reunião dos Ministros de Comércio das Américas, do III Foro Empresarial das Américas e do Foro Sindical das Américas, oportunidade em que será discutida a criação da Área de Livre Comércio das Américas – ALCA. 09614

SENADOR ODACIR SOARES – Situação trágica de um terço das famílias brasileiras, que vivem na miséria absoluta. Necessidade da adoção de uma política de segurança alimentar. Dados sobre a produção de alimentos em Rondônia, destacando o milho, o arroz, o feijão e a mandioca. Preços ínfimos destes produtos alimentícios, que têm sacrificado os pequenos produtores rurais. Retirada da Embrapa e Emater – RO da linha de agências beneficiadas com repasses de recursos financeiros pelo Planaflo-ro/Seplan – RO. 09515

SENADOR ARTUR DA TÁVOLA – Reversão do processo de êxodo rural no País, como única forma de realmente desenvolver a economia nacional, mediante incentivos à instalação de agroindústrias nos locais de produção agrícola considerável. 09624

SENADORA BENEDITA DA SILVA – Dia Nacional de Denúncia Contra o Racismo. 09624

SENADOR ROMEU TUMA – Requerimento apresentado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, no sentido de que sejam convidados o Ministro do Esporte, Edson Arantes do Nascimento e o jornalista Juca Kfoury a comparecerem àquela Comissão, para prestarem esclarecimentos sobre a corrupção no âmbito do futebol em nosso País. 09629

1.3.7 – Designação da Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa ordinária

1.4 – ENCERRAMENTO

2 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE ANTONIO CARLOS MAGALHÃES, EM 13-5-97.

3 – ATO DA COMISSÃO DIRETORA

Nº 23, de 1997. 09631

4 – ATOS DO DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL

N.os 1.324 a 1.333, de 1997. 09632

5 – ATO DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE SUPERVISÃO DO PRODASEN

Nº 2, de 1997. 09634

6 – ATOS DA DIRETORA-EXECUTIVA DO PRODASEN

N.os 42 a 45, de 1997. 09634

7 – MESA DIRETORA

8 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

9 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

10 – LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

11 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

12 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

13 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (SEÇÃO BRASILEIRA)

Ata da 58ª Sessão Deliberativa Ordinária em 13 de maio de 1997

3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 50ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Antonio Carlos Magalhães, Geraldo Melo
Ronaldo Cunha Lima e Joel de Hollanda*

**ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE
PRESENTES OS SRS. SENADORES:**

Abdias Nascimento – Ademir Andrade – Antonio Carlos Magalhães – Antônio Carlos Valadares – Artur da Távola – Bello Parga – Benedita da Silva – Beni Veras – Bernardo Cabral – Carlos Bezerra – Carlos Patrocínio – Carlos Wilson – Casildo Maldaner – Coutinho Jorge – Edison Lobão – Eduardo Suplicy – Elcio Alves – Emilia Fernandes – Epitácio Cafeteira – Esperidião Amin – Fernando Bezerra – Francelino Pereira – Freitas Neto – Geraldo Melo – Gerson Camata – Gilvam Borges – Guilherme Palmeira – Hugo Napoleão – Humberto Lucena – Iris Rezende – Jader Barbalho – Jefferson Peres – João França – João Rocha – Joel de Hollanda – Jonas Pinheiro – Josaphat Marinho – José Agripino – José Bianco – José Eduardo – José Eduardo Dutra – José Fogaça – José Ignácio Ferreira – José Roberto Arruda – José Samey – José Serra – Leomar Quintanilha – Levy Dias – Lucídio Portella – Lúcio Alcântara – Lúdio Coelho – Marina Silva – Marluce Pinto – Mauro Miranda – Nabor Júnior – Ney Suassuna – Odacir Soares – Onofre Quinan – Osmar Dias – Pedro Simon – Ramez Tebet – Regina Assumpção – Renan Calheiros – Roberto Freire – Romero Jucá – Romeu Tuma – Ronaldo Cunha Lima – Sebastião Rocha – Sergio Machado – Teotônio Vilela Filho – Valmir Campelo – Waldeck Ornelas.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – A lista de presença acusa o comparecimento de 72 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente será dedicado a comemorar o 116º aniversário do escritor brasileiro Afonso Henriques de Lima Barreto, nos termos do Requerimento nº 290, de 1997, do Senador Abdias Nascimento e outros Srs. Senadores.

Concedo a palavra ao nobre Senador Abdias Nascimento. (Pausa.)

Concedo a palavra à nobre Senadora Benedita da Silva.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (Bloco-PT-RJ. Pronuncia o seguinte discurso) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, neste 13 de maio, Dia Nacional de Denúncia Contra o Racismo, venho homenagear o escritor brasileiro Afonso Henriques de Lima Barreto, nesta sessão de comemoração proposta pelo Senador Abdias Nascimento.

Afonso Henriques de Lima Barreto nasceu no Rio de Janeiro em 13 de maio de 1881 e morreu na mesma cidade em 1º de novembro de 1922. Era filho de João Henriques – filho de uma antiga escrava, Carlota Maria dos Anjos, e de um português que não o reconheceu. Tipógrafo, quis ser médico, mas a vida o obrigou a renunciar a esse sonho. A mãe, Amália Augusta, professora primária, também de origem humilde, era filha de uma escrava liberta, de nome Geraldina Leocádia da Conceição. Amália Augusta, cuja vida foi marcada pelas angústias que a pobreza lhe impunha, acabou dando um salto para o casamento. Foi morar em Laranjeiras e ali nasceu o escritor, que passou pela dolorosa experiência de perder a mãe aos seis anos de idade.

Lima Barreto teve uma vida de muitas dificuldades. Viveu no subúrbio de Todos os Santos, perto do Méier. Diferentemente dos irmãos, que cresceram sem instrução, Lima Barreto era afilhado do Visconde de Ouro Preto – amigo de seu pai –, que assumiu os custos de seus estudos.

O escritor passou a vida lutando contra todas as intempéries. Teve que assumir o sustento dos irmãos naturais e dos filhos da segunda mulher de seu pai. A sua válvula de escape foi a bebida. Seu trabalho não foi reconhecido em vida e só com a biografia de Francisco de Assis Barbosa, 34 anos depois da sua morte, a intelectualidade tomou conhecimento de livros como O Triste Fim de Policarpo Quaresma. Para muitos estudiosos, a condição de mulato e pobre talvez tenha sido definitiva para o veto à sua entrada na Academia Brasileira de Letras.

O olhar agudo para os costumes dos subúrbios do Rio caracteriza a sua obra. "Há quem o confunda

com um autor popularesco, mas sua obra reflete a sofisticação de sua cultura", disse o Professor Santos.

A obra de Lima Barreto – articulista, crítico, missivista, memorialista e ficcionista – consistiu em comentários dos acontecimentos históricos, políticos e sociais de seu tempo, com também numa paisagem retratada das redações de jornais, do ambiente suburbano do Rio de Janeiro, dos meios políticos e da classe média da sociedade brasileira.

Viveu 41 anos e deixou 17 livros. Sua última publicação em vida foi Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá, em 1919.

Sua existência difícil e amarga foi tumultuada pelas entradas e saídas de hospícios pelo abuso do álcool e vida desregrada. Hoje em dia o alcoolismo é mais tolerado. Não seria o caso de internar em hospício alguém que se encontrasse embriagado nas ruas. À sua disposição estariam os Alcoólicos Anônimos e tantos outros tratamentos, e ele não teria sofrido tanto. Sua doença era certamente social.

Apesar de viver num ambiente adverso, nos primeiros anos deste século, escrevia sobre a necessidade de se levantar a verdadeira história da escravidão negra no Brasil.

Se estivesse vivo, certamente poderia comentar a grande exposição que ocorre no Salão Negro do Senado Federal sobre o Descobrimento do Brasil. Ao visitá-la, pude refletir sobre o desejo desse grande brasileiro e perceber que meu discurso não poderá, como fez Lima Barreto em seus escritos, descrever o Descobrimento do Brasil.

A questão raça-preconceito racial fica clara no "diário íntimo" de suas obras, organizado sob a direção de Francisco de Assis Barbosa. Reproduzo aqui um trecho desse diário:.

"Há dias, por motivos de minha profissão, fui obrigado a entrar na Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Vestia-me mal, é fato, mas entrava certo de que era cidadão brasileiro, homem de algum cultivo, cumpridor dos meus deveres e, sobretudo, protegido da crença que, tendo freqüentado uma dessas nossas escolas superiores, mereceria dos contínuos de lá o tratamento que se dá ao comum dos mortais. Enganei-me. Dirigi-me ao contínuo, no primeiro pavimento, que com a habitual **morgue** dos altos e baixos funcionários, aconselhou-me que subisse. Até aí pisava no Brasil, agora, parecia-me, passava a fronteira. Dois contínuos, enfardelados em amplas sobrecasacas pre-

tas com botões dourados, ocupavam-se, pa-chorrentamente, em cortar jornais, original ocupação dos contínuos da Secretaria do Exterior.

Medroso do meu ato, ousei interromper-lhes a tarefa;

- Precisava isso assim, assim; os senhores podem, etc.

Os dois respeitáveis funcionários olharam-me de alto a baixo e, entre complacente e desdenhoso, um deles disse-me:

- Entra.

Fiquei atônito. Nunca fora assim tratado em departamento da administração brasileira e demais naquele sotaque estrangeiro! Prudentemente entrei, sentei-me, conforme me aconselhava o magnífico auxiliar das nossas relações exteriores. Tinha sob mim uma delgada cadeira dourada meio suja. Em torno, um salão lustrado, amplo e meio escuro; e o teto de estuque tinha pelos cantos a armorial de algum visconde apressado. O estuque encantou-me e, embora sob o peso daquela afronta, interessou-me o relevo dele, as armas do escudo, os florões, os grifos, etc. etc. etc.

De quem fora aquilo? Não sabia. O di-nheiro que o fizera, entretanto, era fácil de se dizer donde vinha. E, não sei como, eu vi uma grande fazenda: a senhorial casa acaçapada, numa meia laranja de morro branco de cal, enrubescer sob o banho da luz da aurora; as vacas mugiam no curral próximo; o terreiro fronteiro era como vasto lençol estendido. Da senzala, sem que sequer ouvissem o gorjeio dos pássaros, em filas cerradas, saíam, sob o peso do cativoiro, algumas centenas de negros. Aquela viva linha negra a estender, silenciosa, humilde, tinha a energia oculta de um filete que se infiltra pela terra adentro. Depois de furar cem metros, rebenta aqui como uma fonte cristalina; se mais desce, mais pressão e mais temperatura ganha, e complexidade na composição; voltando à flor da terra, é agora termal; se mais baixo vai, mais forte fica, e lá, nos profundos recessos do planeta, complica, revoluciona, baralha, e provoca vulcões. Lá ia a fila negra unida, cerrada, por entre os cafezais...

Olhei o escudo, as fantasias heráldicas, as armas de galés e, de mim pra mim, pensei:

- Doce fila negra que mourejaste no cafezal, está ali também naquele nível escuro; tu entraste nele sem querer; foste aí pela fatalidade das cousas e essa...

- Não é isso que você quer?, disse-me o contínuo.

- E eu acabei de raciocinar:

- ... e essa, não há barões, viscondes, duques e reis que a desviem.

Com relação à questão racial, o seu discernimento é notável. Não lhe escapa o disfarce sutil do preconceito. Esse só poderia ser Lima Barreto, que emocionou-me com o fabuloso romance Clara dos Anjos, prefaciado por Sérgio Buarque de Holanda.

"Clara dos Anjos é o relato da vida de uma pobre mulata, filha de um carteiro de subúrbio, que, apesar das cautelas da família, é iludida, seduzida e, finalmente, como acontece tantas vezes nesses casos, é desprezada. O autor da façanha é um rapaz branco, de condição social superior à da vítima. É uma história em que Lima Barreto tenta pintar em cores realistas o drama tão comum de outras "Claras dos Anjos", de outras mulatinhas do mesmo ambiente. O romancista procurou fazer de Clara dos Anjos uma figura apagada, e não uma mocinha audaz que se oferece corajosamente ao perigo. Clara vive fechada, não vai à rua sozinha, não tem amigos. Mesmo assim, não escapa às garras do aventureiro. É como se nela Lima Barreto quisesse resumir a fatalidade que persegue as moças de sua cor. "A priori", diz ele, "estão condenadas e tudo e todos parecem condenar os seus esforços e os dos seus para elevar a sua condição moral e social".

Sofrendo na própria carne o problema do negro e do mulato, ele escreve o romance dessa fatalidade que persegue o homem e a mulher que são julgados pela cor e não pelo valor pessoal.

Clara dos Anjos é iludida e traída porque é mulata; o rapaz branco que a ilude e despreza não sofre qualquer espécie de represália, justamente porque é branco."

O final do livro é tocante.

"...Clara ergueu-se da cadeira em que se sentara e abraçou muito fortemente a sua mãe, dizendo, com um grande acento de desespero:

- Mamãe! mamãe!

- Que é minha filha?

- Nós não somos nada nessa vida."

Hoje, dia 13, deixamos de ser nada. Existimos. Como disse a personagem de ficção, mas tão real.

Hoje, as Beneditas, as Chicas, as Claras dos Anjos, os Abdias, as Marinas e tantos outros existimos e estamos assumindo cada vez mais a possibilidade de reformular, de mudar a sociedade através de uma forma diferente de luta, a luta pela paz.

Nesta homenagem a Lima Barreto, brilhante escritor, por iniciativa do também brilhante professor e historiador que conhece essa causa, Senador Abdias Nascimento, eu diria que estamos vivendo um novo tempo.

Queremos atingir o objetivo de construir uma sociedade democrática e renovada, mas que necessita de alterações profundas na sua estrutura econômica e política.

Afonso Henriques de Lima Barreto, tenho esperança e fé de que o reconhecimento da questão racial como questão nacional será passo decisivo para entendê-la como responsabilidade de todos os que lutam pela edificação de uma sociedade justa, igualitária e fraterna.

Só tenho que agradecer-lo. Obrigada, escritor. Você deu o seu passo e deixou a sua histórica contribuição. Você existiu e continuará existindo para todos nós. A nossa homenagem, que, cheia de emoção, não deixa retratar a grande contribuição que, com a sua luta, com a sua lucidez, com o seu conhecimento e com o seu intelecto, você deu à Nação brasileira, para que ela pudesse ser mais justa, mais razoável com os diferentes, com esses que, juntamente com os índios, puderam dar a este País o que se chama miscigenação.

A você, com o respeito de quem conhece e admira os seus escritos, mas muito mais as suas ações, que fizeram que eu pudesse, retratando o seu desejo, caminhar nas sombras dos seus passos, do seu conhecimento e estar hoje na tribuna do Senado Federal, dizendo obrigada por suas obras, por seus feitos, por seus atos e pedindo desculpas a você, Lima Barreto, por ter vivido tão pouco, por ter sofrido tanto e dado uma das maiores contribuições que um negro brasileiro deu ao seu País.

Muito obrigada, Lima Barreto!

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Concedo a palavra ao nobre Senador Abdias Nascimento.

O SR. ABDIAS NASCIMENTO (Bloco-PDT-RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente,

Sr^{as} e Srs. Senadores, sob a proteção de Olorum, inicio este pronunciamento.

A passagem do dia 13 de maio tem sido motivo de manifestações diversificadas, tanto na forma quanto no conteúdo, ao longo desses quase 110 anos, desde a assinatura, em 1888, da chamada Lei Áurea, que pôs fim a mais de 450 anos de escravidão dos africanos e seus descendentes neste País. Por muito tempo essa data foi saudada como um marco da luta pela liberdade em nosso País, símbolo da pretensa superação, no Brasil, das odiosas barreiras que separam os diferentes grupos étnicos em todas as sociedades multirraciais. Nas últimas décadas, porém, por força da pressão exercida pelo Movimento Negro, com o apoio dos seus aliados nas arenas acadêmica e política, tem-se alterado substancialmente a visão dos brasileiros sobre a significação e a importância dessa data, com as previsíveis consequências no caráter das manifestações que sobre ela se organizam: no lugar da festa, a denúncia; em vez de louvações à Princesa Isabel, reflexões críticas sobre um tipo de sociedade moldado pela escravidão e a pesada herança legada pela forma como se deu a Abolição e a quem, na verdade, ela beneficiou.

Diferentemente da versão edulcorada da História até pouco tempo atrás predominante em nossos livros didáticos – e na qual muita gente ainda acredita, ou finge acreditar –, os motivos que levaram à Abolição se encontram no terreno da política e da economia. Nada têm a ver com a proclamada benevolência da família imperial, obrigada a extinguir a instituição escravista sob a pressão de forças históricas irresistíveis. Dentre elas se destacam a Revolução Industrial – que provocou a obsolescência do modo de produção escravista –, e, principalmente, a resistência dos próprios negros, que com o tempo foi ganhando mais e mais aliados e simpatizantes entre os segmentos mais sensíveis de nossas elites intelectual e política.

Realizada, bem ao gosto dos poderosos deste País, num ritmo lento – muito lento, na verdade –, gradual e "seguro", a Abolição acabou resguardando os interesses dos grandes fazendeiros e senhores de escravos e também de nossa então incipiente burguesia industrial. Nessa ordem, o que menos pesou foram as necessidades dos africanos e afro-brasileiros escravizados. Do contrário, não teriam sido sumariamente rejeitadas as propostas, como a do ilustre engenheiro negro André Rebouças, que postulavam realizar-se, simultaneamente com a Abolição, uma reforma agrária. Esta não foi feita então –

e acabou não sendo feita até hoje, gerando graves problemas no campo, ao lado do inchaço de nossas grandes cidades, origem de mazelas como o alto índice de criminalidade urbana, os menores abandonados, as favelas e assim por diante. E não foi feita por um motivo muito simples: desejava-se garantir a existência de uma reserva de mão-de-obra barata, o que não seria possível se os negros libertos se transformassem em pequenos proprietários rurais. Desse modo, o 13 de maio de 1888 significou uma grande farsa, na verdade a maior de nossa História. Uma farsa que jogou a população afro-brasileira na rua da amargura, de onde, cem anos depois, ela continua tentando desesperadamente escapar.

Quis o destino que exatamente num 13 de maio, no ano de 1881 – sete anos, portanto, antes de se pôr fim à escravidão –, viesse à luz na cidade do Rio de Janeiro, se não o maior escritor afro-brasileiro de todos os tempos, certamente uma das maiores expressões de nossa literatura, independente de origem étnica, e talvez o crítico mais contundente das mazelas de nossa sociedade, sobretudo de nossas elites. Refiro-me a Afonso Henriques de Lima Barreto, a quem convido a todos a render nossas homenagens no dia de hoje.

Homem de grande cultura, adquirida fundamentalmente como autodidata, humilde funcionário público que se tornou jornalista e escritor, a vida de Lima Barreto foi uma constante batalha contra as condições adversas impostas à população afro-brasileira em sua época. Situação que, infelizmente, não mudou substancialmente nas sete décadas que nos separam de sua morte prematura, aos 41 anos de idade. Dono de uma obra extensa e variada, que o levou a se candidatar, sem êxito, à Academia Brasileira de Letras, seu talento e valor literário só seriam reconhecidos muito tempo depois, consagrando-o, apesar de tudo, como um vencedor.

Nascido antes da Abolição e tendo vivido as incertezas que caracterizaram os primórdios de uma República que, em certos aspectos, se mostrava ainda mais reacionária do que a Monarquia que viera substituir, Lima Barreto não só testemunhou como deu ressonância aos conflitos e dissabores do seu tempo. Inconformado com a podridão do mundo que o cercava, fez do jornalismo e da literatura suas armas na luta sem tréguas que travou diuturnamente contra a elite encastelada nas posições de poder deste País. Ao mesmo tempo, como afirmou Monteiro Lobato, com tanta ou mais maestria do que Machado de Assis – outro afro-brasileiro guindado pelo talento aos píncaros de nossa literatura –, Lima Bar-

reto foi o cronista da gente simples como ele, pois fugia da literatura meramente contemplativa, bem como à inoperância social do texto.

Com efeito, para Lima Barreto, a função da literatura e do jornalismo era "tentar reformar certas usanças, sugerir dúvidas, levantar julgamentos adormecidos, difundir as nossas grandes e altas emoções em face do mundo e do sofrimento dos homens, para soldar, ligar a humanidade em uma maior". Tais preocupações fizeram dele um homem antenado não apenas com o seu tempo, mas também com o futuro. Capaz de antever, por exemplo, os problemas ecológicos que o Rio de Janeiro enfrentaria muitas décadas depois, prenunciados em artigos em que apontava a desfiguração da cidade por obra da especulação imobiliária, com o indispensável apoio das autoridades municipais. Que, no afã de "remodelar" a então Capital Federal, derrubavam florestas, aterravam a baía de Guanabara, especulavam com os terrenos pantanosos de Copacabana, Ipanema e Leblon, dando início a um processo de ocupação desordenada do solo urbano que responde por grande parte dos problemas mais sérios que o Rio enfrenta em nossos dias.

Voz solitária em seus ataques contra os especuladores e a degradação do meio ambiente, Lima Barreto foi um crítico feroz da macaqueação arquitetônica que pretendia fazer do Rio de Janeiro uma cópia de Nova Iorque e seus arranha-céus: "Por mera imitação daquela aglomeração humana, enchamos o Rio de Janeiro de descabelados sobrados insolentes de cinco, seis andares (...). Uma cidade como a nossa, semeada de colinas pitorescas, arborizadas ou não, que formam seu verdadeiro encanto, se se seguirem essas construções, em breve ela perderá seus horizontes originais (...)". Apesar das advertências de Lima Barreto, dia a dia o Rio de Janeiro vai perdendo seus encantos em favor da especulação imobiliária e de outras especulações.

Em outro artigo, publicado em 1921, Lima Barreto fornece uma sombria e precisa antevisão do futuro daquela e de outras cidades brasileiras:

"A megalomania dos melhoramentos atraiu para a cidade milhares e milhares de trabalhadores rurais. E com o aumento da população, outros problemas se acrescentam: o da água, o dos esgotos, o dos transportes."

Pode-se constatar, assim, que os problemas hoje enfrentados pela antiga capital, envolvendo o bem-estar social, o planejamento urbano e a preservação da natureza, foram anunciados nos primeiros

decênios deste século pela visão profética de Lima Barreto. Muito antes de esses mesmos problemas desqualificarem essa cidade em suas pretensões de sediar os primeiros Jogos Olímpicos do século XXI...

Embora não chegasse a ser propriamente um marxista – foi mais influenciado pelo liberalismo spenceriano e pelo anarquismo de Kropotkin –, poucos souberam em sua época reconhecer a significação política da Revolução Russa de 1917. Assim como poucos tiveram tanta lucidez ao analisar os problemas sociais do período imediatamente subsequente à Primeira Guerra Mundial. Seus escritos sempre manifestavam a sincera intenção de libertar as massas, o que acabaria por torná-lo partidário do maximalismo. Vendo na burguesia legiferante a força reacionária que impedia, entre nós, as reformas tornadas inadiáveis pelos novos tempos, desmascarou sua aliança com os plutocratas e latifundiários da aristocracia rural, e por diversas vezes se manifestou favorável a uma revolução no estatuto da terra. Também se interessou pelos Estados Unidos, devido ao tratamento desumano de que então eram vítimas os afro-americanos. Censurou duramente o expansionismo imperialista daquele país que, por meio da "diplomacia do dólar", ia, em sua perspectiva, convertendo o Brasil num autêntico protetorado.

Outro alvo predileto dos ataques do grande escritor era o futebol, que ele ridicularizava em suas crônicas com todo o sarcasmo de que era capaz. Antes que alguém aponte nisso uma contradição, por ser ele tão ligado às coisas do povo, deve-se ter em conta que esse esporte não era então absolutamente popular. Pelo contrário: tratava-se de um esporte de elite, cujo acesso tentava-se vedar aos pobres, em geral, e aos negros, em particular. Daí a sagrada fúria com que Lima Barreto tratava seus praticantes, fúria essa que só fez crescer quando o Presidente Epitácio Pessoa tomou a iniciativa de proibir a convocação de jogadores negros para a Seleção brasileira que participaria de um torneio internacional.

A polícia de então, precursora da instituição que hoje nos acostumamos a ver associada à tortura e ao massacre de pessoas indefesas, não poderia escapar ao garrote de sua pena:

"A polícia da República" – escreveu Lima Barreto no conto Como o homem chegou – é paternal e compassiva no tratamento das pessoas humildes que dela necessitam; e sempre, quer se trate de humildes, quer de poderosos, a velha instituição cumpre religiosamente a lei. Vem-lhe daí o res-

peito que aos políticos os seus empregados tributam e a procura que ela merece desses homens, quase sempre interessados no cumprimento das leis que discutam e votam."

Atualíssimo, como se vê, inclusive na referência à classe política...

República dos Bruzundangas – esse o termo cunhado pelo sarcasmo de Lima Barreto para cognominar o Brasil de então, que, desafortunadamente, continua a ser o Brasil de hoje: República das falcatruas, das trapalhadas, dos conchavos. Enquanto nos tempos coloniais os poetas comparavam o Brasil, por seus contornos geográficos, a uma harpa, Lima Barreto o via como um presunto, e assim explicava sua alegoria:

"Até aqui não tinha sido comido. Mas tem sido roído. Roem-no os de fora. Roem-no os de dentro. Mas não há meio, quer uns, quer outros, de o deglutirem completamente. O diabo da perna de porco resiste à voracidade interna e externa de uma maneira perfeitamente milagrosa."

Vivesse em nossos dias, decerto que Lima Barreto iria juntar-se, em sua indignação, às fileiras da luta contra o entreguismo dos que, em sua fúria globalizante e supostamente modernizadora, exercitam os dentes roendo, sem muito pudor, o patrimônio nacional.

Se toda essa competência e coragem o tornariam admirado não somente pelos amantes das Letras, mas também pelos simpatizantes de todas as causas libertárias neste País, a vida de Lima Barreto foi uma verdadeira síntese das injustiças e sofrimentos que marcam até hoje a existência do povo afro-brasileiro. Sua mãe morreu em 1887, vítima de tuberculose galopante, doença que grassava nos cortiços do Rio e cujo combate as autoridades sanitárias preteriram em favor da luta contra a febre amarela. Explica-se: enquanto esta vitimava os brancos, sobretudo imigrantes, que não haviam desenvolvido os anticorpos correspondentes, aquela atacava preferencialmente os negros, cuja condição financeira não favorecia os cuidados higiênicos e alimentares capazes de protegê-los. Contra todas as dificuldades, Lima Barreto ingressa, em 1897, na prestigiosa Escola Politécnica do Rio de Janeiro, em busca de um diploma de Engenharia que jamais conseguiria obter. Como se não bastasse a perseguição declarada de professores confessadamente racistas, em 1903 seu pai fica louco, o que o obriga a abandonar

os estudos para sustentar a família. É quando começa a trabalhar no Ministério da Guerra como simples amanuense, função humilde que desempenhará – a despeito de sua cultura – até ser aposentado em 1918, como "inválido para o serviço público", em razão do alcoolismo. O mesmo vício que já o levava algumas vezes ao hospício e que acabaria contribuindo para sua morte prematura, em 1922, por colapso cardíaco.

Sobre esse talentoso e sofrido escritor, o renomado crítico Jackson de Figueiredo emitiu esta opinião:

"Lima Barreto é, entre nós, na verdade, o tipo perfeito de analista social, mas um analista que combate, que não ficou como Machado de Assis, por exemplo, no círculo de uma timidez intelectual esquiva ao julgamento. Ele não se limita a mostrar todos os fundos da cena, o que vai pelos bastidores da vida; toma partido, assinala os autores que falam a linguagem da verdade, mostra o que há de falso, de mentiroso na linguagem dos outros(...). Não tem as delicadezas, as intenções filosóficas de Machado de Assis, veladas pelo sorriso cético. Antes é um forte, chicoteia os vendilhões da dignidade nacional."

A prolífica obra de Lima Barreto inclui os romances *Recordações do escrivo Isaias Caminha*, *Triste fim de Policarpo Quaresma*, *Numa e a ninfa*, *Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá* e *Ciara dos Anjos*, além da sátira *Os Bruzundangas* e de numerosos contos e crônicas reunidos em diversas coletâneas.

A melhor versão da nossa história de africanos e de afro-brasileiros só nós mesmos, com nossas razões de vida, podemos contar. Na versão de Lima Barreto, essa é uma história trágica, de sofrimento e revolta, de crueldade, desespero e ódio. Mas também – e talvez mais que tudo – de imenso amor por uma terra que nós inventamos com trabalho e sangue, que nós construímos com nossos bagos de esperma e lágrimas e esperanças, mas que, em troca, só nos tem dado o desprezo, a humilhação, a exclusão. Graças, porém, à luta tenaz de homens como Lima Barreto, competentes desmistificadores das verdades oficiais, o Brasil vem, pouco a pouco, tomando consciência de seus problemas mais graves – o racismo dentre eles –, e procurando maneiras de resolvê-los.

Nossa homenagem, pois, neste 13 de maio, a esse grande negro, a esse grande escritor, a esse grande brasileiro, na certeza de que, onde quer que

ele esteja, há de estar feliz vendo crescer o número de brasileiros em geral, e de afro-brasileiros em particular, engajados de corpo e alma na busca de cura para as mazelas que sua pena magistral acuradamente apontava, há tantas e tantas décadas.

Axé, Lima Barreto!

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Encerrada a lista de oradores inscritos para homenagear o escritor Lima Barreto.

Sobre a mesa, parecer que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Nabor Júnior.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 207, DE 1997

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Ofício "S" nº 36, de 1997 (1.097/97, na origem), do Presidente do Banco Central do Brasil, encaminhando solicitação do Governador do Estado do Rio Grande do Sul, para emissão de Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Rio Grande do Sul – LFTRS, destinadas ao giro da Dívida Mobiliária do Estado, vencível no 1º semestre de 1997.

Relator: Senador Pedro Simon

I – Relatório

Vem a esta Casa ofício do Senhor Presidente do Banco Central do Brasil encaminhando solicitação do Governo do Estado do Rio Grande do Sul para emissão de Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Rio Grande do Sul (LFTRS), cujos recursos servirão ao giro de sua dívida mobiliária com vencimento no 1º semestre de 1997.

O pleito está submetido aos termos da Resolução nº 69/95, que dispõe sobre limites globais e condições para as operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e suas autarquias, inclusive o lançamento de títulos da dívida pública.

A emissão de LFTRS, ora sob análise, apresenta as seguintes características:

a) quantidade: a ser definida na data de resgate dos títulos a serem substituídos, mediante aplicação da Emenda Constitucional nº 3, deduzida a parcela a ser definida pelo Senado Federal;

b) modalidade: normativa-transferível;

c) rendimentos: igual ao das Letras Financeiras do Tesouro Nacional – LFT, criadas pelo Decreto Lei nº 2.376, de 25-11-87;

d) prazo: até (cinco) anos;

e) valor nominal: R\$1,00 (SELIC);

f) características dos títulos a serem substituídos:

SELIC

Títulos	Vencimento	Quantidade
531826	15-5-97	178.056.769.178
531827	15-5-97	45.295.391.838

Obs.: Como pode ser observado, a quantidade total de títulos é de 223.352.161.016 LFTRS. Este montante decorre do fato da emissão dos referidos títulos ter sido efetuada em 4-5 e 15-5-92, quando a moeda vigente era o cruzeiro, que foi transformado em cruzeiro real, com a divisão por 1.000, e em real, com a divisão por 2.750. O valor financeiro dos títulos, em 31-1-97, representa R\$ 373.643.027,52.

g) previsão de colocação e vencimento dos títulos a serem emitidos:

SELIC

Colocação	Vencimento	Título	Data-Base
15-5-1997	15-5-2002	531826	15-5-1997
15-5-1997	15-5-2002	531826	15-5-1997

h) forma de colocação: através de ofertas públicas, nos termos da Resolução nº 565, de 20-9-79, do Banco Central;

i) autorização legislativa: Leis nº 6.405 e 8.822, de 15-12-72 e 15-2-89, respectivamente, e Decreto nº 37.189, de 3-2-97.

O processo encontra-se adequadamente instruído, de acordo com as exigências do art. 13 da Resolução acima referida.

O Banco Central do Brasil pronunciou-se sobre a operação através do Parecer Dedip/Diare-97/0323 de 24-4-97, no qual analisa as condições para emissão dos títulos, tendo constatado que se encontra dentro dos limites previstos, preconizando um percentual de rolagem de 94,69%, em função dos limites de comprometimento já assumidos pelo Estado do Rio Grande do Sul.

A dívida mobiliária do Estado do Rio Grande do Sul atingiu, em 31-1-97, o montante de R\$6.656.923.426,12 (seis bilhões, seiscentos e cinquenta e seis milhões, novecentos e vinte e três mil, quatrocentos e vinte e seis reais e doze centavos), representada, em termos quantitativos, por 6.943.370.873.900 Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Rio Grande do Sul – LFTRS.

A operação sob análise resultará em alongamento do perfil da dívida mobiliária daquele Estado

com vencimento dos títulos na seguinte proporção: 12,34% em 1997, 23,89% em 1998, 22,69% em 1999, 20,78% em 2000, 14,68% em 2001 e 5,61% em 2002.

É o relatório.

II – Voto

O Estado do Rio Grande do Sul vem se caracterizando por adequado controle de sua dívida mobiliária, tendo prescindido de novas emissões de títulos públicos estaduais nos últimos cinco anos.

As disposições do Senado Federal, contidas na Resolução nº 69, de 1995, tem sido rigorosamente obedecidas pelo Estado, dentro da política geral de controle do endividamento do setor público.

Especificamente no que se refere à dívida mobiliária estadual, a rolagem de títulos ora analisada vem ocorrer em momento de significativas dificuldades no cumprimento do orçamento estadual, em função do decréscimo nas receitas efetivamente realizadas, fenômeno que tem sido também observado na maioria das unidades da federação.

Por oportuno, cabe ressaltar que a situação de inadimplência do Estado do Rio Grande do Sul, apontada no citado Parecer do Banco Central do Brasil, decorre de providências ainda em andamento no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal de Estados, conforme autorizado pela Resolução nº 70, de 1995, deste Senado Federal, especificamente em relação à finalização de negociações com a Caixa Econômica Federal, que objetivam solucionar os débitos ainda pendentes.

Adicionalmente, a situação de descumprimento do disposto na Lei Rita Camata, também apontada no referido parecer, vem sendo objeto de um processo de adequação por parte do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, conforme exposto na justificativa apresentada às folhas 42 a 46 do processo, pretendendo-se a consecução do patamar legal de 60% ao final do presente exercício orçamentário.

No sentido de manter os princípios que vem norteando as decisões desta Comissão de Assuntos Econômicos, em relação a matérias similares, e com base na avaliação da situação conjuntural que ora se apresenta, considero adequada a rolagem de parcela equivalente a 98,00% da dívida mobiliária estadual, vincenda no 1º semestre de 1997.

Igualmente, com vistas ao perfeito conhecimento desta Casa sobre as condições de negociação dos títulos a serem emitidos, e ao exemplo do que foi determinado para outras autorizações similares, consideramos adequado incluir os §§ 1º e 2º do

art. 2º e o art. 3º, no Projeto de Resolução ora submetido à apreciação dos ilustres pares.

Concluindo, pois, que se encontram atendidas as condições estabelecidas na Resolução nº 69/95, sou de parecer favorável ao atendimento do pleito do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, nos termos do seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 59, DE 1997

Autoriza o Governo do Estado do Rio Grande do Sul a emitir, através de ofertas públicas, Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Rio Grande do Sul (LFTRS), destinando-se os recursos ao giro de sua dívida mobiliária com vencimento no 1º semestre de 1997.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Governo do Estado do Rio Grande do Sul autorizado, nos termos da Resolução nº 69, de 1995, a emitir Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Rio Grande do Sul (LFTRS), para giro de sua dívida mobiliária com vencimento no 1º semestre de 1997.

Art. 2º A emissão deverá ser realizada nas seguintes condições:

a) *quantidade*: a ser definida na data de resgate dos títulos a serem substituídos, mediante aplicação da Emenda Constitucional nº 3, equivalente à rolagem de 98% (noventa e oito por cento) da dívida mobiliária do Estado vencível no primeiro semestre de 1997;

b) *modalidade*: nominativa-transferível;

c) *rendimentos*: igual ao das Letras Financeiras do Tesouro Nacional – LFT, criadas pelo Decreto-Lei nº 2.376, de 25-11-87;

d) *prazo*: até 5 (cinco) anos;

e) *valor nominal*: R\$1,00 (SELIC);

f) *características dos títulos a serem substituídos*:

SELIC

Títulos	Vencimento	Quantidade
531826	15-5-97	178.056.769.178
531827	15-5-97	45.295.391.838

Obs: Como pode ser observado, a quantidade total de títulos é de 223.352.161.016 LFTRS. Este montante decorre do fato da emissão dos referidos títulos ter sido efetuada em 4-5 e 15-5-92, quando a moeda vigente era o cruzeiro, que foi transformado em cruzeiro real, com a divisão por 1.000, e em real,

com a divisão por 2.750. O valor financeiro dos títulos, em 31-1-97, representa R\$373.643.027,52.

g) previsão de colocação e vencimento dos títulos a serem emitidos:

SELIC

Colocação	Vencimento	Título	Data-Base
15-5-1997	15-5-2002	531826	15-5-1997
15-5-1997	15-5-2002	531826	15-5-1997

h) forma de colocação: através de ofertas públicas, nos termos da Resolução nº 565, de 20-9-79, do Banco Central;

i) autorização legislativa: Leis nº 6.405 e 8.822, de 15-12-72 e 15-2-89, respectivamente, e Decreto nº 37.189, de 3-2-97.

§ 1º A publicação do anúncio do leilão para oferta dos títulos referidos neste artigo será feita com antecedência mínima de três dias de sua realização.

§ 2º O Estado do Rio Grande do Sul encaminhará ao Senado Federal, para exame da Comissão de Assuntos econômicos, toda a documentação referente à oferta dos títulos emitidos ao amparo desta Resolução.

Art. 3º No prazo máximo de quatorze dias após concluída a operação de emissão dos títulos autorizada nesta Resolução, o Banco Central do Brasil encaminhará ao Senado Federal, para exame da Comissão de Assuntos Econômicos, todos os registros de compra e venda dos títulos, até o tomador final.

Art. 4º A presente autorização deverá ser exercida no prazo de duzentos e setenta dias, a contar de sua publicação.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 13 de maio de 1997. – **José Serra**, Presidente – **Pedro Simon**, Relator – **Carlos Bezerra** – **Ney Suassuna** – **Onofre Quinan** – **Ademir Andrade** – **José Roberto Arruda** – **Esperidião Amin** – **Hugo Napoleão** – **Waldeck Ornelas** – **Bello Parga** – **Jonas Pinheiro** – **Coutinho Jorge** – **Eduardo Suplicy** – **Hugo Napoleão**.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – O Projeto de Resolução nº 59, de 1997, resultante do parecer que acaba de ser lido, ficará perante a Mesa, durante cinco dias úteis, a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, f, do Regimento Interno, combinado com o art. 4º da Resolução nº 37, de 1995, do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Concedo a palavra ao nobre Senador Nabor Júnior, que dispõe de 20 minutos.

O SR. NABOR JÚNIOR (PMDB-AC. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o **Diário Oficial**, edição da última sexta-feira 2 de maio de 1997, publicou o Decreto nº 2.218, de 30 de abril de 1997, que fixa o teto para as importações realizadas pelas empresas comerciais da Zona Franca de Manaus, no período de 1º de maio de 1997 a 30 de abril de 1998, computados os incentivos de que trata o Decreto-lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, bem assim como outras normas aplicáveis às áreas de livre comércio.

Por esse Decreto, o Senhor Presidente da República, com respaldo dos Ministros Pedro Parente, da Fazenda, Francisco Domelles, da Indústria e Comércio, e Antonio Kandir, do Planejamento, fixou em trezentos milhões de Dólares norte-americanos a cota para importações da Zona Franca de Manaus, e, nas áreas de livre comércio, de sessenta e sete milhões e quinhentos mil Dólares americanos, no período que citei.

O Governo Federal, assim, dá números exatos à possibilidade de utilização de cotas pela Zona Franca de Manaus e pelas áreas de livre comércio, já criadas através de lei aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo Senhor Presidente da República.

No que diz respeito diretamente ao meu Estado, o Acre, verifico que para a área de livre comércio de Brasília e Epitaciolândia fixou-se uma cota para importação de setecentos mil dólares, no período, como já me referi anteriormente, de 1º de maio de 1997 a 30 de abril de 1998.

Mas o estranho em tudo isso, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é que já pelo segundo ano consecutivo o Governo Federal fixa cota para a área de livre comércio de Brasília e Epitaciolândia, criada em 8 de março de 1994, através da Lei nº 8.854 – mas, até agora, essa área de livre comércio não foi oficialmente implantada.

Já se completaram, portanto, dois anos e dois meses desde que aquela zona de incentivo comercial e industrial foi criada pelo então Presidente Itamar Franco, em lei também subscrita pelo então Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, e pelo Ministro Aluizio Alves, da Administração.

Não se entende a demora na concretização do que já está decidido, assinado, sancionado, publicado e provido de dotações específicas!

É por essa razão que estamos cobrando do Governo uma solução para a implantação da área de livre comércio de Brasília e Eptaciolândia. A lei, como vimos, já foi votada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo então Presidente da República e seus Ministros da área econômica em março de 1994. No ano passado, foi contemplada com uma cota de US\$70 mil para importação, e, nos próximos doze meses, a cota será de US\$700 mil. Positivamente, não se justifica que não venha a ser implantada efetivamente.

Isso está causando uma situação bastante difícil para a população desses dois Municípios e, sobretudo, para o comércio local. Muitas firmas já encerraram suas atividades em virtude da concorrência desigual, existente com a área de livre comércio que funciona no município boliviano de Cobija, que faz fronteira com o Município de Brasília, dividido apenas pelo rio Acre.

Todas as gestões que poderiam ser feitas através do governo do Estado, dos Senadores, Deputados Federais, dos dois Prefeitos – de Brasília e de Eptaciolândia – dos empresários de um modo geral, todas as gestões, enfim, já foram desenvolvidas. A mais recente ocorreu no mês passado, quando tivemos oportunidade de discutir esse problema com o Ministro do Planejamento, Antonio Kandir, que reafirmou a promessa de que a implantação da área de livre comércio de Brasília e Eptaciolândia dependia basicamente apenas de uma decisão do Conselho de Política Externa, órgão que, embora integrado por cinco ministérios, é efetivamente comandado pelo Ministério do Planejamento. Mas até hoje, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, esse Conselho não colocou em pauta a decisão de implantar ou não a área de livre comércio no meu Estado.

Por outro lado, os empresários de Brasília e de Eptaciolândia, os Prefeitos Municipais, os Presidentes das Câmaras de Vereadores e várias autoridades, inclusive parlamentares federais, solicitaram uma nova audiência ao Ministro do Planejamento, para tratar especificamente dessa questão. E já se passaram mais de trinta dias desde que a solicitação foi formulada sem que o Ministro do Planejamento tenha marcado essa audiência, alegando, como já disse, que depende da Câmara de Comércio Exterior, que, como se vê, é o escudo para tão cedo não se decidir a questão.

Enquanto isso, a população sofre as consequências e o índice de desemprego nos dois municípios é muito alto, porque o comércio está praticamente falido, já que o preço das mercadorias na

área de livre comércio de Cobija, que fica em frente à cidade de Brasília, apresenta uma diferença de 40 a 50% em relação aos preços praticados nos municípios de Brasília e de Eptaciolândia.

De modo que quero aproveitar a oportunidade, quando o Presidente da República baixa o decreto, publicado no **Diário Oficial** da última sexta-feira, fixando a cota de US\$700 mil para importação pela área de livre comércio de Brasília e de Eptaciolândia, para cobrar uma decisão do Governo: instala ou não instala!

O que não se admite é essa atitude de estar postergando uma solução que já foi autorizada por lei. Sabemos que a equipe econômica é contra a implantação de áreas de livre comércio, porque existem 36 projetos tramitando no Congresso Nacional propondo também a criação de similares, em vários Estados da Federação. Mas pelo menos se implantem as áreas que já foram criadas por lei, votadas pelo Congresso, sancionadas pelo Presidente da República, que já têm cota estabelecida para importação. É inevitável que o Governo venha a resolver esse impasse, que já se prolongou por demasiado tempo.

É, portanto, em nome da população do Estado que represento, mais particularmente a dos Municípios de Brasília e Eptaciolândia, que venho cobrar do Ministro do Planejamento uma decisão definitiva a respeito dessa questão.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Concedo a palavra à nobre Senadora Emilia Fernandes. V. Ex^a dispõe de 20 minutos.

A SR^a EMILIA FERNANDES (PTB-RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje, retorno a esta tribuna para falar, novamente, de um tema que tem sido uma preocupação constante em meu mandato, desde que aqui cheguei, eleita Senadora, depois de 23 anos de magistério, dentro de escolas, dentro das salas de aulas, de onde saí para assumir meu mandato aqui no Senado da República.

Refiro-me à questão da educação.

As idéias, os sentimentos e as propostas que trago aqui são, portanto, além de resultado do conhecimento e da consciência acumulada ao longo dos anos, através de estudos e da participação sindical e política, também resultados da experiência vivida no cotidiano e diretamente junto aos professores, funcionários das escolas, alunos e familiares durante os meus 23 anos no exercício do magistério no Estado do Rio Grande do Sul.

Ao longo desta minha trajetória, especialmente nestes últimos períodos, assistimos a um processo sistemático de fragilização do processo educacional do País como um todo, com o ensino público sendo desvalorizado, em todos os seus níveis e, como decorrência, a rede privada de educação ocupando um espaço cada vez maior, com custos cada vez mais altos para aqueles que podem ou se dispõem a colocar seus filhos em escolas particulares.

Considerando a vergonhosa distribuição de renda no País e, mais grave ainda, o fato da desigualdade educacional ser a grande responsável pela desigualdade salarial, o problema da educação pública no Brasil eleva-se a um patamar estratégico, tão ou mais importante do que qualquer um outro tema da agenda deste e de futuros Governos, e, sem revertermos esse quadro, dificilmente nos transformaremos num país econômica e socialmente desenvolvido e justo.

Nesse sentido, respeitando e valorizando adequadamente o espaço para toda e qualquer forma de educação, mas, por outro lado, levando em conta que atualmente ainda somam 19 milhões os analfabetos e que 15% da força de trabalho não tem qualquer instrução, é inadiável definir, com transparência de métodos e precisão de objetivos, o que se pretende, afinal, com o ensino público do País.

O enfrentamento dessa situação, em todas as suas instâncias, seja federal, estadual ou municipal, faz-se, é certo, com investimentos, com obras e equipamentos, como vem fazendo o Governo, mas, acima de tudo, é fundamental apostar no aspecto humano, na qualificação profissional dos trabalhadores em educação, dos administradores, dos funcionários de escolas, para que realmente obtenha-se sucesso nessa empreitada e nesse investimento em educação.

E, também, como já afirmamos desta mesma tribuna, além dos debates já realizados e sintetizados na Lei de Diretrizes e Bases – LDB –, é urgente dotar o País de um programa global de educação, que seja resultado da consulta com toda a sociedade organizada e que responda a todas as questões de forma ampla, coletiva, democrática e verdadeiramente eficiente.

Mas, se todos os cidadãos têm deveres e compromissos, aos professores é atribuída a responsabilidade de levar adiante o projeto educacional definido, quer seja em nível nacional, estadual ou federal. Por isso mesmo, devem ser valorizados, superando a atual situação de afronta e falta de respeito que se traduzem no pagamento médio de R\$78,00 que percebem por um mês de trabalho.

Nem poderíamos dizer trabalho, talvez muito mais do que isso: abnegação, patriotismo e amor ao próximo. Basta refletirmos sobre as denúncias feitas, ontem, pela imprensa nacional. Vimos que um milhão de pessoas no País ainda recebem menos do que um salário mínimo. Pois, entre esse um milhão de pessoas, estão professores, funcionários de escolas, merendeiras, vigias, seguranças, zeladores, enfim, pessoas que tratam diretamente de fazer a educação. Não diferencio apenas o professor como agente da educação; o funcionário da escola também é um agente da educação.

Assisti pela televisão – certamente, como muitos dos Srs. Senadores – que, em determinados Estados, ainda há prefeituras que pagam R\$30 por mês a uma merendeira. Isso é uma vergonha; é um desrespeito!

Portanto, estamos aqui clamando ao Ministro do Trabalho, que deu a declaração de que é crime pagar menos do que um salário mínimo para o trabalhador de qualquer atividade, providências cabíveis. Estamos conclamando o Ministro da Educação, que tem pautado a sua atuação, eficiente e dedicada, em função da melhoria da qualidade de ensino, de merenda para todas as crianças, da introdução da informática nas escolas, de provões para medir a qualidade do ensino: podemos continuar com esta situação, de o ser humano que faz a educação ganhar menos do que um salário mínimo? É a nossa grande interrogação, para a qual queremos obter resposta.

O Sr. Edison Lobão – Permite-me V. Ex^a um aparte?

A SR^a EMILIA FERNANDES – Ouço V. Ex^a, com muito prazer.

O Sr. Edison Lobão – Senadora Emilia Fernandes, este problema do salário dos professores vem de muito longe. Em verdade, os nossos professores são muito mal remunerados em toda parte. É incrível saber-se que, ainda hoje, paga-se menos do que um salário mínimo ao professor. Devo considerar que realmente algumas prefeituras, sobretudo no Nordeste, não têm condições de pagar um salário elevado. E foi pensando nisso que, quando fui Deputado, apresentei um projeto estabelecendo que o Governo Federal, através do FNDE, custeasse com 75% as despesas com professores e funcionários da educação, ligados diretamente à escola. Essa seria uma forma de ajudar as prefeituras e, conseqüentemente, de resolver esse problema salarial que, até diria, é secular. Agora, o Governo Federal adota uma medida parecida. O atual Ministro da Educação

tem, realmente, uma consciência profunda dessas dificuldades e propõe-se a custear, com os recursos federais, parte considerável dos salários dos professores no interior do País. Creio que por aí vai-se melhorar um pouco esse problema. Não se vai resolver ainda, porque, ainda assim, os salários não serão elevados ao ponto do merecimento dos nossos professores e dos nossos funcionários que trabalham diretamente junto à educação. Ainda há pouco, apresentei um projeto de emenda constitucional, à consideração do Senado, estabelecendo que o estudante rico pague a sua universidade. A minha preocupação está exatamente com o estudante pobre e com o fato de que o Governo Federal cada vez investe menos nos Primeiro e Segundo Graus – que é sua obrigação –, para poder investir cada vez mais no ensino de Terceiro Grau. Então, o que proponho é que o estudante rico, aquele que pode pagar o seu estudo, a exemplo do que se faz no mundo inteiro, também custeie o seu estudo aqui no Brasil, para que sobre um pouco mais de recursos, tanto para a universidade melhorar os seus sistemas, os seus laboratórios, os seus departamentos, como também o ensino de Primeiro e Segundo Graus. Cumprimentos a V. Exª pelo tema que aqui aborda com a competência de sua própria origem, que é o magistério.

A SRª EMILIA FERNANDES - Vejam, Srs. Senadores, quantos pontos importantes, com enfoques talvez um pouco diferenciados, a serem debatidos com maior profundidade.

Portanto, queremos ressaltar aqui...

A Srª Benedita da Silva – Concede-me V. Exª um aparte?

A SRª EMILIA FERNANDES - Senadora, vou avançar um pouquinho mais em meu pronunciamento e logo lhe concederei o aparte.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o objeto do meu pronunciamento é uma avaliação precisa do que está acontecendo no meu Estado. Vivemos, neste momento, um processo que coloca em cheque toda essa situação, que inclui o clamor dos professores por valorização profissional, a real dimensão que a sociedade dá à educação dos seus filhos e, especialmente, o compromisso que as autoridades têm concretamente com o ensino público do Estado.

Antes de mais nada, gostaria de lembrar aqui, e o faço com satisfação, que o Professor e ex-Senador João Calmon sempre se dirigia ao Rio Grande do Sul com satisfação, com sábias palavras, lembrando que o meu Estado foi um exemplo de patriotismo e cidadania por ter definido, na sua Constituição estadual, o percentual de 35% para investimen-

to em educação, quando a Constituição Federal determina 25%.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Nobre Senadora, peço desculpas por interrompê-la, mas é para anunciar que vou prorrogar por 15 minutos a Hora do Expediente, para V. Exª poder terminar o seu pronunciamento e para podermos ouvir as comunicações inadiáveis que pretendem fazer três Senadores já inscritos.

A SRª EMILIA FERNANDES - Procurarei ser o mais breve possível, Sr. Presidente.

Esse provimento maior de recursos, no entanto, não impede que a educação no Rio Grande do Sul esteja passando por dificuldades, diante da extrema resistência na valorização dos profissionais em educação, em todos os níveis, e diante da falta de professores em sala de aula. Em pleno ano de 1997, ainda temos salas de aula sem professores, especialmente na área de Matemática, Física e Química. O mais grave é a ausência de diálogo com a categoria, com as suas entidades e suas lideranças.

É preciso que o País inteiro saiba que, em um Estado seguidamente citado como de Primeiro Mundo, os professores estaduais ainda recebem pisos salariais, salário básicos inferiores a um salário mínimo. Hoje o salário básico inicial de um professor no Estado do Rio Grande do Sul é de R\$111,71, acrescido de um abono de R\$44,54, e os funcionários das escolas têm um salário básico de R\$121,46 e um abono de R\$40,19. Esse abono é para disfarçar a inconstitucionalidade, porque nenhum trabalhador – palavras do próprio Ministro do Trabalho – pode receber salário inferior a um salário mínimo.

Portanto, é preciso destacar que esse piso salarial é pago para uma categoria, a de professores, que conquistou um plano de carreira, que estimulou o estudo e o aperfeiçoamento, e cujo quadro é composto de 80% de profissionais com curso superior. Esse salário é pago para professores que já estão cumprindo as 200 horas letivas definidas pela LDB no final do ano passado, mostrando e demonstrando a sintonia com as exigências atuais da qualidade e produtividade. Essa é a injustiça que estamos aqui a registrar, Sr. Presidente.

Concedo o aparte à Senadora Benedita da Silva, pedindo que seja breve, porque eu gostaria de concluir a minha exposição e o meu raciocínio.

A Srª Benedita Da Silva – Senadora Emilia Fernandes, quero apoiá-la na sua intervenção. V. Exª fala a respeito da educação com propriedade, conhecimento e vivência. O que V. Exª expõe, com relação ao Rio Grande do Sul, é uma situação nacio-

nal. Trata-se da falta de uma política nacional para o piso salarial dos professores nos diferentes níveis. Estamos assistindo hoje a uma falta de investimento nessa área, que possa resgatar a cidadania desse profissional. Outro dia, eu estava conversando com a Domingas, que trabalha em minha casa, e ela me disse que ganhava mais do que a professora dela. Isso é uma discrepância, já que, para ser professor, há necessidade de qualificação e de preparo. Por conseguinte, a qualidade do ensino não pode ser boa. Parabenizo V. Ex^a, dizendo-lhe também que continuo defendendo o ensino gratuito em todos os níveis.

O Sr. Carlos Bezerra - V. Ex^a me concede um aparte?

A SR^a EMILIA FERNANDES – Logo lhe concederei o aparte, nobre Senador.

Sr. Presidente, gostaria de abordar ainda alguns pontos em relação à situação do magistério no Rio Grande do Sul. Depois de esperar dois anos por uma solução do novo Governo, recentemente, após a manifestação de abril, os professores deram ao Governo o prazo de um mês, ou seja, até o dia 15, quando se realizará uma grande assembleia estadual da categoria; mas nada avançou. O diálogo não existe, não houve nenhuma audiência com o Governador do Estado.

O que está acontecendo? Os professores têm um objetivo muito claro neste momento, que é o de exigir o reajuste de seus salários, que passa pela cobrança do cumprimento da política salarial estabelecida, votada e aprovada dentro da Assembleia Legislativa em 1995 e já apresentada pelo atual Governador.

Foi elaborado um plano de recuperação salarial que abrangeria os anos de 95 e 96. O que o atual Governador fez? Cumpriu o ano de 95 e, quanto ao de 96, simplesmente esqueceu que há uma lei estadual em vigor, não deu satisfação aos professores e nem recebeu a categoria.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, é uma situação de falta de diálogo e de confronto que se está estabelecendo. Estamos falando de uma entidade que congrega os professores, que é o Centro dos Professores do Rio Grande do Sul, uma entidade que tem mais de 50 anos, é respeitada e reconhecida internacionalmente e tem cerca de 100 mil associados. Portanto, é uma entidade que vem fazendo um trabalho muito sério, não apenas na linha da valorização salarial, mas da qualificação dos professores.

O Governo do Estado do Rio Grande do Sul deveria estar dando uma resposta. Vejam o que pe-

dem os professores: para 1996, estava estabelecido que seria concedido um reajuste de 10% em janeiro, uma recuperação de 10% em julho, além de 1,96% do reajuste semestral do mesmo mês, mais 9% devidos em dezembro passado, o que totaliza um reajuste de 34,48%.

Além disso, o magistério está cobrando também do Governo que ele se manifeste a respeito de 46,72%, que foi concedido, em 1995, para os Procuradores do Estado do Rio Grande do Sul, para os delegados de polícia – não para o escrivão, para o inspetor, mas somente para os delegados –, para os oficiais superiores da Brigada Militar, que é a nossa Polícia Militar do Estado; não foi dado para o PM que faz a segurança de rua, que se expõe, que também está profundamente massacrado, como também não foi dado para o policial civil que faz o seu plantão 24 horas na delegacia.

Enfim, estão pedindo o que chegaria ao reajuste de 205% para os professores e 163% para os funcionários de escola. Mas vejam que estamos tratando de um salário de R\$111,00, o que daria um salário básico de R\$341,00, inclusive dentro do que o Governo tem dito, ou seja, que, para janeiro de 1998, o salário médio do magistério brasileiro será de R\$360,00.

O que estamos avaliando, neste momento, é o que poderá acontecer, Srs. Senadores, agora no dia 15, quando se realizará a assembleia do magistério, que já está no auge da sua capacidade de resistência. O magistério não deseja a greve, mas é o último recurso de que muitas vezes dispõe para conseguir os seus direitos e fazer ouvir a sua voz.

Estamos apelando ao Governo do Rio Grande do Sul para que tome providências a respeito.

Diga-se de passagem, Senadores, que a Bancada Federal do Rio Grande do Sul, preocupada com a situação, chamou os representantes do Centro de Professores, na semana passada, aqui em Brasília, onde deram o seu depoimento apresentando números, dados, a situação de miséria e de calamidade por que passam os professores, para tentar interceder junto ao Governo, a fim de que ele converse com o Magistério, antes dessa assembleia, para evitar decisões que, certamente, trarão prejuízo a todos.

O Governador do Estado do Rio Grande do Sul, Sr. Antonio Britto, não deu sequer resposta à Bancada federal gaúcha, composta de Senadores e Deputados Federais, tal é a desconsideração, tal é a resistência ao diálogo. Hoje, recebemos notícia de que a Secretária de Educação e o Secretário de Ad-

ministração do Estado do Rio Grande do Sul foram ao CPERS, hoje pela manhã, mas não apresentaram nenhuma proposta concreta; acenaram com a possibilidade de aumentar o abono, essa esmola, essa migalha que complementa o salário, mas sobre o qual não incidem vantagens e o qual o professor não leva quando se aposenta.

Esse é o estado vergonhoso da educação do Estado do Rio Grande do Sul! E estamos alertando que o pior poderá ocorrer agora com a decisão da categoria, que já tem lotado espaços com mais de vinte mil professores, o que significa não ser uma decisão de minoria.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, esse é um desabafo e, ao mesmo tempo, um apelo ao Governador Antonio Britto – que está aqui em Brasília e não no Rio Grande para ouvir o magistério – para que escute nossa voz como representante legítima desse Estado.

O Sr. Carlos Bezerra - Permite-me V. Ex^a um aparte?

A SR^a EMILIA FERNANDES – Concedo o aparte ao Senador Carlos Bezerra. E peço desculpas à Presidência por ter extrapolado o meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Senador Carlos Bezerra, apenas faço um apelo para que V. Ex^a seja breve, porque a Senadora já está falando com o tempo prorrogado.

O Sr. Carlos Bezerra - Serei rápido, Sr. Presidente. Nobre Senadora, V. Ex^a apresenta um quadro tétrico da educação no Rio Grande do Sul. E o que percebemos é que transformaram o Brasil num grande Nordeste. Se o Rio Grande do Sul – que é o Estado mais organizado do País, com um perfil econômico melhor – está assim, imaginem o resto do País. O Brasil, na questão da educação, está numa das piores situações do mundo, atrás do Paraguai e da Bolívia, nossos vizinhos. Proporcionalmente, nós investimos muito menos em educação, e a política econômica ainda continua concentrando riquezas, com a alocação de recursos nas mãos de poucos em detrimento da maioria. A denúncia de V. Ex^a é grave e eu quero aplaudir sua manifestação corajosa na defesa da educação, que, para qualquer governante sério, no meu ponto de vista, deve ser a prioridade número 1, o investimento número 1 que qualquer país sério deve fazer pelo seu desenvolvimento. Parabéns a V. Ex^a, nobre Senadora.

A SR^a EMILIA FERNANDES - Concluimos, então, Sr. Presidente, reiterando que o espírito do nosso pronunciamento é o de contribuir para a solução do impasse que vive, hoje, o magistério gaúcho e

que poderá se agravar no dia 15. Espero que o Governo se sensibilize diante do clamor do magistério gaúcho – dos educadores e dos funcionários de escolas – e que, juntos, possamos construir algum compromisso persistente em relação à educação no Rio Grande do Sul, como exemplo para todo o País.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio.

São lidos os seguintes:

Sr. Presidente, do Congresso Nacional

Indico, em substituição à designação dessa presidência, os senadores do PSDB que comporão a Comissão Especial Mista destinada a apreciar a seguinte Medida Provisória:

MP Nº. 1.572

Publicação DOU: 30-04-97

Assunto: Dispõe sobre o reajuste do salário mínimo.

Titular: Osmar Dias

Suplente: Lúdio Coelho

Brasília, 12 maio de 1997. – Senador **Sérgio Machado** – Líder do PSDB

OF. 34/97-LPSDB

Brasília, 12 maio de 1997

Senhor Presidente,

Dirijo-me a Vossa Excelência para, nos termos regimentais, indicar o Senador Jefferson Peres em substituição ao Senador José Roberto Arruda, como representante do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB, na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a analisar o trabalho de crianças e adolescentes no Brasil.

Na oportunidade, renovo protestos de elevada estima e distinta consideração. Senador **Sérgio Machado** – Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Serão feitas as substituições solicitadas.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio.

É lido o seguinte:

OF. Nº 34/47 – BLOCO

Brasília-DF, 13 de maio de 1997

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, dirijo-me a V. Ex^a para comunicar a alteração na representação do Bloco

Parlamentar de Oposição na Comissão de Assuntos Econômicos.

O Senador Antônio Carlos Valadares, titular, passa a suplente, e o Senador José Eduardo Dutra, suplente, assume a vaga de titular.

Atenciosamente, Senador **José Eduardo Dutra**, Líder do Bloco de Oposição.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Será feita a substituição solicitada.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Concedo a palavra à nobre Senadora Marina Silva para uma comunicação inadiável.

Faço um apelo a S. Ex^a e aos demais Senadores que farão comunicações inadiáveis, no sentido de que obedeçam ao limite de tempo de cinco minutos, sob pena de iniciarmos fora do horário a Ordem do Dia.

V. Ex^a tem a palavra, nobre Senadora.

A SR^a MARINA SILVA (Bloco-PT-AC. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em primeiro lugar, quero registrar o meu constrangimento de ter que usar esta tribuna para, mais uma vez, falar de episódios que envergonham a população do Estado do Acre, como é o caso da matéria hoje estampada no jornal **Folha de S. Paulo**, de que os Governadores do Acre e do Amazonas teriam negociado pagamento a políticos para votar a favor da reeleição.

Lamento ter apenas cinco minutos. A reportagem, Sr. Presidente, dá conta de que, numa gravação em fita cassete, o Deputado Ronivon Santiago diz o nome de mais quatro Srs. Deputados do Estado do Acre que teriam recebido dinheiro de governos e de empreiteiros para votar a favor da reeleição e de que o dinheiro distribuído estaria em torno de R\$200 mil para cada um. É o que diz a denúncia gravíssima da **Folha de S. Paulo**.

A minha sugestão, se é que posso sugerir alguma coisa à Bancada do Governo nesta Casa, é que envidem todos os esforços para esclarecer essa denúncia, sob pena de termos todo o processo de votação da reeleição prejudicado. Discordo da reeleição enquanto tese, enquanto encaminhamento político, mas agora discordo também, do ponto de vista ético, do seu conteúdo político e das articulações que estão sendo feitas em função desse fato que enlameia toda a discussão. A minha sugestão é de que o Senado e a Câmara dos Deputados assumam para si a responsabilidade de investigar essa denúncia, porque, senão, estaremos corroborando o resultado da pesquisa feita pela **Folha de S. Paulo**, que registra uma queda sensível na credibilidade do

Congresso Nacional. Em 1994, quando ainda não tínhamos tomado posse, 12% da população desacreditava no Congresso Nacional: e hoje apenas 17% ainda nos respeitam, enquanto 75% têm um descrédito enorme em relação à nossa atuação.

Tudo isso reflete a desilusão da população brasileira com fatos que vêm desde a CPI do Orçamento, do processo de impeachment do Presidente Collor e agora mais este. Todos os senhores conhecem a minha posição com relação às denúncias feitas contra o Governador Orleir Cameli, que estão na Procuradoria da República – são quase duzentos quilos de denúncia – e que, lamentavelmente, não foram encaminhadas e cujos processos não estão tramitando.

Gostaria que esta Casa, que os homens e mulheres de bem deste País apurem essas denúncias – não estou prejulgando, dizendo que são culpados ou inocentes –, para que a Nação brasileira saiba o que é feito com o dinheiro público, que é drenado através de empreiteiras para a prática de ações desse tipo e que devem ser rigorosamente investigadas, sob pena de todos nós estarmos sendo coniventes, e o processo de reeleição chegue a enlamear o que poderia ser uma vitória política do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco-PT-SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Geraldo Melo, Sr^{as} e Srs. Senadores, Alexis de Tocqueville, em *A Democracia na América*, disse que, ainda que pudesse ser até de bom senso que um Presidente da República que tivesse realizado um bom mandato tivesse o direito de reeleição, ainda que pudesse ser de bom senso que o povo viesse a ter direito de reeleger um bom administrador, ele alertou para o fato de que o chefe de governo tem um tal poder sobre a máquina que, quase que inevitavelmente, poderá acabar fazendo uso indevido da ação de Governo, para alcançar o objetivo máximo da sua própria reeleição.

Esse trecho de Alexis de Tocqueville está, inclusive, no voto do Senador José Eduardo Dutra a respeito da matéria.

Eis aqui agora estampado, na **Folha de S. Paulo** de hoje: "Deputado conta que votou pela reeleição por R\$200 mil". Ora, Sr. Presidente, como será possível que o Congresso Nacional, o Senado Federal venha a apreciar e votar essa matéria antes que se examine em profundidade, antes que se apure a verdade sobre os fatos aqui descritos, seguindo os quais o Governador Amazonino Mendes, do

Amazonas, e o Governador Orleir Cameli, do Acre, procuraram convencer os Deputados Ronivon Santiago, João Maia, Zila Bezerra, Osmir Lima e Chicão Brígido, com o pagamento de R\$200 mil, a votar a favor do direito de reeleição, da emenda que permite ao atual Presidente ou aos futuros se reelegerem.

Ora, Sr. Presidente, reitero o que disse hoje na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Conheço o Presidente Fernando Henrique Cardoso há mais de 30 anos e não acredito, sinceramente, que Sua Excelência viesse a aprovar um procedimento desse tipo. Espero que Sua Excelência sempre se conduza com firmeza com respeito a qualquer possibilidade de estar corrompendo um membro do Congresso Nacional. Mas é necessário que o Presidente Fernando Henrique Cardoso seja o primeiro a dizer que quer a apuração completa desses fatos, a apuração mais isenta.

É necessário, sim, que a Câmara dos Deputados, conforme decisão do Presidente Michel Temer, hoje, mande apurar imediatamente, através de comissão de sindicância, essa denúncia.

E nós, no Senado Federal, não deveríamos prosseguir na apreciação da emenda enquanto não houvesse a conclusão dos trabalhos da comissão de sindicância.

Tão grave é o fato que acredito que estará certa a Câmara dos Deputados se pela voz, pela vontade, pela assinatura de mais de um terço de seus membros, vier a constituir uma CPI destinada a apurar esse procedimento, a examinar essa questão.

Sr. Presidente, há um agravante. O Senador Pedro Simon chamava a atenção para as notas publicadas na seção "Painel" da **Folha de S. Paulo**:

Ligações perigosas 1

FHC recebeu no Planalto os governadores Amazonino Mendes (AM) e Orleir Cameli (AC) em 27 de janeiro, véspera da votação da reeleição em 1º turno na Câmara. Os dois deram ajuda valiosa na aprovação da emenda.

Ligações perigosas 2

O presidente esteve pelo menos quatro vezes com o Governador Amazonino Mendes (PFL) neste ano – 3 delas fora da agenda oficial. E também se encontrou com Orleir Cameli (sem partido) 3 vezes, 2 delas fora da agenda oficial.

Ora, Sr. Presidente, isto atinge a todo o Congresso Nacional.

Eu, como amigo que sou do Presidente Fernando Henrique Cardoso, sou o primeiro a lhe dizer que é necessário que apreciemos imediatamente a decisão de sustar a votação dessa emenda, porque senão será o Brasil que estará sendo manchado, o Poder Executivo em sua relação com o Poder Legislativo. Não podemos admitir esse procedimento. Se levar adiante, como um rolo compressor, a votação dessa matéria, estará o Presidente Fernando Henrique Cardoso criando uma situação extremamente difícil para o seu futuro político – e não apenas como Presidente do Brasil.

A Nação é que estará sendo ameaçada. Por ocasião do Movimento pela Ética na Política, quando, neste Senado, votamos a favor da cassação de Fernando Collor de Mello por 8 anos, dissemos que jamais admitiríamos procedimentos que pudessem ferir a ética, o decoro. Portanto, precisamos assegurar a limpidez, o resguardo das ações do Executivo nas suas relações com o Congresso Nacional.

Sr. Presidente, diante deste fato, agora é importante que venhamos a examinar, com maior cuidado – e transmito um apelo ao Relator, Senador Francelino Pereira -, a emenda do Senador Pedro Simon, que ganhou extraordinária relevância. Diante deste fato, somente o referendo popular poderá dar legitimidade à decisão sobre o direito de reeleição.

Senador Francelino Pereira, faço um apelo a V. Exª. Vá dialogar com o Presidente Fernando Henrique Cardoso. Seria interessante até que Sua Excelência convidasse o Senador Pedro Simon para uma visita. Poderá observar que encontrará extraordinário respaldo na população brasileira. Se for para haver direito de reeleição do Presidente, que seja com referendo popular, com o povo dizendo "sim" ou "não".

Duvido que a **Folha de S. Paulo** publicasse essa matéria se não tivesse total segurança da veracidade das ligações telefônicas e do testemunho do Sr. "x", que dialogou com o Deputado Ronivon Santiago. Tenho convicção de que, diante disso, agora somente com o referendo popular se dará a devida legitimidade ao processo de reeleição.

O SR. OSMAR DIAS – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. EDUARDO SUPLEY – Eu o daria com muita honra, mas o que estou fazendo é uma comunicação inadiável, que não admite apartes. Tenho convicção, Senador Osmar Dias, de que V. Exª estaria falando na mesma direção.

Precisamos sustar a votação da emenda do direito de reeleição até que essa questão esteja inte-

ramente apurada, esclarecida. E com um adendo: agora cabe aprovarmos a emenda do Senador Pedro Simon, o referendo popular, para o direito de reeleição.

Durante o discurso do Sr. Eduardo Suplicy, o Sr. Geraldo Melo, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Antonio Carlos Magalhães, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Com a palavra o Senador Edison Lobão, por cinco minutos.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL-MA. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quando o Presidente José Sarney teve a visão e a coragem de lançar a Ferrovia Norte-Sul, ela foi recebida, no Centro-Sul e no Sul do País, com má-vontade e com uma atitude preconceituosa. Entendia-se que a ferrovia era desnecessária e ela, todavia, é altamente necessária ao desenvolvimento e à integração nacional.

Essa ferrovia interliga todo o sistema ferroviário brasileiro. Mas ela não pôde avançar exatamente pelo preconceito das elites do Sul e do Centro-Sul do País.

Daí por diante andou muito vagarosamente, e os recursos que a ela são destinados são sempre escassos, insuficientes e precisam, portanto, ser renovados, retemperados para que possa então essa grande iniciativa ter êxito, servindo ao Brasil.

Sr. Presidente, estamos diante, agora, da aliança americana, da integração de todos os países latino-americanos, e precisamos, para o livre comércio, conseguir exportar os nossos produtos a preços competitivos. Essa ferrovia contribuiria significativamente para baixar os custos das mercadorias que pudessem ser exportadas pelo porto de São Luís, depois de transportadas pela própria ferrovia.

Em um encontro recente, em Florianópolis, o Ministro Alcides Saldanha, dos Transportes, fez um desabafo, publicado em nota no **Jornal do Brasil**, no "Informe JB":

O ministro dos Transportes, Alcides Saldanha, defendia a construção da Ferrovia Norte-Sul, ontem, durante o Fórum Nacional de Secretários Estaduais de Transportes, realizado em Florianópolis.

Cansado de ouvir críticas ao projeto, desabafou:

- Assim não dá. Enquanto vocês do Sul acharem que o Norte e o Nordeste são

concorrentes, levaremos mais tempo para nos tornarmos menos pobres.

Aí está a palavra de um Ministro de Estado, ele próprio convencido de que o Centro-Sul e o Sul do País atrapalham a construção da Ferrovia Norte-Sul, pois entendem essa obra como sendo do Nordeste e do Norte brasileiro, quando ela, de fato, pertence a toda a Nação brasileira. Cumprimento o Ministro pela manifestação firme contra esse preconceito, que se manifestava no passado e que se reedita a cada momento neste País.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra, para uma comunicação, ao Senador José Eduardo Dutra.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (BLOCO/PT-SE. Como Líder. Para uma comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na sessão de hoje da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que iria analisar o parecer do Senador Francelino Pereira sobre as emendas de plenário, apresentadas à emenda da reeleição, o Senador Antonio Carlos Valadares apresentou um requerimento, propondo que a discussão da matéria fosse sobrestada até que a Câmara dos Deputados apurasse o episódio que envolveu Parlamentares, denunciado pela **Folha de S. Paulo**, edição de hoje. Infelizmente, o requerimento do Senador Antonio Carlos Valadares foi derrotado por 19 votos a 4.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, somos contra a reeleição – já tivemos oportunidade de dizer isso várias vezes nesta Casa. Enquanto minoria, temos e teríamos todo o direito de utilizar artifícios regimentais para atrasar a votação da matéria.

No nosso entendimento, porém, não é nessa linha que se insere o requerimento do Senador Antonio Carlos Valadares, rejeitado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, mas na necessidade de o Senado da República, como instituição, não se debruçar sobre uma matéria que, a nosso ver, está contaminada pelas denúncias apresentadas pela **Folha de S. Paulo**.

Não se trata de se discutir aritmeticamente a questão; não se trata de se fazer as contas e de se ver se foram comprados apenas seis deputados ou se quando a votação foi a favor da emenda houve mais de 356 votos. A ética não pode ser medida de forma aritmética. Entendemos que a forma como esse processo tramitou na Câmara dos Deputados tem que ser esclarecida.

Eu gostaria, inclusive, de lembrar um pronunciamento do Senador Jefferson Péres, feito nesta Casa, há mais de um ano, quando S. Ex^a externava a sua preocupação a esse respeito. Quando a discussão da reeleição foi introduzida no debate político nacional, S. Ex^a disse que era favorável – fez questão de registrar isso hoje também –, mas temia pela possibilidade de o Presidente da República acabar virando refém das articulações fisiológicas e muito mais que fisiológicas, porque a denúncia apresentada na **Folha de S. Paulo** de hoje não diz respeito apenas ao fisiologismo, mas à corrupção.

Portanto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o mínimo que o Senado da República deveria fazer neste momento é não tomar nenhuma decisão sobre essa matéria, nem no âmbito da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, nem no âmbito do Plenário, enquanto a Câmara dos Deputados não apurar aquele episódio.

Da mesma forma com que fizemos uma ponderação, sob forma de pergunta, ao nobre Senador Francelino Pereira, Relator da matéria, hoje, na Comissão, eu gostaria de fazer uma abordagem: de acordo com o nosso entendimento, a partir dos episódios publicados hoje nos jornais – que não sabemos se são os únicos ou se, a partir daí, serão detonadas outras denúncias mais sérias, num paralelo com o episódio do massacre de Diadema-, a única forma de se admitir a discussão dessa emenda à reeleição seria com o acatamento do nobre Relator Francelino Pereira – e não me venham com o argumento de falta de tempo, porque sabemos que, quando há vontade política, o tempo é suficiente para o Congresso realizar o que quiser.

A única forma seria de o Senador Francelino Pereira acatar a emenda do Senador Pedro Simon, adaptando-a, se for o caso, sob forma de subemenda, incluindo a modificação nas Disposições Constitucionais Transitórias. Portanto, não haveria necessidade de lei para regulamentar o **referendum**, porque, desde que seja inserido nas Disposições Transitórias, poderá ser convocado imediatamente, da mesma forma com que a Constituição, em 1988, incluiu um plebiscito para daí a cinco anos, a fim de decidir sobre o Parlamentarismo e o Presidencialismo. Esse plebiscito se realizou sem a necessidade de se regulamentar o artigo da Constituição que fala de plebiscito, **referendum**, iniciativa popular de uma maneira geral.

Portanto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, continuamos insistindo na proposição do Senador Antonio Carlos Valadares. Se se confirmarem os

boatos que já estão rolando pelos corredores, de que amanhã os jornais virão com fatos novos relativos a esse processo, amanhã, quando da votação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, vamos novamente insistir para que essa matéria seja sobrestada. Se perdermos na Comissão, quando a matéria vier para o Plenário – se até aquele momento a Câmara dos Deputados não tiver apurado o episódio –, vamos insistir para que o Senado não delibere sobre essa matéria, porque estaremos correndo o risco de a instituição estar deliberando sobre matéria que tenha um vício formal, que já esteja contaminada por todo um processo não ético e de corrupção.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. JADER BARBALHO – Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra ao Líder Jader Barbalho por cinco minutos.

O SR. JADER BARBALHO (PMDB-PA. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Senadores, o noticiário da **Folha de S. Paulo** a respeito do envolvimento de Deputados e dos Governadores do Acre e do Amazonas merece uma meditação por parte do Senado.

Não concordo que, *a priori*, se faça juízos de que a emenda da reeleição esteja prejudicada, em que pese restrições em relação ao seu formato. Não chego a isso, Sr. Presidente, mas entendo que o Congresso Nacional, e, de modo especial, a Câmara dos Deputados, tem a obrigação de dar uma resposta a esse episódio, que envolve dois Governadores de Estado, Governadores estes que pretendem, junto ao Presidente da República, a reeleição, e Deputados Federais.

Para a opinião pública, há uma preocupação enorme. Se é verdade que Parlamentares alteram a Constituição em troca de propina e que essa propina deriva de Governadores Estaduais, é profundamente grave o episódio.

Tenho certeza de que V. Ex^a, como Presidente do Congresso Nacional, e o Deputado Michel Temer, como Presidente da Câmara dos Deputados, não deixarão essa denúncia passar em branco. Ela merece uma resposta rápida, porque a opinião pública está a exigí-la.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, semana passada, um Ministro de Estado disse que, para receber alguns Deputados, tinha que estar numa sauna. Isso é grave, Sr. Presidente, é muito grave! Quando

um Ministro de Estado faz um juízo a respeito de Parlamentares sem nominá-los, a instituição é que está sob suspeição. Essa instituição pertence ao Congresso Nacional, pertence ao povo brasileiro, que merece uma resposta imediata.

Portanto, em nome da liderança do PMDB, neste momento, quero manifestar a expectativa de que o Presidente da Câmara dos Deputados tomará providências enérgicas para a apuração desse episódio. Tenho certeza de que V. Ex^a, como Presidente do Congresso Nacional, está atento a essas providências.

O SR. ELCIO ALVARES – Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra ao Senador Elcio Alvares.

Evidentemente, já estamos no período da Ordem do Dia e teremos que entrar na Ordem do Dia. Evidentemente o tempo já foi ultrapassado. Mas asseguro prioridade a V. Ex^a, logo após a Ordem do Dia, o que não deve demorar.

Com a palavra o Senador Elcio Alvares.

O SR. ELCIO ALVARES (PFL-ES. Como Líder, para comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eminentes Colegas, ocupo, neste momento, o horário que antecede a Ordem do Dia para falar na condição de Líder do Governo no Senado da República.

Este pronunciamento, Sr. Presidente, tangido pelo tempo, deve ser claro, objetivo e insofismável.

Está-se fazendo em torno dessa matéria da **Folha de S. Paulo** – que é grave e merece toda nossa atenção – uma toada que não se compatibiliza, de maneira nenhuma, com a tramitação normal que está tendo a emenda da reeleição nesta Casa.

E se fala, Sr. Presidente, e se esbraveja, e se levanta dúvidas sem dar realmente a verdadeira informação dos fatos que estão ocorrendo aqui no Senado da República.

Quero comunicar aos Senadores que hoje não estiveram na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o mais alto Colegiado desta Casa para dirimir qualquer dúvida a respeito de assunto de justiça, que esta matéria, que esta sendo colocada agora no Plenário, como se fosse matéria que inova, em termos de discussão, já foi vencida na primeira instância, por parte da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Pergunta-se o resultado, Sr. Presidente: qual foi o resultado dos votos apurados na Comissão, quando foi levantada uma preliminar pelo eminente

Senador Antonio Carlos Valadares, pedindo sobre o fato da emenda da reeleição, em virtude dos fatos denunciados pela **Folha de S. Paulo**? Logo em seguida, o eminente Senador Epitacio Cafeteira colocou um aditivo ao pedido, solicitando que o tempo fosse de trinta dias, no que teve o apoio dos autores do requerimento.

Sr. Presidente, o eminente Presidente da Comissão, Senador Bernardo Cabral, como sempre faz, judiciosamente, com tranquilidade e serenidade, colocou a matéria em discussão. E lá no plenário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania os Srs. Senadores interessados na matéria tiveram oportunidade de abordar o assunto.

Houve, num raspão de pronunciamento, até referência a pessoas outras que não estão envolvidas no episódio, o que levou o eminente Senador José Fogaça a fazer uma colocação perfeitamente correta e oportuna para a matéria, espancando qualquer dúvida, principalmente com a veleidade de se atribuir a outras pessoas, que não as envolvidas, qualquer participação nesse feito.

Agora, Sr. Presidente, a resposta à pergunta que formulei – sobre qual foi o resultado da votação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, ao apreciando esse requerimento. Apenas dezoito votos contrários ao requerimento e quatro a favor. Retifico, Sr. Presidente, advertido que fui agora pelos eminentes Senadores Bernardo Cabral e Edison Lobão, foram dezenove votos contra o requerimento e quatro a favor.

Então, Sr. Presidente, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania já deu um **trailer** do sentimento desta Casa.

Neste momento, como Líder do Governo, dentro da trilha dos eminentes Colegas que me antecederam, quero declarar de público que queremos a apuração dos fatos. E qualquer Parlamentar, principalmente Congressista, não pode deixar que paire o labéu da dúvida no momento em que se vota matéria dessa importância. E aduzi, Sr. Presidente, fui mais além, sem o sentido de querer envolver ética com números, disse mesmo que se fosse adotado o critério que é comum na Justiça Eleitoral, iria se avaliar de quantos votos foi a diferença na votação da matéria para saber os elementos envolvidos, ou saber se o mérito da decisão teria implicação com os votos que, a esta altura, estão inquinados de dúvidas e de suspeitas.

Portanto, Sr. Presidente, encerrando, quero declarar o seguinte: esta Casa, hoje, pela manhã, examinando na Comissão de Constituição, Justiça e Ci-

dadania os episódios aqui enfocados por eminentes Líderes da Oposição, deu uma resposta cabal: a Emenda da Reelection tramita normalmente, com o apoio de dezenove votos favoráveis e quatro contrários, e eu não tenho dúvida de que esse Plenário, soberano, inatingível em qualquer tipo de suspeita, dará a resposta, praticamente, na quarta-feira, em primeira votação, e na segunda votação, em segundo turno, no dia 4 de junho, quando, então vamos ter dirimida de vez essa questão referente à Emenda da Reelection.

Era o esclarecimento que gostaria de fazer como Líder do Governo aqui no Senado.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES – Sr. Presidente, tendo sido citado nominalmente, o Regimento permite...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – V. Ex^a já falou e não foi citado de modo pejorativo. De modo que V. Ex^a não pode, infelizmente, usar da palavra.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES – Sr. Presidente, de fato, o Líder se pronunciou a meu respeito com muita correção. Mas o comentário que S. Ex^a fez pode estar ferindo a outros Senadores como está ferindo a mim. O comentário que S. Ex^a fez foi apenas numérico, achando que o pronunciamento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania de dezenove a quatro votos já é suficiente para enterrar o assunto, ou deixar de apurar os fatos. Sr. Presidente, na realidade, quando entramos com o requerimento foi em defesa da própria instituição: o Legislativo. Tanto que, por ocasião da discussão dessa matéria, entraremos com um novo requerimento de adiamento da votação, assim como, amanhã, no plenário da mesma Comissão – o Senador José Eduardo já se pronunciou sobre isso – interponemos novos recursos a fim de que seja sobrestada a matéria no âmbito da Câmara dos Deputados. E ainda mais: em nenhum momento o autor do requerimento se referiu, como aqui foi citado, à figura do Presidente da República, a quem, até o presente momento, respeito pela forma como Sua Excelência tem agido do ponto de vista ético e moral.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Peço a V. Ex^a que colabore com a Mesa e encerre.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES – Em nenhum momento falei na figura do Presidente da República, tanto na Comissão quanto aqui.

Terminando, gostaria de dizer ao nobre Líder do Governo que essa matéria poderá ser sobrestada

não só na Comissão como também aqui, no âmbito do Plenário. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Quero advertir que outra vez que o Senador fale sem ordem da Mesa a sessão será suspensa mas a Mesa não será desrespeitada. Não haverá nenhuma indisciplina no plenário. Quero advertir que isso não acontecerá outra vez. Há o respeito à palavra de todos os Senadores, mas também há de haver respeito à palavra da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Sobre a mesa, projeto que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Nabor Júnior.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 87, DE 1997

Regula os casos de não aplicação da lei estrangeira e dá nova redação ao art. 17 da Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 – Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Dê-se ao art. 17 da Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 – Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro, a seguinte redação:

"Art. 17 As leis, atos e sentenças de outro país, bem como quaisquer declarações de vontade, não terão eficácia no Brasil, quando ofenderem a soberania nacional, a ordem pública e os bons costumes, ou quando pretenderem ter efeitos extraterritoriais normalmente não admitidos em direito internacional."

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

A Lei Helms-Burton, aprovada pelo Congresso americano como meio de ampliação de sanções contra a política castrista, tem sido objeto de veemente repúdio por parte da comunidade internacional, sobretudo por seus efeitos extraordinários que a levam a coibir e a sancionar o comportamento de pessoas físicas e jurídicas de outras nações, em seus relacionamentos com Cuba.

Vários organismos internacionais, como a OMC, a OCDE, a OEA a União Européia têm sido palco de discussões, que se têm transformado em resoluções ou moções de repúdio ao diploma legal estadunidense.

Nosso Congresso Nacional não faltou ao seu dever de criticar a medida anticastrista, ainda quando a Lei Helms-Burton era simples projeto de lei.

O governo americano não cedeu nem mesmo às pressões de seus vizinhos do NAFTA, tais como Canadá e México.

Os jornais noticiaram que o Canadá empreendeu uma medida legislativa capaz de permitir aos canadenses prejudicados pela lei exorbitante acionarem os tribunais locais para ressarcimento de eventuais prejuízos sofridos pela aplicação das sanções econômicas americanas.

Penso que o nosso País não pode se dar ao luxo de indenizar empresas brasileiras em semelhante situação, mas considero que, no nosso caso, seria viável manifestar o nosso repúdio a eventuais leis extraterritoriais dos Estados Unidos ou de qualquer outro país, com uma simples modificação redacional em nossa Lei de Introdução ao Código Civil.

Como se sabe, o art. 17 do mencionado diploma legal conclama nossas autoridades a não darem eficácia a nenhuma lei ato ou sentença estrangeira que ofenda a ordem pública, a soberania nacional e os bons costumes.

Se quisermos manifestar um desacordo explícito com a legislação norte-americana poderíamos simplesmente completar a frase legal, enfatizando que também não será reconhecida, no Brasil, lei, ato ou sentença estrangeira que pretenda produzir efeitos extraterritoriais normalmente não admitidos em direito internacional.

Embora a doutrina antiga proclame que, ao legislar, qualquer estado soberano tudo pode, na verdade, o costume internacional, de longa data, admitiu limites à ação das soberanias estatais e o princípio de não intervenção, tanto quanto o de igualdade soberana dos estados, têm sido respeitados como dois pilares indispensáveis da ordem jurídica internacional.

Os países de direito legislado, como o Brasil, têm o dever de expressar em suas leis repúdio pelas práticas exorbitantes de estados que não sabem respeitar limites saudáveis de comportamento.

Sala das Sessões 13 de maio de 1997. – Senadora **Benedita da Silva** – Senador **Geraldo Melo**.

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO-LEI Nº 4.657
DE 4 DE SETEMBRO DE 1942

Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro

Art. 1º Salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país quarenta e cinco dias depois de oficialmente publicada.

§ 1º Nos Estados estrangeiros a obrigatoriedade da lei brasileira quando admitida, se inicie três meses depois de oficialmente publicada.

§ 2º A vigência das leis que os Governos Estaduais elaborem por autorização do Governo Federal, depende da aprovação deste e começa, no prazo que a legislação estadual fixar.

§ 3º Se, antes de entrar a lei em vigor, ocorrer nova publicação de seu texto, destinada a correção, o prazo deste artigo e dois parágrafos anteriores começará a correr da nova publicação.

§ 4º As correções a texto de lei já em vigor consideram-se lei nova.

Art. 2º Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.

§ 1º A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.

§ 2º A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.

§ 3º Salvo disposição em contrário, a lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência.

Art. 3º Ninguém se excusa de cumprir a lei, alegando que não a conhece.

Art. 4º Quando a lei for omissa, o juiz decidirá o caso de acordo com a analogia, os costumes e os princípios gerais de direito.

Art. 5º Na aplicação da lei, o juiz atenderá aos fins sociais a que ela se dirige e às exigências do bem comum.

Art. 6º A lei em vigor terá efeito imediato e geral. Não atingirá, entretanto, salvo disposição expressa em contrário, as situações jurídicas definitivamente constituídas e a execução do ato jurídico perfeito.

Art. 7º A lei do país em que fôr domiciliada a pessoa determina as regras sobre o começo e o fim da personalidade, o nome, a capacidade e os direitos de família.

§ 1º Realizando-se o casamento no Brasil, será aplicada a lei brasileira quanto aos impedimentos dirimentes e às formalidades da celebração.

§ 2º O casamento de estrangeiro pode celebrar-se perante as autoridades diplomáticas ou consulares do país em que um dos nubentes seja domiciliado.

§ 3º Tendo os nubentes domicílio diverso, regerá os casos de invalidade do matrimônio a lei do primeiro domicílio conjugal.

§ 4º O regime de bens, legal ou convencional, obedece à lei do país em que tiverem os nubentes domicílio conjugal.

§ 5º O estrangeiro casado, que se naturalizar brasileiro, pode, mediante expressa anuência de seu cônjuge, requer ao juiz, no ato de entrega do decreto de naturalização, se apostile ao mesmo a adoção do regime da comunhão universal de bens, respeitados os direitos de terceiro e dada esta adoção ao competente registro.

§ 6º Não será reconhecido no Brasil o divórcio, se os cônjuges forem brasileiros. Se um deles o for, será reconhecido o divórcio quanto ao outro; que não poderá, entretanto, casar-se no Brasil.

§ 7º Salvo o caso de abandono, o domicílio do chefe da família estende-se ao outro cônjuge e aos filhos não emancipados, e o do tutor ou curador aos incapazes sob sua guarda.

§ 8º Quando a pessoa tiver domicílio, considerar-se-á domiciliado no lugar de sua residência ou naquele em que se encontre.

Art. 8º Para qualificar os bens e regular as relações a eles concernentes, aplicar-se-á a lei do país em que estiverem situados.

§ 1º Aplicar-se-á a lei do país em que for domiciliado o proprietário, quanto aos bens móveis que ele trazer ou se destinarem a transporte para outros lugares.

§ 2º O penhor regula-se pela lei do domicílio que tiver a pessoa, em cuja posse se encontre a coisa apenhada.

Art. 9º Para qualificar e reger as obrigações, aplicar-se-á a lei do par em que se constituírem.

§ 1º Destinando-se a obrigação a ser executada no Brasil e dependendo de forma essencial, será esta observada, admitidas as peculiaridades da lei estrangeira quanto aos requisitos extrínsecos do ato.

§ 2º A obrigação resultante do contrato reputa-se constituída no lugar em que residir o proponente.

Art. 10. A sucessão por morte ou por ausência obedece à lei do país em que era domiciliado o defunto ou o desaparecido, qualquer que seja a natureza e a situação dos bens.

§ 1º A vocação para suceder em bens de estrangeiro situados no Brasil será regulada pela lei brasileira em benefício do cônjuge brasileiro e dos fi-

lhos do casal, sempre que não lhes seja mais favorável a lei do domicílio.

§ 2º A lei do domicílio do herdeiro ou legatário regula a capacidade para suceder.

Art. 11. As organizações destinadas a fins de interesse coletivo, como as sociedades e as fundações, obedecem à lei do Estado em que se constituírem.

§ 1º Não poderão, entretanto, ter no Brasil filiais, agências ou estabelecimentos antes de serem os atos constitutivos aprovados pelo Governo brasileiro, ficando sujeitos à lei brasileira.

§ 2º Os Governos estrangeiros, bem como as organizações de qualquer natureza, que eles tenham constituído, dirijam ou hajam investido de funções públicas, não poderão adquirir no Brasil bens imóveis ou susceptíveis de desapropriação.

§ 3º Os Governos estrangeiros podem adquirir a propriedade dos prédios necessários à sede dos representantes diplomáticos ou dos agentes consulares.

Art. 12. É competente a autoridade judiciária brasileira, quando for o réu domiciliado no Brasil ou aqui tiver de ser cumprida a obrigação.

§ 1º Só à autoridade judiciária brasileira compete conhecer das ações relativas a imóveis situados no Brasil.

§ 2º A autoridade judiciária brasileira cumprirá, concedido o **exequatur** e segundo a forma estabelecida pela lei brasileira, as diligências deprecadas por autoridade estrangeira competente, observando a lei desta, quanto ao objeto das diligências.

Art. 13. A prova dos fatos ocorridos em país estrangeiro rege-se pela lei que nele vigorar, quanto ao ônus e aos meios de produzir-se, não admitindo os tribunais brasileiros provas que a lei brasileira desconheça.

Art. 14. Não conhecendo a lei estrangeira, poderá o juiz exigir de quem a invoca prova do texto e da vigência.

Art. 15. Será executada no Brasil a sentença proferida no estrangeiro, que reúna os seguintes requisitos:

- a) haver sido proferida por juiz competente.
- b) terem sido as partes citadas ou haver-se legalmente verificado à revelia;
- c) ter passado em julgado e estar revestida das formalidades necessárias para a execução no lugar em que foi proferida;
- d) estar traduzida por intérprete autorizado;

e) ter sido homologado pelo Supremo Tribunal Federal.

Parágrafo único. Não dependem de homologação as sentenças meramente declaratórias do estado das pessoas.

Art. 16. Quando, nos termos dos artigos precedentes, se houver de aplicar a lei estrangeira, ter-se-à em vista a disposição desta, sem considerar-se qualquer remissão por ela feita a outra lei.

Art. 17. As leis, atos e sentenças de outro país, bem como quaisquer declarações de vontade, não terão eficácia no Brasil, quando ofenderem a soberania nacional, a ordem pública e os bons costumes.

Art. 18. Tratando-se de brasileiros ausentes de seu domicílio no país, são competentes as autoridades consulares brasileiras para lhes celebrar o casamento, assim como para exercer as funções de tabelião e de oficial do registro civil em atos a eles relativos no estrangeiro.

À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – O projeto lido será publicado e remetido à comissão competente.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Ronaldo Cunha Lima.

É lido e aprovado o seguinte.

REQUERIMENTO Nº 327, DE 1997

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do art. 218 do Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, as seguintes homenagens pelo falecimento do Desembargador Milton Malulei:

a) inserção em ata de um voto de profundo pesar;

b) apresentação de condolência à família e ao Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul.

Sala das Sessões, em 13 de maio de 1997. – **Ramez Tebet**.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Será cumprida a deliberação de Plenário.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário, Senador Ronaldo Cunha Lima.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 328, DE 1997

Sr. Presidente,

Requeremos urgência, nos termos do art. 336, alínea b, do Regimento Interno, para o Ofício S nº 37/97 – PDV – Estado do Piauí.

Sala das Sessões, 13 de maio de 1997 – **Hugo Napoleão – Sérgio Machado – Valmir Campelo – Jader Barbalho**

REQUERIMENTO Nº 329, DE 1997

Senhor Presidente,

Nos termos da alínea b, do art. 336, do Regimento Interno, requeremos urgência para o Ofício nº 24, de 1997, que encaminha solicitação do Governo do Estado do Espírito Santo para que possa contratar operação de crédito no valor de R\$64.600,00 destinados à cobertura dos créditos trabalhistas provenientes da execução do Programa de Demissão Voluntária.

Sala das Sessões, 13 de maio de 1997. – **Francisco Pereira – Gerson Camata – Valmir Campelo – Sérgio Machado – José Eduardo Dura – Jader Barbalho – Elcio Alvares**.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Estes requerimentos serão votados após a Ordem do Dia, na forma do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Ronaldo Cunha Lima.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 330, DE 1997

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a Vossa Excelência que, através da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, seja transmitida, à Representação Brasileira junto ao III Encontro das Américas, iniciado hoje em Belo Horizonte, a preocupação do Senado Federal em relação à proposta de imediata constituição da Área de Livre Comércio das Américas – ALCA, em detrimento da consolidação do Mercosul, que deve ser considerada como prioritária, estabelecendo-se o ano de 2005 como macro inicial de consolidação da Alca.

Justificação

As atenções dos povos americanos voltam-se, nesta semana, para a cidade de Belo Horizonte, onde se realiza o III Encontro das Américas, passo fundamental para a criação da Área de Livre Comércio das Américas – ALCA. Em tempos de internacionalização da economia, não há como descurar a importância de um mercado cuja produção de merca-

dorias e serviços e aproxima-se dos 8 (oito) trilhões de dólares.

A experiência de formação de blocos de países para a consolidação de interesses comuns tem sido procedida de amplas discussões e do cumprimento de etapas que buscam a maximização de ganhos para as populações de todos os países participantes.

O Brasil tem dado mostras claras de seu empenho no sentido da integração econômica internacional. A economia brasileira tem se esforçado pela obtenção de competitividade e o País tem minimizado barreiras à importação de produtos estrangeiros. Para se ter uma idéia, as tarifas médias de importação, aqui praticadas, que, em 1990, atingiram 32,2%, caíram para 12,6%, a partir de 1995.

Esse mesmo esforço não tem encontrado reciprocidade de países potencialmente importadores de produtos brasileiros. São conhecidas as barreiras tarifárias que sobretaxa nossos produtos em até 125% ou que impedem as nossas exportações, sob alegações, nem sempre tão objetivas, de ordem sanitária.

Tais constatações não se circunscrevem, unicamente, ao caso brasileiro. Não é à toa que o balanço internacional da América Latina é, cada vez mais, deficitário. Também não é à toa que se consolidam bloco sub-regionais de integração econômica, para agilizar os recursos latentes no interior de cada país e para consolidar economias que hoje, sofrem as conseqüências das chamadas desvantagens comparativas no comércio com o resto do mundo.

Exemplo típico é o Mercosul, cuja integração se fundamenta nos resultados de uma ampla discussão entre os respectivos governos e no contexto da sociedade civil organizada. O Mercosul é, também, para o Brasil, de importância fundamental para balizar a participação do País nas discussões das etapas definidas no cronograma de implantação da Alca. Portanto, consolidar o Mercosul é tarefa cuja importância extrapola os limites que definem os objetivos propostos na integração do Cone Sul. Ele se constitui no marco referencial para que o País possa maximizar suas vantagens comparativas nas discussões sobre a integração das Américas. Isso, sem macular o cronograma, anteriormente definido, para a implantação da Alca.

Há que se louvar a iniciativa das discussões que ora se efetivam em Belo Horizonte. Mas, não se encontram razões que justifiquem a antecipação de etapas de tal cronograma. Nem que se relegue a plano inferior uma experiência já em fase de consolidação, como o Mercosul, em benefício de propostas

que devem estar, ainda, em fase de discussão de temas regulatórios.

Sala das Sessões, 13 de maio de 1997. – Senador **Pedro Simon**.

O SR. PEDRO SIMON – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra ao ilustre Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB-RS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, está se realizando a reunião que referi da maior importância, em Belo Horizonte, exatamente começando agora. E o Governo brasileiro sustenta uma posição que me parece absolutamente correta, de que esta integração proposta pelo governo americano, de toda a América, e que eles querem começar a abertura do comércio no ano que vem, seja feita com mais tranquilidade, provavelmente lá pelo ano 2005.

Acho que numa hora como essa, que nós, Brasil, estamos sendo pressionado a não termos o desenvolvimento natural, onde o Mercosul está tendo uma vitória espetacular, com algumas questões e com algumas dificuldades, principalmente para nós do Brasil, pela primeira vez os americanos do norte, que primeiro fizeram a aliança com o México e com o Canadá, agora, de repente, da noite para o dia, querem fazer uma integração imediata de mercado comum da América toda, que será altamente prejudicial ao Brasil e à América, se não se deixar primeiro consolidar o Mercosul e, depois disso, dar-se prazo a que nós, do Mercosul, dialoguemos como os norte-americanos mas em condições de uma certa igualdade. Porque, caso contrário, o que sentimos é que já há uma preocupação com relação ao Mercosul, e os norte-americanos, que nunca viram com maior simpatia o crescimento da América Latina, já estão preocupados nesse sentido.

Por isso, Sr. Presidente, peço o apoio do Plenário e de V. Ex^a, se fosse possível, para que o Presidente José Sarney convoque uma reunião extraordinária da Comissão de Relações Exteriores no sentido de fazer chegar à delegação brasileira, em Minas Gerais, o posicionamento do Senado Federal.

Sr. Presidente, é tão lógica, é tão clara essa manifestação que V. Ex^a poderia, ouvindo a Casa, colocar em votação aqui, porque tenho certeza que a Comissão de Relações Exteriores aprovaria o nosso voto de solidariedade do Senado à posição que o Brasil está defendendo em Belo Horizonte.

É um apelo que faço a V. Ex^a, Sr. Presidente, já que a reunião está sendo instalada e desenvolvida e ainda não vi na Casa o Presidente da Co-

missão de Relações Exteriores, Senador José Sarney, de votarmos já agora uma moção do Plenário do Senado de solidariedade à delegação brasileira, em Belo Horizonte, de que a posição levada pelo Presidente Fernando Henrique e que a delegação brasileira está defendendo é também a posição do Senado.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Sugiro que V. Ex^a faça um requerimento mais amplo nesse sentido, e pedirei aos Líderes que assinem a urgência. Votaremos na sessão de hoje ou na de amanhã essa manifestação do Plenário.

O SR. PEDRO SIMON – Muito obrigado, Sr. Presidente. Farei agora mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário, Senador Ronaldo Cunha Lima.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 331, DE 1997

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 160 do Regimento Interno, requeremos que o tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente da sessão de 1º de outubro do corrente ano, seja destinado à comemoração dos cento e setenta anos do Jornal do Commercio.

Sala das Sessões, 13 de maio de 1997. – Senador **Artur da Távola** – Senador **Jonas Pinheiro** – Senador **Francelino Pereira** – Senador **João França** – Senador **Lucídio Portella** – Senador **Teotônio Vilella Filho** – Senador **Benedita da Silva**.

REQUERIMENTO Nº 332, DE 1997

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do art. 160 do Regimento Interno, que o tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente da sessão de 11 de dezembro de 1997 seja dedicado a comemorar o centenário da cidade de Belo Horizonte, dia 12-12.

Sala das Sessões, 13 de maio de 1997.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Os requerimentos serão submetidos à deliberação do Plenário após a Ordem do Dia, nos termos do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Ronaldo Cunha Lima.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 333, DE 1997

Senhor Presidente,

Solicito a especial atenção de Vossa Excelência, para de acordo com o artigo 172, inciso II, alínea d, do Regimento do Senado Federal, autorizar a inclusão na Ordem do Dia da Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal de 14 de maio, o Ofício "S" nº 36, de 1997, do Banco Central do Brasil relativo à solicitação do Governo de Estado do Rio Grande do Sul à emissão de Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Rio Grande do Sul – LFTRS, cujos recursos serão destinados ao giro da dívida mobiliária vencível no 1º semestre de 1997.

Esclareço que a matéria foi aprovada na sessão ordinária da Comissão de Assuntos Econômicos de 13 do corrente estando perfeitamente instruída e, que esta dívida vence no próximo dia 15 de maio.

Certo da acolhida de Vossa Excelência ao pleito em tela, antecipadamente agradeço e externo minhas expressões de minha estima e apreço.

Sala das Sessões, 13 de maio de 1997. – Senador **José Fogaça**. – **Pedro Simon** – **Emília Fernandes**.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Em votação.

O SR. JOSÉ FOGAÇA – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Senador José Fogaça.

O SR. JOSÉ FOGAÇA (PMDB-RS. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, trata-se de uma rolagem de dívida mobiliária estadual. Houve um atraso na liberação do parecer por parte do Banco Central. Um prazo bastante curto para votação no Senado Federal, mas, mesmo assim, cumprimos todas as etapas, ou seja, foi aprovado o parecer do Senador Pedro Simon pela Comissão de Economia, devidamente. Não há aqui nenhuma transposição – não se passa por

cima da Comissão -, segue-se o rito regimental. Mas há um detalhe que é, neste caso, o que determina este requerimento: na próxima quinta-feira, realizar-se-á o leilão de oferta desses títulos, e é o prazo de vencimento que obriga o Governo do Rio Grande do Sul a desembolsar recursos, caso não seja feita a rolagem.

Deste modo, Sr. Presidente, há uma necessidade urgente de que seja votada esta matéria, daí o requerimento apresentado à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – A Presidência, nos termos do art. 172 do Regimento Interno, e em atendimento à solicitação constante do Requerimento 333, do Senador José Fogaça e outros, que acaba de ser lido e justificado pelo ilustre Senador, determina a inclusão do Projeto de Resolução nº 59, de 1997, na pauta da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – A Presidência recebeu Ofício nº 1.252, de 1997, na origem, de 12 do corrente, através do qual o Presidente do Banco Central encaminha parecer daquele Órgão relativo à solicitação do Governo do Estado do Espírito Santo para que possa contratar operação de crédito no valor de sessenta e quatro milhões e seiscentos mil reais, junto à Caixa Econômica Federal, relativa ao Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, especificamente ao Programa de Desligamento Voluntário – PDV.

A matéria, anexada ao processado do Ofício nº S/24, de 1997, vai à Comissão de Assuntos Econômicos, que terá o prazo de 15 dias, para sua apreciação, nos termos da Resolução nº 70, de 1995, com a redação dada pela Resolução nº 12, de 1997.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – A Presidência recebeu, do Banco Central do Brasil, o Ofício nº 1.253, de 1997, na origem, em aditamento ao Ofício nº 1.098/97, daquele Órgão, sobre o contrato de operação de crédito firmado entre o Governo do Estado do Piauí e a Caixa Econômica Federal, relativo ao Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, especificamente o Programa de Desligamento Voluntário – PDV.

A matéria, anexada ao processado do Ofício nº S/37, de 1997, vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de

emendas ao Projeto de Lei da Câmara nº 114, de 1995 (nº 2.142/91, na Casa de origem), que dispõe sobre a manutenção dos empregados em convênios médicos e dá outras providências.

Ao projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria será incluída na Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – A Presidência também recebeu, do Banco do Nordeste, o Ofício nº 492/97, de 7 do corrente, encaminhando, nos termos do art. 20, § 4º, da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, as Demonstrações Contábeis do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), administrado por aquele Órgão, com a posição em 31 de dezembro de 1996.

O expediente vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, e, em cópia, à Comissão de Fiscalização e Controle. (Diversos nº 10, de 1997-CN e Diversos nº 25, de 1997)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – A Presidência comunica ao Plenário que incluiu na Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de amanhã, 14 de maio, as Mensagens nºs 65, 90 e 92, de 1997, que tratam da escolha de Embaixadores.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Esgotado o tempo destinado ao Expediente.

Presentes na Casa 72 Srs. Senadores.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 88, DE 1996

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 324, de 1997 – art. 336, b)

Projeto de Lei da Câmara nº 88, de 1996 (nº 1.240/95, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera os arts. 1º e 20 da Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, e acrescenta parágrafo ao art. 140 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940.

(Dependendo de parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, e da votação do Requerimento nº 326, de 1997, de tramitação conjunta com o Projeto de Lei do Senado nº 52, de 1997)

Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon para proferir parecer sobre a matéria.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB-RS. Para Emitir Parecer) – Sr. Presidente Sr^{as} e Srs. Senadores.

I – Relatório

No termos do art. 101, II, 4, do Regimento Interno, é submetido ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania o Projeto de Lei da Câmara nº 88, de 1996 (nº 1.240, de 1995, na Casa de origem), que "altera os arts. 1º e 20 da Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, e acrescenta parágrafo ao art. 140 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940". A apreciação da matéria dá-se em plenário, em obediência à urgência aprovada, nos termos do art. 336, b, do Regimento, em 8 de maio de 1997, mediante o Requerimento nº 324, de 1997.

A proposição, de autoria do nobre Deputado Paulo Paim, visa a inibir condutas discriminatórias resultantes de preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional. Mantém a criminalização, igualmente, do fabrico, da comercialização, da distribuição de emblemas, ornamentos, distintivos ou de propaganda que utilize a cruz suástica ou gamada, para fins de divulgação do nazismo.

Foi acolhido, ainda na Casa de origem, o substitutivo oferecido, destinado a corrigir: o ano de edição da Lei nº 7.716/89, a indicação correta dos dispositivos e sua renumeração, e a substituição da expressão "procedência nacional" pela palavra "origem", para ampliar o alcance da norma punitiva. Além disso, o substitutivo acrescenta parágrafo ao art. 140 do Código Penal, com vistas a fixar penas aos crimes de injúria motivados por preconceito de raça, cor, e origem, ou as discriminações fundadas em condição econômica, social, política ou religiosa.

Para o art. 22 da Lei nº 7.716/89, o projeto adotado na Câmara preconiza incluir, entre os crimes contra a honra, o de constrangimento motivado por preconceito.

O teor da proposição leva em conta duas alterações posteriores da Lei nº 7.716, de 1989. Com efeito, as Leis nºs 8.081, de 21 de setembro de 1990, e 8.882, de 3 de junho de 1994, têm seus conteúdos normativos absorvidos pelo PLC nº 88, de 1996, ora sob análise.

O autor do projeto já mencionara, na justificação da iniciativa, ter-se presente que "a reputação, o decoro, a honra, a dignidade das pessoas de-

mandam consideração e respeito." Ademais, destaca que "as práticas discriminatórias (...) apresentam alarmantes índices de aumento. Esses atos precisam ser coibidos imediatamente." Inadiável, portanto, tornar severa a punição para essa espécie de crime que avilta a pessoa naquilo que tem de mais precioso: a sua honra e imagem. A iniciativa busca, destarte, conferir ao direito instrumentos idôneos no sentido de permitir, nesse particular, a inibição de condutas atentatórias à dignidade do ser humano.

Ao projeto não foram oferecidas emendas nos prazos regimentais aplicáveis.

É o relatório.

II – Voto

Examinado o projeto quanto a sua constitucionalidade, juridicidade e regimentabilidade, nada foi detectado que obste sua aprovação. No mérito, é indiscutível sua procedência, atualidade e necessidade. Ademais, a consolidação que o presente projeto opera, entre as Leis nºs 7.716/89, 8.081/90 e 8.882/94, – em benefício da primeira, já consagrada na memória nacional – é bem-vinda por contribuir para a clareza da ordem jurídica em matéria de tão grande relevância social e por fornecer, aos cidadãos e aos agentes públicos, à Justiça e as seus dispensadores, um instrumento claro e moderno de ação.

Quanto à técnica legislativa, faz-se apenas necessária menção específica, de natureza meramente expletiva e redacional, no art. 4º do projeto sob exame, de revogação do art. 1º da Lei nº 8.081, de 1990, que deu – à época – nova redação ao art. 20 da Lei nº 7.716/89. Na medida em que o presente PLC nº 88/96 retoma o teor do art. 1º da Lei nº 8.081/90, incorporando-o a si, tem-se a revogação do tal dispositivo na versão de 1990. Resta apenas, por conseguinte, o comando do art. 2º da Lei nº 8.081/90, que determinou a renumeração de artigos da Lei nº 7.716/89.

Opinamos, em consequência, pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 88, de 1996, na forma como foi sufragado pela Câmara dos Deputados, com a seguinte emenda de redação:

EMENDA DE REDAÇÃO – CCJ

Acresça-se ao art. 4º do PLC nº 88, de 1996, a seguinte redação expletiva, após o termo "especialmente":

"... o art. 1º da Lei nº 8.081, de 21 de setembro de 1990, e..."

de modo que o artigo fique com o seguinte teor:

"Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário, especialmente o art. 1º da Lei nº 8.081, de 21 de setembro de 1990, e a Lei nº 8.882, de 3 de junho de 1994".

VOTO EM SEPARADO DO SENADOR ROBERTO FREIRE, ANEXADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA.

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 88, de 1996 (nº 1.240, de 1995, na Casa de origem), que "altera os arts. 1º e 20 da Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, e acrescenta parágrafo ao art. 140 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940.

Relator: Senador Roberto Freire

I – Relatório

Encontra-se sob exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania o Projeto de Lei da Câmara nº 88, de 1996 (nº 1.240, de 1995, na Casa de origem), que "altera os arts. 1º e 20 da Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, e acrescenta parágrafo ao art. 140 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940.

A referida proposição, de autoria do nobre Deputado Paulo Paim, que chegou a ser analisada em profundidade pela Senadora Benedita da Silva, quando integrava a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, visa a inibir condutas discriminatórias resultantes de preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional. Criminaliza, também, o fabrico, a comercialização, a distribuição de emblemas, ornamentos, distintivos ou propaganda que utilize a cruz suástica ou gamada, para fins de divulgação do nazismo.

Conforme o autor do projeto mencionou na justificação da iniciativa a reputação o decoro, a honra, a dignidade das pessoas demandam consideração e respeito". Além disso, cabe destacar que "as práticas discriminatórias (...) apresentam alarmantes índices de aumento. Esses atos precisam ser coibidos imediatamente".

É preciso, portanto, tomar severa a punição para essa espécie de crime que avilta a pessoa naquilo que tem de mais precioso: a sua honra e imagem. A iniciativa busca, destarte, conferir ao direito

instrumentos idôneos no sentido de permitir, nesse particular, a inibição de condutas atentatórias à dignidade do ser humano.

É bom ressaltar que, segundo o nosso entendimento, o combate a qualquer forma de preconceito é uma conquista da civilização a ser preservada e ampliada. Julgamos, inclusive, que no decorrer do Século XXI será necessário colocar na ordem do dia, em escala internacional, o próprio fim do conceito de estrangeiro. A humanidade já clama por um mundo mais íntegro e, portanto, mais democrático.

II – Voto

Examinado o projeto quanto a sua constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade, nada foi detectado que obste sua aprovação. No mérito, é indiscutível sua procedência, haja vista as razões anteriormente expendidas.

Opinamos em consequência, pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 88, de 1996, na forma como foi sufragado pela Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, – **Roberto Freire**, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Carlos Magalhães) – O parecer é favorável.

Em 9 do corrente, foi lido o Requerimento nº 326, solicitando a tramitação conjunta da matéria com o Projeto de Lei nº 52, de 1997, por regularem a mesma matéria.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Ronaldo Cunha Lima.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 334, DE 1997

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 256, § 2º, a, do Regimento Interno, a retirada, em caráter definitivo, do Requerimento nº 326 de 1997.

Sala das Sessões, 13 de maio de 1997. – **Pedro Simon**.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – A Presidência defere de ofício o requerimento que acaba de ser lido.

O requerimento vai ao Arquivo.

A Presidência esclarece que poderão ser oferecidas emendas à proposição até o encerramento da discussão.

Discussão em conjunto do projeto e da emenda em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o projeto, sem prejuízo da emenda.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação a emenda de redação.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

O projeto vai à Comissão Diretora para a redação final. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Sobre a mesa, parecer oferecendo a redação final que será lido pelo 1º Secretário, Senador Ronaldo Cunha Lima.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 208, DE 1997
(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 88, de 1996 (nº 1.240, de 1995, na Casa de Origem).

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 88, de 1996 (nº 1.240, de 1995, na Casa de Origem), que altera os arts. 1º e 20 da Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, e acrescenta parágrafo ao art. 140 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940.

Sala de Reuniões da Comissão, 13 de maio de 1997. – **Geraldo Melo**, Presidente – **Ronaldo Cunha Lima**, Relator – **Carlos Patrocínio** – **Emília Fernandes**.

ANEXO AO PARECER Nº 208, DE 1997

Altera os arts. 1º e 20 da Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, e acrescenta parágrafo ao art. 140 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os arts. 1º e 20 da Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Serão punidos, na forma desta lei, os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional."

"Art. 20. Praticar, induzir ou incitar a discriminação ou, preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional.

Pena – reclusão de um a três anos e multa.

§ 1º Fabricar, comercializar, distribuir ou veicular símbolos, emblemas, ornamentos, distintivos ou propaganda que utilizem a cruz suástica ou gamada, para fins de divulgação do nazismo.

Pena – reclusão de dois a cinco anos e multa.

§ 2º Se qualquer dos crimes previstos no **caput** é cometido por intermédio dos meios de comunicação social ou publicação de qualquer natureza:

Pena – reclusão de dois a cinco anos e multa.

§ 3º No caso do parágrafo anterior, o juiz poderá determinar, ouvido o Ministério Público ou a pedido deste, ainda antes do inquérito policial, sob pena de desobediência:

I – o recolhimento imediato ou a busca e apreensão dos exemplares do material respectivo;

II – a cessação das respectivas transmissões radiofônicas ou televisivas.

§ 4º Na hipótese do § 2º, constitui efeito da condenação, após o trânsito em julgado da decisão, a destruição do material apreendido."

Art. 2º O art. 140 do Código Penal é acrescido do seguinte parágrafo:

"§ 3º Se a injúria consiste na utilização de elementos referentes a raça, cor, etnia, religião ou origem:

Pena – reclusão de um a três anos e multa."

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário, especialmente o art. 1º da Lei nº 8.081, de 21 de setembro de 1990, e a Lei nº 8.882, de 3 de junho de 1994.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – O parecer é favorável.

Aprovado o projeto e estando a matéria em regime de urgência, passa-se à imediata apreciação da redação final.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovada.

A matéria vai à sanção.

Em homenagem ao dia de hoje, estou encaminhando ao Presidente da República, para sanção, o projeto que acaba de ser aprovado pelo Senado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)
– Item 2:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 44, DE 1995

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 1995 (nº 3.051/89, na Casa de origem), que dispõe sobre as Colônias, Federações e Confederação Nacional dos Pescadores, regulamentando o parágrafo único do art. 8º da Constituição Federal, tendo

Pareceres sob nºs 203, de 1996, e 157, de 1997, da Comissão de Assuntos Sociais, **1º pronunciamento**: favorável; e **2º pronunciamento** (reexame): favorável, com emendas nºs 1 a 3-CAS que apresenta.

A discussão da matéria foi encerrada na sessão deliberativa de 16 de maio de 1996. Portanto, vamos à votação do projeto sem prejuízo das emendas.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Passa-se à votação em conjunto das Emendas de nºs 1 a 3 com parecer favorável.

Os Srs. Senadores e Senadoras que as aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovadas.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)
– Item 3:

REQUERIMENTO Nº 292, DE 1997

Votação, em turno único, do Requerimento nº 292, de 1997, do Senador Iris Rezende, solicitando, nos termos regimentais, a retirada do Projeto de Lei do Senado nº 60, de 1997, de sua autoria, que torna obrigatório o uso de dispositivo de segurança em tanques e recipientes de combustíveis líquidos e gasosos.

Em votação o requerimento em turno único.

Os Srs. Senadores e Senadoras que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O Projeto de Lei do Senador Iris Rezende vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)
– Item 4:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 204, DE 1993

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 204, de 1993 (nº 731/91, na Casa de origem), que acrescenta parágrafos ao art. 6º da Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949, que dispõe sobre o repouso semanal remunerado, tendo

Parecer favorável, sob nº 125, de 1997, da Comissão de Assuntos Sociais, com voto contrário do Senador Casildo Maldaner, e com voto vencido, em separado, do Senador Osmar Dias.

Ao projeto não foram oferecidas emendas, nos termos do art. 235 do Regimento Interno.

Passa-se, assim, à discussão do projeto em turno único.

Em discussão.

O SR. BELLO PARGA - Sr. Presidente, peço a palavra para discutir a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)
– Com a palavra o Senador Bello Parga, para discutir o projeto.

O SR. BELLO PARGA (PFL-MA. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, falo na condição de Relator do vencido da presente proposição.

Tomo da palavra para dizer que pretendo apresentar à Mesa um requerimento que tenho em mãos, solicitando o adiamento da discussão do projeto. Para que a Casa tome conhecimento das razões que me levam a pedir o adiamento, na qualidade de Relator do vencido, vou ler a justificação do meu requerimento, Sr. Presidente:

Quando do exame desta proposição na Comissão de Assuntos Sociais, em 02 de abril p.p., houve divergência de opiniões entre mim e o Relator designado, Senador Osmar Dias, tendo prevalecido em votação o meu entendimento do assunto, razão por que fui designado Relator do vencido pelo Presidente da Comissão, o nobre Senador Ademir Andrade.

Reexaminando a proposição, agora – com mais vagar –, para fins de discussão

hoje neste plenário, assaltaram-me dúvidas sobre se o meu ponto de vista seria o mais correto – se o meu entendimento seria o mais perfeito –, abalando a minha convicção anterior de que a tese do Senador Osmar Dias estava balda de razão.

Assim, acho mais prudente que, nessas condições de incerteza pessoal, o Senado não delibere agora sobre o meu parecer, a fim de que, nesse interregno, eu possa proceder a consultas a especialistas em Direito do Trabalho, das quais resultará:

- a) a confirmação do meu relatório; ou
- b) requerimento de minha autoria para reexame da proposição na Comissão de Assuntos Sociais, nos termos do art. 279, alínea "b", do Regimento Interno."

São essas as minhas razões, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)
– Peço a V. Ex^a que encaminhe à Mesa o requerimento. (Pausa.)

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Ronaldo Cunha Lima.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 335, DE 1997

Senhor Presidente,

Nos termos da alínea c, do art. 279, do Regimento Interno, requeiro o adiamento da discussão do Projeto de Lei da Câmara nº 204, de 1993, a fim de que a mesma seja feita na sessão de 25 de junho de 1997.

Justificação

Quando do exame desta proposição na Comissão de Assuntos Sociais, em 2 de abril p.p., houve divergência de opiniões entre mim e o Relator designado, Senador Osmar Dias, tendo prevalecido em votação o meu entendimento do assunto, razão porque fui designado Relator do Vencido, pelo presidente da Comissão, o nobre Senador Ademir Andrade.

Reexaminando a proposição, agora, para fins de discussão hoje neste Plenário, assaltaram-me dúvidas sobre se o meu ponto de vista seria o mais correto, abalando a minha convicção anterior de que a tese do Senador Osmar Dias estava balda de razão.

Assim, acho mais prudente que, nessas condições de incerteza pessoal, o Senado não delibere agora sobre o meu parecer, a fim de que, nesse interregno, eu possa proceder a consultas a especialistas em direito do trabalho, das quais resultará.

- a) a confirmação do meu relatório; ou
- b) requerimentos para reexame da proposição na Comissão de Assuntos Sociais, nos termos do art. 279, alínea b, do Regimento Interno.

Sala das Sessões, 13 de maio de 1997. – Senador **Bello Praga**.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)
– Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação de Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)
– Item 5:

PARECER Nº 165, DE 1997

Discussão, em turno único, do Parecer nº 165, de 1997, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 53, de 1995, que acrescenta parágrafos ao art. 14 da Constituição Federal, dispondo sobre a ação de impugnação de mandato eletivo, concluindo pela apresentação de Projeto de Lei do Senado que dispõe sobre a ação de impugnação de mandato eletivo a que se refere o art. 14, §§ 10 e 11, da Constituição Federal e dá outras providências.

A Presidência esclarece que a matéria é submetida ao Plenário, nos termos do art. 133, alínea d, combinado com o art. 139 do Regimento Interno do Senado Federal.

Discussão do parecer em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

É o seguinte o parecer aprovado.

PARECER Nº 165, DE 1997

DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre a proposta de Emenda à Constituição nº 53, de 1995, tendo como 1º Signatário o Senador Roberto Requião, que "Acrésceta parágrafos ao art. 14 da Constituição Federal dispoendo sobre a ação de impugnação de mandato eletivo".

RELATOR: Senador RUBEZ TEBET

I – RELATÓRIO

A proposição em epígrafe pretende acrescentar parágrafos ao art. 14 da Constituição Federal, com o fim de fixar normas sobre a ação de impugnação de mandato eletivo, prevista nos §§ 10 e 11 do mesmo artigo.

Assim, o art. 1º da proposta de emenda à Constituição em pauta acrescenta os §§ 12 e 13 ao art. 14 da Lei Maior. Pelo § 12 pretende-se estabelecer que a ação de impugnação de mandato eletivo deve ser julgada, em primeira e segunda instâncias, no prazo de cento e cinquenta dias, contados da propositura da petição inicial.

Ademais, pelo § 13 se objetiva firmar que, uma vez transcorrido o prazo acima referido, o processo só poderá prosseguir com prévia licença da Casa legislativa a que pertencer o parlamentar cujo mandato se pretende impugnar ou, nos casos de impugnação de mandato de Chefe de Executivo, da Casa legislativa correspondente.

Outrossim, o art. 2º da iniciativa em tela manda aplicar-se aos processos em andamento o disposto no seu art. 1º.

Na justificação respectiva está dito que a proposição de que se cuida tem o fito de encontrar instrumentos que, preservando a ação de impugnação de mandato eletivo, por se tratar de conquista democrática inscrita na Lei Maior de 1988, eliminem os seus inconvenientes, mormente o desequilíbrio entre os Poderes gerado pela grande quantidade de ações dessa espécie pendentes de julgamento, o que torna os titulares dos mandatos que se colima impugnar por vezes desprovidos da legitimidade necessária para bem desenvolverem as suas atividades.

É o relatório.

II – VOTO

Inicialmente devemos anotar que a proposta de emenda à Constituição sob exame preenche os requisitos de admissibilidade constantes do art. 60 da Lei Maior. Com efeito, a proposição cumpre o requisito referente ao apoio (art. 60, I), não tende a abolir matéria garantida pelas cláusulas pétreas (art. 60, § 4º), não contém assunto rejeitado ou prejudicado na presente sessão legislativa (art. 60, § 5º), cabendo acrescentar, também, que não estamos sob impedimento circunstancial ao poder de emenda (art. 60, § 1º).

Quanto ao mérito, entendemos assim: a constitucionalização da ação de impugnação de mandato eletivo significa democrática conquista em prol da correção do processo eleitoral, por vezes viciado pelo abuso de poder, por corrupção, por fraude.

Dessa forma, a cidadania dispõe de instrumento capaz de contestar o mandato obtido ilegitimamente, com a deturpação da vontade do eleitorado.

Por outro lado, sabemos que um dos princípios norteadores do Direito Processual Eleitoral é o da celeridade. Isso, devido à natureza desse ramo da ciência jurídica, que cuida de direitos políticos. Portanto, os feitos eleitorais devem ser resolvidos em prazos curtos, para que não haja danos irreparáveis, seja à campanha eleitoral dos candidatos, seja à legitimidade dos eleitos.

E nesse último aspecto se situa o fundamento da presente proposta de emenda à Constituição. Ocorre que processos referentes a ações de impugnação de mandato vêm demorando para chegar a sua conclusão final, o que, efetivamente, repercute sobre a legitimidade do mandato de quem, tendo sido eleito, é atingido por pedido de impugnação.

Sendo assim, para solucionar tal problema, a proposta de que se trata propõe, primeiro, fixar o prazo de cento e cinquenta dias para que a ação de impugnação de mandato seja julgada definitivamente. Depois, dispõe no sentido de que, uma vez transcorrido esse prazo sem a finalização do feito, será o processo sobrestado, só podendo ter prosseguimento ulterior com prévia licença da Casa legislativa a que pertencer o parlamentar cujo mandato se pretende impugnar e da Casa legislativa correspondente nos casos de impugnação de mandato de Chefe de Executivo.

Com relação à fixação de prazo para conclusão de julgamento (§ 12) não há ineditismo no Direito pátrio. Com efeito, a título de exemplo, lembramos que o art. 281 do Código de Processo Civil dispõe no sentido de que, no procedimento sumaríssimo, todos os atos, desde a propositura da ação até a sentença, deverão realizar-se dentro de noventa dias.

De outro lado, no que se refere à sustação de processo que tenha como sujeito passivo parlamentar (§ 13), norma similar já existiu em nosso direito. Nesse sentido, a Emenda Constitucional nº 22, de 1982, à Constituição de 1969, deu a seguinte redação ao seu art. 32, § 3º:

"Art. 32.....

§ 3º Nos crimes comuns, imputáveis a Deputados e Senadores, a Câmara respectiva, por maioria absoluta, poderá a qualquer momento, por iniciativa da Mesa, sustar o processo."

Por conseguinte, em decorrência do preceptivo acima, processo por crime comum que tivesse como réu parlamentar federal poderia ser sustado mediante deliberação da Casa respectiva.

Não obstante tudo o que dissemos até agora, parece-nos que a matéria presente na Proposta de Emenda à Constituição em discussão não necessita ser objeto dessa espécie de proposição legislativa, podendo ser tratada em projeto de lei. E, sendo assim, tal procedimento deve ser adotado, uma vez que, como é sabido, a tramitação de projeto de lei se submete a menores exigências do que a referente a proposta de emenda à Constituição.

Portanto, como conclusão, ante o exposto, opinamos pela apresentação do projeto de lei a seguir, conforme previsto no art. 372 combinado com o art. 133, "e", I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº, DE 1997

Dispõe sobre a ação de impugnação de mandato eletivo a que se refere o art. 14, §§ 10 e 11, da Constituição Federal e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A ação de impugnação de mandato eletivo a que se refere o art. 14, §§ 10 e 11, da Constituição Federal deve ser julgada, em primeira e segunda instâncias, no prazo de cento e cinquenta dias contados da propositura da petição inicial.

Art. 2º Transcorrido o prazo previsto no *caput* deste artigo, o processo só poderá prosseguir com prévia licença:

I - da Câmara dos Deputados, nos casos de impugnação de mandato do Presidente da República ou de Deputado Federal,

II - do Senado Federal, nos casos de impugnação de mandato de Senador;

III - da Assembleia Legislativa, nos casos de impugnação de mandato de Governador de Estado ou de Deputado Estadual;

IV - da Câmara Legislativa, nos casos de impugnação do mandato do Governador do Distrito Federal ou de Deputado Distrital;

V - da Câmara Municipal, nos casos de impugnação de mandato de Prefeito ou de Vereador."

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, aplicando-se desde logo aos processos em andamento.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) _

Aprovado o parecer, a Proposta de Emenda à Constituição nº 53, de 1995, passa a tramitar como projeto de lei do Senado, nos termos do Parecer nº 165, de 1997 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O projeto de lei do Senado oferecido como conclusão do parecer que acaba de ser aprovado, passa a tramitar com o nº 88, de 1997, de iniciativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do Regimento Interno.

É o seguinte o Projeto oferecido como conclusão do Parecer

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 88 DE 1997

(De iniciativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Dispõe sobre a ação de impugnação de mandato eletivo a que se refere o art. 14, §§ 10 e 11, da Constituição Federal e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A ação de impugnação de mandato eletivo a que se refere o art. 14, §§ 10 e 11, da Constituição Federal deve ser julgada, em primeira e segunda instâncias, no prazo de cento e cinquenta dias contados da propositura da petição inicial.

Art. 2º Transcorrido o prazo previsto no *caput* deste artigo, o processo só poderá prosseguir com prévia licença:

I - da Câmara dos Deputados, nos casos de impugnação de mandato do Presidente da República ou de Deputado Federal;

II - do Senado Federal, nos casos de impugnação de mandato de Senador;

III - da Assembleia Legislativa, nos casos de impugnação de mandato de Governador de Estado ou de Deputado Estadual;

IV - da Câmara Legislativa, nos casos de impugnação do mandato do Governador do Distrito Federal ou de Deputado Distrital;

V - da Câmara Municipal, nos casos de impugnação de mandato de Prefeito ou de Vereador."

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, aplicando-se desde logo aos processos em andamento.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16 de abril de 1997

FRANCELINO PEREIRA

JOSÉ FOGAÇA

ROSINA ASSUNÇÃO

BERNARDO CABRAL

Presidente

RAMEZ TEBET

Relator

ROMÉU TUPA

IRIS REZENDE
BELLÓ PARGA
LÚCIO ALCANTARA
JEFFERSON PERAS
JOSE BLANCO

Justificação (Art. 133, e § 2º RISF)

PARECER Nº 165, DE 1997

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 53, de 1995, que "Acrescenta parágrafos ao art. 14 da Constituição Federal, dispondo sobre a ação de impugnação de mandato eletivo".

RELATOR: Senador RAMEZ TEBET

I - RELATÓRIO

A proposição em epígrafe pretende acrescentar parágrafos ao art. 14 da Constituição Federal, com o fim de fixar normas sobre a ação de impugnação de mandato eletivo, prevista nos §§ 10 e 11 do mesmo artigo.

Assim, o art. 1º da proposta de emenda à Constituição em pauta acrescenta os §§ 12 e 13 ao art. 14 da Lei Maior. Pelo § 12 pretende-se estabelecer que a ação de impugnação de mandato eletivo deve ser julgada, em primeira e segunda instâncias, no prazo de cento e cinquenta dias, contados da propositura da petição inicial.

Ademais, pelo § 13 se objetiva firmar que, uma vez transcorrido o prazo acima referido, o processo só poderá prosseguir com prévia licença da Casa legislativa a que pertencer o parlamentar cujo mandato se pretende impugnar ou, nos casos de impugnação de mandato de Chefe de Executivo, da Casa legislativa correspondente.

Outrossim, o art. 2º da iniciativa em tela manda aplicar-se aos processos em andamento o disposto no seu art. 1º.

Na justificação respectiva está dito que a proposição de que se cuida tem o fito de encontrar instrumentos que, preservando a ação de impugnação de mandato eletivo, por se tratar de conquista democrática inscrita na Lei Maior de 1988, eliminem os seus inconvenientes, mormente o desequilíbrio entre os Poderes gerado pela grande quantidade de ações dessa espécie pendentes de julgamento, o que torna os titulares dos mandatos que se colima impugnar por vezes desprovidos da legitimidade necessária para bem desenvolverem as suas atividades.

É o relatório.

II - VOTO

Inicialmente devemos anotar que a proposta de emenda à Constituição sob exame preenche os requisitos de admissibilidade constantes do art. 60 da Lei Maior. Com efeito, a proposição cumpre o requisito referente ao apoio (art. 60, I), não tende a abolir matéria garantida pelas cláusulas pétreas (art. 60, § 4º), não contém assunto rejeitado ou prejudicado na presente sessão legislativa (art. 60, § 5º), cabendo acrescentar, também, que não estamos sob impedimento circunstancial ao poder de emenda (art. 60, § 1º).

Quanto ao mérito, entendemos assim: a constitucionalização da ação de impugnação de mandato eletivo significa democrática conquista em prol da correção do processo eleitoral, por vezes viciado pelo abuso de poder, por corrupção, por fraude.

Dessa forma, a cidadania dispõe de instrumento capaz de contestar o mandato obtido ilegitimamente, com a deturpação da vontade do eleitorado.

Por outro lado, sabemos que um dos princípios norteadores do Direito Processual Eleitoral é o da celeridade. Isso, devido à natureza desse ramo da ciência jurídica, que cuida de direitos políticos. Portanto, os feitos eleitorais devem ser resolvidos em prazos curtos, para que não haja danos irreparáveis, seja à campanha eleitoral dos candidatos, seja à legitimidade dos eleitos.

E nesse último aspecto se situa o fundamento da presente proposta de emenda à Constituição. Ocorre que processos referentes a ações de impugnação de mandato vêm demorando para chegar a sua conclusão final, o que, efetivamente, repercute sobre a legitimidade do mandato de quem, tendo sido eleito, é atingido por pedido de impugnação.

Sendo assim, para solucionar tal problema, a proposta de que se trata propõe, primeiro, fixar o prazo de cento e cinquenta dias para que a ação de impugnação de mandato seja julgada definitivamente. Depois, dispõe no sentido de que, uma vez transcorrido esse prazo sem a finalização do feito, será o processo sobrestado, só podendo ter prosseguimento ulterior com prévia licença da Casa legislativa a que pertencer o parlamentar cujo mandato se pretende impugnar e da Casa legislativa correspondente nos casos de impugnação de mandato de Chefe de Executivo.

Com relação à fixação de prazo para conclusão de julgamento (§ 12) não há ineditismo no Direito pátrio. Com efeito, a título de exemplo, lembramos que o art. 281 do Código de Processo Civil dispõe no sentido de que, no procedimento sumariíssimo, todos os atos, desde a propositura da ação até a sentença, deverão realizar-se dentro de noventa dias.

De outro lado, no que se refere à sustação de processo que tenha como sujeito passivo parlamentar (§ 13), norma similar já existiu em nosso direito. Nesse sentido, a Emenda Constitucional nº 22, de 1982, à Constituição de 1969, deu a seguinte redação ao seu art. 32, § 3º:

"Art. 32.....

§ 3º Nos crimes comuns, imputáveis a Deputados e Senadores, a Câmara respectiva, por maioria absoluta, poderá a qualquer momento, por iniciativa da Mesa, sustar o processo."

Por conseguinte, em decorrência do preceptivo acima, processo por crime comum que tivesse como réu parlamentar federal poderia ser sustado mediante deliberação da Casa respectiva.

Não obstante tudo o que dissemos até agora, parece-nos que a matéria presente na Proposta de Emenda à Constituição em discussão não necessita ser objeto dessa espécie de proposição legislativa, podendo ser tratada em projeto de lei. E, sendo assim, tal procedimento deve ser adotado, uma vez que, como é sabido, a tramitação de projeto de lei se submete a menores exigências do que a referente a proposta de emenda à Constituição.

Portanto, como conclusão, ante o exposto, opinamos pela apresentação do projeto de lei a seguir, conforme previsto no art. 372 combinado com o art. 133, "e", 1, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 87 DE 1997

Dispõe sobre a ação de impugnação de mandato eletivo a que se refere o art. 14, §§ 10 e 11, da Constituição Federal e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A ação de impugnação de mandato eletivo a que se refere o art. 14, §§ 10 e 11, da Constituição Federal deve ser julgada, em primeira e segunda instâncias, no prazo de cento e cinquenta dias contados da propositura da petição inicial.

Art. 2º Transcorrido o prazo previsto no *caput* deste artigo, o processo só poderá prosseguir com prévia licença:

I - da Câmara dos Deputados, nos casos de impugnação de mandato do Presidente da República ou de Deputado Federal;

II - do Senado Federal, nos casos de impugnação de mandato de Senador;

III - da Assembléia Legislativa, nos casos de impugnação de mandato de Governador de Estado ou de Deputado Estadual;

IV - da Câmara Legislativa, nos casos de impugnação do mandato do Governador do Distrito Federal ou de Deputado Distrital;

V - da Câmara Municipal, nos casos de impugnação de mandato de Prefeito ou de Vereador."

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, aplicando-se desde logo aos processos em andamento.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16 de abril de 1997

FRANCELINO PEREIRA
JOSÉ FOGAÇA
ROSINA ASSUNÇÃO
IRIS REZENDE
ÉLIO ALVARES
JOSÉ BLANCO
BERNARDO CABRAL, Presidente
ROMÉU TUNNEY, Relator
BELLIO PARTA
JOÃO NUNES
JEFFERSON PEREIRA
ANTONIO DE ASSUNÇÃO COSTA E OUTROS

(Documentos anexados nos termos do art. 250, parágrafo único, do RISF.)

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 53, DE 1995

Acrescenta parágrafos ao art. 14 da Constituição Federal, dispondo sobre a ação de impugnação de mandato eletivo.

(Sen. Roberto Requião e outros Srs. Senadores.)

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º Ficam incluídos os seguintes §§ 12 e 13 no art. 14 da Constituição Federal:

"Art. 14.....

§ 12. A ação a que se refere o parágrafo anterior deve ser julgada, em primeira e segunda instâncias, no prazo de cento e cinquenta dias contados da propositura da petição inicial.

§ 13. Transcorrido o prazo previsto no § 12, o processo só poderá prosseguir com prévia licença:

I - da Câmara dos Deputados, nos casos de impugnação de mandato do Presidente da República ou de Deputado Federal;

II - do Senado Federal, nos casos de impugnação de mandato de Senador;

III - da Assembléia Legislativa, nos casos de impugnação de mandato de Governador de Estado ou de Deputado Estadual;

IV - da Câmara Legislativa, nos casos de impugnação do mandato do Governador do Distrito Federal ou de Deputado Distrital;

V - da Câmara Municipal, nos casos de impugnação de mandato de Prefeito ou de Vereador."

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação, aplicando-se desde logo aos processos em andamento.

JUSTIFICAÇÃO

A presente Proposta de Emenda à Constituição pretende dotar a Lei Maior de instrumentos legais que permitam solucionar grave problema político-institucional que se verifica em nosso País. Com efeito, há hoje Prefeitos, Deputados Estaduais, Deputados Federais e mesmo Senadores, já devidamente empossados e no pleno exercício de seus respectivos mandatos, sob a *Espada de Dâmocles* do Judiciário. Ocorre que toda uma sorte de ações de impugnação de mandato, em número expressivo, propostas sob os mais diversos pretextos, ameaçam os mandatos de representantes eleitos pelo povo.

Tal fato gera evidente desequilíbrio entre os Poderes da República, pois com o postergamento indefinido das decisões, o titular do mandato contestado fica desprovido da necessária independência e arranhado na sua legitimidade, essenciais para o bom exercício do mandato. Há inclusive precedentes em que o titular do mandato impugnado o exerceu todo sob a ameaça de cassação, ficando à mercê da autoridade judiciária todo esse tempo, o que configura situação incompatível com a independência mesma que, por mandato constitucional, deve prevalecer na relação entre os três Poderes.

Em face dessa realidade o que fazer, então ?

Eliminar a grande conquista democrática da Constituição Federal de 1988, que foi a ação de impugnação de mandato por abuso do poder econômico, corrupção ou fraude? Não. O que devemos é encontrar instrumentos que, preservando a ação, eliminem os seus inconvenientes; que, garantindo a lisura do processo eleitoral, garantam também o princípio constitucional da segurança jurídica, o princípio da celeridade característico do processo eleitoral e, também, a estabilidade do mandato popular.

De fato, a Lei Maior garante a todos, em seu art. 5º, *caput*, o direito à segurança na qual se inclui a segurança das relações jurídicas. Ademais, como anota a boa doutrina do processo eleitoral, a celeridade na apreciação dos feitos eleitorais se impõe para que não ocorra dano irreparável a candidato, a partido político e também ao mandatário já empossado e em pleno exercício. Por outro lado, como já sobredito, aquele que exerce mandato popular não pode desenvolver as suas atividades com a legitimidade e a independência imprescindíveis se está permanentemente ameaçado de perdê-lo. Exatamente por isso que a Carta Magna cercou o exercício do mandato com imunidades e garantias (v.g. arts. 53 e 86).

Dessa forma, em decorrência do acima exposto, estamos propondo o acréscimo de dois parágrafos ao art. 14 da Constituição Federal com o fim de firmar prazo para a Justiça Eleitoral julgar as ações de impugnação de mandato e também de definir que, uma vez esgotados esses prazos, o andamento do respectivo processo dependerá da licença da Casa Legislativa correspondente.

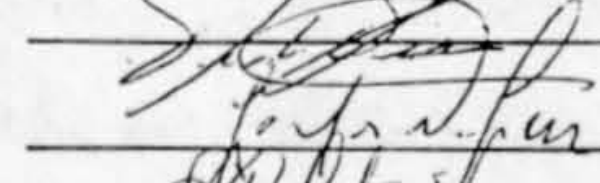
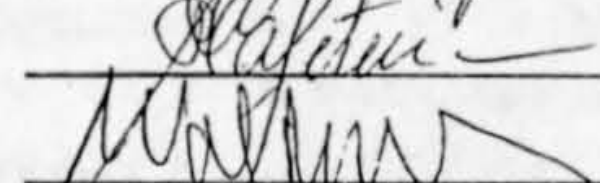
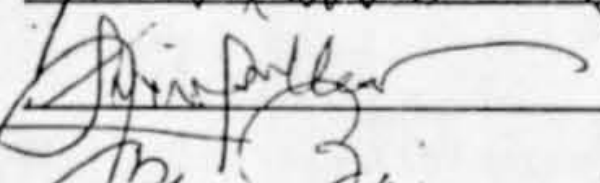
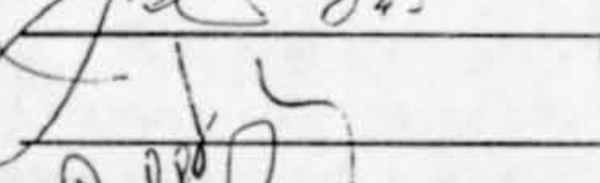
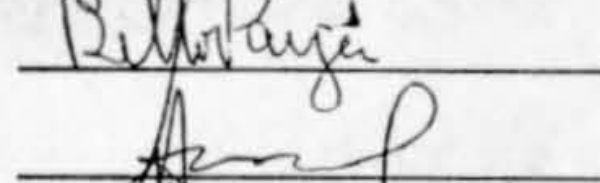
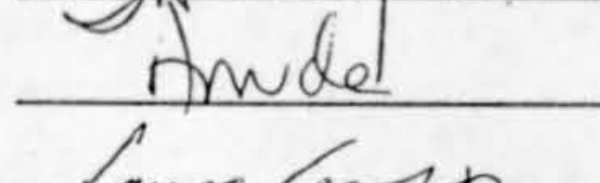
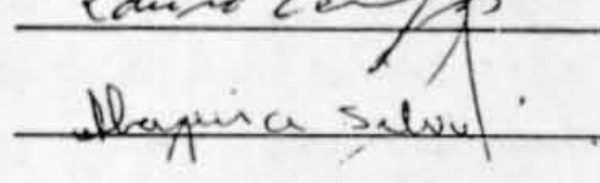
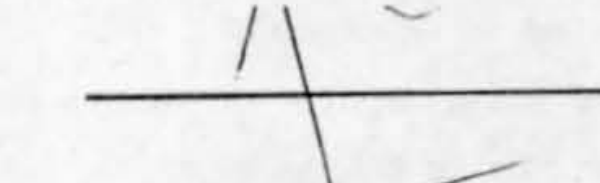

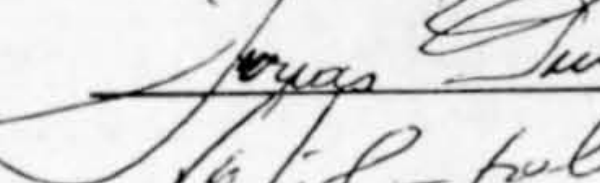
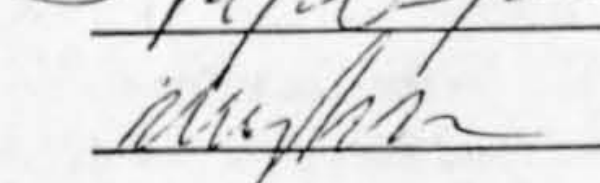
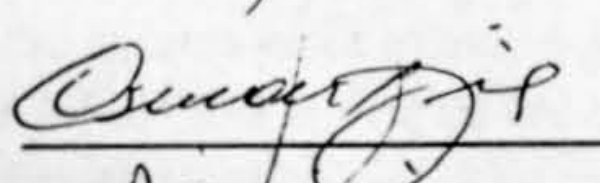
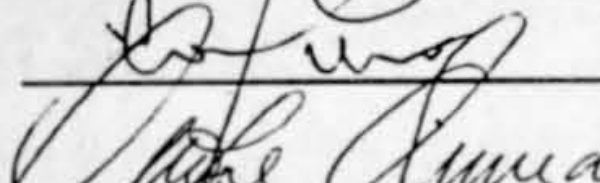


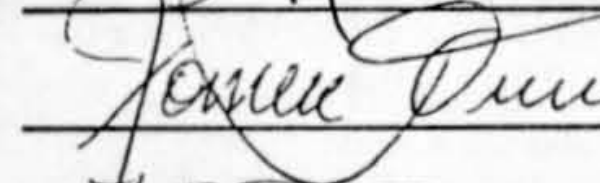

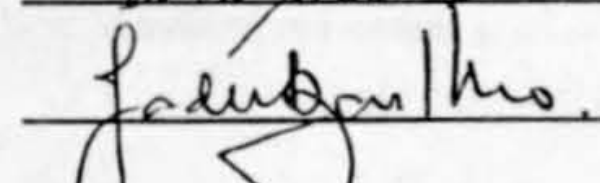
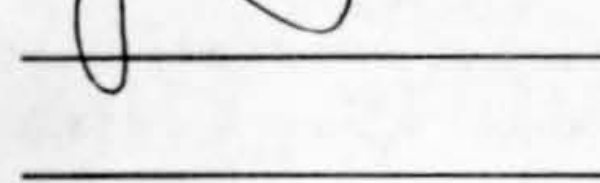

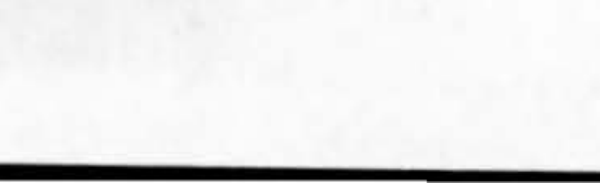
Acreditamos que com a solução que ora submetemos à apreciação dos nobres pares, por um lado estará preservada a ação de impugnação de mandato eletivo, importante conquista da Carta de 1988 e, por outro lado, restará salvaguardado o exercício do mandato popular, sem constrangimentos de quaisquer ordens, o que é condição *sine qua non* para a legitimidade da democracia representativa.

Tendo em vista a relevância da matéria tratada pela proposta de emenda à Constituição ora justificada, solicitamos o apoio dos ilustres colegas parlamentares para a sua aprovação.

Sala das Sessões, em

Senador Roberto Requiao

Apoiamento à proposta de emenda à constituição que "acrescenta parágrafos ao artigo 14 da Constituição Federal, dispõe sobre a ação de impugnação de mandato eletivo".

	Senador Pedro Piva
	Senador Carlos Wilson
	Senador Expedito Oliveira
	Senador Daniel
	LÚCIO ALCÂNTARA
	JOSÉ BIANCO
	SEN. BELIO PARGA
	José Fogaça
	José Roberto Góes
	LAURO CAMPOS
	MARINA SILVA
	LUÍZ ALBERTO
	EDISON LOBÃO
	JONAS PINHEIRO
	VALMIR CAMPELO
	RAULI VARGAS
	OSVALDO DIAS
	CARLOS PATRÍCIO
	ONOFRE GUINAN
	FREITAS NETO
	SEBASTIÃO ROCHA
	Nelson Kucinski
	Romeu Tuma
	IRÍS REZENDE

RELATÓRIO

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 53, de 1995, que "Acrescenta parágrafos ao art. 14 da Constituição Federal, dispondo sobre a ação de impugnação de mandato eletivo".

Relator: Senador **BERNARDO CABRAL**

I - RELATÓRIO

A proposição em epígrafe pretende acrescentar parágrafos ao art. 14 da Constituição Federal, com o fim de fixar normas sobre a ação de impugnação de mandato eletivo, prevista nos §§ 10 e 11 do mesmo artigo.

Assim, o art. 1º da proposta de emenda à Constituição em pauta acrescenta os §§ 12 e 13 ao art. 14 da Lei Maior. Pelo § 12 pretende-se estabelecer que a ação de impugnação de mandato eletivo deve ser julgada, em primeira e segunda instâncias, no prazo de cento e cinquenta dias, contados da propositura da petição inicial.

Ademais, pelo § 13 se objetiva firmar que uma vez transcorrido o prazo acima referido o processo só poderá prosseguir com prévia licença da Casa legislativa a que pertencer o parlamentar cujo mandato se pretende impugnar ou, nos casos de impugnação de mandato de Chefe de Executivo, da Casa legislativa correspondente.

Outrossim, o art. 2º da iniciativa em tela manda se aplicar aos processos em andamento o disposto no seu art. 1º.

Na justificação respectiva está dito que a proposição de que se cuida tem o fito de encontrar instrumentos que, preservando a ação de impugnação de mandato eletivo, por se tratar de conquista democrática inscrita na Lei Maior de 1988, eliminem os seus inconvenientes, mormente o desequilíbrio entre os Poderes gerado pela grande quantidade de ações dessa espécie pendentes de julgamento, o que torna os titulares dos mandatos que se colima impugnar por vezes desprovidos da legitimidade necessária para bem desenvolver as suas atividades.

É o relatório.

II - VOTO

Inicialmente devemos anotar que a proposta de emenda à Constituição sob exame preenche os requisitos de admissibilidade constantes do art. 60 da Lei Maior. Com efeito, a proposição cumpre o requisito referente ao apoio (art. 60, I), não tende a abolir matéria garantida pelas cláusulas pétreas (art. 60, § 4º), não contém assunto rejeitado ou prejudicado na presente sessão legislativa (art. 60, § 5º), cabendo acrescentar, também, que não estamos sob impedimento circunstancial ao poder de emenda (art. 60, § 1º).

Quanto ao mérito entendemos assim: a constitucionalização da ação de impugnação de mandato eletivo significa democrática conquista em prol da correção do processo eleitoral, por vezes viciado pelo abuso de poder, por corrupção, por fraude.

Dessa forma, a cidadania dispõe de instrumento capaz de contestar o mandato obtido ilegitimamente, com a deturpação da vontade do eleitorado.

Por outro lado, sabemos que um dos princípios norteadores do Direito Processual Eleitoral é o da celeridade. Isso devido à natureza desse ramo da ciência jurídica, que cuida de direitos políticos. Portanto, os feitos eleitorais devem ser resolvidos em prazos curtos, para que não haja danos irreparáveis, seja à campanha eleitoral dos candidatos, seja à legitimidade dos eleitos.

E nesse último aspecto se situa o fundamento da presente proposta de emenda à Constituição. Ocorre que processos referentes a ações de impugnação

de mandato vêm demorando para chegar a sua conclusão final, o que, efetivamente, repercute sobre a legitimidade do mandato de quem, tendo sido eleito, é atingido por pedido de impugnação.

Sendo assim, para solucionar tal problema a proposta de que se trata propõe, primeiro, fixar o prazo de cento e cinquenta dias para que a ação de impugnação de mandato seja julgada definitivamente. Depois, dispõe no sentido de que, uma vez transcorrido esse prazo sem a finalização do feito, será o processo sobrestado, só podendo ter prosseguimento ulterior com prévia licença da Casa legislativa a que pertencer o parlamentar cujo mandato se pretende impugnar e da Casa legislativa correspondente nos casos de impugnação de mandato de Chefe de Executivo.

Com relação à fixação de prazo para conclusão de julgamento (§ 12) não há ineditismo no Direito pátrio. Com efeito, a título de exemplo, lembramos que o art. 281 do Código de Processo Civil dispõe no sentido de que, no procedimento sumaríssimo, todos os atos, desde a propositura da ação até a sentença, deverão realizar-se dentro de noventa dias.

De outro lado, no que se refere à sustação de processo que tenha como sujeito passivo parlamentar (§ 13), norma similar já existiu em nosso direito. Nesse sentido, a Emenda Constitucional nº 22, de 1982, à Constituição de 1969, deu a seguinte redação ao seu art. 32, § 3º:

"Art. 32.....

§ 3º Nos crimes comuns, imputáveis a Deputados e Senadores, a Câmara respectiva, por maioria absoluta, poderá a qualquer momento, por iniciativa da Mesa, sustar o processo."

Por conseguinte, em decorrência do preceptivo acima, processo por crime comum que tivesse como réu parlamentar federal poderia ser sustado mediante deliberação da Casa respectiva.

Como conclusão, ante o exposto e tendo em vista que o mandato parlamentar deve ser revestido da estabilidade necessária para que o seu titular o exerça com independência e altivez, votamos pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 53, de 1995.

Sala das Reuniões,

, Presidente

, Relator

O parecer conclui pela aprovação, acolhendo uma emenda oferecida pelo Senador Jefferson Péres.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o parecer, com o acolhimento da emenda, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Iris Rezende) - Item nº 6.

Proposta de Emenda à Constituição nº 53, de 1995 - encontra-se à página 52. Acrescenta parágrafos ao art. 14 da Constituição Federal, dispondo sobre ação de impugnação de mandato eletivo. É de autoria do Senador Roberto Requião e outros, sendo Relator o Senador Bernardo Cabral, que conclui pela aprovação da emenda.

Solicito que os Srs. Senadores permaneçam em plenário, pois essa matéria depende de votação nominal e, conseqüentemente, da presença de, no mínimo, 12 Srs. Senadores em plenário.

Concedo a palavra ao ilustre Senador Bernardo Cabral para oferecer, se possível, um resumo do seu parecer.

O SR. ROBERTO REQUIÃO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Iris Rezende) - Concedo a palavra ao Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO - Sr. Presidente, apesar do parecer favorável do Senador Bernardo Cabral, quero transformar minha proposta de emenda constitucional em projeto de lei ordinária. É uma forma mais simples, constitucional, simplifica a tramitação e é oportuna. Se o Relator concordar, incluiremos isto no relatório: a conversão do projeto em lei ordinária.

O SR. PRESIDENTE (Iris Rezende) - Concedo a palavra ao Relator para apresentar o seu parecer e, inclusive, opinar a respeito da proposta.

O SR. BERNARDO CABRAL - Entendo, Sr. Presidente, com a devida vênia dos que pensarem de forma diferente, que o eminente Senador Roberto Requião está querendo simplificar uma tramitação que poderia ser mais complicada em se tratando de projeto de emenda constitucional. Como S. Exª requer a transformação, podemos fazer o que se faz em juízo: S. Exª determinará que onde se lê "projeto de emenda constitucional" passa-se a ler "projeto de lei".

Não vejo qualquer dificuldade em seguir a mesma trilha que fiz anteriormente, por uma razão, Sr. Presidente: quando o eminente Senador Roberto

Requião falou em emenda à Constituição, pairou dúvida na mente de alguns Srs. Senadores se não seria melhor que isso fosse tratado como projeto de lei. Ora, se S. Exª aquiesce, se S. Exª resolve retirar a nomenclatura de "emenda constitucional" para transformá-la em "projeto de lei"... Se alguém me mostrar óbice constitucional ou regimental a essa medida, poderei discordar, mas quero, primeiro, que alguém me mostre um óbice constitucional ou regimental de que não é possível o autor...

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA - V. Exª me permite um aparte?

O SR. BERNARDO CABRAL - Com muita honra.

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA - Nobre Senador Bernardo Cabral, a proposta de emenda constitucional exige um número mínimo definido de assinaturas. A partir da leitura da proposta de emenda constitucional, ela não mais dono, passa a ser de todos aqueles que a subscreveram. Assim, o primeiro subscritor não pode retirá-la, mas também não vai poder transformá-la num projeto de lei. Acho bem mais simples o nobre Senador Roberto Requião fazer um projeto de lei que, conseqüentemente, será examinado. Considero uma forma até de ganhar tempo, mas que também tira dos demais subscritores da emenda aquilo que já é um direito deles.

O SR. BERNARDO CABRAL - Sr. Presidente, acolho a manifestação do eminente Senador Epitácio Cafeteira como uma contribuição à letra fria do Regimento, mas isso não exclui o que declara o eminente Senador Roberto Requião. Não podemos impedir que o autor da emenda constitucional a transforme num projeto, ainda que os demais signatários não retirem a emenda. Se S. Exª quis formular um projeto de emenda constitucional com as devidas assinaturas, S. Exª o fez. S. Exª agora não quer mais; quer apresentar um projeto de emenda constitucional. Se S. Exª o fizer, não terei qualquer dúvida em dar parecer favorável, e essa emenda constitucional vai cair, Sr. Presidente. Trata-se apenas de uma celeridade processual, regimental.

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA - O meu receio, Senador, é que, amanhã, em outro assunto que não seja tão pacífico, possa alguém apresentar uma emenda e, quando o Congresso estiver mobilizado para votá-la, o primeiro subscritor resolver transformá-la em projeto de lei, tomando sem efeito todo o serviço feito. Não é o caso do Senador Roberto Requião, que o fez de boa-fé, mas amanhã poderemos ter projetos de emenda à Constituição que podem seguir na trilha da jurisprudência desta Comissão e o primeiro signatário querer transformá-los em projeto de lei.

O SR. BERNARDO CABRAL - Quero ouvir o eminente autor da matéria.

O SR. ROBERTO REQUIÃO - Senador Cafeteira, Sr. Presidente, na reunião em que deliberamos sobre este projeto, a Comissão decidiu - foi uma decisão da Comissão - que ele deveria ser reapresentado como projeto de lei complementar ordinária e que essa reapresentação seria feita pelo relator. É exatamente o que o Senador Bernardo Cabral está fazendo. S. Exª está reapresentando, transformando, apresentando um substitutivo geral ao projeto. Pelo menos foi essa a decisão da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em reunião anterior.

O SR. RAMEZ TEBET - Se V. Exª me permite, eu gostaria de apresentar uma sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Iris Rezende) - O Senador Bernardo Cabral, na condição de Relator, está com a palavra. V. Exª poderá fazê-lo em aparte, desde que o Relator, com a sua generosidade, o conceda.

O SR. BERNARDO CABRAL - Ouço, primeiro, o aparte do Senador Jefferson Pêres, que já havia pedido anteriormente, e, em seguida, o Senador Ramez Tebet.

O SR. JEFFERSON PÊRES - Senador Bernardo Cabral, há uma figura, talvez não prevista no Regimento, que seria a conversão de uma proposta de emenda à Constituição num projeto de lei. Mas isso não está vedado no Regimento. É algo novo; não sei se há precedente no Legislativo. Mas não há proibição no Regimento de que isso seja feito. Quanto à objeção levantada pelo eminente Senador Cafeteira, penso que quem pode mais pode menos. Se os subscritores da emenda concordaram com o conteúdo da emenda, presumivelmente eles concordariam com a forma de projeto de lei. Por aí, creio que não haveria também obstáculo. De forma que, do ponto de vista formal, Senador Cafeteira, não vejo impedimento realmente na natureza da conversão.

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA - Digo a V. Exª o seguinte: estamos na Comissão que, eu diria, tem o mais alto gabarito para discutir a questão jurídica. Não estou discutindo a maneira, não estou discutindo o mérito do desejo do nobre Senador Roberto Requião. Mas não se pode, nesta Comissão, pelo menos, esquecer o mérito jurídico. Não é só a intenção. Mas, juridicamente, a emenda não é mais do nobre Senador Roberto Requião, mas de todos os subscritores. Existem casos em que o primeiro subscritor tentou retirar e não conseguiu - vários.

Então, transformar em projeto de lei não dá a mesma força que quem assinou como subscritor desejava. Todavia, se o entendimento desta Comissão for outro, faço questão de não participar da votação, porque, embora eu não tenha sido titular desde o início, não quero participar de uma decisão que não se coaduna com tudo o que durante 33 anos participei no Congresso Nacional.

O SR. JEFFERSON PÊRES - Permite-me V. Exª um aparte?

Essa praxe foi quebrada ontem com a proposta de emenda constitucional de minha autoria, da qual eu era o primeiro subscritor. Foi ontem aprovada em plenário, a requerimento meu exclusivamente.

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA - Foi aprovado em plenário. Mas o Plenário é soberano, pode fazer qualquer coisa. Esta Comissão é que não pode fazer qualquer coisa. O Plenário, aprovando o requerimento de V. Exª estava dizendo não a sua emenda. Então, essa é a colocação que tem que ser dada quando o Plenário concorda com a sua retirada. Mas V. Exª sabe, por exemplo, que quando foi apresentada a CPI dos Bancos, depois de lido o pedido, os subscritores não puderam mais retirar o nome, pois o seu nome foi colocado e aquilo está funcionando.

Então, quero dizer que não tenho nada contra o mérito do assunto, até porque o Relator foi o Relator da Constituição. Penso que S. Exª, com a sua lhanza, pretende atender o pleito do Senador Roberto Requião, mas, no fundo, sei que S. Exª sabe que estou certo.

O SR. RAMEZ TEBET - Sr. Presidente, para dirimir dúvidas, eu gostaria, sobretudo, de saber a opinião do próprio Relator, no sentido de que essa transformação de emenda constitucional para projeto de lei o fosse pelo Plenário, a requerimento do primeiro autor da emenda.

O SR. ROBERTO REQUIÃO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Iris Rezende) - Tem a palavra V. Exª.

O SR. ROBERTO REQUIÃO - Isso seria rigorosamente inconstitucional. A valer a argumentação do Senador Epitácio Cafeteira, o Plenário ontem não poderia ter votado a retirada da emenda do Senador Jefferson Pêres, porque enquanto permanecesse uma única assinatura, o Plenário poderia rejeitar a emenda, mas nunca aceitar a retirada.

O precedente está estabelecido e é extremamente claro.

O SR. PRESIDENTE (Iris Rezende) - Entendo que o que a Comissão pode é entender que matéria não é objeto de emenda constitucional e sim de projeto de lei.

Entendendo assim, dá-se o seu parecer e o Plenário...

O SR. ROBERTO REQUIÃO - Foi o que aconteceu na última reunião na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Iris Rezende) - Quer dizer, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania entende que a matéria não é objeto de emenda constitucional e sim de projeto de lei, e como tal aprova.

O SR. BERNARDO CABRAL - Mas isso foi feito na última reunião. Na última reunião, a Comissão decidiu que o ideal seria que isso fosse transformado em projeto. Saiu em diligência para ver se o autor aceitava. O autor concordou; o Relator concorda. Se a Comissão concordar, Sr. Presidente, não vejo nenhuma inconveniência, até porque isso terá que ser ratificado em plenário. V. Exª manda para o Plenário; o Plenário ratifica, e acabou-se.

O SR. PRESIDENTE (Iris Rezende) - Gostaríamos de ouvir a opinião dos Senadores Jefferson Pêres, José Eduardo Dutra, Ramez Tebet, Ney Suassuna e do nosso querido Vice-Presidente.

Concedo a palavra ao nobre Senador Ramez Tebet.

O SR. RAMEZ TEBET - Sr. Presidente, Srs. Membros da nossa Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, concordo que o assunto, quanto à forma e quanto ao mérito, é de transcendental importância.

Realmente não pode um Parlamentar ficar indefinidamente sujeito ao julgamento.

Acho que temos que fazer uma coisa muito simples aqui, porque não custa nada rejeitar a emenda, então. Rejeitamos a emenda aqui e se apresenta um projeto de lei ordinária, o que evita qualquer dúvida. Se este é o objetivo do autor, se nós todos estamos concordando com a importância da matéria, vou pedir vênha ao primeiro subscritor e rejeitar a matéria, porque é uma forma prática. Rejeitaríamos a matéria, e V. Exª apresentaria um projeto de lei ordinário.

O SR. ROBERTO REQUIÃO - Senador, rejeitar a matéria é rejeitar o mérito dela e sua constitucionalidade. Ela não é constitucional.

A opção pela lei ordinária foi por brevidade processual. Inclusive, na última reunião, tivemos uma unanimidade em torno da proposta, e ela foi convertida em diligência para que o relator, conversando comigo, a formulasse de forma adversa.

Agora a rejeição da matéria...

O SR. PRESIDENTE (Iris Rezende) - Chamaria a atenção dos Srs. Senadores para o disposto no art. 133 do Regimento Interno, que diz:

"Todo parecer deve ser conclusivo em relação à matéria a que se referir, podendo a conclusão ser:

- a) Pela aprovação total ou parcial;
- b) pela rejeição;
- c) pelo arquivamento;
- d) pelo destaque, para proposição em separado, de parte da proposição principal, quando originária do Senado, ou de emenda;
- e) pela apresentação de:
 - 1 - projeto;
 - 2 - requerimento;
 - 3 - emenda etc."

Quer dizer, a comissão pode concluir que não é objeto de emenda constitucional e já oferecer o projeto.

O SR. BERNARDO CABRAL - Sr. Presidente, desde o começo eu dizia isso. O meu parecer foi pela aprovação da emenda. Em respeito aos colegas que levantaram a possibilidade de ser discutido no projeto, eu não poderia cometer uma descortesia com o Senador autor da emenda, não só pelos seus méritos pessoais, mas pelas ligações de amizade entre mim e S. Exª.

Indaguei ao Senador Roberto Requião se ele concordaria. Mas eu precisava que S. Exª dissesse isso de público, o que acaba de fazer. Conseqüentemente, para que isso ficasse mais claro, declarei que seria transformado em projeto, e, para ganhar tempo, aprovaríamos hoje, como se o parecer já fosse consubstanciado no projeto. Mas, sendo assim, para que não paire dúvida, V. Exª me concederá mais sete dias, e na próxima reunião será apresentado o parecer com a devida conversão no projeto, uma vez que existe a anuência de todos os que aqui se encontram.

O SR. PRESIDENTE (Iris Rezende) - Os Srs. Senadores que concordarem com a proposta do Senador permaneçam sentados. (Pausa.) Aprovado.

Na próxima reunião, o Senador já trará seu parecer com o projeto de lei.

A Comissão está entendendo que a matéria em discussão não é objeto de emenda constitucional e sim de projeto de lei, e apresentará esse projeto à Mesa do Senado.

Há sobre a mesa um requerimento do Senador Jefferson Pêres, requerendo a convocação do Ministro Luiz Carlos Bresser Pereira, titular do Ministério da Administração e Reforma do Estado, para comparecer a esta Comissão, a fim de prestar esclarecimentos sobre a legalidade das medidas, tomadas no âmbito do seu Ministério, que reduzem drasticamente os vencimentos e proventos dos servidores das instituições federais de ensino.

Os Srs. Senadores que concordarem com a convocação permaneçam sentados. (Pausa.)

O SR. BERNARDO CABRAL - Sr. Presidente, apenas um esclarecimento: é um convite ou convocação?

O SR. PRESIDENTE (Iris Rezende) - É convocação.

O SR. BERNARDO CABRAL - Se for convocação, dou meu pleno apoio.

Sr. Presidente, ainda pela ordem, desculpe V. Exª. Gostaria que V. Exª, na convocação, citasse o dispositivo constitucional que obriga o comparecimento do Ministro, sob pena de crime de responsabilidade.

O SR. PRESIDENTE (Iris Rezende) - Obrigado pela sugestão de V. Exª.

A Comissão entrará em contato com o Ministro, conhecendo os dias de sua permanência nesta capital, para convocá-lo a comparecer a esta Comissão.

Item nº 12.

Encontra-se às págs. 91 da Ordem do Dia.

Projeto de Lei do Senado nº 10, de 1996. Altera dispositivos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso 21 da Constituição Federal, que institui normas para licitações e contratos da administração pública e dá outras providências. É de autoria do Senador Roberto Requião, o Relator é o Senador José Fogaça, que conclui pela aprovação.

Brasília, 17 de outubro de 1996
Senhor Presidente da CCJ

Sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 53, de 1995.

Com relação à Proposta de Emenda à Constituição nº 53, de 1995, para converter a referida proposição em projeto de lei, conforme decisão da douta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania desta Casa, devemos anotar as seguintes observações:

O Regimento Interno prevê tal possibilidade no seu art. 133, "e", 1, que se aplica às propostas de emenda à Constituição por força do disposto no art. 372.

No entanto, segundo entendemos, o projeto de lei apresentado não pode ser regimentalmente entendido como se fosse um substitutivo e seguir diretamente ao Plenário. É o que depreende do preceituado no art. 228 do Regimento Interno, que indica – por interpretação **contrario sensu** – que o parecer que concluir pela apresentação de projeto não constituir proposição que deva ser apreciada de pronto pelo plenário

Desse modo, o projeto de lei apresentado passa a ser de autoria da própria Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (art. 133, "e", 1 c/c art. 245) e deverá ter seguimento próprio e autônomo.

Por seu turno, consequência lógica do dito acima, a Proposta de Emenda à Constituição nº 53, de 1995, deverá ser considerada prejudicada.

Registre-se ainda que, de acordo com o § 2º do art. 133 da Carta regimental, o parecer passa a ser considerado justificção do projeto de lei apresentado. – Senador **Bernardo Cabral**.

O SR. EPITACIO CAFETEIRA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – V. Exª tem a palavra pela ordem.

O SR. EPITACIO CAFETEIRA – Sr. Presidente, não é ainda a votação da emenda?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Não. É um parecer que conclui por um projeto de lei.

O SR. EPITACIO CAFETEIRA – Obrigado a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

Sobre a mesa, Redação Final de proposição aprovada na Ordem do Dia da presente sessão e que, nos termos do parágrafo único do art. 320 do

Regimento Interno, se não houver objeção do Plenário, será lida pelo Sr. 1º Secretário, Senador Ronaldo Cunha Lima.

É lida a seguinte:

PARECER Nº 209, DE 1997
(Da Comissão Diretora)

Redação final das Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 1995 (nº 3.051, de 1989, na Casa de Origem).

A Comissão Diretora apresenta a redação final das Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 1995 (nº 3.051, de 1989, na Casa de Origem), que dispõe sobre as Colônias, Federações e Confederação Nacional dos Pescadores, regulamentando o parágrafo único do art. 8º da Constituição Federal.

Sala de Reuniões da Comissão, 13 de maio de 1997. – **Geraldo Melo**, Presidente – **Carlos Patrocínio**, Relator – **Emília Fernandes** – **Ludio Coelho**.

ANEXO AO PARECER Nº 209, DE 1997

Dispõe sobre as Colônias, Federações e Confederação Nacional dos Pescadores, regulamentando o parágrafo único do art. 8º da Constituição Federal.

EMENDA Nº 1

(Corresponde à Emenda nº 1 – CAS)

Dê-se ao art. 1º a seguinte redação:

Art. 1º As Colônias de Pescadores, as Federações Estaduais e a Confederação Nacional dos Pescadores são reconhecidas como órgãos de classe dos trabalhadores do setor da pesca, com forma e natureza jurídica próprias, obedecendo ao princípio da livre organização previsto no art. 8º da Constituição Federal.

EMENDA Nº 2

(Corresponde à Emenda nº 2 – CAS)

Suprima-se os incisos III e IV do art. 3º

EMENDA nº 3

(Corresponde à Emenda nº 3 – CAS)

Suprima-se o art. 5º e seu parágrafo único.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

— O parecer vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Ronaldo Cunha Lima.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 336, DE 1997

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 321 do Regimento Interno, requeiro a dispensa de publicação, para imediata discussão e votação, do Parecer referente à redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 1995 (nº 3.051/89, na Casa de origem), que dispõe sobre as Colônias, Federações e Confederação Nacional dos Pescadores, regulamentando o parágrafo único do art. 8º da Constituição Federal.

Sala das Sessões, 13 de maio de 1997. — **Ramez Tebet**.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

— Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Aprovado o requerimento, passa-se à imediata apreciação da Redação Final.

Em discussão à redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

O projeto vai à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

— Passa-se, agora, à apreciação do Requerimento nº 328, de 1997, de urgência, para o Ofício S/37, de 1997, lido no Expediente.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria figurará na Ordem do Dia da sessão do segundo dia útil subsequente, nos termos do art. 345 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

— Passa-se, agora, à apreciação do Requerimento nº 329, de 1997, de urgência, para o Ofício nº 24, de 1997, lido no Expediente.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria figurará na Ordem do Dia da sessão do segundo dia útil subsequente, nos termos do art. 345 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

— Passa-se, agora, à apreciação do Requerimento nº 331, de 1997, lido no Expediente, de autoria do Senador Artur da Távola e outros Srs. Senadores, solicitando que o tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente da sessão de 1º de outubro, do corrente ano, seja dedicado a comemorar os 170 anos do **Jornal do Commercio**.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será, assim, cumprida no dia 1º de outubro a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

— Passa-se, agora, à apreciação do Requerimento nº 332, de 1997, lido no Expediente, de autoria do Senador Francelino Pereira e outros Srs. Senadores, solicitando que o tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente da sessão de 11 de dezembro, do corrente ano, seja dedicado a comemorar o centenário da cidade de Belo Horizonte.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida, em 11 de dezembro, a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

— Sobre a mesa, Requerimento nº 330, de 1997, do Sr. Senador Pedro Simon, lido na Hora do Expediente, com as alterações introduzidas por S. Exª, para o qual os Srs. Líderes solicitam urgência no sentido de que seja votado ainda nesta sessão que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 330, DE 1997

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a Vossa Excelência que, através do Plenário, seja transmitida, à Representação Brasileira junto ao III Encontro das Américas, iniciado hoje em Belo Horizonte, a preocupação do Senado Federal em relação à proposta de imediata constituição da Área de Livre Comércio das Américas – Alca, em detrimento da consolidação do Mercosul que deve ser considerada como prioritária, estabelecendo-se o ano de 2005 como marco inicial de consolidação da Alca.

Justificação

As atenções dos povos americanos voltam-se, nesta semana, para a cidade de Belo Horizonte, onde se realiza o III Encontro das Américas, passo fundamental para a criação da Área de Livre Comércio das Américas – Alca. Em tempos de internacionalização da economia, não há como descurar a importância de um mercado cuja produção de mercadorias e serviços aproxima-se dos 8 (oito) trilhões de dólares.

A experiência de formação de blocos de países para a consolidação de interesses comuns tem sido precedida de amplas discussões e do cumprimento de etapas que buscam a maximização de ganhos para as populações de todos os países participantes.

O Brasil tem dado mostras de seu empenho no sentido da integração econômica internacional. A economia brasileira tem se esforçado pela obtenção de competitividade e o País tem minimizado barreiras à importação de produtos estrangeiros. Para se ter uma idéia, as tarifas médias de importação, aqui praticadas, que, em 1990, atingiram 32,2%, caíram para 12,6%, a partir de 1995.

Esse mesmo esforço não tem encontrado reciprocidade de países potencialmente importadores de produtos brasileiros. São conhecidas as barreiras tarifárias que sobretaxam nossos produtos em até 125% ou que impedem as nossas exportações, sob alegações, nem sempre tão objetivas, de ordem sanitária.

Tais constatações não se circunscrevem, unicamente, ao caso brasileiro. Não é à toa que o balanço internacional da América Latina é, cada vez mais, deficitário. Também não é à toa que se consolidam bloco sub-regionais de integração econômica, para agilizar os recursos latentes no interior de cada país e para consolidar economias que, hoje, sofrem

as conseqüências das chamadas desvantagens comparativas no comércio com o resto do mundo.

Exemplo típico é o Mercosul, cuja integração se fundamenta nos resultados de uma ampla discussão entre os respectivos governos e no contexto da sociedade civil organizada. O Mercosul é, também, para o Brasil, de importância fundamental para balizar a participação do País nas discussões das etapas definidas no cronograma de implantação da Alca. Portanto, consolidar o Mercosul é tarefa cuja importância extrapola os limites que definem os objetivos propostos na integração do Cone Sul. Ele se constitui no marco referencial para que o País possa maximizar suas vantagens comparativas nas discussões sobre a integração das Américas. Isso, sem macular o cronograma, anteriormente definido, para a implantação da Alca.

Há que se louvar a iniciativa das discussões que ora se efetivam em Belo Horizonte. Mas, não se encontram razões que justifiquem a antecipação de etapas de tal cronograma. Nem que se relegue a plano inferior uma experiência já em face de consolidação, como o Mercosul, em benefício de propostas que devem estar, ainda, em fase de discussão de temas regulatórios.

Sala das Sessões, 13 de maio de 1997. – Senador **Pedro Simon**.

Requeremos Urgência – Jáder Barbalho – Edison Lobão – José Eduardo Dutra – Eptácio Cafeteira – Valmir Campelo.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Sendo assim, peço ao Senador José Sarney, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que profira seu parecer.

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, sendo uma matéria urgente e não sendo possível reunir a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, procurei ouvir alguns membros que aqui se encontram e recolho a opinião de que a Comissão nada tem a opor ao requerimento do Senador Pedro Simon, pedindo que o Senado Federal "transmita a preocupação em relação à proposta de imediata constituição da Área de Livre Comércio das Américas – ALCA, em detrimento da consolidação do Mercosul, que deve ser considerada como prioritária, estabelecendo-se o ano de 2.005 como marco inicial da consolidação da Alca".

Sr. Presidente, sinto-me à vontade para manifestar minha opinião porque, reiteradamente, na imprensa do nosso País, tenho escrito sobre o assun-

to. O Brasil está em um momento de definição histórica: ou se consolida o Mercado Comum do Cone Sul ou nossas nações serão satelitizadas no processo de globalização mundial. O Brasil deve, em primeiro lugar, consolidar seu espaço econômico e torná-lo forte, antes de ser submetido a uma abertura selvagem que invadirá o nosso mercado, colocando-o em uma situação de inferioridade.

Sei que o Governo brasileiro vem sofrendo pressões para que abdique dessa posição de consolidação do Mercosul em favor da espera da Área de Livre Comércio das Américas. Todavia, até este momento, tem tido uma posição de resistência, posição essa que, com certeza, terá a solidariedade do Senado Federal, ao acolher, nesta tarde de muitas discussões, este requerimento do Senador Pedro Simon.

Este fato se torna ainda mais importante por ser um alerta ao nosso Governo e uma manifestação do Poder Legislativo de que estamos atentos a este problema e jamais apoiaremos qualquer tentativa de restrições e abalos ao Mercosul. Assim, Sr. Presidente, o parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

- A Mesa agradece a presteza com que o Presidente José Sarney pôde ouvir os seus Companheiros da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, para oferecer o seu erudito parecer sobre o problema, dando-lhe parecer favorável.

Em votação.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

- Concedo a palavra ao Senador Lúcio Alcântara.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PSDB-CE. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero manifestar o meu apoio e posição favoráveis ao requerimento do ilustre Senador Pedro Simon, já muito bem sustentado na intervenção que fez o Senador José Sarney.

Por outro lado, este é o momento de o Senado Federal manifestar sua posição em defesa da integração e também da soberania nacional.

O Governo brasileiro tem sustentado que, mesmo diante das vantagens dessa integração, é preciso que nossos interesses sejam resguardados. Esses interesses passam, inicialmente, pelo fortalecimento do Mercosul a fim de que os entendimentos para a formação da Área de Livre Comércio das

Américas se façam considerando a realidade da formação desse bloco que já vem em funcionamento há alguns anos, produzindo excelentes resultados na aproximação político-cultural e na integração física e econômica entre esses países.

No entanto, gostaria de, nessa ocasião, ressaltar a necessidade de fortalecer nosso apoio à política do Governo, que vem sendo defendida e colocada em prática pelo nosso Ministério de Relações Exteriores.

Recentemente, um autor americano publicou livro em que acusava o Brasil, que tem a pretensão de se tornar líder na América do Sul, por intermédio de funcionários subalternos do Itamaraty - era assim que o autor se referia aos nossos diplomatas -, de colocar obstáculos e dificuldades para adiar, protelar a criação da Área de Livre Comércio das Américas*.

O Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima reagiu prontamente a essas insinuações e afirmações indevidas, repelindo o conteúdo desse livro, desse documento, porque era não só uma afirmação desrespeitosa ao Brasil, como também aos nossos diplomatas e funcionários do Ministério das Relações Exteriores. O mesmo Embaixador, na vigilância da defesa dos interesses nacionais, principalmente em relação à questão das tarifas e de uma série de barreiras extratarifárias que os países ricos, à frente os Estados Unidos, colocam à entrada dos produtos brasileiros naquele país, publicou um documento de grande significação em que não só lista todos esses procedimentos lesivos aos interesses do Brasil, em relação à exportação de mercadorias para os Estados Unidos, mas também estabelece uma série de procedimentos que podem levar nossos exportadores a superar alguns daqueles obstáculos que ali estão.

Portanto, é oportuno o requerimento do Senador Pedro Simon. Que o Senado se manifeste não contra a Associação de Livre Comércio das Américas, porque essa é desejável, mas sim contra a precipitação que pode levar a uma situação altamente desfavorável para o Brasil, no momento em que se cuida de todo esse processo de integração das economias.

O Governo brasileiro deve sustentar sua posição e não pode se deixar intimidar por esse tipo de argumento e de insinuação que quer levar nosso País, que ocupa uma posição de liderança na América do Sul, a uma incompatibilização com os demais países do continente.

Logo, encaminho favoravelmente à proposta do Senador Pedro Simon.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

— Com a palavra o Senador Roberto Freire.

O SR. ROBERTO FREIRE (Bloco/PPS-PE.

Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nada mais oportuno que o requerimento do Senador Pedro Simon, e nada tão fácil quanto o parecer do Senador José Sney em nome da Comissão de Relações Exteriores.

A questão do Mercosul tem sido uma constante nas discussões daquela Comissão, não apenas pelo fato de seu Presidente ter sido um dos idealizadores da construção de um mercado comum em nível de América Latina, mas por ser algo que se integra em uma perspectiva de economia que se internacionaliza na formação dos megablocos regionais.

Talvez melhor fosse dizer do nosso apoio à política que o Governo brasileiro vem adotando com relação ao Mercosul e à Associação de Livre Comércio das Américas, até porque o Governo brasileiro, em várias oportunidades, tem colocado que a questão do livre comércio das Américas não pode ser realizada da forma como pretendem os Estados Unidos, cujas autoridades vêm chamando o Mercosul de pernicioso para os interesses norte-americanos, em uma política deliberada de tentar impedir maior estruturação, melhor organização e avanço desse mercado regional da América do Sul.

Nesse sentido, o Senado está dando apoio efetivo à política brasileira na relação do Mercosul com a Alca, definindo que esse propósito de comércio entre as Américas deve ser um processo de transição com fortalecimento do Mercosul.

Gostaria apenas de lembrar outra posição norte-americana equivocada: a de não permitir a presença dos representantes dos trabalhadores brasileiros como observadores no encontro de Belo Horizonte. Sabe-se que a classe trabalhadora brasileira, por intermédio de suas centrais sindicais, pretendem discutir os processos de integração. Não se pode debater integração apenas sob a égide do interesse do capital; é fundamental a participação dos trabalhadores no livre fluxo que essa internacionalização permite.

Capitais facilmente têm fluxo de um país para outro, não encontram mais barreiras; os bens e serviços, nas trocas comerciais, também superam as taxas alfandegárias de importação ou exportação, mas os trabalhadores, os recursos humanos ainda

continuam com impedimento; daí a importância da presença dos trabalhadores. O Governo brasileiro solicitou a presença deles como observadores, mas foi impedido pela delegação norte-americana. É importante termos a noção de como esse processo avança, e essa é uma das preocupações do Senado; mas também o é, fundamentalmente, o apoio à posição brasileira na questão do mercado das Américas.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

— Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB. Para en-

caminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na semana passada, fizemos um discurso sobre esse assunto. Dizíamos que, de todo o bloco de 34 países, os Estados Unidos detinham 75% do movimento econômico, sobrando 25% para os demais 33 países; que seria muito difícil para o Brasil e para os países isoladamente negociarem com um parceiro como esse; e que o melhor seria exatamente reforçar a posição do Mercosul e, dessa forma, fazer um acordo de bloco.

Recebemos, com relação a esse discurso, Sr. Presidente, uma carta do Ministério das Relações Exteriores congratulando-se conosco porque essa é a posição do nosso Governo. Creio que essa é uma posição correta. Devemos ter tempo, devemos fazer ao nosso ritmo e não no do parceiro mais forte que quer fazer aqui e agora.

O Sr. José Fogaça — Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

— Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. JOSÉ FOGAÇA (PMDB-RS. Para discutir. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o profissionalismo e a competência do Itamaraty são inquestionáveis.

Desde que me conheço como Parlamentar, ao longo dessas atividades relativas ao comércio exterior, às relações externas do País, temos registrado, sempre, uma atitude muito ponderada, muito equilibrada, muito séria e muito competente do nosso Ministério de Relações Exteriores, de tal modo que não me recordo de um episódio significativo em que o Congresso Nacional tenha aberto uma dissidência notória ou nítida em relação à linha adotada pelo Ministério de Relações Exteriores no Brasil.

Mesmo no período do regime militar, até naquele período, havia a concordância e o apoio do Congresso Nacional à linha adotada pelo Itamaraty. Portanto, esse é um marco significativo da coinci-

dência, da proximidade, da convergência de visão e de posições políticas entre os representantes do País assentados no Congresso Nacional e esse corpo profissional da melhor qualificação política, intelectual e patriótica, que é a Casa de Rio Branco.

Sr. Presidente, no caso específico da Alca – a par de registrar tudo o que já foi dito pelos Senadores Pedro Simon, José Sarney, Roberto Freire e Lúcio Alcântara – gostaria de registrar algo que talvez não precisasse ser dito, mas que pode passar para algumas pessoas como subentendido equivocadamente: a Alca – Associação de Livre Comércio das Américas, não é algo ruim, não é algo que repudiamos, não é algo que queremos evitar, ao contrário, é algo que tanto o Itamaraty quanto o Brasil devem buscar, devem desejar construir. A diferença, no entanto, consiste no fato de que isso não seja feito abrupta, irresponsável e descuidadamente.

Há de ficar claro, em primeiro lugar, que queremos que em um futuro relativamente breve de três, quatro ou cinco anos, a construção da Associação de Livre Comércio das Américas seja uma realidade. Todavia, estrategicamente o Brasil tem alguns pontos a considerar, algumas questões a colocar e algumas exigências a fazer: uma delas é a de que a negociação se dê a partir de blocos e não de países individualmente, ou seja, a discussão é entre o Mercosul, o Nafta, o Pacto Andino e o Mercado Comum do Caribe. Essas associações regionais, esses blocos é que devem negociar coletivamente e não os Estados Unidos, país para país. Essa é a primeira exigência da diplomacia brasileira.

A segunda exigência ou reivindicação é que o governo americano tem que conferir aos seus diplomatas, aos seus negociadores, a mesma autoridade que nós brasileiros conferimos aos nossos negociadores que podem pactuar acordos entre os países de modo a mudar a nossa política de comércio exterior. Os negociadores americanos não, eles dependem de uma autorização **a posteriori** do Congresso. O presidente Clinton, portanto, é um homem de mãos amarradas para fazer as concessões e as mudanças que os brasileiros e os argentinos precisam neste momento.

Antes de assinarmos a Alca, os americanos têm que derrubar todas as exigências extratarifárias que impõem aos produtos brasileiros, tais como: calçado, carne, suco de laranja, soja. A carne brasileira não pode entrar nos EUA devido a problemas de saúde, uma suposta doença, a febre aftosa, há muito erradicada dos Estados exportadores. A Europa – lembra-me aqui o Senador Pedro Simon – compra a

nossa carne, mas os Estados Unidos não. Obviamente esse é um artificialismo extratarifário.

Uma outra questão: o aço brasileiro entra pesadamente sobretaxado nos Estados Unidos com a alegação de que aqui é um produto subsidiado porque é produzido por uma estatal. Como as estatais brasileiras, nesse campo, já não existem mais – a CSN e a Açominas já não são mais empresas estatais –, o tal subsídio, suposto ou subentendido, não existe mais. Não há porque continuar sobrecarregando pesadamente o aço brasileiro.

Se os Estados Unidos desmontaram as siderúrgicas de Pittsburg, foi porque houve problemas com os sindicatos e com a estrutura econômica interna do país. Cobrar do Brasil, que é um fornecedor de aço, condições excepcionais de sobretaxação, é evidente que isso concorre contra a assinatura da Alca, Alca que queremos, que será boa para o Brasil quando condições mais relativas de igualdade se estabelecerem, quando a nossa indústria e o nosso setor produtivo básico e primário tiverem, por meio do Mercosul, exercitado a capacidade de competir.

Não se trata daquela política retrógrada que adotamos no terreno da informática: fechar o País por 10 anos para atrasar o setor. Não! Queremos a Alca e avisamos aos produtores brasileiros: tratem de se reconverter, tratem de se qualificar, tratem de se preparar para competir, porque isso aqui não é jogo de compadre; trata-se aqui, isto sim, de aperfeiçoar as condições de competitividade do País. Esse é o novo nome do nacionalismo: nacionalismo é adquirir capacidade de competir.

É por isso, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que também quero me manifestar favoravelmente a esse requerimento e ao parecer do ilustre Senador José Sarney.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será feita a comunicação para o Fórum das Américas, em Belo Horizonte.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Senador Pedro Simon, vencemos vários obstáculos regimentais, mas o requerimento de V. Ex^a foi votado.

O SR. PEDRO SIMON - Obrigado a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Sobre a mesa, pareceres que serão lidos pelo Sr. 1^o Secretário, Senador Ronaldo Cunha Lima.

São lidos os seguintes:

PARECERES

PARECERE Nº 210, DE 1997

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre o Ofício "S" 37, de 1997, do Presidente do Banco Central do Brasil que *"encaminha solicitação do Governo do Estado do Piauí sobre aditamento ao contrato de operação de crédito firmado junto à Caixa Econômica Federal, relativo ao Programa de Apoio à Reestruturação e Ajuste Fiscal dos Estados, especificamente o Programa de Desligamento Voluntário - PDV, ao amparo dos mencionados normativos, alterando o valor de trinta e oito milhões e setecentos mil reais para cinquenta e três milhões e quinhentos mil reais"*.

RELATOR: Senador **FREITAS NETO**

I - RELATÓRIO

O Sr. Presidente do Banco Central do Brasil, por intermédio do Ofício "S" nº 037/97 (Ofício PRESI nº 1.098, de 28.04.97, na origem), submete à apreciação do Senado Federal a solicitação do Governo do Estado do Piauí a respeito do Termo Aditivo de Rerratificação ao Contrato de Abertura de Crédito, celebrado com a Caixa Econômica Federal, com a garantia da União, nos termos do Voto 162/95, alterado pelo Voto 175/95, ambos do Conselho Monetário Nacional.

Pretende-se com esse aditivo alterar o valor do crédito que a Caixa Econômica Federal abriu ao Estado do Piauí em 5 de dezembro de 1996, no valor original de R\$ 38.700.000,00 (trinta e oito milhões e setecentos mil reais), para R\$ 53.500.000,00 (cinquenta e três milhões e quinhentos mil reais). Com isso, visa-se dar prosseguimento ao Programa de Desligamento Voluntário levado a efeito pelo estado no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados.

Como informado no Ofício GG nº 226/97, do Sr. Governador do Estado do Piauí, os R\$ 38.700.000,00 liberados originalmente pela Caixa Econômica Federal já foram utilizados para o pagamento de indenizações a 6.029 pessoal do Estado estão na dependência da liberação dos recursos financeiros objeto do Termo Aditivo que ora se analisa.

O Banco Central do Brasil informou, mediante o Parecer DEDIP/DIARE-97/320, de 23 de abril de 1997, que a operação de crédito apresenta as seguintes características:

a) **valor pretendido:** R\$ 53.500.000,00 (cinquenta e três milhões e quinhentos mil reais);

b) **forma e prazo de pagamento:**

– as prestações vencidas e não liquidadas até 03.04.97, atualizadas na forma originalmente contratada, que totalizam o valor de R\$ 6.655.779,44 (seis milhões, seiscentos e cinquenta e cinco mil, setecentos e setenta e nove reais e quarenta e quatro centavos), deverão ser incorporadas ao saldo devedor da operação, firmada em 05.12.96;

– consolidado e atualizado o saldo devedor, a dívida será paga no prazo contratual remanescente de 19 (dezenove) parcelas mensais e consecutivas, reiniciando o pagamento das prestações a partir de 30.06.97, vencendo-se as demais sempre no dia 30 dos meses subsequentes, sendo a última exigível em 30.12.98;

– durante o período de carência, até 30.06.97, o valor apurado dos encargos será capitalizado ao saldo devedor;

c) **destinação dos recursos:** controle e redução das despesas com pessoal – Programa de Desligamento Voluntário – PDV, conforme autorizado pela Resolução nº 109, de 19.12.96, do Senado Federal, e contrato firmado com a CEF em 05.12.96.

Estando a operação de crédito normatizada pela Resolução nº 70, de 14.12.95, alterada pela Resolução nº 12, de 30.01.97, ambas do Senado Federal, a análise dos limites e da situação de endividamento do Estado do Piauí, se circunscreve ao que dispõe o art. 3º da Resolução nº 69/95. Nesse sentido o parecer do Banco Central, acima referido, atesta o enquadramento da operação naqueles limites.

O Tribunal de Contas do Estado do Piauí atestou o cumprimento das disposições dos arts. 27 e 212 da Constituição Federal, bem como o pleno exercício da competência tributária, relativamente ao ano de 1995. Informa, ainda, que o Estado aplicou 85,64% das receitas correntes líquidas no pagamento de pessoal. "dentro do permissivo do art. 1º, parágrafo 1º, da Lei Complementar nº 82, de 27 de março de 1995".

Integra, ainda, a documentação remetida ao Senado Federal declaração do Senhor Governador do Estado do Piauí, especificando a situação de adimplência do Estado e informando faltar apenas a conclusão de negociações já em curso para a compra dos créditos referentes às operações de antecipação de receita orçamentária e de dívidas fundadas pela Caixa Econômica Federal, com base no voto nº 009/97 e na Resolução nº 2366/97, ambas do Conselho Monetário Nacional. Sobre as demais operações de créditos, o Senhor Governador afirma que estão sendo pagas nos termos do Protocolo de Acordo firmado com a União.

A declaração acima referida foi reforçada em informação do Banco Central. Além da parte da dívida negociada nos termos do Voto 162, do Conselho Monetário Nacional e daquelas operações integrantes da lei nº 8.727/93, o Estado do Piauí está renegociando as dívidas referentes a operações ARO, ao amparo da Resolução nº 2.366, do CMN.

II - VOTO DO RELATOR

Operações financeiras inseridas no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, como essa pretendida pelo Estado do Piauí, estão subordinadas às Resoluções nºs 70, de 1995 e 12, de 1997, do Senado Federal.

Nos termos do art. 1º da referida Resolução nº 70/95, o contrato de abertura de crédito firmado entre a Caixa Econômica Federal e o Estado do Piauí em 05 de dezembro de 1996 não apenas estava previamente autorizado pelo Senado Federal, como também, em consequência, havia sido dispensado do cumprimento de uma série de exigências e condições estipuladas pela Resolução nº 69, de 1995, do Senado Federal, notadamente do cumprimento dos limites de endividamento previstos em seu art. 4º, inciso I.

Foi com esse entendimento e em consequência dessas disposições que o Banco Central encaminhou ao Senado Federal todo um conjunto de Pareceres relativos à contratação de operações de crédito ou de refinanciamentos firmados pelos diversos estados ao amparo do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados. Ainda, até então, sem o abrigo da citada Resolução 12/97, e a despeito da prévia autorização concedida pela Resolução 70/95, o Senado Federal já vinha procedendo à apreciações específicas, concedendo as respectivas autorizações.

Por seu turno, com a Resolução nº 12, de 1997, que altera a Resolução 70/95, dando respaldo legal a uma prática que vinha ocorrendo, é determinado que as operações de crédito de interesse dos estados, levadas a efeito no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, sejam submetidas à apreciação do Senado Federal; ao mesmo tempo, essa Resolução mantém inalterado o rito processual próprio e específico estabelecido para essas operações de crédito pela referida Resolução nº 70/95.

A operação de crédito em exame trata, na verdade, de um aditivo a um contrato de abertura de crédito ao Estado do Piauí, já deferido pelo Governo Federal e pela Caixa Econômica Federal, e que incorpora condições de prazos de amortizações e de encargos financeiros amplamente favoráveis relativamente aos prevalecentes no mercado.

É de se frisar, porém, que, para todos os efeitos legais, aditivos contratuais que impliquem elevação dos valores mutuados, como pretendido pelo Estado do Piauí, são considerados operações de crédito e, enquanto tais, sujeitas às normas constantes das resoluções acima explicitadas.

Nesse sentido, as informações prestadas pelo estado e a análise efetuada pelo Banco Central demonstram a perfeita adequação do pleito às normas vigentes. Não é demais enfatizar, todavia, que a operação de crédito pretendida pelo Estado do Piauí, inserida no Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, corresponde a mecanismo que objetiva adequar os gastos com pessoal do Estado ao limites estabelecidos em legislação própria. Estes procedimentos são de vital importância para o ajuste fiscal do estado.

Necessário se faz reafirmar que a situação de inadimplência em que se encontra o Estado do Piauí, está referida a débitos, todos eles em fase de renegociação, no âmbito do Programa de Ajuste Fiscal dos Estados, conforme atestam a declaração do Governador do Estado e o Ofício/PRESI-97/1253, do Banco Central do Brasil.

Nesse contexto, diante da natureza estratégica que a operação de crédito sob exame representa para a sustentação do Programa de Estabilização em curso, e para o ordenamento das finanças públicas estaduais, somos pela autorização deste Senado Federal à celebração da operação de crédito em tela, nos termos do seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 60, DE 1997

Autoriza o Estado do Piauí a contratar operação de crédito sob a forma de Termo Aditivo de Rerratificação ao Contrato de Abertura de Crédito celebrado em 05 de dezembro de 1996, junto à Caixa Econômica Federal.

O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º É o Estado do Piauí autorizado a contratar operação de crédito sob a forma de Termo Aditivo de Rerratificação ao Contrato de Abertura de Crédito celebrado em 05 de dezembro de 1996 com a Caixa Econômica Federal.

Parágrafo único. A operação de crédito de que trata o caput corresponde a aditamento, no valor de R\$ 14.800.000,00 (quatorze milhões e oitocentos mil reais), ao Contrato de Abertura de Crédito celebrado entre as

partes em 05 de dezembro de 1996, no valor de R\$ 38.700.000,00 (trinta e oito milhões e setecentos mil reais), nos termos do disposto no Voto nº 162, de 1995, alterado pelo Voto nº 175, de 1995, do Conselho Monetário Nacional.

Art. 2º A Operação de Crédito referida no artigo anterior observará as seguintes condições financeiras:

a) **valor pretendido:** R\$ 14.800.000,00 (quatorze milhões e oitocentos mil reais), correspondentes ao valor aditado ao contrato de abertura de crédito inicial de R\$ 38.700.000,00 (trinta e oito milhões e setecentos mil reais), totalizando R\$ 53.500.000,00 (cinquenta e três milhões e quinhentos mil reais);

b) **forma e prazo de pagamento:**

– as prestações vencidas e não liquidadas até 03.04.97, atualizadas na forma originalmente contratada, que totalizam o valor de R\$ 6.655.779,44 (seis milhões, seiscentos e cinquenta e cinco mil, setecentos e setenta e nove reais e quarenta e quatro centavos), deverão ser incorporadas ao saldo devedor da operação, firmada em 05.12.96;

– consolidado e atualizado o saldo devedor, a dívida será paga pelo prazo contratual remanescente de 19 (dezenove) parcelas mensais e consecutivas, reiniciando o pagamento das prestações a partir de 30.06.97, vencendo-se as demais sempre no dia 30 dos meses subsequentes, sendo a última exigível em 30.12.98;

– durante o período de carência, até 30.06.97, o valor apurado dos encargos será capitalizado ao saldo devedor;

c) **destinação dos recursos:** controle e redução das despesas com pessoal – Programa de Desligamento Voluntário – PDV, conforme autorizado pela Resolução nº 109, de 19.12.96, do Senado Federal, e contrato firmado com a CEF em 05.12.96.

Art. 3º Os recursos de que trata esta Resolução serão utilizados exclusivamente para os fins do Programa de Incentivo à Exoneração Voluntária.

Parágrafo único. A utilização para fins diversos do autorizado implicará no vencimento imediato da totalidade da operação de crédito de que trata essa Resolução, sem prejuízo das sanções legais pertinentes ao caso.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 13 de maio de 1997

JOSÉ SERRA: Presidente
FREITAS NETO: Relator

ADEMIR ANDRADE
COUTINHO JORGE
JOSÉ BIANCO
ONOFRE QUINAN
JONAS PINHEIRO
BELLO PARGA
WALDECK ORNELAS
HUGO NAPOLEÃO
NEY SUASSUNA
EDUARDO SUPPLY
ESPERIDIÃO AMIN
JOSÉ ROBERTO ARRUDA
CARLOS BEZERRA
VALMIR CAMPELO
ANTONIO CARLOS VALADARES

PARECER Nº 211, DE 1997

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, com referência ao Ofício "S" nº 24, de 1997, que "encaminha solicitação do Governo do Estado do Espírito Santo, para que possa contratar operação de crédito no valor de R\$ 64.600.000,00, destinados à cobertura dos créditos trabalhistas provenientes da execução do Programa de Demissão Voluntária (PDV)".

RELATOR: Senador **ÉLCIO ALVARES**

I. RELATÓRIO

Vem a esta Comissão de Assuntos Econômicos o Ofício "S" nº 24/97 (Ofício G nº 32, de 24.02.97, na origem) do Senhor Governador do Estado do Espírito Santo solicitando autorização do Senado Federal para contratar operação de crédito com a Caixa Econômica Federal, no valor de R\$ 64.600.000,00 (sessenta e quatro milhões e seiscentos mil reais), destinada a financiar o Programa de Demissão Voluntária a ser promovido naquele estado.

O programa acima referido se insere no conjunto de ações que estão sendo levadas a efeito pelo Governo Estadual, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal de Estados, ao amparo da Resolução nº 70/95, modificada pela Resolução nº 12/97, ambas do Senado Federal.

O Banco Central, mediante o Parecer DEDIP/DIARE-97/351, de 07 de maio de 1997, informou que são as seguintes as características da operação:

- a) **valor pretendido:** R\$ 64.600.000,00 (sessenta e quatro milhões e seiscentos mil reais);
- b) **condições de pagamento:** em 21 (vinte e uma) prestações mensais consecutivas;
- c) **encargos financeiros:** custo de captação médio da CEF, acrescido de 0,5% a.m., calculados sobre o saldo devedor atualizado e capitalizados mensalmente, repactuados trimestralmente, com base no último balancete da CEF, com a taxa inicial de 2,1095% a.m.;
- d) **destinação dos recursos:** atender às despesas decorrentes do Programa de Incentivo ao Desligamento Voluntário do Serviço Público – PDV.

Operações financeiras inseridas no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, como essa pretendida pelo Estado do Espírito Santo, estão subordinadas às Resoluções nºs 70, de 1995 e 12, de 1997, do Senado Federal. Em consequência, as exigências processuais cabíveis são as estabelecidas na Resolução nº 69/95, combinada com o disposto nas resoluções acima referidas.

Nesse sentido, o parecer do Banco Central assinalou que a operação está enquadrada nos limites do art. 3º da Resolução nº 69/95 e que o estado encontra-se adimplente junto às instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional.

Menciona, ainda, o citado parecer, que o Governo do Estado do Espírito Santo apresentou declaração atestando o cumprimento do disposto nos arts. 27 e 212 da Constituição Federal, bem como do pleno exercício da competência tributária, com relação ao exercício de 1995.

Vale salientar que o estado despendeu gastos, em 1995, com pagamento de pessoal, no valor equivalente a 68,54% de suas receitas correntes, descumprindo, dessa forma, o que estabelece o art. 38 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e a Lei Complementar nº 82/95.

Foram anexadas ao processo cópias da Lei nº 5.294/96 que instituiu o Programa de Incentivo ao Desligamento Voluntário no Serviço Público – PDV e das Certidões Negativas de Débito para com o INSS, o Ministério da Fazenda e o FGTS.

É o relatório.

II. VOTO

Por intermédio da Resolução nº 70/95 o Senado Federal autorizou os Estados a contratarem operações de crédito previstas no Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados. Foi com esse entendimento e em consequência dessas disposições que o Banco Central encaminhou ao Senado Federal todo um conjunto de Pareceres relativos à contratação de operações de crédito ou de refinanciamentos firmados pelos diversos estados ao amparo do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados. Ainda, até então, sem o abrigo da citada Resolução 12/97, e a despeito da prévia autorização concedida pela Resolução 70/95, o Senado Federal já vinha procedendo à apreciações específicas, concedendo as respectivas autorizações.

Por seu turno, com a Resolução nº 12, de 1997, que altera a Resolução 70/95, dando respaldo legal a uma prática que vinha ocorrendo, é determinado que as operações de crédito de interesse dos estados, levadas a efeito no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, sejam submetidas à apreciação do Senado Federal; ao mesmo tempo, essa Resolução mantém inalterado o rito processual próprio e específico estabelecido para essas operações de crédito pela referida Resolução nº 70/95.

A operação de crédito em exame trata, na verdade, de um contrato entre o Estado do Espírito Santo e a Caixa Econômica Federal, em perfeita sintonia com os objetivos daquele Programa, nos termos da Linha de Crédito II, estipulada na seção III do Voto CMN nº 162/95.

As informações prestadas pelo estado e a análise efetuada pelo Banco Central demonstram que o pleito está instruído segundo as normas vigentes. Cabe assinalar dois pontos:

a) quanto ao aspecto do descumprimento do limite de gastos com pessoal, cumpre lembrar que a Lei Complementar nº 82/95 ao fixar em 60% (sessenta por cento) das receitas correntes líquidas, para aplicação a partir de 1996, o limite máximo das despesas totais dos Estados com pessoal ativo e inativo da administração direta e indireta, inclusive fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista, pagas com receitas correntes estaduais, concedeu o prazo de 03 (três) exercícios financeiros para o enquadramento dos Estados no respectivo limite. Assim, o real descumprimento da norma legal pelo Estado do Espírito Santo se configura caso mantidos aqueles percentuais de gastos a partir de 1996;

b) a Certidão Negativa de Débito, expedida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional atestando que o Estado do Espírito Santo não está inscrito na dívida ativa da União, está com sua validade vencida, sendo de todo recomendável sua substituição previamente à assinatura do contrato com a Caixa Econômica.

Não é demais enfatizar que a operação de crédito pretendida pelo Estado do Espírito Santo, inserida no Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, corresponde a mecanismo que objetiva adequar os gastos com pessoal do estado ao limites estabelecidos em legislação própria. Sem dúvida, tais procedimentos são de vital importância ao ajuste fiscal do estado.

Nesse contexto, diante da natureza estratégica que a operação de crédito sob exame representa para a sustentação do Programa de Estabilização em curso, e para o ordenamento das finanças públicas estadual, somos pela autorização deste Senado Federal à celebração da operação de crédito em tela, nos termos do seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 61, DE 1997

Autoriza o Estado do Espírito Santo a contratar operação de crédito junto à Caixa Econômica Federal, no valor de R\$ 64.600.000,00, destinados à cobertura dos créditos trabalhistas provenientes da execução do Programa de Incentivo ao Desligamento Voluntário no Serviço Público – PDV.

O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º É autorizado o Estado do Espírito Santo, nos termos da Resolução nº 70/95, alterada pela Resolução nº 12/97, ambas do Senado Federal, a contratar operação de crédito junto a Caixa Econômica Federal no valor de R\$ 64.600.000,00 (sessenta e quatro milhões e seiscentos mil reais), destinados à cobertura dos créditos trabalhistas provenientes da execução do Programa de Incentivo ao Desligamento Voluntário no Serviço Público – PDV.

Art. 2º A operação de crédito será realizada nas seguintes condições:

a) **valor pretendido:** R\$ 64.600.000,00 (sessenta e quatro milhões e seiscentos mil reais);

b) **condições de pagamento:** em 21 (vinte e uma) prestações mensais consecutivas;

c) **encargos financeiros:** custo de captação médio da CEF, acrescido de 0,5% a.m., calculados sobre o saldo devedor atualizado e capitalizados mensalmente, repactuados trimestralmente, com base no último balancete da CEF, com a taxa inicial de 2,1095% a.m.;

d) **destinação dos recursos:** atender às despesas decorrentes do Programa de Incentivo ao Desligamento Voluntário no Serviço Público – PDV.

Art. 3º Os recursos de que trata esta Resolução serão utilizados exclusivamente para os fins do Programa de Incentivo à Exoneração Voluntária.

Parágrafo único. A utilização para fins diversos do autorizado implicará no vencimento imediato da totalidade da operação de crédito de que trata essa Resolução, sem prejuízo das sanções legais pertinentes ao caso.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 13 de maio de 1997

JOSÉ SERRA: Presidente
ELCIO ALVARES: Relator

VALMIR CAMPELO
CARLOS BEZERRA
NEY SUASSUNA
WALDECK ORNELAS
COUTINHO JORGE
PEDRO SIMON
ONOFRE QUINAN
BELLO PARGA
ADEMIR ANDRADE
JOSÉ BIANCO
LEVY DIAS
JONAS PINHEIRO
ESPERIDIÃO AMIN
HUGO NAPOLEÃO

PARECER Nº 212, DE 1997

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre O Projeto de Lei do Senado nº 279/95, que “dispõe

sobre o emprego do Documento Único de Transferência – DUT, o uso de instrumento de procuração e o prazo para a transferência de veículos rodoviários automotores.”

RELATOR: SENADOR JOSÉ EDUARDO DUTRA

I. RELATÓRIO

É submetido à apreciação desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o Projeto de Lei do Senado nº 279, de 1995, que dispõe sobre o emprego do Documento Único de Transferência-DUT, o uso de instrumento de procuração e o prazo para a transferência de veículos rodoviários automotores.

Tal projeto torna obrigatório, nas transações comerciais de compra e venda de veículos automotores, o preenchimento do Documento Único de Transferência-DUT, pelo vendedor, na presença do tabelião ou de seu representante constituído, gerando, para o adquirente, a obrigação de transferência do veículo junto ao Departamento de Trânsito-DETRAN de seu domicílio, no prazo de sessenta dias, a contar da data constante do carimbo de reconhecimento da firma. Nesta data, o comprador do veículo lançará sua assinatura no Documento Único de Transferência – DUT, em sinal de aquiescência à transação. A vistoria do veículo far-se-á em prazo inferior a cinco dias, a contar daquela data.

Na hipótese de extravio, inexistência ou impossibilidade de expedição do Documento Único de Transferência – DUT pelo DETRAN, determina o projeto de lei em pauta que o vendedor comunicará a esse órgão, através de carta protocolada, a data em que se realizou a venda, o valor da transação, o nome completo, endereço, números da identidade e CPF do vendedor e do comprador do veículo, indicando duas testemunhas que presenciaram o negócio. Caso ocorram aquelas hipóteses em relação ao preenchimento do documento, a venda far-se-á por meio de procuração, que terá validade de sessenta dias.

O art. 5º do projeto de lei, ora em análise, sintetiza o seu mérito, quando exime o proprietário do veículo de toda responsabilidade sobre o veículo alienado, desde a data de sua transferência, ou da comunicação ao DETRAN.

Finalmente, o projeto dispõe que, passados sessenta dias da data de transferência do veículo, sem que o comprador providencie a transferência, os órgãos do DETRAN aplicar-lhe-ão multa, não superior a 1/12 do valor do veículo; por mês, ou fração de mês, de atraso, com base nas tabelas do IPVA.

É o relatório.

II. VOTO

Em sua justificação, o autor da proposição considera que o crescente número de veículos no País dificulta, para os órgãos de trânsito, o controle sobre a propriedade e também sobre possíveis formas de utilização dos mesmos. Apesar da existência do Documento Único de Transferência-DUT, torna-se imprescindível fixar um prazo para que o comprador providencie os documentos exigíveis, solicite ao DETRAN a efetivação da transferência, e, não o fazendo, submeta-se à multa.

A negligência, ou até mesmo a má fé dos compradores de veículos, gera consequências ao vendedor, como no caso de ajuizamento de ações vistas à reparação de danos, em razão de colisões, ou pela utilização criminosa do carro que, nos registros oficiais, permanecem de sua propriedade.

Paralelamente, não é aceitável que o vendedor aguarde até sessenta dias a iniciativa do comprador. Assim, de acordo com este projeto, desde a data da transferência do veículo, pode o primeiro liberar-se de quaisquer responsabilidades sobrevindas de sua utilização, bastando informar ao DETRAN, mediante o DUT ou por carta.

Consideramos, pois, que o projeto em análise é oportuno por universalizar o emprego do Documento Único de Transferência, em todo território nacional, bem como por estabelecer um controle com maior exatidão, das informações sobre os agentes envolvidos na transação comercial.

Face ao exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 279, de 1995.

Sala das Comissões, em 23 de abril de 1997

[Assinaturas e rubricas]
 Bernardo Cabral - Presidente
 Relator
 José Eduardo Dutra - Relator
 José Ignácio
 Jefferson Pêres
 Levy Dias
 Remeu Tuma
 Lucio Alcantara
 Sebastião Rocha
 Josaphat Marinho
 José Agripino
 Antonio Carlos Valadares
 Regina Assumpção
 Ramez Tebet

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PLS 279/95

TITULARES - PFL	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
HUGO NAPOLEÃO				ÉLCIO ALVARES			
EDISON LOBÃO				ROMERO JUCA			
JOSÉ BIANCO				JOSÉ AGRIPINO	X		
BERNARDO CABRAL				GUILHERME PALMEIRA			
FRANCELINO PEREIRA				FREITAS NETO			
JOSAPHAT MARINHO	X			BELLO PARGA			
ROMEUI TUMA	X			ODACIR SOARES			
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
IRIS REZENDE				JADER BARBALHO			
JOSÉ FOGAÇA				NEY SUASSUNA			
ROBERTO REQUILÃO				CARLOS BEZERRA			
RAMEZ TEBET	X			CASILDO MALDANER			
PEDRO SIMON				FERNANDO BEZERRA			
RENAN CALHEIROS				GILVAN BORGES			
TITULARES - PSDB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
JEFFERSON PÊRES	X			SÉRGIO MACHADO			
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	X			JOSE SERRA			
LÚCIO ALCANTARA	X			JOSE ROBERTO ARRUDA			
BENI VERAS				ARTHUR DA TÁVOLA			
TITULARES - BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PDT/PSB/PPS)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PDT/PSB/PPS)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
ANTONIO CARLOS VALADARES(PSB)	X			ADEMIR ANDRADE (PSB)			
ROBERTO FREIRE (PPS)				SEBASTIÃO ROCHA (PDT)	X		
JOSE EDUARDO DUTRA (PT)	X			MARINA SILVA (PT)			
TITULARES - PPB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE-PPB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
ESPERIDIÃO AMIN				LEVY DIAS	X		
EPITÁCIO CAFETEIRA				LEOMAR QUINTANILHA			
TITULARES - PTB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
REGINA ASSUMPÇÃO	X			VALMIR CAMPELO			

TOTAL 12 SIM 12 NÃO — ABS —

SALA DAS REUNIÕES, EM 23/4/1997

Senador Bernardo Cabral

Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

OF. Nº 033 / 97 / C C J

Brasília, 23 de abril de 1997.

do Documento Único de Transferência - DUT, o uso de instrumento de procuração e o prazo para a transferência de veículos rodoviários automotores."

Senhor Presidente,

Cordialmente,

Senador Bernardo Cabral

Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Nos termos regimentais comunico a V.Exª que em reunião realizada

nesta data, esta Comissão APROVOU o Projeto de Lei do Senado nº 279,

de 1995, de autoria do Sr. Senador João França, que "Dispõe sobre o emprego

Exmº Sr.

Senador ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

DD. Presidente do Senado Federal

PARECER Nº 213, DE 1997

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 115, de 1995, de autoria do Senador Odacir Soares, que define os casos de identificação criminal previstos no art. 5º, inciso LVIII, da Constituição Federal, e o Projeto de Lei do Senado nº 187, de 1995, de autoria do Senador Júlio Campos, que dispõe sobre a identificação criminal do civilmente identificado, regulamentando o art. 5º, inciso LVIII, da Constituição Federal, que tramitam em conjunto.

Relator: Senador ROBERTO FREIRE

Vêm a esta Comissão, para exame, o Projeto de Lei do Senado nº 115, de 1995, de autoria do Senador Odacir Soares, que "define os casos de identificação criminal previstos no art. 5º, inciso LVIII, da Constituição Federal", e o Projeto de Lei do Senado nº 187, de 1995, de autoria do Senador Júlio Campos, que "dispõe sobre a identificação criminal do civilmente identificado, regulamentando o art. 5º, inciso LVIII, da Constituição Federal." Nos termos do Requerimento nº 1.335/95, com base no art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, os dois projetos passaram a tramitar em conjunto, por versarem sobre a mesma matéria.

Não há qualquer óbice de ordem constitucional, jurídica ou regimental contra qualquer dos projetos. Quanto ao mérito: ambos os projetos tratam da realização de um dispositivo constitucional ainda hoje sem embasamento abrangente na legislação ordinária. Dispõe o art. 5º, inc. LVIII, da Constituição Federal:

"Art. 5º
LVIII — o civilmente identificado não será submetido a identificação criminal, salvo nas hipóteses previstas em lei;

Até o momento, inexistente esta lei que discrimine as hipóteses cabíveis de identificação criminal do civilmente identificado. Esta lacuna legislativa ocasionou a apresentação dos dois projetos sob exame. Além disso, o Senador Romeu Tuma, antes relator do projeto nº 187, em seu parecer apresentou, sob a forma de um substitutivo que teria sido submetido a esta Comissão, valiosas sugestões complementando as disposições do projeto que relatava.

O projeto nº 115 enuncia, em seu art. 1º, os casos em que será permitida a identificação criminal. Note-se que o *caput* deste artigo restringe aos portadores de "carteira de identidade civil" o direito de não serem criminalmente identificados, conquanto o inciso I do mesmo artigo refira-se também a "carteira profissional". Os casos previstos são:

- a) o identificando não apresentar identidade civil ou carteira profissional;
- b) o documento apresentar rasura que impeça a identificação ou indício de falsificação;
- c) o identificando possuir mais de uma identidade;
- d) a autoridade policial estiver investigando crime doloso.

Já o projeto 187 determina que a identificação criminal poderá ocorrer quando:

- a) o indiciado não portar documento de identidade original, civil ou profissional;
- b) a identificação criminal for essencial às investigações policiais, segundo despacho fundamentado de autoridade judiciária competente, que decidirá de ofício, ou mediante representação da autoridade policial, do Ministério Público, ou da Defesa.

Além disso, o projeto nº 187 determina que, mesmo em ocorrendo a identificação criminal, a autoridade policial deverá tomar as providências necessárias para evitar o constrangimento do identificando.

Inicialmente, deve-se ter em mente que o dispositivo constitucional é um dos direitos e garantias fundamentais. Destarte, toda restrição a ele deve ser a mais limitada possível, bem como sua interpretação deve ser correspondentemente abrangente.

A Constituição não se refere especificamente à carteira de identidade como documento hábil para o exercício desse direito, mas utiliza a expressão "o civilmente identificado". Assim, deve-se admitir o uso de outros documentos que realizem a identificação: carteira profissional, passaporte, carteira de trabalho — em suma, qualquer documento que individualize a pessoa e a identifique. Nenhum dos dois projetos apresentados dispõe diretamente sobre quais documentos podem ser considerados "identificação civil", mas parece-nos que tal disposição não pode faltar em uma tal lei.

Incidentalmente, vale mencionar que o termo "civil" utilizado no dispositivo constitucional em tela está contraposto a "criminal". Porém, existe outra acepção desse termo que o contrapõe a "militar". Ora, as forças militares — da União e dos Estados-membros — fornecem também documentos de identificação. Esses documentos devem também valer para a realização daquele direito constitucional; para evitar controvérsias decorrentes da multiplicidade de usos do termo "civil", é também recomendável que se esclareça que os documentos militares são também identificação de ordem civil — ou seja, não criminal.

Embora determine que o documento apresentado seja recusado se apresentar rasura, o projeto nº 115 complementa esta disposição ao especificar que a rasura *deve impedir a identificação*. No entanto, uma vez que o documento apresentado é um documento público, qualquer rasura o coloca sob suspeita; parece-nos, assim, que não cabe a qualificação proposta.

Inteiramente correto o dispositivo do projeto nº 187 que autoriza a autoridade judiciária a determinar a identificação criminal. Deve haver flexibilidade na lei, para não prejudicar o bom andamento das investigações policiais; mas a restrição a uma das garantias fundamentais não deve ser ordenada senão por uma autoridade judiciária. Parece-nos, portanto, melhor este dispositivo que a simples menção a crime doloso feita no projeto nº 115; sob a forma apresentada no projeto nº 187, por um lado consegue-se a flexibilidade necessária e, por outro, garante-se o direito fundamental.

Assim, uma vez que ambos os projetos apresentam perspectivas do problema meritórias, mas incompletas, optamos por redigir um projeto substitutivo, baseado nas linhas gerais do projeto nº 187 e aproveitando dispositivos do projeto nº 115 e das propostas do Senador Romeu Tuma. Destarte, é nosso parecer pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 187, de 1995, nos termos do substitutivo apresentado a seguir, e pela prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 115, de 1995.

**EMENDA Nº 1-CCJ (Substitutivo)
AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 187, DE 1995**

*Dispõe sobre a identificação criminal do
civilmente identificado, regulamentando o
art. 5º, inciso LVIII, da Constituição Federal.*

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O civilmente identificado não será submetido a identificação criminal, salvo nos casos previstos nesta lei.

Art. 2º A identificação civil é atestada por qualquer dos seguintes documentos:

- a) carteira de identidade;
- b) carteira de trabalho;
- c) carteira profissional;
- d) passaporte;
- e) carteira de identificação funcional;
- f) outro documento público que permita a identificação do indiciado.

Parágrafo único. Para as finalidades desta lei, equiparam-se aos documentos de identificação civis os documentos de identificação militares.

Art. 3º Embora apresentado documento de identificação, poderá ocorrer identificação criminal quando:

I — o documento apresentar rasura ou tiver indício de falsificação;

II — o documento apresentado for insuficiente para identificar cabalmente o indiciado;

III — o indiciado portar documentos de identidade distintos, com informações conflitantes entre si;

IV — a identificação criminal for essencial às investigações policiais, segundo despacho fundamentado da autoridade judiciária competente, que decidirá de ofício, ou mediante representação da autoridade policial, do Ministério Público, ou da defesa.

Parágrafo único. Deverá ser juntada cópia dos documentos apresentados aos autos do inquérito, ainda que considerados insuficientes para identificar o indiciado.

Art. 4º Quando houver necessidade de identificação criminal, a autoridade encarregada tomará as providências necessárias para evitar o constrangimento do identificando.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 10 de dezembro de 1996.

Iris Rezende
Iris Rezende - Presidente

Roberto Freire
Roberto Freire - Relator

Sérgio Machado

Ney Suassuna

Edison Lobão

José Eduardo Dutra

Fernando Bezerra

Bernardo Cabral

Pedro Simon

Antonio C. Valadares

Josaphat Marinho

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

FOLHA DE VOTAÇÃO

PROPOSIÇÃO: *PLS Nº 115* de 19 *95*
PLS 187/95

PMDB							
TITULARES	SIM	NÃO	ABS	SUPLENTE	SIM	NÃO	ABS
IRIS REZENDE				PEDRO SIMON	X		
SILVA JUNIOR				GILVAN BORGES			
ROBERTO REQUIAO				CARLOS BEZERRA			
JOSÉ FOGAÇA				GILBERTO MIRANDA			
RAMEZ TEBET	X			HENRIQUE LOYOLA			
FERNANDO BEZERRA	X			VAGO			
NEY SUASSUNA	X			VAGO			
PFL							
GUILHERME PALMEIRA				ÉLCIO ALVARES			
EDISON LOBÃO	X			CARLOS PATROCÍNIO			
JOSÉ BIANCO				ANTONIO C. MAGALHÃES			
BERNARDO CABRAL	X			BELLO PARGA			
FRANCELINO PEREIRA				JOSÉ AGRIPINO			
JOSAPHAT MARINHO	X			FREITAS NETO			
PSDB							
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA				BENI VERAS			
LUCIO ALCANTARA				ARTUR DA TAVOLA			
JEFFERSON PERES				PEDRO PIVA			
SÉRGIO MACHADO	X			VAGO			
PPB							
EPITÁCIO CAFETEIRA				SANDRA GUIDI			
PT							
JOSÉ EDUARDO DUTRA	X			BENEDITA DA SILVA			
PTB							
REGINA ASSUMÇÃO				JOSÉ EDUARDO VIEIRA			
PDT							
DARCY RIBEIRO				JUNIA MARISE			
PSB							
ANTONIO C. VALADARES	X			ADEMIR ANDRADE			
PPS/PSL							
ROBERTO FREIRE	X						
ROMÉU TUMA							

Iris Rezende
PRESIDENTE

SALA DA COMISSÃO, EM *10* DE *dezembro* DE 19*96*

FINAL, APROVADO PELA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA AO

OF. Nº 017 / 97 / C C J

Brasília, 17 de abril de 1997

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 187, DE 1995
(SUBSTITUTIVO)**

Dispõe sobre a identificação criminal do civilmente identificado, regulamentando o art. 5º, inciso LVIII, da Constituição Federal.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O civilmente identificado não será submetido a identificação criminal, salvo nos casos previstos nesta lei.

Art. 2º A identificação civil é atestada por qualquer dos seguintes documentos:

- a) carteira de identidade;
- b) carteira de trabalho;
- c) carteira profissional;
- d) passaporte;
- e) carteira de identificação funcional;
- f) outro documento público que permita a identificação do indiciado.

Parágrafo único. Para as finalidades desta lei, equiparam-se aos documentos de identificação civis os documentos de identificação militares.

Art. 3º Embora apresentado documento de identificação, poderá ocorrer identificação criminal quando:

- I — o documento apresentar rasura ou tiver indício de falsificação;
- II — o documento apresentado for insuficiente para identificar cabalmente o indiciado;
- III — o indiciado portar documentos de identidade distintos, com informações conflitantes entre si;
- IV — a identificação criminal for essencial às investigações policiais, segundo despacho fundamentado da autoridade judiciária competente, que decidirá de ofício, ou mediante representação da autoridade policial, do Ministério Público, ou da defesa.

Parágrafo único. Deverá ser juntada cópia dos documentos apresentados aos autos do inquérito, ainda que considerados insuficientes para identificar o indiciado.

Art. 4º Quando houver necessidade de identificação criminal, a autoridade encarregada tomará as providências necessárias para evitar o constrangimento do identificando.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala da Comissão, em 16/04/97

Senador Bernardo Cabral
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais comunico a V.Exª que em reunião realizada

nesta data, esta Comissão APROVOU, em turno suplementar, Substitutivo oferecido ao PLS nº 187, de 1995, que "Dispõe sobre a identificação criminal do civilmente identificado, regulamentando o art. 5º, inciso LVIII, da Constituição Federal, de autoria do Sr. Senador Júlio Campos, e, pela prejudicialidade do PLS nº 115, de 1995, de autoria do Sr. Senador Odacir Soares, que "Define os casos de identificação criminal previstos no art. 5º, inciso LVIII, da Constituição Federal."

Cordialmente,

Senador Bernardo Cabral

Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Exmº Sr.

Senador ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

DD. Presidente do Senado Federal

**DOCUMENTO ANEXADO NOS TERMOS
DO ART. 250 DO REGIMENTO INTERNO**

RELATÓRIO

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 115, de 1995, que "define os casos de identificação criminal previstos no art. 5º, inciso LVIII, da Constituição Federal".

Relator: Senador ROBERTO FREIRE

Trata-se do Projeto de Lei do Senado nº 115, de 1995, que visa a distinguir as hipóteses em que se permite a identificação criminal prevista no inciso LVIII, do art. 5º da Constituição Federal.

Preliminarmente registre-se, por oportuno, a tramitação, nesta Comissão, do PLS nº 187, de 1995, que "dispõe sobre a identificação criminal do civilmente identificado, regulamentando o art. 5º, inciso LVIII, da Constituição Federal". Cabe observar que esse projeto trata do mesmo assunto que deu origem ao PLS nº 115, de 1995.

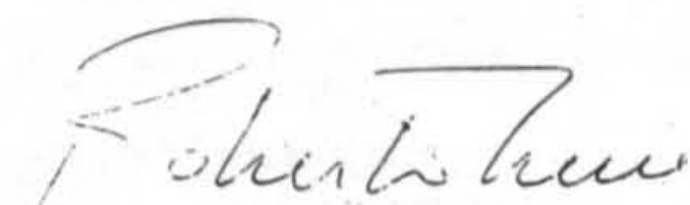
Diante do paralelismo existente entre os dois projetos indicados, entendemos pertinente à reunião dos seus textos, na forma requerida em anexo, para que tramitem conjuntamente, em conformidade com o disposto no art. 258, do Regimento Interno.

REQUERIMENTO Nº 1.335, DE 1995

Senhor Presidente do Senado Federal,

Requeiro à V. Excia., nos termos do art. 258 do Regimento Interno, do Senado Federal, a tramitação conjunta dos PLS nºs 115 e 187, ambos de 1995, por versarem sobre a mesma matéria.

Sala das Sessões, em 17 de outubro de 1995.



Senador ROBERTO FREIRE

RELATÓRIO

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA ao Projeto de Lei do Senado nº 187, de 1995, que "dispõe sobre a identificação criminal do civilmente identificado, regulamentando o art. 5º, inciso LVIII, da Constituição Federal."

Relator: Senador ROMEU TUMA

Vem a esta Comissão, para exame, o Projeto de Lei do Senado nº 187, de 1995, de autoria do ilustre Senador Júlio Campos, que "dispõe sobre a identificação criminal do civilmente identificado, regulamentando o art. 5º, inciso LVIII, da Constituição Federal."

O projeto pretende preencher uma lacuna na legislação, que vem desde a promulgação da Constituição Federal em 1988. Não existe ainda uma lei que determine as circunstâncias que autorizam a identificação criminal de uma pessoa civilmente identificada. O projeto é, portanto, meritório ao tratar de um tema tão pertinente.

Cabem, contudo, alguns reparos. Uma lei de tal abrangência deve na verdade ser mais detalhada, na medida do possível prevendo todas as circunstâncias com que se pode deparar a autoridade policial ao defrontar-se com o problema da identificação. Deve ainda dispor sobre o que exatamente é a identificação criminal, de vez que inexiste outra disposição legal a este respeito. Destarte, o projeto merece alguns aperfeiçoamentos que realizem este detalhamento.

Assim, nosso parecer é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 187, de 1995, nos termos do seguinte Substitutivo.

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 187 (SUBSTITUTIVO), DE 1995

Dispõe sobre a identificação criminal do civilmente identificado, regulamentando o art. 5º, inciso LVIII, da Constituição Federal.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º No curso de inquérito policial ou policial militar, a autoridade que o presidir ordenará a coleta das impressões digitais do indiciado e dos dados

essenciais sobre o fato delituoso praticado, da autoria e da vítima, encaminhando-os imediatamente aos órgãos estadual e nacional de identificação.

Parágrafo único. Se a ação penal for iniciada sem a prévia realização de inquérito, estas providências caberão ao juiz.

Art. 2º O civilmente identificado não será submetido à identificação datiloscópica prevista no art. 1º, exceto quando:

I - o indiciado não apresentar documento original de identidade, civil ou profissional, no momento do indiciamento;

II - for apurado que o indiciado porta documentos de identidade distintos, com informações conflitantes entre si;

III - o documento apresentado for insuficiente para identificar cabalmente o indiciado;

IV - a identificação for essencial às investigações policiais, segundo despacho fundamentado da autoridade judiciária competente, que decidirá de ofício, ou mediante representação da autoridade policial, do Ministério Público, ou da defesa.

Parágrafo único. Nos autos do inquérito, deverá ser juntada cópia do documento apresentado, ainda que considerado insuficiente para identificar o indiciado.

Art. 3º Quando houver necessidade de identificação criminal, a autoridade encarregada tomará as providências necessárias para evitar o constrangimento do identificando.

Art. 4º A autoridade judiciária informará aos órgãos estadual e nacional de identificação:

I - a distribuição de inquérito ou processo;

II - sentença penal transitada em julgado;

III - qualquer das situações previstas nos incisos I, II e III, alíneas "d" e "e", do art. 66 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984;

IV - reabilitação; e

V - morte do indiciado ou acusado.

Art. 5º A autoridade penitenciária informará aos órgãos estadual e nacional de identificação o recolhimento, a soltura, a fuga, a recaptura ou o falecimento do sentenciado.

Art. 6º As informações centralizadas no órgão nacional de identificação, nos termos desta Lei, constituirão o Cadastro Nacional de Criminosos, com a finalidade de:

I - garantir o registro dos indiciados, acusados e condenados, para o conhecimento e controle da criminalidade;

II - viabilizar a expedição de folhas de antecedentes penais para a instrução de inquéritos e processos;

III - realizar a prestação de informações criminais completas e oportunas aos órgãos responsáveis pela prevenção e repressão ao crime;

IV - assegurar a geração de estatísticas que auxiliem na prevenção do crime e atendam à demanda de estudiosos da criminalidade.

Art. 7º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de sessenta dias a contar de sua publicação.

Art. 8º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões,

, Presidente

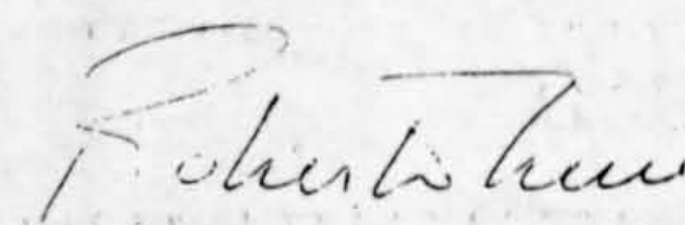
, Relator

REQUERIMENTO Nº 1.335, DE 1995

Senhor Presidente do Senado Federal,

Requeiro à V. Excia., nos termos do art. 258 do Regimento Interno, do Senado Federal, a tramitação conjunta dos PLS nºs 115 e 187, ambos de 1995, por versarem sobre a mesma matéria.

Sala das Sessões, em 17 de outubro de 1995.


Senador ROBERTO FREIRE

PARECER Nº 214, DE 1997

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 22, de 1995, de autoria do Senador Sebastião Rocha, que atribui valor jurídico a digitalização de documentos e dá outras providências.

RELATOR: Senador ROBERTO REQUIÃO

I - RELATÓRIO

O projeto de lei em exame, de autoria do nobre Senador Sebastião Rocha, pretende atribuir valor jurídico a documentos objeto de digitalização, em todo o território nacional, com a finalidade de possibilitar, de modo prático e moderno, o armazenamento de informação, dados e imagens que constituam o acervo documental de empresas privadas e órgãos públicos federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal.

Em sua justificação, o nobre parlamentar diz que os sistemas de informação e transmissão de dados alcançaram níveis nunca vistos antes na história do homem, resultados das conquistas tecnológicas havidas em todo o mundo.

Realmente é de se reconhecer que tais processos tecnológicos merecem ser oficializados, especialmente aqueles que se propõem a armazenar dados, exigências do mundo moderno e ágil.

O sistema de arquivamento digitalizado está a carecer de normatização, para que se torne exequível, de fácil acesso a todos os órgãos da Administração Pública.

A aceitação dos documentos reproduzidos pelo sistema de arquivo digitalizado, com o mesmo valor jurídico dos originais, é medida *sine qua non* para viabilizar a implantação de novos métodos de arquivamento.

Os documentos reproduzidos pelo arquivo digitalizado deverão ser cancelados pelo órgão que os reproduzir, acompanhados da identificação dos servidores responsáveis pelo procedimento e demais cautelas estabelecidas em norma própria.

O ilustre Senador Sebastião Rocha, autor do projeto de lei em foco, apresentou a Emenda nº 01, modificando a redação do art. 3º, a fim de transferir para as normas infralegais a regulamentação do método operacional do processo de autenticação.

Registre-se ainda que o Senador Sebastião Rocha encaminhou a este Relator, sugestões no sentido de aperfeiçoar o projeto original, tornando-o mais abrangente, dotando-o de maior operacionalidade e segurança.

II - VOTO DO RELATOR

O presente projeto não merece reparo quanto a sua constitucionalidade e regimentalidade, bem como no que concerne a sua juridicidade.

Relativamente ao mérito é importante destacar que o sistema eletrônico é muito ágil, moderno, eficiente e durável do que o arcaico método de arquivamento, embora exija maior responsabilidade quanto a preservação de integridade das informações nele arquivadas.

Assim é que o sistema eletrônico, para obter reconhecimento oficial, deverá ser dotado de um melhor sistema de segurança, legalmente previsto, especialmente em face da aludida destruição dos documentos originais.

As alterações propostas são fruto da maturação do texto original, após constantes debates com a comunidade interessada, levados a efeito pelo ilustre Senador Sebastião Rocha, autor do projeto, que condensadas e aplicadas ao texto original, resultam no substitutivo que acolhemos e temos a honra de apresentar.

Assim sendo, as principais observações que merecem ser relacionadas são as seguintes, *in verbis*:

I - A modificação na redação da Ementa busca ampliar a aplicabilidade da lei, bem como descaracterizar a vinculação com a atribuição de valor jurídico aos documentos produzidos e os arquivados em meio eletrônico, em função da supressão do Artigo 5º do projeto original;

II - Outro aspecto relevante é a substituição do termo "digital" por "eletrônico", que resulta numa maior abrangência dos efeitos da proposta, visto que "digitalização" refere-se ao processo de conversão para o meio digital de um documento contido originalmente em mídia analógica;

Ante o exposto, opinamos pela constitucionalidade e juridicidade do projeto, acolhidas a emenda nº 01 e sugestões do próprio autor, Senador Sebastião Rocha, e no mérito, pela sua aprovação, na forma do substitutivo abaixo, para o qual solicitamos a atenção dos nossos ilustres Pares, objetivando o seu aprimoramento e aprovação.

EMENDA Nº 1-CCJ (Substitutivo) AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 22, DE 1996

Dispõe sobre os documentos produzidos e os arquivados em meio eletrônico e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º - Fica autorizado em todo o território nacional o arquivamento em meio eletrônico de informações, dados, imagens e quaisquer outros documentos que constituam o acervo documental das empresas privadas e órgãos e entidades da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal direta e indireta, das fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público e demais organizações sob o controle direto ou indireto da União e do Distrito Federal, garantida a integridade do acervo.

Parágrafo 1º - O arquivamento de documentos em meio eletrônico dependerá de disciplinamento próprio nas empresas privadas e órgãos e entidades da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal direta e indireta, das fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público e demais organizações sob o controle direto ou indireto da União e do Distrito Federal, observado o que determina o Decreto regulamentador específico.

Parágrafo 2º - Os registros originais, independentemente de seus suportes ou meio onde foram gerados, após serem arquivados eletronicamente, poderão, a critério da autoridade competente, ser eliminados ou transferidos para outro suporte e local, observada a legislação pertinente.

Parágrafo 3º - Para os efeitos de preservação da integridade dos documentos, o meio eletrônico utilizado, qualquer que seja sua forma ou natureza, deverá garantir a autenticidade, a indelibilidade e a confidencialidade dos documentos, protegendo-os contra todo o acesso, uso, alteração de conteúdo ou qualidade, reprodução e destruição não autorizadas.

Parágrafo 4º - Terão valor probante, em juízo ou fora dele, as reproduções obtidas do sistema de arquivamento eletrônico, desde que sejam perfeitamente legíveis e fiéis aos respectivos registros originais e atendam ao Decreto Regulamentador específico.

Art. 2º - As unidades da Administração Pública direta e indireta, as fundações e organizações sob controle direto ou indireto da União, Distrito Federal, Estados e Municípios e as empresas privadas para se utilizarem de sistema de arquivamento eletrônico deverão manter procedimentos voltados à gestão de seus documentos, conforme a sua conveniência e preceituado em Lei.

Parágrafo 1º - Os documentos arquivados eletronicamente, utilizarão obrigatoriamente um sistema de indexação e obedecerão a um processo previamente documentado e aprovado pela autoridade competente.

Parágrafo 2º - O sistema de arquivamento eletrônico deverá propiciar uma rápida e eficiente localização dos documentos, bem como permitir a verificação da fidelidade ao processo previamente definido e aprovado pela autoridade competente.

Art. 3º - É assegurado o acesso aos documentos dos órgãos públicos e instituições de caráter público, produzidos e os arquivados em meio eletrônico, ressalvados aqueles considerados como segredo de justiça e sigilosos, na forma da legislação em vigor.

Art. 4º - As dúvidas ou questionamentos sobre as reproduções obtidas de sistemas de arquivamento eletrônico deverão ser dirimidas a partir da documentação do processo aprovado pela autoridade competente e respectivos originais.

Art. 5º - Ficará sujeito a responsabilidade penal, civil e administrativa, de acordo com a legislação em vigor, aquele que desfigurar ou destruir documentos de valor permanente ou considerado como de interesse público e social arquivados, produzidos ou reproduzidos na forma prevista nesta Lei.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala da Comissão, em 23 de abril de 1997

Esperidião Amin
Francisco Pereira
Levy Dias
José Ignácio
José Roberto Arruda
Antonio C. Valadares
Bernardo Cabral - Presidente
Ramez Tebet
Roberto Reguão - Relator
Jefferson Peres
Regina Assunção

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PL 5 22/95

TITULARES - PFL	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
HUGO NAPOLEÃO				ÉLCIO ALVARES			
EDISON LOBÃO				ROMERO JUCA			
JOSÉ BIANCO				JOSÉ AGRIPINO			
BERNARDO CABRAL				GUILHERME PALMEIRA			
FRANCELINO PEREIRA	X			FREITAS NETO			
JOSAPHAT MARINHO	X			BELLO PARGA			
ROMÉU TUMA				ODACIR SOARES			
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
IRIS REZENDE				JADER BARBALHO			
JOSÉ FOGAÇA				NEY SUASSUNA			
ROBERTO REQUIÃO	X			CARLOS BEZERRA			
RAMEZ TEBET	X			CASILDO MALDANER			
PEDRO SIMON				FERNANDO BEZERRA			
RENAN CALHEIROS				GILVAN BORGES			
TITULARES - PSDB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
JEFFERSON PERES	X			SERGIO MACHADO			
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	X			JOSÉ SERRA			
LÚCIO ALCANTARA	X			JOSÉ ROBERTO ARRUDA			
BENI VERAS				ARTHUR DA TÁVOLA			
TITULARES - BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PDT/PSB/PPS)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PDT/PSB/PPS)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB)	X			ADEMIR ANDRADE (PSB)			
ROBERTO FREIRE (PPS)				SEBASTIÃO ROCHA (PDT)			
JOSÉ EDUARDO DUTRA (PT)				MARINA SILVA (PT)			
TITULARES - PPB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PPB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
ESPERIDIÃO AMIN	X			LEVY DIAS	X		
EPITÁCIO CAFETEIRA				LEOMAR QUINTANILHA			
TITULARES - PTB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
REGINA ASSUMPTÃO	X			VALMIR CAMPELO			

TOTAL 11 SIM 11 NÃO — ABS —

SALA DAS REUNIÕES, EM 11/5/97

Senador Bernardo Cabral

Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

OF. Nº 044 / 97 / C C J

Brasília, 23 de abril de 1997

Ofício nº 0139/GSSR/96

Brasília, 25 de junho de 1996

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais comunico a V.Exª que em reunião realizada nesta data, esta Comissão APROVOU, em turno suplementar, substitutivo oferecido ao Projeto de Lei do Senado nº 22, de 1996, de autoria do Sr. Senador Sebastião Rocha, que atribui valor jurídico à digitalização de documentos e dá outras providências."

Cordialmente,

Senador Bernardo Cabral

Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Exmº Sr.

Senador ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

DD. Presidente do Senado Federal

**DOCUMENTO ANEXADO NOS TERMOS DO ART. 250 DO
REGIMENTO INTERNO**

**EMENDA AO PLS 22/96, OFERECIDA
NOS TERMOS DO ART. 122, II, "C", DO RISF**

Dê-se a seguinte redação ao art. 3º:

Art. 3º - Terão valor jurídico as cópias em papel obtidas do sistema de armazenamento digitalizado desde que atendam ao decreto regulamentador específico.

JUSTIFICAÇÃO

Transferir para o nível de Decreto, a regulamentação do método operacional do processo de autenticação.

Sala das Comissões, em


Senador SEBASTIÃO ROCHA - PDT/AP

Senhor Senador,

No dia 28 de fevereiro de 1996, apresentei à Mesa do Senado Federal o Projeto de Lei do Senado nº 22/96 que "atribui valor jurídico aos documentos digitalizados e dá outras providências" e que, após encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça, teve seu ilustre nome designado como relator. Seu trabalho ágil e competente teve forte significado para me fazer ver que esta proposição é uma efetiva contribuição à modernização do País.

É oportuno lembrar que a maturação do texto de minha proposição se deu através de constantes debates com a Consultoria Legislativa do Senado Federal, com o PRODASEN e com a Associação Brasileira de Gerenciamento de Arquivos - ABGA.

Após a apresentação do projeto iniciamos também um amplo trabalho de divulgação da proposição, tendo meu gabinete recebido grande retorno da comunidade interessada nas perspectivas abertas por essa iniciativa.

Fato é que ao longo do período que vai desde a apresentação do projeto até a presente data recebemos um farto volume de sugestões que foram condensadas e aplicadas ao texto original, resultando na versão anexa que apresentamos para sua apreciação.

As principais observações que posso relacionar são as seguintes:

1. o primeiro e o mais relevante aspecto é a substituição do termo "digital" por "eletrônico", que resulta numa maior abrangência dos efeitos da proposta, visto que "digitalização" refere-se ao processo de conversão para o meio digital de um documento contido originalmente em mídia analógica;

Exmo. Sr.
Roberto Requião
Senador da República
NESTA

2. por esse motivo acrescentamos a figura do "fato gerador" no texto da proposição a fim de que sejam incluídos os documentos oriundos de transações exclusivamente eletrônicas;

3. outro ponto bastante controverso e que mereceu uma análise cuidadosa foi a proposta de supressão do artigo 5º da proposta original, pois a referência aos prazos prescricionais vigentes e à manutenção do conteúdo a ser arquivado em mídia analógica contrariam o mérito da proposição;

4. objetivando contornar as dificuldades advindas da falta de segurança sugerimos a inclusão do § 2º no art. 1º que acreditamos trazer maior liberalidade uma vez que a operacionalização dos processos de segurança deverão ser referenciadas no decreto regulamentador específico.

Considerando que o PLS 22/96 ainda aguarda sua inclusão na pauta da Comissão de Constituição e Justiça, apresenta-lhe as observações colhidas ao longo desse tempo para que Vossa Excelência avalie a possibilidade e a oportunidade de apresentar um substitutivo ao PLS 22/96.

Grato mais uma vez por sua atenção.

Cordialmente,


SEBASTIÃO ROCHA
Senador PDT/AP

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 22, DE 1996

Atribui valor jurídico ao armazenamento eletrônico de documentos e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica autorizado, em todo o território nacional, o armazenamento de informações, dados e imagens que constituem o acervo documental das empresas privadas e órgãos públicos federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal, em sistemas **eletrônicos** que, uma vez gravados, garantam o nível de segurança exigido.

§ 1º. A utilização do sistema dependerá de disciplinamento no respectivo regimento interno da instituição pública ou sistemática de arquivamento da empresa privada, desde que ambos atendam ao decreto regulamentador específico.

§ 2º Os fatos geradores, sejam eles documentos originais, registros de transações eletrônicas, dados, informações ou imagens, após armazenados eletronicamente, poderão, respeitado seu valor arquivístico legal e a critério da autoridade competente, ser eliminados ou transferidos para outro local.

Art. 2º As unidades da administração pública e as empresas privadas que se utilizem do armazenamento eletrônico procederão ao controle desses mesmos documentos.

§ 1º O controle dos documentos **armazenados eletronicamente** será feito de acordo com a conveniência da unidade administrativa ou da empresa, desde que permita sua rápida localização.

§ 2º. Os documentos digitalizados utilizarão obrigatoriamente um sistema de indexação e obedecerão a um processo previamente documentado e aprovado pela autoridade competente.

§ 3º Fica a critério da autoridade competente a forma de arquivamento dos documentos gerados originalmente em meio eletrônico e que por suas características devam constituir arquivo permanente.

Art. 3º Terão valor probante, em juízo ou fora dele, as reproduções obtidas do sistema de armazenamento eletrônico, desde que atendam ao decreto regulamentador específico.

Parágrafo único - As dúvidas ou questionamentos sobre as reproduções mencionadas no caput deste artigo serão dirimidas a partir da documentação do processo aprovado pela autoridade competente e respectivos fatos geradores.

Art. 4º Ressalvados os temas codificados e classificados como segredo de justiça e sigilosos, é garantido a qualquer cidadão o direito de acesso às informações armazenadas eletronicamente em órgãos públicos, delas podendo ser extraídas certidões ou reproduzidos os documentos, a requerimento do interessado.

Art. 5º O art. 365 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil, fica acrescido do seguinte inciso IV:

“Art.”

IV - Os documentos públicos reproduzidos a partir de arquivo em sistema eletrônico, desde que cancelados pelo órgão competente e pelo servidor designado para esse fim.”

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

PARECER Nº 215, DE 1997

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre O Projeto de Lei do Senado nº 39 de 1996, de autoria do Senador Júlio Campos, que “suprime o inciso VI do parágrafo 2º do art. 171 do Código Penal, que define como crime de estelionato a emissão de cheques sem fundo.”

RELATOR: Senador RAMEZ TEBET

I - RELATÓRIO

Vem a esta Comissão, para exame, o Projeto de Lei do Senado nº 39, de 1996, de autoria do ilustre Senador **Júlio Campos**, que “suprime o inciso VI do § 2º do art. 171 do Código Penal, que define como crime de estelionato a emissão de cheques sem fundo.”

A proposição, que não recebeu emendas no prazo regimental, pretende revogar o dispositivo do Código Penal que explicita a modalidade de estelionato, por emissão de cheque sem o devido suprimento de fundos.

A proposta não contraria normas constitucionais ou infraconstitucionais, mas quanto ao seu mérito merece reflexões.

II - ANÁLISE

A fundamentação do nobre autor, para a alteração pretendida, nos parece inconsistente.

Primeiramente, julgamos que quem “emite cheque sem suficiente provisão de fundos”, sabendo que essa condição existe e visando claramente a lesar o prejudicado ou “frustra o pagamento” do cheque, consciente de que a dívida é real e justa, realiza o ato típico da fraude que é conceituada como estelionato. Vejamos o que diz o *caput* do art. 171 do Código Penal:

“Estelionato

Art. 171. Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou *mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil*, ou qualquer outro meio fraudulento.” (grifo nosso)

Ora, se são prestados serviços ou vendidas coisas em troca de um documento (cheque) em que o agente autoriza, de má-fé, o banco a pagar a importância devida que, no entanto, sabe não existir em sua conta, não temos dúvida de que isso caracteriza uma fraude que deve ser punida com rigor. Não será, entretanto, ação fraudulenta a emissão por engano, de boa-fé, de cheque com insuficiência de fundos, e as normas existentes dão suficiente espaço para procedimentos administrativos que permitam sanar a ação lesiva não realizada de má-fé. (Lei nº 7357, de 2 de setembro de 1985 - dispõe sobre o cheque - e Resolução-BC nº 1682, de 31 de janeiro de 1990 - emissão de cheque sem fundo). Não temos conhecimento de condenação, por estelionato, de pessoas que tenham emitido cheque com insuficiência de fundos, comprovadamente por

engano, ou sem prova de má-fé. Neste caso, normalmente a questão tem sido resolvida na esfera administrativa ou, civil, o que nos parece justo.

A argumentação que critica a possibilidade do agente ser processado "duas vezes, uma na vara civil e outra na vara criminal" nos soa juridicamente estranha.

Essa possibilidade é absolutamente normal em caso de delitos de resultado, como, por exemplo, crimes contra a vida, lesão corporal, crimes de danos, etc. Na norma penal, a sanção visa ao castigo do infrator e a defesa da sociedade contra uma pessoa que, por suas ações e motivações, constitui-se em risco para a comunidade. Só secundariamente a norma penal sana danos ou ressarcir prejuízos. Essas providências são, entretanto, a finalidade principal do processo civil. O direito penal preocupa-se com a ação injusta e reprovável punindo o dolo ou a culpa. O direito civil visa a reparar as consequências materiais da infração. Esses são conceitos primários da doutrina do Direito.

Justificar-se a revogação de um dispositivo penal, sob a alegação de que os processos a ele referentes estão abarrotando os cartórios das delegacias e tribunais, sobrecarregando o trabalho desses órgãos, parece-nos solução profundamente equivocada e absurda. O inciso VI do § 2º do art 171 apenas explicita uma das modalidades de estelionato, a emissão de cheque, sem suficiente provisão, ou a frustração do pagamento justo e devido, mas de nenhuma forma ignora ou desconsidera a necessária condição do dolo, da intenção de delinquir, para que o ato seja caracterizado como crime, como, aliás, para todos os outros incisos e o próprio *caput* deste art. Nesses casos, o dolo é condição absolutamente necessária à tipificação do crime.

Se os cartórios estão congestionados com processos dessa natureza, ou esse delito tornou-se comum, o que é muito preocupante, ou por vício ou falha de procedimento, na esfera policial ou do Ministério Público, estão sendo acolhidos processos criminais onde não há indícios ou evidências de dolo.

Se o delito tornou-se prática comum, é sinal de que a persecução criminal tornou-se tão frouxa ou ausente que chega a incentivar o seu cometimento. Neste caso, revogar-se o tipo criminal para desafogar os cartórios é comparável com a conhecida solução de "tirar o sofá da sala". A sociedade finge que o ato injusto e reprovável não está sendo cometido, através do artifício de fazer desaparecer a tipificação criminal.

Se, por outro lado, o uso irregular do cheque, por desatenção ou descuido, está sendo enquadrado erroneamente como crime, é claro que está ocorrendo falha de procedimento de origem humana, eventual, não formal.

Em ambos os casos, é evidente que *o erro não está na norma penal* e que a solução do problema está na correção de *vícios estruturais e de procedimento*.

Talvez, a preocupação do nobre Senador estenda-se à possibilidade de criminalização da emissão de cheque com insuficiência de fundos, quando esse instrumento é utilizado como *garantia de dívida* (pré-datado) e não de pagamento à vista. Apesar dessa utilização não estar amparada na lei, ela é atualmente reconhecida em vasta jurisprudência. Dessa forma, não há como enquadrar em fraude a insuficiência de fundos em data anterior à constante no documento. Por outro lado, a falta de recursos, em conta corrente, para saldar a dívida na data apazada, configura a fraude e, pelos motivos já expostos acima, não vemos razão para descaracterizar o delito.

Diferentemente da proposição, poderia ser mais adequado alterar a "Lei do Cheque", deixando claro que a insuficiência de fundos do "pré-datado", em data anterior a datação e com pleno conhecimento do credor, não constitui ato criminoso.

Essa solução, entretanto, demandaria um estudo cuidadoso, face às implicações com as normas internacionais existentes sobre o assunto, e às quais nosso País se vê na contingência de obedecer. Além do mais, o assunto, por ser diverso da proposta original, deveria constituir-se em objeto de outra iniciativa.

III - VOTO

Pelo exposto, opinamos pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 39, de 1996, porque, no nosso entendimento, não contribui para o aperfeiçoamento da Lei Penal.

Sala da Comissão, em 23 de abril de 1997.

[Assinatura]
Bernardo Cabral - Presidente

[Assinatura]
Ramez Tebet - Relator

[Assinatura]
José Ignácio

[Assinatura]
Jefferson Peres

[Assinatura]
Esperidião Amin

[Assinatura]
Sebastião Rocha

[Assinatura]
Lucio Alcântara

[Assinatura]
Regina Assunção

[Assinatura]
José Eduardo Dutra

[Assinatura]
José Antônio Marinho

[Assinatura]
Francelino Pereira

[Assinatura]
Antonio Carlos Valadares

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PL 5 39/96

TITULARES - PFL	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
HUGO NAPOLEÃO				ÉLCIO ALVARES			
EDISON LOBÃO				ROMERO JUCA			
JOSÉ BIANCO				JOSÉ AGRIPINO			
BERNARDO CABRAL				GUILHERME PALMEIRA			
FRANCELINO PEREIRA	X			FREITAS NETO			
JOSAPHAT MARINHO	X			BELLO PARGA			
ROMEU TUMA				ODACIR SOARES			
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
IRIS REZENDE				JADER BARBALHO			
JOSÉ FOGAÇA				NEY SUASSUNA			
ROBERTO REQUIÃO				CARLOS BEZERRA			
RAMEZ TEBET	X			CASILDO MALDANER			
PEDRO SIMON				FERNANDO BEZERRA			
RENAN CALHEIROS				GILVAN BORGES			
TITULARES - PSDB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
JEFFERSON PERES	X			SERGIO MACHADO			
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	X			JOSE SERRA			
LÚCIO ALCANTARA	X			JOSE ROBERTO ARRUDA			
BENI VERAS				ARTHUR DA TAVOLA			
TITULARES - BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PDT/PSB/PPS)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PDT/PSB/PPS)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB)	X			ADEMIR ANDRADE (PSB)			
ROBERTO FREIRE (PPS)				SEBASTIÃO ROCHA (PDT)	X		
JOSE EDUARDO DUTRA (PT)	X			MARINA SILVA (PT)			
TITULARES - PPB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PPB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
ESPERIDIÃO AMIN	X			LEVY DIAS			
EPITÁCIO CAFETEIRA				LEOMAR QUINTANILHA			
TITULARES - PTB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
REGINA ASSUMPCÃO	X			VALMIR CAMPELO			

TOTAL // SIM // NÃO — ABS —

SALA DAS REUNIÕES, EM 14/5/97

Senador Bernardo Cabral
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA

SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI N. 7.357 — DE 2 DE SETEMBRO DE 1985

Dispõe sobre o cheque, e dá outras providências

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

Da Emissão e da Forma do Cheque

Art. 1.º O cheque contém:

I — a denominação "cheque" inscrita no contexto do título e expressa na língua em que este é redigido;

II — a ordem incondicional de pagar quantia determinada;

III — o nome do banco ou da instituição financeira que deve pagar (sacado);

IV — a indicação do lugar de pagamento;

V — a indicação da data e do lugar de emissão;

VI — a assinatura do emitente (sacador), ou de seu mandatário com poderes especiais.

Parágrafo único. A assinatura do emitente ou a de seu mandatário com poderes especiais pode ser constituída, na forma de legislação específica, por chancela mecânica ou processo equivalente.

Art. 2.º O título a que falte qualquer dos requisitos enumerados no artigo precedente não vale como cheque, salvo nos casos determinados a seguir:

I — na falta de indicação especial, é considerado lugar de pagamento o lugar designado junto ao nome do sacado; se designados vários lugares, o cheque é pagável no primeiro deles; não existindo qualquer indicação, o cheque é pagável no lugar de sua emissão;

II — não indicado o lugar de emissão, considera-se emitido o cheque no lugar indicado junto ao nome do emitente.

Art. 3.º O cheque é emitido contra banco, ou instituição financeira que lhe seja equiparada, sob pena de não valer como cheque.

Art. 4.º O emitente deve ter fundos disponíveis em poder do sacado e estar autorizado a sobre eles emitir cheque, em virtude de contrato expresso ou tácito. A infração desses preceitos não prejudica a validade do título como cheque.

§ 1.º A existência de fundos disponíveis é verificada no momento da apresentação do cheque para pagamento.

§ 2.º Consideram-se fundos disponíveis:

a) os créditos constantes de conta corrente bancária não subordinados a termo;

b) o saldo exigível de conta corrente contratual;

c) a soma proveniente de abertura de crédito.

Art. 5.º (Vetado).

Art. 6.º O cheque não admite aceite, considerando-se não escrita qualquer declaração com esse sentido.

Art. 7.º Pode o sacado, a pedido do emitente ou do portador legitimado, lançar e assinar, no verso do cheque não ao portador e ainda não endossado, visto, certificação ou outra declaração equivalente, datada e por quantia igual à indicada no título.

§ 1.º A aposição de visto, certificação ou outra declaração equivalente obriga o sacado a debitar à conta do emitente a quantia indicada no cheque e a reservá-la em benefício do portador legitimado, durante o prazo de apresentação, sem que fiquem exonerados o emitente, endossantes e demais coobrigados.

§ 2.º O sacado creditará à conta do emitente a quantia reservada, uma vez vencido o prazo de apresentação; e, antes disso, se o cheque lhe for entregue para inutilização.

Art. 8.º Pode-se estipular no cheque que seu pagamento seja feito:

I — à pessoa nomeada, com ou sem cláusula expressa "à ordem";

II — à pessoa nomeada, com a cláusula "não à ordem", ou outra equivalente;

III — ao portador.

Parágrafo único. Vale como cheque ao portador o que não contém indicação do beneficiário e o emitido em favor de pessoa nomeada com a cláusula "ou ao portador", ou expressão equivalente.

Art. 9.º O cheque pode ser emitido:

I — à ordem do próprio sacador;

II — por conta de terceiro;

III — contra o próprio banco sacador, desde que não ao portador.

Art. 10. Considera-se não escrita a estipulação de juros inserida no cheque.

Art. 11. O cheque pode ser pagável no domicílio de terceiro, quer na localidade em que o sacado tenha domicílio, quer em outra, desde que o terceiro seja banco.

Art. 12. Feita a indicação da quantia em algarismos e por extenso, prevalece esta no caso de divergência. Indicada a quantia mais de uma vez, quer por extenso, quer por algarismos, prevalece, no caso de divergência, a indicação da menor quantia.

Art. 13. As obrigações contraídas no cheque são autônomas e independentes.

Parágrafo único. A assinatura de pessoa capaz cria obrigações para o signatário, mesmo que o cheque contenha assinatura de pessoas incapazes de se obrigar por cheque, ou assinaturas falsas, ou assinaturas de pessoas fictícias, ou assinaturas que, por qualquer outra razão, não poderiam obrigar as pessoas que assinaram o cheque, ou em nome das quais ele foi assinado.

Art. 14. Obriga-se pessoalmente quem assina cheque como mandatário ou representante, sem ter poderes para tal, ou excedendo os que lhe foram conferidos. Pagando o cheque, tem os mesmos direitos daquele em cujo nome assinou.

Art. 15. O emitente garante o pagamento, considerando-se não escrita a declaração pela qual se exima dessa garantia.

Art. 16. Se o cheque, incompleto no ato da emissão, for completado com inobservância do convencionado com o emitente, tal fato não pode ser oposto ao portador, a não ser que este tenha adquirido o cheque de má-fé.

CAPÍTULO II

Da Transmissão

Art. 17. O cheque pagável à pessoa nomeada, com ou sem cláusula expressa "à ordem", é transmissível por via de endosso.

§ 1.º O cheque pagável à pessoa nomeada, com a cláusula "não à ordem", ou outra equivalente, só é transmissível pela forma e com os efeitos de cessão.

§ 2.º O endosso pode ser feito ao emitente, ou a outro obrigado, que podem novamente endossar o cheque.

Art. 18. O endosso deve ser puro e simples, reputando-se não escrita qualquer condição a que seja subordinado.

§ 1.º São nulos o endosso parcial e o do sacado.

§ 2.º Vale como em branco o endosso ao portador. O endosso ao sacado vale apenas como quitação, salvo no caso de o sacado ter vários estabelecimentos e o endosso ser feito em favor de estabelecimento diverso daquele contra o qual o cheque foi emitido.

Art. 19. O endosso deve ser lançado no cheque ou na folha de alongamento e assinado pelo endossante, ou seu mandatário com poderes especiais.

§ 1.º O endosso pode não designar o endossatário. Consistindo apenas na assinatura do endossante (endosso em branco), só é válido quando lançado no verso do cheque ou na folha de alongamento.

§ 2.º A assinatura do endossante, ou a de seu mandatário com poderes especiais, pode ser constituída, na forma de legislação específica, por chancela mecânica, ou processo equivalente.

Art. 20. O endosso transmite todos os direitos resultantes do cheque. Se o endosso é em branco, pode o portador:

- I — completá-lo com o seu nome ou com o de outra pessoa;
- II — endossar novamente o cheque, em branco ou à outra pessoa;
- III — transferir o cheque a um terceiro, sem completar o endosso e sem endossar.

Art. 21. Salvo estipulação em contrário, o endossante garante o pagamento.

Parágrafo único. Pode o endossante proibir novo endosso; neste caso, não garante o pagamento a quem seja o cheque posteriormente endossado.

Art. 22. O detentor de cheque "à ordem" é considerado portador legitimado, se provar seu direito por uma série ininterrupta de endossos, mesmo que o último seja em branco. Para esse efeito, os endossos cancelados são considerados não escritos.

Parágrafo único. Quando um endosso em branco for seguido de outro, entende-se que o signatário deste adquiriu o cheque pelo endosso em branco.

Art. 23. O endosso num cheque passado ao portador torna o endossante responsável, nos termos das disposições que regulam o direito de ação, mas nem por isso converte o título num cheque "à ordem".

Art. 24. Desapossado alguém de um cheque, em virtude de qualquer evento, novo portador legitimado não está obrigado a restituí-lo, se não o adquiriu de má-fé.

Parágrafo único. Sem prejuízo do disposto neste artigo, serão observadas, nos casos de perda, extravio, furto, roubo ou apropriação indébita do cheque, as disposições legais relativas à anulação e substituição de títulos ao portador, no que for aplicável.

Art. 25. Quem for demandado por obrigação resultante de cheque não pode opor ao portador exceções fundadas em relações pessoais com o emitente, ou com os portadores anteriores, salvo se o portador o adquiriu conscientemente em detrimento do devedor.

Art. 26. Quando o endosso contiver a cláusula "valor em cobrança", "para cobrança", "por procuração", ou qualquer outra que implique apenas mandato, o portador pode exercer todos os direitos resultantes do cheque, mas só pode lançar no cheque endosso-mandato. Neste caso, os obrigados somente podem invocar contra o portador as exceções oponíveis ao endossante.

Parágrafo único. O mandato contido no endosso não se extingue por morte do endossante ou por superveniência de sua incapacidade.

Art. 27. O endosso posterior ao protesto, ou declaração equivalente, ou à expiração do prazo de apresentação produz apenas os efeitos de cessão. Salvo prova em contrário, o endosso sem data presume-se anterior ao protesto, ou declaração equivalente, ou à expiração do prazo de apresentação.

Art. 28. O endosso no cheque nominativo, pago pelo banco contra o qual foi sacado, prova o recebimento da respectiva importância pela pessoa a favor da qual foi emitido, e pelos endossantes subsequentes.

Parágrafo único. Se o cheque indica a nota, fatura, conta cambial, imposto lançado ou declarado a cujo pagamento se destina, ou outra causa da sua emissão, o endosso pela pessoa a favor da qual foi emitido e sua liquidação pelo banco sacado provam a extinção da obrigação indicada.

CAPÍTULO III

Do Aval

Art. 29. O pagamento do cheque pode ser garantido, no todo ou em parte, por aval prestado por terceiro, exceto o sacado, ou mesmo por signatário do título.

Art. 30. O aval é lançado no cheque ou na folha de alongamento. Exprime-se pelas palavras "por aval", ou fórmula equivalente, com a assinatura do avalista. Considera-se como resultante da simples assinatura do avalista, aposta no anverso do cheque, salvo quando se tratar da assinatura do emitente.

Parágrafo único. O aval deve indicar o avalizado. Na falta de indicação, considera-se avalizado o emitente.

Art. 31. O avalista se obriga da mesma maneira que o avalizado. Subsiste sua obrigação, ainda que nula a por ele garantida, salvo se a nulidade resultar de vício de forma.

Parágrafo único. O avalista que paga o cheque adquire todos os direitos dele resultantes contra o avalizado e contra os obrigados para com este em virtude do cheque.

CAPÍTULO IV

Da Apresentação e do Pagamento

Art. 32. O cheque é pagável a vista. Considera-se não escrita qualquer menção em contrário.

Parágrafo único. O cheque apresentado para pagamento antes do dia indicado como data de emissão é pagável no dia da apresentação.

Art. 33. O cheque deve ser apresentado para pagamento, a contar do dia da emissão, no prazo de 30 (trinta) dias, quando emitido no lugar onde houver de ser pago; e de 60 (sessenta) dias, quando emitido em outro lugar do País ou no exterior.

Parágrafo único. Quando o cheque é emitido entre lugares com calendários diferentes, considera-se como de emissão o dia correspondente do calendário do lugar de pagamento.

Art. 34. A apresentação do cheque à câmara de compensação equivale à apresentação a pagamento.

Art. 35. O emitente do cheque pagável no Brasil pode revogá-lo, mercê de contra-ordem dada por aviso epistolar, ou por via judicial ou extrajudicial, com as razões motivadoras do ato.

Parágrafo único. A revogação ou contra-ordem só produz efeito depois de expirado o prazo de apresentação e, não sendo promovida, pode o sacado pagar o cheque até que decorra o prazo de prescrição, nos termos do artigo 59 desta Lei.

Art. 36. Mesmo durante o prazo de apresentação, o emitente e o portador legitimado podem fazer sustar o pagamento, manifestando ao sacado, por escrito, oposição fundada em relevante razão de direito.

§ 1.º A oposição do emitente e a revogação ou contra-ordem se excluem reciprocamente.

§ 2.º Não cabe ao sacado julgar da relevância da razão invocada pelo oponente.

Art. 37. A morte do emitente ou sua incapacidade superveniente à emissão não invalidam os efeitos do cheque.

Art. 38. O sacado pode exigir, ao pagar o cheque, que este lhe seja entregue quitado pelo portador.

Parágrafo único. O portador não pode recusar pagamento parcial, e, nesse caso, o sacado pode exigir que esse pagamento conste do cheque e que o portador lhe dê a respectiva quitação.

Art. 39. O sacado que paga cheque "à ordem" é obrigado a verificar a regularidade da série de endossos, mas não a autenticidade das assinaturas dos endossantes. A mesma obrigação incumbe ao banco apresentante do cheque à câmara de compensação.

Parágrafo único. Ressalvada a responsabilidade do apresentante, no caso da parte final deste artigo, o banco sacado responde pelo pagamento do cheque falso, falsificado ou alterado, salvo dolo ou culpa do correntista, do endossante ou do beneficiário, dos quais poderá o sacado, no todo ou em parte, reaver o que pagou.

Art. 40. O pagamento se fará à medida em que forem apresentados os cheques e se 2 (dois) ou mais forem apresentados simultaneamente, sem que os fundos disponíveis bastem para o pagamento de todos, terão preferência os de emissão mais antiga e, da mesma data, os de número inferior.

Art. 41. O sacado pode pedir explicações ou garantia para pagar cheque mutilado, rasgado ou partido, ou que contenha borrões, emendas e dizeres que não pareçam formalmente normais.

Art. 42. O cheque em moeda estrangeira é pago, no prazo de apresentação, em moeda nacional ao câmbio do dia do pagamento, obedecida a legislação especial.

Parágrafo único. Se o cheque não for pago no ato da apresentação, pode o portador optar entre o câmbio do dia da apresentação e o do dia do pagamento para efeito de conversão em moeda nacional.

Art. 43. (Vetado).

§ 1.º (Vetado).

§ 2.º (Vetado).

CAPÍTULO V

Do Cheque Cruzado

Art. 44. O emitente ou o portador podem cruzar o cheque, mediante a aposição de 2 (dois) traços paralelos no anverso do título.

§ 1.º O cruzamento é geral se entre os 2 (dois) traços não houver nenhuma indicação ou existir apenas a indicação "banco", ou outra equivalente. O cruzamento é especial se entre os 2 (dois) traços existir a indicação do nome do banco.

§ 2.º O cruzamento geral pode ser convertido em especial, mas este não pode converter-se naquele.

§ 3.º A inutilização do cruzamento ou a do nome do banco é reputada como não existente.

Art. 45. O cheque com cruzamento geral só pode ser pago pelo sacado a banco ou a cliente do sacado, mediante crédito em conta. O cheque com cruzamento especial só pode ser pago pelo sacado ao banco indicado, ou, se este for o sacado, a cliente seu, mediante crédito em conta. Pode, entretanto, o banco designado incumbir outro da cobrança.

§ 1.º O banco só pode adquirir cheque cruzado de cliente seu ou de outro banco. Só pode cobrá-lo por conta de tais pessoas.

§ 2.º O cheque com vários cruzamentos especiais só pode ser pago pelo sacado no caso de 2 (dois) cruzamentos, um dos quais para cobrança por câmara de compensação.

§ 3.º Responde pelo dano, até a concorrência do montante do cheque, o sacado ou o banco portador que não observar as disposições precedentes.

CAPÍTULO VI

Do Cheque para ser Creditado em Conta

Art. 46. O emitente ou o portador podem proibir que o cheque seja pago em dinheiro mediante a inscrição transversal, no anverso do título, da cláusula "para ser creditado em conta", ou outra equivalente. Nesse caso, o sacado só pode proceder a lançamento contábil (crédito em conta, transferência ou compensação), que vale como pagamento. O depósito do cheque em conta de seu beneficiário dispensa o respectivo endosso.

§ 1.º A inutilização da cláusula é considerada como não existente.

§ 2.º Responde pelo dano, até a concorrência do montante do cheque, o sacado que não observar as disposições precedentes.

CAPÍTULO VII

Da Ação por Falta de Pagamento

Art. 47. Pode o portador promover a execução do cheque:

I — contra o emitente e seu avalista;

II — contra os endossantes e seus avalistas, se o cheque apresentado em tempo hábil e a recusa de pagamento é comprovada pelo protesto ou por declaração do sacado, escrita e datada sobre o cheque, com indicação do dia de apresentação, ou, ainda, por declaração escrita e datada por câmara de compensação.

§ 1.º Qualquer das declarações previstas neste artigo dispensa o protesto e produz os efeitos deste.

§ 2.º Os signatários respondem pelos danos causados por declarações inexatas.

§ 3.º O portador que não apresentar o cheque em tempo hábil, ou não comprovar a recusa de pagamento pela forma indicada neste artigo, perde o direito de execução contra o emitente, se este tinha fundos disponíveis durante o prazo de apresentação e os deixou de ter, em razão de fato que não lhe seja imputável.

§ 4.º A execução independe do protesto e das declarações previstas neste artigo, se a apresentação ou o pagamento do cheque são obstados pelo fato de o sacado ter sido submetido à intervenção, liquidação extrajudicial ou falência.

Art. 48. O protesto ou as declarações do artigo anterior devem fazer-se no lugar de pagamento ou do domicílio do emitente, antes da expiração do prazo de apresentação. Se esta ocorrer no último dia do prazo, o protesto ou as declarações podem fazer-se no 1.º (primeiro) dia útil seguinte.

§ 1.º A entrega do cheque para protesto deve ser prenotada em livro especial e o protesto tirado no prazo de 3 (três) dias úteis a contar do recebimento do título.

§ 2.º O instrumento do protesto, datado e assinado pelo oficial público competente, contém:

a) a transcrição literal do cheque, com todas as declarações nele inseridas, na ordem em que se acham lançadas;

b) a certidão da intimação do emitente, de seu mandatário especial ou representante legal, e as demais pessoas obrigadas no cheque;

c) a resposta dada pelos intimados ou a declaração da falta de resposta;

d) a certidão de não haverem sido encontrados ou de serem desconhecidos o emitente ou os demais obrigados, realizada a intimação, nesse caso, pela imprensa.

§ 3.º O instrumento de protesto, depois de registrado em livro próprio, será entregue ao portador legitimado ou àquele que houver efetuado o pagamento.

§ 4.º Pago o cheque depois do protesto, pode este ser cancelado, a pedido de qualquer interessado, mediante arquivamento de cópia autenticada da quitação que contenha perfeita identificação do título.

Art. 49. O portador deve dar aviso da falta de pagamento a seu endossante e ao emitente, nos 4 (quatro) dias úteis seguintes ao do protesto ou das declarações previstas no artigo 47 desta Lei ou, havendo cláusula "sem despesa", ao da apresentação.

§ 1.º Cada endossante deve, nos 2 (dois) dias úteis seguintes ao do recebimento do aviso, comunicar seu teor ao endossante precedente, indicando os nomes e endereços dos que deram os avisos anteriores, e assim por diante, até o emitente, contando-se os prazos do recebimento do aviso precedente.

§ 2.º O aviso dado a um obrigado deve estender-se, no mesmo prazo, a seu avalista.

§ 3.º Se o endossante não houver indicado seu endereço, ou o tiver feito de forma ilegível, basta o aviso ao endossante que o preceder.

§ 4.º O aviso pode ser dado por qualquer forma, até pela simples devolução do cheque.

§ 5.º Aquele que estiver obrigado a aviso deverá provar que o deu no prazo estipulado. Considera-se observado o prazo se, dentro dele, houver sido posto no correio a carta de aviso.

§ 6.º Não decai do direito de regresso o que deixa de dar o aviso no prazo estabelecido. Responde, porém, pelo dano causado por sua negligência, sem que a indenização exceda o valor do cheque.

Art. 50. O emitente, o endossante e o avalista podem, pela cláusula "sem despesa", "sem protesto", ou outra equivalente, lançada no título e assinada, dispensar o portador, para promover a execução do título, do protesto ou da declaração equivalente.

§ 1.º A cláusula não dispensa o portador da apresentação do cheque no prazo estabelecido, nem dos avisos. Incumbe a quem alega a inobservância de prazo a prova respectiva.

§ 2.º A cláusula lançada pelo emitente produz efeito em relação a todos os obrigados; a lançada por endossante ou por avalista produz efeito somente em relação ao que lançar.

§ 3.º Se, apesar da cláusula lançada pelo emitente, o portador promove o protesto, as despesas correm por sua conta. Por elas respondem todos os obrigados, se a cláusula é lançada por endossante ou avalista.

Art. 51. Todos os obrigados respondem solidariamente para com o portador do cheque.

§ 1.º O portador tem o direito de demandar todos os obrigados, individual ou coletivamente, sem estar sujeito a observar a ordem em que se obrigaram. O mesmo direito cabe ao obrigado que pagar o cheque.

§ 2.º A ação contra um dos obrigados não impede sejam os outros demandados, mesmo que se tenha obrigado posteriormente àquele.

§ 3.º Regem-se pelas normas das obrigações solidárias as relações entre obrigados do mesmo grau.

Art. 52. O portador pode exigir do demandado:

I — a importância do cheque não pago;

II — os juros legais desde o dia da apresentação;

III — as despesas que fez;

IV — a compensação pela perda do valor aquisitivo da moeda, até o embolso das importâncias mencionadas nos itens antecedentes.

Art. 53. Quem paga o cheque pode exigir de seus garantes:

I — a importância integral que pagou;

II — os juros legais, a contar do dia do pagamento;

III — as despesas que fez;

IV — a compensação pela perda do valor aquisitivo da moeda, até o embolso das importâncias mencionadas nos itens antecedentes.

Art. 54. O obrigado contra o qual se promova execução, ou que a esta esteja sujeito, pode exigir, contra pagamento, a entrega do cheque, com o instrumento de protesto ou da declaração equivalente e a conta de juros, e despesas quitadas.

Parágrafo único. O endossante que pagou o cheque pode cancelar seu endosso e os dos endossantes posteriores.

Art. 55. Quando disposição legal ou caso de força maior impedir a apresentação do cheque, o protesto ou a declaração equivalente nos prazos estabelecidos, consideram-se estes prorrogados.

§ 1.º O portador é obrigado a dar aviso imediato da ocorrência de força maior a seu endossante e a fazer menção do aviso dado mediante declaração datada e assinada por ele no cheque ou folha de alongamento. São aplicáveis, quanto ao mais, as disposições do artigo 49 e seus parágrafos desta Lei.

§ 2.º Cessado o impedimento, deve o portador, imediatamente, apresentar o cheque para pagamento e, se couber, promover o protesto ou a declaração equivalente.

§ 3.º Se o impedimento durar por mais de 15 (quinze) dias, contados do dia em que o portador, mesmo antes de findo o prazo de apresentação, comunicou a ocorrência de força maior a seu endossante, poderá ser promovida a execução, sem necessidade da apresentação do protesto ou declaração equivalente.

§ 4.º Não constituem casos de força maior os fatos puramente pessoais relativos ao portador ou à pessoa por ele incumbida da apresentação do cheque, do protesto ou da obtenção da declaração equivalente.

CAPÍTULO VIII

Da Pluralidade de Exemplares

Art. 56. Excetuado o cheque ao portador, qualquer cheque emitido em um país e pagável em outro pode ser feito em vários exemplares idênticos, que devem ser numerados no próprio texto do título, sob pena de cada exemplar ser considerado cheque distinto.

Art. 57. O pagamento feito contra a apresentação de um exemplar é liberatório, ainda que não estipulado que o pagamento torna sem efeito os outros exemplares.

Parágrafo único. O endossante que transferir os exemplares a diferentes pessoas e os endossantes posteriores respondem por todos os exemplares que assinarem e que não forem restituídos.

CAPÍTULO IX

Das Alterações

Art. 58. No caso de alteração do texto do cheque, os signatários posteriores à alteração respondem nos termos do texto alterado e os signatários anteriores, nos do texto original.

Parágrafo único. Não sendo possível determinar se a firma foi aposta no título antes ou depois de sua alteração, presume-se que o tenha sido antes.

CAPÍTULO X

Da Prescrição

Art. 59. Prescrevem em 6 (seis) meses, contados da expiração do prazo de apresentação, a ação que o artigo 47 desta Lei assegura ao portador.

Parágrafo único. A ação de regresso de um obrigado ao pagamento do cheque contra outro prescreve em 6 (seis) meses, contados do dia em que o obrigado pagou o cheque ou do dia em que foi demandado.

Art. 60. A interrupção da prescrição produz efeito somente contra o obrigado em relação ao qual foi promovido o ato interruptivo.

Art. 61. A ação de enriquecimento contra o emissor ou outros obrigados, que se locupletaram injustamente com o não pagamento do cheque, prescreve em 2 (dois) anos, contados do dia em que se consumar a prescrição prevista no artigo 59 e seu parágrafo desta Lei.

Art. 62. Salvo prova de novação, a emissão ou a transferência do cheque não exclui a ação fundada na relação causal, feita a prova do não pagamento.

CAPÍTULO XI

Das Conflitos de Leis em Matéria de Cheques

Art. 63. Os conflitos de leis em matéria de cheques serão resolvidos de acordo com as normas constantes das Convenções aprovadas, promulgadas e mandadas aplicar no Brasil, na forma prevista pela Constituição Federal.

CAPÍTULO XII

Das Disposições Gerais

Art. 64. A apresentação do cheque, o protesto ou a declaração equivalente só podem ser feitos ou exigidos em dia útil, durante o expediente dos estabelecimentos de crédito, câmaras de compensação e cartórios de protestos.

Parágrafo único. O cômputo dos prazos estabelecidos nesta Lei obedece às disposições do direito comum.

Art. 65. Os efeitos penais da emissão do cheque sem suficiente provisão de fundos, da frustração do pagamento do cheque, da falsidade, da falsificação e da alteração do cheque continuam regidos pela legislação criminal.

Art. 66. Os vales ou cheques postais, os cheques de poupança ou assemelhados, e os cheques de viagem regem-se pelas disposições especiais a eles referentes.

Art. 67. A palavra "banco", para os fins desta Lei, designa também a instituição financeira contra a qual a lei admita a emissão de cheque.

Art. 68. Os bancos e casas bancárias poderão fazer prova aos seus depositantes dos cheques por estes sacados, mediante apresentação de cópia fotográfica ou microfotográfica.

Art. 69. Fica ressalvada a competência do Conselho Monetário Nacional, nos termos e nos limites da legislação específica, para expedir normas relativas à matéria bancária relacionada com o cheque.

Parágrafo único. É da competência do Conselho Monetário Nacional:

a) a determinação das normas a que devem obedecer as contas de depósito para que possam ser fornecidos os talões de cheques aos depositantes;

b) a determinação das consequências do uso indevido do cheque, relativamente à conta do depositante;

c) a disciplina das relações entre o sacado e o opoente, na hipótese do artigo 36 desta Lei.

Art. 70. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 71. Revogam-se as disposições em contrário.

José Sarney — Presidente da República.

Dilson Domingos Funaro.

OF. Nº 032 / 97 /C C J

Brasília, 23 de abril de 1997.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais comunico a V.Exª que em reunião realizada

nesta data, esta Comissão REJEITOU o Projeto de Lei do Senado nº 039, de 1996, de autoria do Sr. Senador Júlio Campos, que "Suprime o inciso VI do § 2º do art. 171 do Código Penal, que define como crime de estelionato a emissão de cheques sem fundo."

Cordialmente,

Senador Bernardo Cabral

Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Exmº Sr.

Senador ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

DD. Presidente do Senado Federal

PARECER Nº 216, DE 1997

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 144, de 1996, de autoria do Senador Júlio Campos que "Altera a Lei nº 5.700, de 1º de setembro de 1971 que dispõe sobre a forma e a apresentação dos Símbolos Nacionais e dá outras providências."

RELATOR: Senador **EDISON LOBÃO**

I - RELATÓRIO

Vem a esta Comissão, para exame, o Projeto de Lei do Senado nº 144, de 1996, de autoria do nobre Senador **Júlio Campos**, que "Altera a Lei nº 5.700, de 1º de setembro de 1971, que dispõe sobre a forma e a apresentação dos Símbolos Nacionais e dá outras providências."

A proposição, em decisão terminativa da Comissão e que não recebeu emendas no prazo regimental, sugere a alteração de três artigos da Lei nº 5.700.

A primeira modificação dispõe que as utilizações impróprias da Bandeira Nacional, listadas no art. 31 da Lei, só se constituem em manifestação, puníveis, de desrespeito ao Símbolo, *quando em instituições e cerimônias oficiais*, ao contrário do texto anterior que previa sanção em qualquer situação. Revoga o inciso IV deste mesmo artigo, que proíbe que a Bandeira seja reproduzida "em rótulos ou invólucros de produtos".

Altera também os arts. 35 e 36 da Lei, que dispõem sobre as sanções e seu processo de aplicação.

II - ANÁLISE


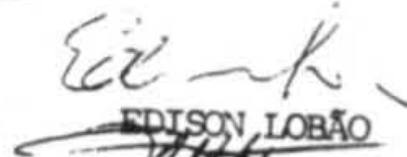


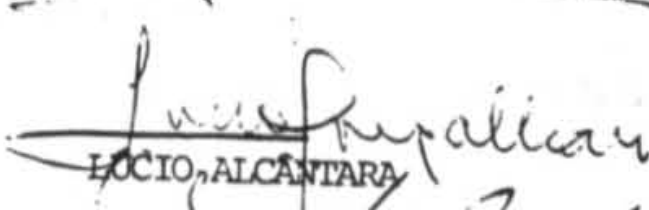
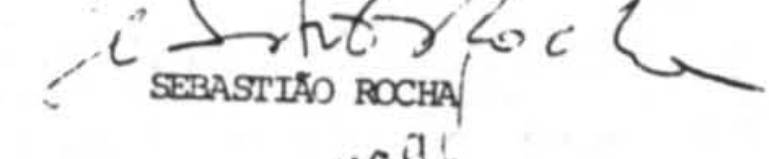
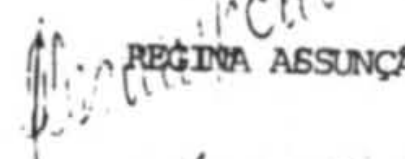
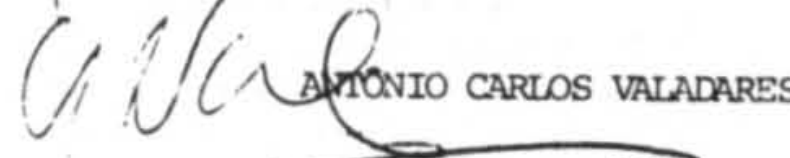



A iniciativa não contraria disposições constitucionais ou infraconstitucionais. É altamente meritória, pois deixa de considerar desrespeito a símbolos nacionais as manifestações sociais espontâneas em que, no dizer do próprio autor, "a ignorância inocente, a alegria e exaltação patriótica concorrem mais para um sadio sentimento cívico do que a obrigatoriedade de obediência à rigidez das disposições legais" e onde "o cumprimento da lei concorreria, ao inverso do que se pretende, para um esfriamento do espírito cívico". Corrige, também, a incompreensível e descabida proibição de reprodução da Bandeira Nacional em rótulos e invólucros que, a nosso ver, em nada concorre para o civismo.

Quanto aos arts. 35 e 36, dão um tratamento jurídico apropriado ao texto, corrigindo-lhes falhas de juridicidade e constitucionalidade.

III - VOTO

Pelo exposto, opino favoravelmente à aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 144, de 1996.

Sala das Comissões, em 23 de abril de 1997

 , Presidente ✓
 , Relator ✓










COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

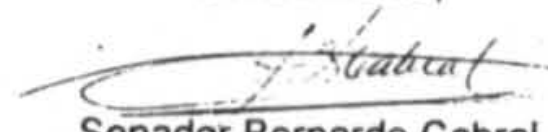
OF. Nº 035 / 97 / C C J

Brasília, 23 de abril de 1997.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais comunico a V.Exª que em reunião realizada
 nesta data, esta Comissão APROVOU, o Projeto de Lei do Senado nº 144,
 de 1996, de autoria do Sr. Senador Júlio Campos, que "Altera a Lei nº 5.700,
 de 1º de setembro de 1971, que "Dispõe sobre a forma e a apresentação dos
 Símbolos Nacionais e dá outras providências.".

Cordialmente,


 Senador Bernardo Cabral
 Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Exmº Sr.
 Senador ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES
 DD. Presidente do Senado Federal

PARECER Nº 217, DE 1997

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 231, de 1996, de autoria do Senador Júlio Campos, que dispõe sobre a criação da Câmara Setorial de Turismo.

RELATOR: Senador JOSÉ BIANCO

I – RELATÓRIO

Em exame nesta Comissão, nos termos do art. 91, inciso I, do Regimento Interno, projeto de lei de autoria do Senador Júlio Campos, destinado a criar uma Câmara Setorial de Turismo, no âmbito do Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo, com o objetivo de subsidiar as políticas para o setor.

A composição prevista para o colegiado é inegavelmente representativa dos segmentos envolvidos com os variados aspectos da questão: administrativos, econômicos, ecológicos, culturais.

A exemplo das demais câmaras setoriais em funcionamento, a instituição de uma específica para o turismo torna-se uma exigência para a reversão dos dados de fluxo e de receitas apresentados nas duas tabelas que ilustram as razões do projeto.

II – VOTO

Em que pese, entretanto, o irrepreensível mérito da matéria, a propositura se reveste de incontestável vício de iniciativa.

Nos termos do inciso VI do art. 84 da Carta Magna, a proposta de lei referente à organização e ao funcionamento da administração federal compete privativamente ao Presidente da República.

A criação de uma Câmara Setorial de Turismo, no âmbito do Poder Executivo, mais precisamente no Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo, inscreve-se na especificidade dessa competência, razão pela qual poderia pensar-se em configurar, mediante oferecimento de substitutivo, um projeto dito *autorizativo*.

Nem isso valida a proposta.

O art. 213 do Regimento Interno do Senado, que tipifica os projetos, estabelece, na alínea *a*, o acolhimento de projeto de lei

“referente a matéria da competência do Congresso Nacional”, conforme dispõem os artigos 48 e 49 da Constituição. Nesse rol, não se enquadra a presente ação legislativa.

Ressalte-se, além disso, que, mesmo transpostos tais óbices, ocorrerá novo obstáculo na Casa Revisora: nos termos do art. 137, § 1º, inciso II, alínea *b*, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, os projetos de lei que tratem de matéria da competência do Executivo têm sido sistematicamente devolvidos aos autores, para que os transformem em *Indicações*, contendo sugestões ao Executivo acerca de procedimentos a ele afetos, em cumprimento à decisão da Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

Finalmente, ainda assim chegado a termo o projeto, ou seja, decidido favoravelmente por aquela Casa, o veto presidencial será inevitável, conforme faculta o § 1º do art. 66 da Constituição Federal.

Cumprido, por oportuno, ressaltar que não se buscou, aqui, expurgar os projetos de lei autorizativos da cadeia decisória existente no processo legislativo. Há alguns que somente subsistem por força dessa autorização, para que a norma pretendida seja imperativa para a causação de seus efeitos.

A esse propósito, o Consultor Legislativo Gabriel Dezen Júnior, na Nota Técnica nº 374, de 1996, em atendimento à STC nº 1078/96, do Senhor Consultor-Geral Legislativo, referente aos aspectos constitucionais, legais e jurídicos de tais projetos, assim se manifestou:

“A inovação do direito não admite conteúdos programáticos não vinculantes ou meramente indicativos. Há que haver carga coercitiva do comportamento, ou de norma jurídica não se trata.”

E, mais adiante, em conclusão:

“a) é desarrazoada a condenação, in genere, de toda e qualquer lei dita autorizativa, ao argumento de inconstitucionalidade e injuridicidade. As leis autorizativas administrativas, orçamentárias e tributárias têm livre curso no meio doutrinário, jurídico e legal, e não encontraram nos tribunais ou na pena dos mestres condenação à sua essência, à sua formação ou à sua carga mandatária, pelo que é de todo recomendável que sejam tidas por admissíveis, porque admissíveis são;

b) lei autorizativa que tenha por objeto autorizar ao chefe do Poder Executivo a prática de atos que já se encontram sob sua competência constitucional é inconstitucional e injurídica, porque:

– não tem a carga imperativa obrigatória da norma jurídica, sendo seu comando uma mera delegação (conforme decidido pelo Supremo Tribunal Federal), configurando por isso um ato administrativo em essência, o que lhe retira toda e qualquer característica de norma abstrata e, mais e pior, toda a natureza jurídica impositiva.

– não é sancionável, porque não se pode sancionar a inexecução de uma possibilidade dentre outras, como é a de fazer, ou não, alguma coisa situada na esfera própria de competência do autorizado.

– não contém o comando do autorizamento da exigibilidade da conduta prescrita, em virtude de ser, como se disse, uma mera autorização para fazer o que o autorizado já poderia fazer sem ela.

- não é lei em sentido material, sendo-o apenas em sentido formal, o que é de todo insuficiente para o prestígio da espécie.

- afronta a evolução, a responsabilidade e a razoabilidade que a evolução do processo legislativo recomenda e exige para o aprimoramento do Estado de Direito e do arcabouço legal que o sustenta, sendo a existência, ou a tolerância da existência dessas leis autorizativas um depoimento contra a atuação ótima da função legislativa do Estado.

- configura uma autorização deserta de pedido para tanto, o que viola os mais comecinhos princípios da relação institucional.

- afronta a independência dos Poderes, por representar uma ingerência legislativa em assunto tipicamente do Executivo, porque assim o quis a Constituição ao realizar o rateio das competências institucionais.

- inteiramente inócua, não sendo obtível dela qualquer efeito útil, pelas razões acima.

- resulta em ato legislativo nulo, porque irritado em sua concepção, formulação e efeitos."

Tais são, além daquelas inicialmente enumeradas, as razões que recomendam o voto contrário ao PLS nº 231, de 1996.

Sala da Comissão, em 23 de abril

[Assinatura]
Bernardo Cabral, Presidente

[Assinatura]
José Bianco, Relator

[Assinatura]
Romeu Tuma

[Assinatura]
José Ignácio

[Assinatura]
Jefferson Peres

[Assinatura]
Esperidião Amin

[Assinatura]
Sebastião Rocha

[Assinatura]
Lucio Alcântara

[Assinatura]
Regina Assunção

[Assinatura]
Josaphat Marinho

[Assinatura]
Antônio C. Valadares

[Assinatura]
Ramez Tebet

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PLS 231/96

TITULARES - PFL	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
HUGO NAPOLEÃO				ELCIO ALVARES			
EDISON LOBÃO				ROMERO JUCA			
JOSÉ BIANCO	X			JOSÉ AGRIPIO			
BERNARDO CABRAL				GUILHERME PALMEIRA			
FRANCELINO PEREIRA				FREITAS NETO			
JOSAPHAT MARINHO	X			BELLO PARGA			
ROMEU TUMA	X			ODACIR SOARES			
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
IRIS REZENDE				JADER BARBALHO			
JOSE FOGAÇA				NEY SUASSUNA			
ROBERTO REQUILÃO				CARLOS BEZERRA			
RAMEZ TEBET	X			CASILDO MALDANER			
PEDRO SIMON				FERNANDO BEZERRA			
RENAN CALHEIROS				GILVAN BORGES			
TITULARES - PSDB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
JEFFERSON PERES	X			SERGIO MACHADO			
JOSÉ IGNACIO FERREIRA	X			JOSE SERRA			
LÚCIO ALCÂNTARA	X			JOSE ROBERTO ARRUDA			
BENI VERAS				ARTHUR DA TÁVOLA			
TITULARES - BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PDT/PSB/PPS)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PDT/PSB/PPS)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB)	X			ADEMIR ANDRADE (PSB)			
ROBERTO FREIRE (PPS)				SEBASTIÃO ROCHA (PDT)	X		
JOSE EDUARDO DUTRA (PT)				MARINA SILVA (PT)			
TITULARES - PPB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PPB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
ESPERIDIÃO AMIN	X			LEVY DIAS			
EPITÁCIO CAFETEIRA				LEOMAR QUINTANILHA			
TITULARES - PTB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
REGINA ASSUNÇÃO	X			VALMIR CAMPELO			

TOTAL 11 SIM 11 NÃO — ABS —

SALA DAS REUNIÕES, EM 23/04/97

[Assinatura]
Senador Bernardo Cabral

Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

SENADO FEDERAL

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

de 1996, de autoria do Sr. Senador Júlio Campos, que "Dispõe sobre a criação da Câmara Setorial de Turismo."

OF. Nº 036 / 97 / C C J

Brasília, 23 de abril de 1997.

Senhor Presidente,

Cordialmente,

[Assinatura]
Senador Bernardo Cabral

Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Nos termos regimentais comunico a V.Exª que em reunião realizada nesta data, esta Comissão REJEITOU o Projeto de Lei do Senado nº 231,

Exmº Sr.
Senador ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES
DD. Presidente do Senado Federal

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA**

CONSTITUIÇÃO 1988

Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

- I – sistema tributário, arrecadação e distribuição de rendas;
- II – plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, operações de crédito, dívida pública e emissões de curso forçado;
- III – fixação e modificação do efetivo das Forças Armadas;
- IV – planos e programas nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento;
- V – limites do território nacional, espaço aéreo e marítimo e bens do domínio da União;

VI – incorporação, subdivisão ou desmembramento de áreas de Territórios ou Estados, ouvidas as respectivas Assembléias Legislativas;

VII – transferência temporária da sede do Governo Federal;

VIII – concessão de anistia;

IX – organização administrativa, judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública da União e dos Territórios e organização judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública do Distrito Federal;

X – criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas;

XI – criação, estruturação e atribuições dos Ministérios e órgãos da administração pública;

XII – telecomunicações e radiodifusão;

XIII – matéria financeira, cambial e monetária, instituições financeiras e suas operações;

XIV – moeda, seus limites de emissão, e montante da dívida mobiliária federal.

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

I – resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional;

II – autorizar o Presidente da República a declarar guerra, a celebrar a paz, a permitir que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente, ressalvados os casos previstos em lei complementar;

III – autorizar o Presidente e o Vice-Presidente da República a se ausentarem do País, quando a ausência exceder a quinze dias;

IV – aprovar o estado de defesa e a intervenção federal, autorizar o estado de sítio, ou suspender qualquer uma dessas medidas;

V – sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa;

VI – mudar temporariamente sua sede;

VII – fixar idêntica remuneração para os Deputados Federais e os Senadores, em cada legislatura, para a subsequente, observado o que dispõem os arts. 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I;

VIII – fixar para cada exercício financeiro a remuneração do Presidente e do Vice-Presidente da República e dos Ministros de Estado, observado o que dispõem os arts. 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I;

IX – julgar anualmente as contas prestadas pelo Presidente da República e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo;

X – fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta;

XI – zelar pela preservação de sua competência legislativa em face da atribuição normativa dos outros Poderes;

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

XIII – escolher dois terços dos membros do Tribunal de Contas da União;

XIV – aprovar iniciativas do Poder Executivo referentes a atividades nucleares;

XV – autorizar referendo e convocar plebiscito;

XVI – autorizar, em terras indígenas, a exploração e o aproveitamento de recursos hídricos e a pesquisa e lavra de riquezas minerais;

XVII – aprovar, previamente, a alienação ou concessão de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares.

Art. 66. A Casa na qual tenha sido concluída a votação enviará o projeto de lei ao Presidente da República, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1º Se o Presidente da República considerar o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, no prazo de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente do Senado Federal os motivos do veto.

Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República:

I – nomear e exonerar os Ministros de Estado;

II – exercer, com o auxílio dos Ministros de Estado, a direção superior da administração federal;

III – iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Constituição;

IV – sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, bem como expedir decretos e regulamentos para sua fiel execução;

V – vetar projetos de lei, total ou parcialmente;

VI – dispor sobre a organização e o funcionamento da administração federal, na forma da lei;

VII – manter relações com Estados estrangeiros e acreditar seus representantes diplomáticos;

VIII – celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional;

IX – decretar o estado de defesa e o estado de sítio;

X – decretar e executar a intervenção federal;

XI – remeter mensagem e plano de governo ao Congresso Nacional por ocasião da abertura da sessão legislativa, expondo a situação do País e solicitando as providências que julgar necessárias.

REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Capítulo II DO RECEBIMENTO E DA DISTRIBUIÇÃO DAS PROPOSIÇÕES

Art. 137. Toda proposição recebida pela Mesa será numerada, datada, despachada às Comissões competentes e publicada no *Diário Do Congresso Nacional* e em avulsos, para serem distribuídos aos Deputados, às lideranças e Comissões.

§ 1º Além do que estabelece o art. 125, a Presidência devolverá ao Autor qualquer proposição que:

I - não estiver devidamente formalizada e em termos;

II - versar matéria:

a) alheia à competência da Câmara;

b) evidentemente inconstitucional;

c) anti-regimental.

§ 2º Na hipótese do parágrafo anterior, poderá o Autor da proposição recorrer ao Plenário, no prazo de cinco sessões da publicação do despacho, ouvindo-se a Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, em igual prazo. Caso seja provido o recurso, a proposição voltará à Presidência para o devido trâmite.

II - VOTO

A iniciativa é meritória e está adequada aos requisitos formais de constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa. Todavia, por haver perdido a oportunidade, proponho que seja declarada a sua prejudicialidade, nos termos do art. 334, "a", do Regimento Interno do Senado.

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 126, DE 1996

Sala da Comissão, em 23 de maio de 1997

Antonio C. Valadares
(RELATOR)

Bernardo Cabral

Regina Assunção

Sebastião Rocha

Lúcio Alcântara

Jefferson Peres

José Ignácio

Ramez Tebet

Josaphat Marinho

Esperidião Amin

Levy Dias

Francilino Pereira

PARECER Nº 218, DE 1997

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre O Projeto de Lei do Senado nº 126, de 1996, de autoria do Senador Bernardo Cabral, que dá nova redação ao inciso II do parágrafo 1º do art. 13 da Lei nº 9.100, de 29 de setembro de 1995, que "estabelece normas para as eleições municipais de 3 de outubro de 1996, e dá outras providências."

RELATOR: Senador ANTONIO CARLOS VALADARES

I - RELATÓRIO

O projeto de lei em exame, de autoria do nobre Senador Bernardo Cabral, modifica o art. 13 da Lei nº 9.100, de 1995, que estabelece normas para as eleições municipais de 3 de outubro de 1996. A alteração proposta consiste no acréscimo de texto à parte final do inciso II do § 1º do referido artigo, abrindo uma exceção à regra do próprio dispositivo, para permitir a prevalência do nome sobre o apelido, quando o motivo de conflito entre candidatos, no momento de inscrição da candidatura, for o nome do registro civil.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PLS 126/96

TITULARES - PFL	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
HUGO NAPOLEÃO				ELCIO ALVARES			
EDISON LOBÃO				ROMERO JUCA			
JOSÉ BIANCO				JOSÉ AGRIPINO			
BERNARDO CABRAL				GUILHERME PALMEIRA			
FRANCELINO PEREIRA	X			FREITAS NETO			
JOSAPHAT MARINHO	X			BELLO PARGA			
ROMEU TUMA				ODACIR SOARES			
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
IRIS REZENDE				JADER BARBALHO			
JOSÉ FOGAÇA				NEY SUASSUNA			
ROBERTO REQUIÃO				CARLOS BEZERRA			
RAMEZ TEBET	X			CASILDO MALDANER			
PEDRO SIMON				FERNANDO BEZERRA			
RENAN CALHEIROS				GILVAN BORGES			
TITULARES - PSDB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
JEFFERSON PERES	X			SERGIO MACHADO			
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	X			JOSE SERRA			
LÚCIO ALCÂNTARA	X			JOSÉ ROBERTO ARRUDA			
BENI VERAS				ARTHUR DA TÁVOLA			
TITULARES - BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PDT/PSB/PPS)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PDT/PSB/PPS)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB)	X			ADEMIR ANDRADE (PSB)			
ROBERTO FREIRE (PPS)				SEBASTIÃO ROCHA (PDT)	X		
JOSE EDUARDO DUTRA (PT)				MARINA SILVA (PT)			
TITULARES - PPB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PPB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
ESPERIDIÃO AMIN	X			LEVY DIAS	X		
EPITÁCIO CAFETEIRA				LEOMAR QUINTANILHA			
TITULARES - PTB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
REGINA ASSUNÇÃO	X			VALMIR CAMPELO			

TOTAL // SIM // NÃO // ABS //

SALA DAS REUNIÕES, EM 23/05/97

Senador Bernardo Cabral

Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

SENADO FEDERAL

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

OF. Nº 051/197 ICCJ

Brasília, 05 de maio de 1997

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais comunico a V.Exª que em reunião realizada em 23/04/97 esta Comissão deliberou pela PREJUDICIALIDADE do PLS nº 126, de 1996, de minha autoria, que "dá nova redação ao inciso II do §1º, do art. 13, da Lei nº 9.100, de 29 de setembro de 1995, que "estabelece normas para as eleições municipais de 3 de outubro de 1996, e dá outras providências."

Cordialmente,

Senador Bernardo Cabral

Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Exmº Sr.

Senador ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

DD. Presidente do Senado Federal

DOCUMENTO ANEXADO NOS TERMOS DO ART. 250 DO REGIMENTO INTERNO**RELATÓRIO**

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 126, de 1996, que dá nova redação ao inciso II do § 1º do art. 13 da Lei nº 9.100, de 29 de setembro de 1995, que "estabelece normas para as eleições municipais de 3 de outubro de 1996, e dá outras providências."

RELATOR: Senador ANTONIO CARLOS VALADARES

I - RELATÓRIO

Esta Comissão examina, em decisão terminativa, projeto de lei de autoria do nobre Senador Bernardo Cabral, modificando o art. 13 da Lei nº 9.100, de 1995, que estabelece normas para as eleições municipais de 3 de outubro de 1996. A alteração proposta consiste no acréscimo de texto à parte final do inciso II do § 1º do referido artigo, abrindo uma exceção à regra do próprio dispositivo, para permitir a prevalência do nome sobre o apelido, quando o motivo de conflito entre candidatos, no momento de inscrição da candidatura, for o nome do registro civil.

Corrige-se, assim, uma falha da lei, pois da forma como está atualmente redigido o texto da norma, entende-se que o apelido pode preponderar sobre o nome próprio, sempre que o nome for objeto de disputa, quando do registro de dois ou mais candidatos e um deles tiver preferência pela escolha do nome, em razão de estar exercendo mandato eletivo ou de tê-lo exercido nos últimos quatro anos.

Durante o prazo regimental, não foram apresentadas emendas à proposição.

II - VOTO

Conforme argumenta o autor, a regra adotada pela Lei 9.100 para evitar a confusão que a coincidência de nomes pode provocar, já no momento do registro das candidaturas, contraria os direitos individuais, os direitos de nacionalidade e os direitos políticos, ao impedir que o cidadão se candidate a cargo eletivo com o seu próprio nome. De fato, mesmo que de natureza temporária e por motivo justificado, a regra, como está posta atualmente na lei, deve ser modificada.

Assim, a alteração sugerida configura-se relevante, pois resgata direitos individuais, direitos de nacionalidade e direitos políticos, ao eliminar restrição legal à utilização do nome de registro civil dos cidadãos candidatos a cargo eletivo.

Quanto aos requisitos formais, cabe destacar, inicialmente, que a proposição está adequada às normas contidas na Constituição Federal, em especial ao *caput* do art. 61, que permite ao Congresso Nacional a iniciativa das leis complementares e ordinárias.

Simples, conciso, objetivo, o projeto de lei do Senado nº 126/96 também atende às exigências formais de juridicidade e boa técnica legislativa, motivo pelo qual voto favoravelmente a sua aprovação, nos termos em que foi apresentado.

Sala das Comissões, em de de 1996.

PARECER Nº 219, DE 1997

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 56, de 1997 (art. 143, de 29.01.97, na origem), do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, que encaminha ao Senado Federal a programação monetária relativa ao 1º trimestre de 1997, com estimativas das faixas de variação dos principais agregados monetários, análise da evolução da economia nacional prevista para o trimestre e as justificativas pertinentes."

RELATOR: Senador WALDECK ORNELAS

I - RELATÓRIO

Conforme estabelece o parágrafo 1º do inciso II do art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, o Sr. Presidente da República encaminha ao Senado Federal a programação monetária relativa ao primeiro trimestre de 1997, com estimativas das faixas de variação dos principais agregados monetários, análise da evolução da economia nacional prevista para o trimestre e as justificativas pertinentes.

O Banco Central do Brasil submeteu, em 23.01.97, a programação monetária ao Conselho Monetário Nacional. Tendo sido aprovada, a Programação foi encaminhada ao Senado Federal somente em 29.01.97.

A esta Comissão, conforme disposto no parágrafo 2º do art. 6º da referida Lei, cabe emitir Parecer sobre a programação monetária que, desse modo, servirá de base para a aprovação ou rejeição *in totum* da matéria pelo Congresso Nacional, vedada a introdução de qualquer alteração (§ 3º, do art. 6º da mesma Lei).

O documento descreve os dados da economia no quarto trimestre de 1996, os quais indicam que o PIB registrou crescimento de 2,73% em relação ao trimestre imediatamente anterior, na série com ajuste sazonal, constituindo-se no desempenho mais significativo desde o início de 1995. Os índices de preços ao consumidor continuaram a apresentar desaceleração, acentuando a convergência com os índices gerais. A dívida líquida do setor público totalizou R\$ 260,3 bilhões em outubro de 1996, equivalendo a 34,2% do PIB, comparativamente a 29,9% ao final de 1995. As necessidades de financiamento do setor público apresentaram déficit primário acumulado até outubro de 0,02% do PIB, ante 0,06% até setembro.

Aponta, também, para o fato de que, no quarto trimestre de 1996, a base monetária (tanto no conceito de base monetária restrita quanto no de base monetária ampliada) alcançou níveis situados dentro ou abaixo dos intervalos estimados por meio da programação financeira para o período.

QUADRO 1
RESULTADOS OCORRIDOS E PREVISTOS PELA
PROGRAMAÇÃO MONETÁRIA NO QUARTO TRIMESTRE DE 1996.

Discriminação	Previsto		Ocorrido	
	R\$ bilhões	Variação percentual em 12 meses ^{1/}	R\$ bilhões	Variação percentual em 12 meses
M1 ^{2/}	28,6 - 33,6	16,9	29,0	9,2
Base Restrita ^{2/}	20,6 - 24,2	7,8	20,0	-3,4
Base ampliada ^{3/}	159,4 - 187,1	41,6	184,5	50,9
M4 ^{3/}	289,0 - 339,2	25,3	323,0	28,9

1/ Para o cálculo das variações percentuais considera-se o ponto médio das previsões.

2/ Média dos saldos dos dias úteis no último mês do período.

3/ Saldos em fim de período, dados preliminares.

Vale ressaltar que a programação financeira dos trimestres anteriores apresentou variação semelhante, de tal forma que, ao longo do exercício de 1996, o comportamento dos agregados não sofreu modificações significativas.

Em justificando a programação financeira para o primeiro trimestre de 1997, o Banco Central afirma que "a diretriz da política monetária consiste na manutenção da tendência de flexibilização que teve lugar no transcorrer de 1996, de redução gradual das taxas de juros. Essa postura deverá garantir nível de crédito suficiente para a economia crescer no próximo trimestre, período ao longo do qual o nível de atividade é tradicionalmente impulsionado pelo setor agrícola. As perspectivas para o ano são de que a economia cresça a taxa superior à registrada em 1996, dada a trajetória esperada de taxas de juros cadentes."

Por sua vez, a programação dos agregados monetários para o primeiro trimestre de 1997 e a estimativa dos indicadores para o final do ano levaram em consideração cenário provável de comportamento da inflação, do PIB, das taxas de juros, do setor externo, do Tesouro Nacional e da assistência de liquidez ao sistema financeiro. A introdução de ônus sobre a movimentação de recursos, representado pela CPMF, elevou o grau de incerteza a respeito do comportamento esperado dos agentes econômicos, resultando em dificuldade adicional para a projeção dos agregados mais líquidos. O quadro a seguir apresenta as faixas projetadas para os agregados monetários ao final do primeiro trimestre e para o ano de 1997:

QUADRO 2
Programação Orçamentária para 1997 ^{1/}

Discriminação	Primeiro Trimestre	Ano
M1 ^{2/}	33,2 - 39,0	34,6 - 42,3
Base Restrita ^{2/}	23,3 - 27,3	25,2 - 30,9
Base ampliada ^{3/}	191,5 - 224,8	215,3 - 263,1
M4 ^{3/}	323,9 - 380,2	361,6 - 441,9

1/ Refere-se ao último mês do período.

2/ Média dos saldos dos dias úteis no mês.

3/ Saldos em fim de período.

É o relatório.

II - VOTO

Dado que a programação monetária referente ao período que ora se analisa já foi executada, cabe a observação do comportamento efetivo dos agregados *vis-à-vis* o previsto. O quadro 3 reproduz essas informações:

QUADRO 3
RESULTADOS OCORRIDOS E PREVISTOS PELA PROGRAMAÇÃO
MONETÁRIA NO 1º TRIMESTRE DE 1997

Discriminação	Previsto		Ocorrido	
	R\$ bilhões	Variação percentual em 12 meses ^{1/}	R\$ bilhões	Variação percentual em 12 meses
M1 ^{2/}	33,2 - 39,0	54,0	36,9	57,4
Base Restrita ^{2/}	23,3 - 27,3	40,2	24,7	37,0
Base ampliada ^{3/}	191,5 - 224,8	51,7	194,2	41,1
M4 ^{3/}	323,9 - 380,2	33,6	336,4	26,8

1/ Para o cálculo das variações percentuais considera-se o ponto médio das previsões.

2/ Média dos saldos dos dias úteis no último mês do período.

3/ Saldos em fim de período, dados preliminares.

Segundo a análise realizada pelo Banco Central, "o período constituiu-se em cenário de significativas realocações de recursos financeiros, em decorrência do início da cobrança da CPMF, provocando impacto expansionista sobre os agregados monetários restritos e alterações na composição dos agregados mais amplos."

Aponta, também, para o fato de que, "no 1º trimestre de 1997, a base monetária restrita alcançou R\$ 24,7 bilhões em março, situando-se no intervalo estimado pela programação monetária para o primeiro trimestre de 1997 (R\$23,3 bilhões - R\$27,3 bilhões) o que representa expansão de 37% em relação ao correspondente mês do ano anterior e de 22,8% ao ano. A base monetária ampliada alcançou R\$194,2 bilhões em março, situando-se, também, dentro do intervalo estimado por meio da programação monetária (R\$191,5 bilhões - R\$ 224,8 bilhões) e apresentando crescimentos de 5,2% no primeiro trimestre e de 41,1% em relação a março de 1996.

Não obstante os resultados apresentados quanto a compatibilização entre a programação monetária prevista e a executada para o 1º trimestre de 1997, o tratamento dispensado pela Lei 9.069/95 à operacionalização da política monetária atribuiu ao Congresso Nacional a corresponsabilidade nas decisões quanto à evolução da oferta de moeda e, conseqüentemente, das próprias taxas de juros a serem praticadas pelos agentes econômicos.

Todavia, não há como negar que, mesmo diante dessa formulação institucional mais aprimorada, o Poder Executivo vem dando consequência à citada norma em prazos que, em verdade, eliminam a possibilidade de uma efetiva participação do Congresso Nacional no acompanhamento e avaliação da programação monetária trimestral. Assim, essa Programação, que deveria ser submetida ao Congresso Nacional no início do trimestre, só foi apreciada pelo CMN em 23 de janeiro de 1997 e encaminhada a Senado Federal em 29 de janeiro de 1997, data em que deveria ter sido apreciada pelo Legislativo.

A Mensagem sob exame se refere à programação monetária para o 1º trimestre de 1997, e esta programação, conforme ressaltado anteriormente, já foi executada pelo Banco Central, nos termos da própria Lei nº 9.069/95. Os efeitos produzidos por sua execução estão completados e sua reversão, senão impossível, não é condizente com a atual etapa do processo econômico brasileiro. Perde, portanto, toda razão de ser a avaliação do mérito ou da oportunidade dessa programação.

O Poder Legislativo, apesar da competência a ele atribuída nessa área monetária, tem tido, na prática, uma atuação meramente homologatória. O mesmo diploma legal prevê no seu §2º, do art. 6º:

“O Congresso Nacional poderá, com base em parecer da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, **rejeitar** a programação monetária a que se refere o *caput* deste artigo mediante Decreto Legislativo, no prazo de 10 dias do seu recebimento.” (grifo nosso)

Mesmo que se rejeitasse a programação monetária, adotaria decisão sem efeitos práticos e legais, simplesmente porque a Lei nº 9.069/95, em seu art. 6º, § 6º, reza que, “caso o Congresso Nacional não aprove a programação monetária até o final do **primeiro mês** do trimestre a que se destina, fica o Banco Central do Brasil autorizado a executá-la até sua aprovação”.

Vale lembrar que a Mensagem Presidencial nº 56/97 chegou ao Senado Federal em 31.01.97, ou seja, exatamente no último dia do prazo estabelecido pela lei para o pronunciamento do Congresso Nacional.

A programação monetária referente ao 1º trimestre de 1997 que me foi dada para relatar, chegou às minhas mãos em 29 de abril, ou seja, já vencido o período a que se referia a própria programação. Qual o sentido da emissão de parecer nessas condições? Como se coloca a prerrogativa legal do Congresso Nacional e a responsabilidade desta Comissão, face à matéria sobre a qual não teve oportunidade de se manifestar em tempo hábil?

Parece-me que está se tratando uma questão da maior importância para o País, como uma mera troca de papéis, um cumprimento sem critério e sem respeito ao Congresso Nacional, fundamentando-se os procedimentos em prazos absolutamente incompatíveis com a profundidade requerida para a análise da matéria.

Resta, portanto, a essa Comissão de Assuntos Econômicos dar consequência às formalidades previstas na Lei nº 9.069/95, concedendo, em verdade, homologação à programação monetária relativa ao primeiro trimestre de 1997.

Somos, face ao exposto, favoráveis à aprovação da programação monetária relativa ao primeiro trimestre de 1997, nos termos do seguinte Projeto de Decreto Legislativo, uma vez que não se coloca, face às disposições da Lei nº 9.069/95, outra alternativa a esta Comissão, não sem recomendar que gestões sejam feitas junto ao Poder Executivo para que as mensagens trimestrais relativas à Programação Monetária venham ao Senado Federal até o início do trimestre a que se refere.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 34, DE 1997

Aprova a programação monetária relativa ao primeiro trimestre de 1997.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovada a Programação Monetária relativa ao primeiro trimestre de 1997, com as metas indicativas da evolução dos principais agregados monetários.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 13 de maio de 1997.

JOSÉ SERRA: Presidente
WALDECK ORNELAS: Relator

JOSÉ BIANCO
EDUARDO SUPLYC
HUGO NAPOLEÃO
COUTINHO JORGE
LEVY DIAS
VALMIR CAMPELO
NEY SUASSUNA
JONAS PINHEIRO
PEDRO SIMON
CARLOS BEZERRA
FREITAS NETO
BELLO PARGA
ESPERIDIÃO AMIN
ONOFRE QUINAN
JOSÉ ROBERTO ARRUDA
ADEMIR ANDRADE

PARECER Nº 220, DE 1997

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 97, de 1997 (~~Encaminha~~ nº 486, de 29.04.97, na origem), do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, que “*encaminha ao Senado Federal a programação monetária relativa ao 2º trimestre de 1997, com estimativas das faixas de variação dos principais agregados monetários, análise da evolução da economia nacional prevista para o trimestre e as justificativas pertinentes.*”

RELATOR: Senador COUTINHO JORGE

I. RELATÓRIO

Conforme estabelece o parágrafo 1º do inciso II do art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, o Sr. Presidente da República encaminha ao Senado Federal a programação monetária relativa ao segundo trimestre de 1997, com estimativas das faixas de variação dos principais agregados monetários, análise da evolução da economia nacional prevista para o trimestre e as justificativas pertinentes.

De acordo com a norma citada, o Banco Central do Brasil submeteu, em 24.04.97, a programação monetária ao Conselho Monetário Nacional. Tendo sido aprovada, a Programação foi encaminhada ao Senado Federal em 29.04.97, nos termos do §1º, art. 6º da Lei 9.069/95.

A esta Comissão, conforme disposto no parágrafo 2º do art. 6º da referida Lei, cabe emitir Parecer sobre a programação monetária que, desse modo, servirá de base para a aprovação ou rejeição *in totum* da matéria pelo Congresso Nacional, vedada a introdução de qualquer alteração (§ 3º, do art. 6º da mesma Lei).

O documento descreve os dados da economia no primeiro trimestre de 1997, em comparação com os do ano de 1996. Os dados indicam que o nível da atividade econômica vem se mantendo relativamente estável nos últimos meses e que a evolução dos principais índices de preços permanece compatível com o grau de inserção externa da economia do país, fator estabilizador de preços, principalmente no que se refere aos bens tradables. No primeiro trimestre de 1997, o superávit do Tesouro Nacional alcançou R\$ 2 bilhões (1% do PIB), ante superávit de R\$ 2,8 bilhões (1,5% do PIB) em igual período de 1996. As obrigações líquidas com juros reais atingiram R\$ 2,8 bilhões, determinando déficit operacional de R\$ 0,8 bilhão (0,4% do PIB).

O documento também aponta para o fato de que, no primeiro trimestre de 1997, a base monetária (tanto no conceito de base monetária restrita quanto no de base monetária ampliada) alcançou níveis situados dentro dos intervalos estimados por meio da programação financeira para o período.

II. VOTO

Em justificando a programação financeira para o segundo trimestre de 1997, o Banco Central afirma que "a condução da política monetária no transcorrer de 1997 estará condicionada à manutenção do nível de atividade econômica em patamar adequado às restrições determinadas pelo setor externo".

Não resta dúvida de que o tratamento dispensado pela Lei 9.069/95 à operacionalização da política monetária atribuiu ao Congresso Nacional a co-responsabilidade nas decisões quanto à evolução da oferta de moeda e, conseqüentemente, das próprias taxas de juros a serem praticadas pelos agentes econômicos.

Todavia, não há como negar que, mesmo diante dessa formulação institucional mais aprimorada, o Poder Executivo vem dando conseqüência à citada norma em prazos que, em verdade, reduzem a possibilidade de uma efetiva participação do Congresso Nacional na formulação da programação monetária trimestral. Assim, essa Programação, que deveria ser submetida pelo Presidente do Banco Central ao Conselho Monetário Nacional no início do trimestre, para pronto encaminhamento a esta Comissão de Assuntos Econômicos, só foi apreciada pelo CMN em 24 de abril de 1997.

Transcorrido mais de um mês do trimestre em referência, a apreciação da matéria pela Comissão de Assuntos Econômicos torna-se de pouca ou nenhuma relevância. O Poder Legislativo, apesar da competência a ele atribuído nessa área monetária, tem, na prática, uma atuação meramente homologatória. Mesmo que rejeitasse a programação monetária, adotaria decisão sem efeitos práticos e legais, simplesmente porque a Lei nº 9.069/95, em seu art. 6º, § 6º, reza que, "caso o Congresso Nacional não aprove a programação monetária até o final do primeiro mês do trimestre a que se destina, fica o Banco Central do Brasil autorizado a executá-la até sua aprovação".

Resta, portanto, a essa Comissão de Assuntos Econômicos dar conseqüência às formalidades previstas na Lei nº 9.069/95, concedendo, em verdade, homologação à programação monetária relativa ao segundo trimestre de 1997.

Somos, face ao exposto, favoráveis à aprovação da programação monetária relativa ao segundo trimestre de 1997, nos termos do seguinte Projeto de Decreto Legislativo, a ser submetido ao Congresso Nacional, conforme o § 2º do art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 35, DE 1997

*Aprova a programação monetária
relativa ao segundo trimestre de 1997.*

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovada a Programação Monetária relativa ao segundo trimestre de 1997, com as metas indicativas da evolução dos principais agregados monetários.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 13 de maio de 1997

JOSÉ SERRA: Presidente
COUTINHO JORGE: Relator
JOSÉ BIANCO
EDUARDO SUPPLY
ONOFRE QUINAN
LEVY DIAS
PEDRO SIMON
ADEMIR ANDRADE
JONAS PINHEIRO

BELLO PARGA
NEY SUASSUNA
CARLOS BEZERRA
HUGO NAPOLEÃO
VALMIR CAMPELO
WALDECK ORNELAS
ESPERIDIÃO AMIN
JOSÉ ROBERTO ARRUDA
FREITAS NETO

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

— Os pareceres lidos vão a publicação.

Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário, Senador Haroldo Cunha Lima.

São lidos os seguintes

OF. Nº 17/97/CCJ

Brasília, 17 de abril de 1997

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais comunico a V. Ex.^a que em reunião realizada nesta data, esta Comissão aprovou, em turno suplementar, substitutivo oferecido ao PLS nº 187, de 195, que "Dispõe sobre a identificação criminal do civilmente identificado, regulamentado o art. 5º, inciso LVIII, da Constituição Federal, de autoria do Sr. Senador Júlio Campos, e, pela prejudicialidade do PLS nº 115, de 1995, de autoria do Sr. Senador Odacir Soares, que "Define os casos de identificação criminal previstos no art. 5º, inciso LVIII, da Constituição Federal".

Cordialmente, Senador **Bernardo Cabral**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

OF. Nº 32/97/CCJ

Brasília, 23 de abril de 1997

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais comunico a V. Ex.^a que em reunião realizada nesta data, esta Comissão rejeitou o Projeto de Lei do Senado nº —, de 1996, de autoria do Sr. Senador Júlio Campos, que "Suprime o inciso VI do § 2º do art. 171 do Código Penal, que define como crime de estelionato a emissão de cheques sem fundo".

Cordialmente, Senador **Bernardo Cabral**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

OF. Nº 33/97/CCJ

Brasília 23 de abril de 1997

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais comunico a V. Ex.^a que em reunião realizada nesta data, esta Comissão aprovou o Projeto de Lei do Senado nº 279, de 1995, de autoria do Sr. Senador João França, que "Dispõe sobre o emprego do Documento Único de Transferência — DUT, o uso de instrumento de procuração e o prazo para a transferência de veículos rodoviários automotores".

Cordialmente, Senador **Bernardo Cabral**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

OF. Nº 35/97/CCJ

Brasília, 23 de abril de 1997

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais comunico a V. Ex.^a que em reunião realizada nesta data, esta Comissão aprovou, o Projeto de Lei do Senado nº 144, de 1996, de autoria do Sr. Senador Júlio Campos, que altera a Lei nº 5.700, de 1º de setembro de 1971, que "Dispõe sobre a forma e a apresentação dos Símbolos Nacionais e dá outras providências".

Cordialmente, Senador **Bernardo Cabral**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

OF. Nº 36/97/CCJ

Brasília, 23 de abril de 1997

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais comunico a V. Ex.^a que em reunião realizada nesta data, esta Comissão rejeitou o Projeto de Lei do Senado nº 231, de 1996, de autoria do Sr. Senador Júlio Campos, que "Dispõe sobre a criação da Câmara Setorial de Turismo".

Cordialmente, Senador **Bernardo Cabral**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

OF. Nº 44/97/CCJ

Brasília, 23 de abril de 1997

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais comunico a V. Ex.^a que em reunião realizada nesta data, esta Comissão aprovou, em turno suplementar, substitutivo oferecido ao Projeto de Lei do Senado nº 22, de 1996, de autoria do Sr. Senador Sebastião Rocha, que "Atribui valor jurídico à digitalização de documento e dá outras providências".

Cordialmente, Senador **Bernardo Cabral**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

OF. Nº 51/97/CCJ

Brasília, 5 de maio de 1997.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais comunico a V. Ex.^a que em reunião realizada em 23-4-97 esta Comissão deliberou pela Prejudicialidade do PLS nº 126, de 1996, de minha autoria, que "dá nova redação ao inciso II do § 1º, do art. 13, da Lei nº 9.100, de 29 de setembro de 1995", que "estabelece normas para as eleições municipais de 3 de outubro de 1996, e dá outras providências".

Cordialmente, Senador **Bernardo Cabral**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE(Antônio Carlos Magalhães)

– Os ofícios lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Os Ofícios lidos vão a publicação.

Com referência aos Ofícios lidos anteriormente, a Presidência comunica ao Plenário que, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno do Senado Federal, abrir-se-á o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que os Projetos de Lei do Senado nºs. 279 e 115, de 1995 (tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 187, de 1995), 22, –, 126, 144, 231, de 1996, sejam apreciados pelo Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Os Projetos de Resolução nº 60, de 1997 e 61, de 1997, resultantes de pareceres lidos anteriormente, ficarão sobre a Mesa durante cinco dias úteis, a fim de receberem emendas, nos termos do art. 235, II, "f", do Regimento Interno, combinado com o art. 4º da Resolução nº 37, de 1995, do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Os Projetos de Decreto Legislativo nºs 34, de 1997 e 35, de 1997, resultantes de pareceres lidos anteriormente, ficarão sobre a Mesa durante cinco dias úteis, a fim de receberem emendas, nos termos do art. 235, II, "f", do Regimento Interno, combinado com o art. 4º da Resolução nº 37, de 1995, do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Com a palavra o Senador Osmar Dias. V. Exª tem 5 minutos.

O SR. OSMAR DIAS (PSDB-PR. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, nos últimos 60 dias, a imprensa do Paraná e a nacional noticiaram diariamente que o Governador Jaime Lerner estaria deixando o PDT para ingressar no PSDB. Como acredito que essa notícia foi lida por todos, gostaria agora de dar a conclusão dos capítulos que antecederam o final dessa história.

Ontem o diretório do PSDB do Paraná se reuniu e trinta e sete convencionais votaram. Repito: trinta e sete convencionais votaram, Sr. Presidente! Resultado? Trinta e três disseram "não", apenas quatro disseram "sim" ao ingresso do Governador Jaime Lerner no partido.

Lá conhecemos de fato o Sr. Jaime Lerner. Aqui em Brasília ouvi Senadores, até do próprio PSDB, em desrespeito ao entendimento do diretório nacional, dizerem: Ah, mas o Jaime Lerner é uma **griffe** nacional. **Griffe** nacional para quem não o conhece.

O "não" dado ontem foi o "não" às obras caras que estão sendo feitas no Paraná, muito acima dos valores das obras realizadas pelos governos paranaenses anteriores. O "não" não foi ao grupo político do Governador, mas ao grupo econômico de empresários que fazem muitos negócios no Estado e com o Estado. Muitos negócios, Sr. Presidente! O "não" foi porque aceitar o Sr. Jaime Lerner seria aceitar o Celso Petraglia, este mesmo que está sendo denunciado pela máfia nos esportes ou que foi denunciado pelo Senador Requião na CPI dos Precatórios; seria aceitar, sim, porque ele é o verdadeiro comandante do grupo político ou econômico que acompanha o Governador Jaime Lerner. Foi o "não" aos segredos contidos nos negócios feitos com o dinheiro do Estado, como, por exemplo, o contrato assinado com a Renault, que o Senado insiste em conhecer e o Governador do Paraná insiste em esconder. Foi o não à mídia cara: mais de U\$100 milhões para dizer o que não está sendo feito e esconder o que está; foi o não porque o PSDB do Paraná, com 33 votos contra 4, reagiu ao ingresso, não do Sr. Jaime Lerner, mas do comportamento político e da verdadeira destruição da estrutura administrativa do Estado do Paraná que vem sendo comandada pelo Governador; foi o não, Sr. Presidente, ao estado falimentar de algumas empresas do Estado e à situação precária das finanças públicas do Estado do Paraná, cuja folha de pessoal está quase empatada com a arrecadação líquida do Estado do Paraná; foi o não, Sr. Presidente, aos costumes e ao comportamento, na prática, diferente do discurso socialdemocrata e progressista, que muitas vezes pode enganar alguns artistas, mas não engana às pessoas conscientes do Estado do Paraná.

Era a comunicação que gostaria de fazer, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Osmar Dias, o Sr. Antonio Carlos Magalhães, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ronaldo Cunha Lima, 1º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Cunha Lima) – Com a palavra o Senador Artur da Távola, para uma comunicação inadiável pelo prazo de cinco minutos.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA (PSDB-RJ. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, o jornal **O Dia**, do Rio de Janeiro, realizou um trabalho muito importante ao reunir cinquenta especialistas de diversas áreas do conhecimento para um estudo so-

bre a violência. O grande aspecto desse trabalho é justamente o seu caráter multidisciplinar, porque, quando se debate sobre a violência, normalmente se toma um dos pontos desse complexo e tenebroso resultado de problemas individuais e sociais e se abandona um conjunto de fatores que se abatem sobre a violência.

O jornal reuniu pessoas da mais alta qualificação, que, nos dias 17 e 18 de abril, realizaram um estudo praticamente completo sobre as causas da violência. Porém, esse trabalho não estacionou no diagnóstico; ele se configurou também por meio de propostas, muitas delas absolutamente renovadoras e revolucionárias, dirigidas à área da polícia, dirigidas à área do direito, que tem a ver diretamente com toda essa questão, e dirigida à sociedade e à cidadania.

Essa é uma matéria de grande importância pela seriedade, assinada que foi afinal pelo Secretário Nacional de Direitos Humanos, que foi o Presidente do evento, Sr. José Gregori; pelo jurista e coordenador do painel de Direito, Hélio Saboya; pelo coordenador do painel de polícia e um dos líderes da sociedade civil do Movimento Viva Rio, Rubem César Fernandes; pelo Delegado Hélio Luz, que foi o coordenador-geral e é o chefe da Polícia Civil do Rio de Janeiro; pelo presidente das Organizações O Dia, Ary Carvalho e pela diretora de redação, Ruth de Aquino.

Pela importância do tema, como contribuição a esse debate, passo à Mesa essas conclusões, para que constem dos Anais da Casa.

Solicito aos Srs. Senadores o máximo de atenção para este tema importante, que merece ser entendido, o que, infelizmente, o tempo de uma comunicação inadiável não me permite fazer.

Sr. Presidente, agradeço a V. Ex^a a atenção.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. ARTUR DA TÁVOLA EM SEU DISCURSO**

PELA PACIFICAÇÃO DO RIO

Sacudido por chacinas, violência policial, balas perdidas, seqüestros, desrespeito aos mais elementares direitos dos cidadãos, o Rio de Janeiro, há muito tempo, deixou de ser a cidade alegre, pacífica e exuberante do passado. É mais uma entre tantas outras metrópoles contaminadas pela violência. Uma situação complexa e grave. Nunca, contudo, intransponível. Há soluções. A complexidade dos dias modernos mostra que o Estado e seus governos são insuficientes para resolver problema de tamanha gravidade. A sociedade civil também deve se ocupar dessa tarefa.

A convite do DIA, um grupo de 50 pessoas (entre autoridades federais, estaduais e municipais, cidadãos, cientistas sociais, policiais, jornalistas, políticos, juristas e magistrados) reuniu-se nos dias 17 e 18 de abril para apresentar sugestões que, se não resolverem o problema, ao menos irão contribuir para a sua redução.

Depois de quase 15 horas de trabalho e mais de 200 sugestões, o grupo montou um rol de providências a serem implementadas junto à sociedade, à Justiça e nas polícias. A violência no Rio foi analisada sob os seguintes aspectos:

POLÍCIA

- 1- Desenvolver doutrina e prática de segurança pública que sirvam a todos os brasileiros; que lhes defendam o direito à vida e à existência digna numa sociedade democrática.
- 2- Superar a dicotomia entre segurança pública e direitos humanos, integrando as exigências de ordem com os princípios de liberdade.
- 3- Superar a visão militarista de ordem pública, ainda dominante não apenas nas polícias como na opinião pública em geral.
- 4- Prover mais segurança e mais direitos para os pobres, de um lado, e mais investigação e justiça para os crimes cometidos pelos ricos, de outro lado.
- 5- Valorizar a instituição policial, dando-lhe os meios para que possa se desenvolver com eficácia, qualidade, auto-estima e reconhecimento público.
- 6- Criar mecanismos de integração efetiva entre as polícias e o Judiciário.
- 7- Ampliar o conceito de segurança pública, pela qual todos somos responsáveis.
- 8- Estimular iniciativas de reforma nos âmbitos estadual e municipal. Diversos membros do grupo demonstram que isto só é possível com a desconstitucionalização das matérias de segurança pública (artigos 22 e 144). Outros alertam para a necessidade de se alterar o sistema de segurança pública na Constituição com a elaboração de lei nacional de diretrizes e bases para a organização das polícias estaduais.
- 9- Estimular projetos de parceria entre as polícias e as organizações da sociedade civil. A aproximação operacional entre as polícias e a cidadania cria ambiente favorável às reformas.
- 10- Multiplicação de encontros, como este promovido pelo DIA, de modo a difundir a ideia de co-responsabilidade das polícias, do Judiciário e da sociedade civil na criação de ordem pública democrática.
- 11- Multiplicação dos canais comunicação entre polícia e sociedade, tais como Ouvidorias, urnas para participação anônima, Disque-denúncia, balcões de informação e de reclamações, investimento nos serviços policiais de comunicação com o público, programas nos meios de comunicação, etc.
- 12- Formação de Conselhos Comunitários para definir junto ao governo a política de segurança pública, bem como fiscalizar sua execução. Isso não impede a maior interação da comunidade com os batalhões e as delegacias.
- 13- Valorização e multiplicação das experiências de Policiamento Comunitário e Interativo. Aplicação deste conceito no âmbito municipal, com uma Guarda Comunitária que se dedique sobretudo ao campo dos pequenos delitos, desordens e contravenções que se multiplicam no meio urbano.
- 14- Parceria com centros científicos de produção de informação, desenvolvendo instrumentos objetivos de planejamento, avaliação e controle. Urge criar indicadores quantitativos de monitoramento da ordem pública e da atuação policial, para uso interno e difusão na imprensa.
- 15- Parceria com universidades na formação dos policiais e no seu desenvolvimento escolar.
- 16- Criação de centros de excelência para formação, pesquisa e consultoria no campo da segurança pública, abertos a profissionais das polícias, do Judiciário e da sociedade civil.
- 17- Participação de representantes da sociedade civil nos órgãos de controle externos e internos da atividade policial. Esta participação, que pode acontecer por meio de uma Ouvidoria, deveria ocorrer não apenas em casos de desvios de conduta, como também na avaliação da produtividade.
- 18- Criação de um Conselho Gestor de Recursos de Segurança Pública com a participação de representantes do poder público, do empresariado e da sociedade civil. Este Conselho teria por fim estimular a captação de recursos extras, no governo, na sociedade e em fontes internacionais, para investir na segurança pública. Teria ainda a capacidade de orientar o destino e controlar a aplicação dos recursos por ele captados.
- 19- Prioridade para o tema da criança e da juventude, numa visão de planejamento estratégico, que envolva os diversos órgãos de governo e da sociedade civil especializados no atendimento a crianças, adolescentes e jovens. Esta é matéria de grande urgência e exige colaboração ao invés de conflito entre as instituições.
- 20- Formação de um Fórum que discuta política democrática de segurança nas favelas. Este Fórum deve incluir as polícias, o Judiciário, os responsáveis por programas como o Favela-Bairro e o Baixada-Viva e as entidades sociais não-governamentais que trabalham nas favelas. Esta é outra matéria de grande urgência.
- 21- Desmilitarização da Polícia Militar. Desvincular a PM do Ministério do Exército, rever seus estatutos, normas e planos de carreira e reorientar a formação de seu pessoal, de modo a afastar a PM da lógica da guerra e aproximá-la da função propriamente policial de sustentação da ordem pública numa sociedade democrática.
- 22- Investir na formação do policial, em todos os níveis da profissão. Desenvolver programas de reciclagem, elevando o nível geral para, no mínimo, segundo grau completo, além de rigorosa inspeção social. Ampliar o conceito de Formação para além do treinamento repetitivo, valorizando o discernimento e a capacidade de tomar decisão em situações complexas. E que as promoções se façam exclusivamente pelo critério de mérito.
- 23- Policiais envolvidos em mortes de civis devem ser submetidos a avaliação operacional e psicológica imediata.
- 24- Revisão e modernização dos mecanismos produtores de informação, como os Registros e Boletins de Ocorrência.

■ 25- Modernização dos serviços, possibilitando troca ágil de informações entre agências locais, entre os estados e com outros países.

■ 26- Abolição do sigilo bancário e fiscal, de modo a possibilitar a investigação dos crimes financeiros e de lavagem de dinheiro.

■ 27- Obrigatoriedade legal da emissão pelo governador do estado de um documento anual denominado Política de Segurança Pública, especificando o nível e a destinação dos recursos, pessoal empregado, metas a atingir, indicadores de avaliação. Que este documento seja objeto de discussão pública e que seus resultados sejam avaliados na Assembleia Legislativa ao final de cada ano.

■ 28- Aprimoramento da Polícia Técnica e a sua subordinação a secretaria de Estado diversa da Segurança Pública. Rigorosa observância da determinação legal que manda manter intactos os locais onde ocorrem crimes para que não se percam provas técnicas.

■ 29- Criação de sistema de policiamento ostensivo efetivamente preventivo. O policial atual mais reage aos crimes do que os evita.

DIREITO

■ 1- Formulação de doutrina de ordem pública democrática, que supere a visão militarista de segurança que tem se formado não apenas nas polícias, como na opinião pública do país.

■ 2- Repúdio à pena de morte, bem como à diminuição da idade da imputabilidade penal para menores de 18 anos.

■ 3- O preso que aguarda julgamento não pode ficar em delegacia policial. A custódia desses presos deve também ser responsabilidade da Secretaria da Justiça, em estabelecimentos adequados.

■ 4- A Defensoria Pública precisa ser valorizada, aparelhada e ampliada como instrumento de acesso da população ao Judiciário. Os núcleos de cidadania devem ser reativados com prestação de serviços nas diversas delegacias em casos de prisões em flagrante.

■ 5- A repressão penal tem que ser feita sempre com obediência estrita à legalidade.

■ 6- A legislação penal deve dar ao juiz maior flexibilidade na fixação das penas para que ele possa aplicar punições compatíveis com a gravidade da infração e a pessoa do condenado.

■ 7- É preciso ampliar as espécies de penas alternativas e aumentar o âmbito de sua aplicação, com a aprovação imediata de Projeto de Lei já em tramitação no Congresso Nacional. A pena de prisão representa a última punição a ser aplicada e, preferencialmente, para criminosos violentos e perigosos.

■ 8- A Justiça deve ser acessível durante 24 horas do dia, todos os dias da semana.

■ 9- A Justiça Federal não deve ter a exclusividade para apreciar e julgar crimes contra Direitos Humanos.

■ 10- Os juzizados especiais criminais devem ter a sua implantação efetivada, com urgência, em locais próprios e aparelhados, por toda a cidade.

■ 11- Instituição nos tribunais do Estado do sistema de gravação ou taquigrafia, tal como ocorre nos tribunais federais. Com isso, deseja-se a transcrição fiel dos votos proferidos nos julgamentos e maior celeridade na lavratura dos acórdãos.

■ 12- O Instituto Félix Pacheco deve ser modernizado, informatizado e interligado por rede às delegacias policiais, aos presídios, ao Ministério Público, à Defensoria Pública e ao Poder Judiciário. Recomenda-se ainda que fique fora do âmbito da Secretaria de Segurança Pública, devendo ficar apenas sob o controle da Secretaria de Segurança o arquivo criminal.

■ 13- É fundamental que todos os serviços públicos sejam disponibilizados de forma efetiva para a população mais carente, notadamente nas favelas.

■ 14- Deve-se desafogar as prisões, que estão superlotadas e impõem aos presos condições subumanas de sobrevivência.

■ 15- Casas de albergados e penitenciárias devem ser construídas em todas as comarcas.

■ 16- Criação do Conselho Estadual da Pessoa Humana, nos moldes da Secretaria Nacional dos Direitos Humanos.

■ 17- O grupo de direito condena a política de "enfrentamento" do crime, de que nada mais é do que uma projeção da militarização na atividade policial. Também é negativa a prática da gratificação por bravura que estimula a ação violenta do policial e, em contrapartida, exacerba a reação do delinquente, além de subverter a hierarquia funcional das polícias.

SOCIEDADE/CIDADANIA

■ 1- Estímulos a parcerias entre polícias e a sociedade civil, criando sinergias e cumplicidades favoráveis às reformas.

■ 2- Criação do cargo de Ouvidor Geral para tratar de questões ligadas a direitos humanos e cidadania. Além disso, estimular a participação anônima no combate à criminalidade, como: Disque-Denúncia, Balcões de Informações e de Reclamações, investimento nos serviços de comunicação com o público, programas de rádio, etc.

■ 3- Inclusão, no currículo escolar de primeiro e segundo graus, de matéria sobre direitos e deveres do cidadão e das instituições públicas.

■ 4- Criação de Frente Parlamentar pela criança e a adolescência. Desenvolvimento de política pública para a criança e adolescente no Estado e nos municípios, fundamentada no estatuto da Criança. Prioridade para o tema da criança e da juventude numa visão de planejamento estratégico, que envolva os diversos serviços públicos e civis. Acabar com a exploração do trabalho infantil, proporcionando escola e cesta básica. Fortalecer os SOS Criança no combate a maus tratos e abusos sexuais.

■ 5- Amplo programa de socialização de meninos de rua através do esporte e da informática e sua reintegração em ambientes familiares e comunitários. Campanhas para conscientizar a criança da ruína provocada pelas drogas. Tornar pública a discussão sobre os conselhos tutelares.

■ 6- Programas para diminuir a violência no trânsito. O controle do trânsito deve ser retirado da PM e entregue a técnicos da Secretaria de Transportes. Conscientização, por parte da sociedade, sobre o respeito às pequenas normas e leis, como as do trânsito. Multas pesadas e até apreensão temporária da carteira para infrações no trânsito. Fiscalização eletrônica das rodovias e pistas de alta velocidade.

■ 7- Devem ser incentivados os cursos para a comunidade em geral sobre cidadania e direitos humanos.

■ 8- Apoio às delegacias de atendimento às mulheres.

■ 9- Criação de abrigos para mulheres violentadas.

■ 10- Elaboração de um Programa de Proteção às Testemunhas (ficou reconhecida a impossibilidade de se denunciar crimes publicamente).

■ 11- Programa de renda mínima para as famílias de baixa renda.

■ 12- Ampliar a presença do Estado nas favelas com o aumento do número de escolas e centros sociais para que os moradores destas comunidades não vivam à mercê de bandidos e traficantes.

■ 13- Salário mínimo digno.

■ 14- Política econômica que define a vocação real do Estado do Rio de Janeiro, valorizando as lavouras e as pequenas indústrias.

■ 15- Revisão da estrutura fundiária do Estado do Rio de Janeiro.

Bio de Janeiro, 17 de Abril de 1997

JOSE GREGORI

Secretário Nacional de Direitos Humanos
Presidente do evento "O RIO EM PAZ"

ARY CARVALHO

Presidente das Organizações O DIA

HELIO SABOYA

Coordenador do painel de Direito

RUTH DE AQUINO

Diretora de Redação O DIA e
coordenadora do painel de Sociedade

RUBEM CÉSAR FERNANDES

Coordenador do painel de Polícia

HELIO LUZ

coordenador geral

PAINEL DE SOCIEDADE/CIDADANIA: Lauro Monteiro, Paulo Bastos Cézar, Roberto Kannt de Lima, Helena Oliveira, Luiz Martins de Melo, Antonio Félix, José Murilo de Carvalho, Geisa de Assis Rodrigues, Heloísa Helena Gomes Barbosa, Itamar Silva, Marina Bandeira, Paulo Pinheiro, Elizabeth Sussekink, Paulo César Amêndola e Isaac Joseph.

PAINEL DE POLÍCIA: Cesar Maia, Cel. Jorge da Silva, Jacqueline Muniz, Vinícius George de Oliveira Ribeiro da Silva, Martha Mesquita Rocha, Carlos Augusto Neto Lebbra, Deomar Vasconcelos de Moraes, Heraldo Gomes, Silvana Batini Cesar Góes, Daniel dos Santos, Cel. Brandino José Melo Ribeiro, Emílio Dellasoppa, Domicio Proença Júnior, Marcelo Itagiba, Victória Maria Brant Ribeiro, Cládice Nobile Diniz e Mina Seinfeld de Carakushasky.

PAINEL DE DIREITO: Abel Fernandes Gomes, Antonio Carlos Biscaia, Arthur Lavigne, Carlos Raymundo Cardoso, George Tavares, José Carlos Fragoço, Júlia Lemgruber, Luiz Fernando Ribeiro Carvalho, Maria Angélica Guimarães Guedes, Marco Aurélio Bellizze, Nélio Machado, Osvaldo Del-leuzze, Paulo Ramalho, Rogério Nascimento, Tício Lins e Silva, Iolanda Catão e Luiz Guilherme Martins Vieira.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Cunha Lima) – Pela ordem de inscrição, concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, graças a Deus, este não é só o País das más notícias. Há também boas notícias, portadoras de alento em prol do desenvolvimento do Brasil. Formam ambas, as boas e as más notícias, o balanço do mar dos acontecimentos que nos leva a refletir sobre as rotas a encetar para o futuro que almejamos para o Brasil.

A Sudene – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – divulgou, neste mês de abril, relatório sumário sobre o desempenho da economia da Região Nordeste. Segundo esse documento, o PIB nordestino apresentou crescimento pelo terceiro ano consecutivo. Em 1996, ele foi 4,1% maior que o de 1995, superando a média nacional, que foi de 2,9%.

Após crescimentos de 9,7% e 4,4% em 1994 e de 1995 respectivamente, o Nordeste confirma sua tendência de desenvolvimento, com uma taxa de 4,1% em 1996.

A freada nos índices de crescimento é fruto da política econômica geral em curso no País. Todavia, o Nordeste permanece crescendo mais rápido que a média nacional, o que é da maior importância para a Região e para a Nação.

O histórico atraso dos Estados nordestinos em relação aos Estados das Regiões Sul e Sudeste deve ser ultrapassado por taxas de desempenho sócio-econômico significativamente superiores à média do País.

A base desse excelente resultado está no desempenho dos setores regionais de serviços e de indústrias. O setor de serviços cresceu 4,6%, superando o índice nacional, que foi de 3,3%.

A indústria nordestina, com crescimento de 3,5%, também bateu a nacional, que ficou em 2,3% em 1996.

O setor agropecuário, com apenas 2,3% de expansão, foi abaixo dos 3,1% nacionais, é que não deixou a taxa de crescimento no Nordeste ser ainda mais expressiva.

Destaque-se que contribuíram fortemente para a sustentabilidade do crescimento econômico da Região em 1996, o aumento de gastos efetuados pelos governos municipais, em virtude das eleições locais do ano passado, o decréscimo gradual das taxas de juros e a grande facilidade de crédito proporcionada

pelos agentes financeiros aos consumidores intermediários e finais.

Em 1996, o Brasil gerou um PIB de R\$ 752,4 bilhões de reais, para o qual o Nordeste contribuiu com 117,5 bilhões. Tal cifra significa que a participação da Região Nordeste no PIB nacional cresceu 13,1% em 1980 para 15,6% em 1996. É uma taxa de crescimento extremamente modesta, de cerca de apenas 0,15% ao ano, nesse período.

O Sr. Lúcio Alcântara – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. NEY SUASSUNA – Com prazer, ouço V. Ex^a.

O Sr. Lúcio Alcântara – Li na imprensa essa notícia sobre o crescimento do Nordeste e também sobre o crescimento especial para o Estado do Rio Grande do Norte, aqui representado, entre outros, pelo Senador Fernando Bezerra, Presidente da CNI. Fiquei em dúvida porque eu mesmo, há pouco tempo, fiz um pronunciamento nesta Casa, para o qual pedi a atenção do Senador Fernando Bezerra, a respeito de um levantamento realizado pela CNI – Confederação Nacional da Indústria -, que mostrava o Sudeste como a única região do Brasil cujo PIB estava crescendo. O PIB de todas as outras regiões, inclusive o da Região Sul, estava caindo. Agora traz V. Ex^a esses dados da Sudene, que mostram um crescimento maior do Nordeste, o que poderia significar que o PIB daquela região estava crescendo em relação ao PIB nacional. Os dados levantados pela pesquisa da Confederação Nacional da Indústria mostram o contrário: apontam para uma concentração na Região Sudeste, a única cujo PIB tem crescido percentualmente. O Senador Fernando Bezerra poderá confirmar se estou certo ou se me equivoquei nesses dados. Eu fico preocupado, Senador Ney Suassuna, com essa divergência de números, de informações. Infelizmente, o Brasil vem crescendo muito pouco. Esse é um dos grandes problemas nossos. É verdade que temos a estabilização da economia. Ótimo! Isso é pré-requisito, e o Presidente Fernando Henrique tem que ser louvado, porque sem a estabilidade da economia, sem o controle da inflação, um país não pode crescer, não pode se desenvolver. O nosso percentual de crescimento é mínimo para os problemas que temos, para o potencial que temos, com o número de pessoas que todo ano chega ao mercado de trabalho. Esse crescimento é muito baixo. Para piorar, o Governo quer segurar o crescimento. Segurar o quê? Se o crescimento já é baixo, como vamos tomar medidas para segurar

o que já não está crescendo? Então, o grande desafio do Governo Federal, do Presidente Fernando Henrique – cujo governo apoiamos, em quem confiamos e creditamos muitos feitos na administração do Governo brasileiro –, é fazer o Brasil crescer, é fazer com que sejam criados novos empregos, sejam instalados novos empreendimentos, que o capital que vem de fora não seja volátil, circunstancial, passageiro, que essa integração também permita a entrada de nossos produtos na União Européia e nos Estados Unidos, e não apenas para escancarar as nossas portas aos produtos estrangeiros. O pronunciamento de V. Ex^a é importante. Como nordestino, V. Ex^a sempre tem trazido esse tipo de debate para o plenário. Mas eu preciso me situar melhor nesses números. Há pouco, falei no Senado, tendo como base esse documento da Confederação Nacional da Indústria. Desta forma, conforme mostra o documento, aponte que há concentração do crescimento do Brasil no Sudeste, em detrimento das outras regiões, inclusive da região Sul. Muito obrigado, Senador.

O SR. NEY SUASSUNA – Quem agradece sou eu, Senador Lúcio Alcântara. As preocupações de V. Ex^a são também minhas. Se o Nordeste cresceu um pouco mais, foi porque o País freou, e a freada foi mais violenta no Sul-Sudeste. Os dados que lemos da CNI, cerca de 20 dias atrás, e os que a Sudene apresenta são discrepantes. Se V. Ex^a continuar prestando atenção ao meu discurso, verificará que estou feliz com esse crescimento, apesar de não ser uma felicidade que baste. Na realidade, é insignificante, pois 0,15% é quase nada. Com esse índice, não vamos nunca nos equiparar ao restante do País. Muito obrigado, pelas suas palavras.

O Sr. Fernando Bezerra – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. NEY SUASSUNA – Ouço o aparte do Senador Fernando Bezerra.

O Sr. Fernando Bezerra – Senador Ney Suassuna, desejo cumprimentá-lo pela importância do seu pronunciamento. Não tive o prazer de ouvi-lo desde o princípio, mas pude ouvir as palavras do nobre Senador Lúcio Alcântara referindo-se à pesquisa feita pela Confederação Nacional da Indústria. Às vezes, os enfoques de pesquisas são diferentes e conduzem, portanto, a resultados diversos. Creio que os dados que a CNI coloca são reais. Desta forma, não tenho nenhuma argumentação para contestar os elementos que são a base do pronunciamento que V. Ex^a aqui faz. Mas quero cumprimentá-lo e também externar as minhas preocupações com

o futuro do País. Creio que, como bem colocou o Senador Lúcio Alcântara, a estabilidade é uma pré-condição necessária e fundamental para que o País volte a crescer, mas não pode ser o objetivo final do Governo. Devemos acelerar o processo de privatização, concluir as reformas, que não são reformas do Governo, mas reformas desejadas pela sociedade brasileira e que, no meu modestíssimo ponto de vista, são fundamentais para que o País volte a crescer dentro de uma economia estabilizada. Muito obrigado.

O SR. NEY SUASSUNA – Muito obrigado, Senador Fernando Bezerra. V. Ex^a tem razão: quando se fazem pesquisas com enfoques diferentes, provavelmente vai haver diferenças em números, até porque os enfoques de umas e de outras não são os mesmos, e até a metodologia pode ser diferente. Eu comungo, em gênero, número e grau, com as preocupações, não só de V. Ex^a, como do Senador Lúcio Alcântara. Temos que abrir os olhos e abrir os olhos também do Poder Executivo: há poucos anos, tínhamos R\$52 bilhões de dívida interna; hoje, temos R\$160 bilhões de dívida interna, marchando para, em maio do próximo ano, R\$250 bilhões de dívida interna. Mas ainda temos um balanço de pagamentos equilibrado, que saltou de três, para seis, para nove e fala-se que atingirá quinze, com algumas discrepâncias, alguns itens que precisam ser corrigidos.

O Brasil é um País incrível, em que, por exemplo, em um dia, tem-se a sofisticação do salmão. Era raro alguém comer salmão. Hoje não há uma churrascaria que não tenha salmão. São U\$230 milhões de importação de salmão. É surpreendente. Produzimos alho, mas importamos U\$70 milhões, sem contar outros itens, como a Conta Turismo, que deu um estouro de U\$4,3 bilhões. Isso seria suficiente para fazer a transposição das águas do São Francisco. É mais do que uma Vale do Rio Doce. O que fizemos? Nada. Em qualquer **shopping** do interior do País, podemos verificar que as roupas que estão sendo vendidas, principalmente nas butiques mais sofisticadas, são americanas, cortada a etiqueta. O contrabando está-se espalhando por todos os **shoppings** do País. Essas coisas precisam ser corrigidas.

No caso do Nordeste, estamos felizes que se tenha verificado, pela primeira vez, que estamos crescendo um pouco mais. Mas é pouco, é quase nada, 0,15% ao ano, entre os anos de 1980 e 1996. Além disso, esse fenômeno apresenta duas faces. A primeira, e mais estimulante, é que ela é positiva, traduzindo um crescimento contínuo, embora pequeno, da região. A segunda, menos entusiasmante, é que, sendo baixa,

indica que ainda falta muito para que ela suba aos níveis desejados e necessários para fazer do Nordeste uma parte do Brasil realmente próspera.

Um indicativo macroeconômico positivo nesse quadro é que o PIB **per capita** subiu 2,7% na Região, enquanto que o País subiu apenas 1,5% (Mas não nos regozijemos por isso, porque, na realidade, houve uma freada na economia do País).

Mesmo assim, ele ainda é baixo, perfazendo R\$2.578,46, ou seja, apenas 54% do PIB **per capita** nacional, que é de R\$4.764,00.

Os três grandes setores econômicos analisados no estudo da SUDENE – agropecuária, indústria e serviços – indicam que o Nordeste busca sair da sua histórica condição de vagão que vai a reboque do Sul-Sudeste do País. A Região apresenta desempenho positivo em todos os setores, com variações mais ou menos importantes de um setor para o outro.

A agropecuária melhorou substancialmente sua **performance**, elevando sua taxa de expansão, de apenas 1,0% em 1995, para 2,3% em 1996. Seu carro-chefe foi a produção animal, com crescimento de 7,9%.

Todavia, a agricultura permaneceu praticamente estagnada, com índice positivo de apenas 0,2%. Esse dado indica que uma política de incentivo e melhoria da produção agrícola nordestina deve ser posta em prática pelo conjunto dos agentes governamentais, já que tal atividade, além de geradora de alimentos, é distribuidora de renda e socialmente estabilizadora. Aqui faço um alerta aos Srs. Senadores: temos áreas incríveis no interior do Piauí, do Maranhão, do Ceará e da própria Paraíba, como é o caso do sertão, que, com um pouco de irrigação, vai produzir muito; no entanto, isso não está sendo aproveitado, por falta ou de estradas, ou de comunicação, ou de incentivos no geral.

Mesmo assim, alguns produtos tiveram um importante aumento de produção física, destacando-se o milho, com 17%; o sisal, com 13%; a laranja, com 12,6%; o abacaxi, com 11,5%; e o feijão, com 10,5%.

Já o setor industrial foi impulsionado pela construção civil, com taxa de crescimento de 6,5%, e pelos serviços industriais de utilidade pública, como energia elétrica e abastecimento de água, com expansão de 6,2%.

Os segmentos de extrativismo mineral e transformação apresentaram crescimento modesto, de

1,4% e 1%, respectivamente, fazendo com que a taxa global do setor industrial ficasse nos 3,5% já mencionados.

O setor que se mostrou o mais dinâmico na Região foi o de serviços, com taxa de crescimento de 7,9% para as comunicações, 4,8% para o comércio e 4,1% para os transportes.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o setor de serviços é hoje um dos segmentos de maior expansão no mundo todo e aquele onde a concorrência se faz mais acirrada, pois é nele que os países industrializados têm também seu melhor desempenho. Os Estados Unidos estão tentando fazer a negociação com cada país exatamente porque nos serviços deverão levar uma vantagem gigantesca, se não tomarmos cuidado.

Daí a importância para o Brasil de que nosso segmento de serviços se desenvolva rápida e eficazmente. Se a Região Nordeste também participa do esforço nesse domínio, tanto melhor para o País como um todo.

Finalizando, gostaria de, como representante da Paraíba, um dos Estados que contribuiu ativamente para esse processo de crescimento da Região Nordeste, congratular-me com todos os que foram os verdadeiros agentes desse progresso: seus laboriosos cidadãos, seus corajosos empresários e seus dedicados dirigentes.

Auguramos que o continuado aumento da riqueza produzida no Nordeste se converta, antes de tudo, em melhores condições de vida para seu povo e ajude o Brasil a alcançar a posição de destaque que merece e almeja – a de uma Nação rica e socialmente justa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Cunha Lima) – Volta-se à lista de oradores inscritos.

Concedo a palavra ao Senador José Bianco.

O SR. JOSÉ BIANCO (PFL-RO. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, criado para auxiliar o País a cumprir seus compromissos internacionais, o Banco da Amazônia carece, neste momento, do apoio necessário para ajudar a Nação a cumprir uma de suas mais nobres missões: implementar o desenvolvimento da Amazônia Legal, a maior e uma das mais desfavorecidas regiões brasileiras.

O Banco da Amazônia iniciou suas atividades há mais de meio século, com o objetivo de organizar e garantir o fornecimento de borracha aos países

aliados, durante a Segunda Guerra Mundial. Chama-se, então, Banco de Crédito da Borracha.

Encerrada a missão inicial, com o fim do conflito, o banco permaneceu e ampliou suas atividades, com o objetivo de encontrar formas de quebrar a dependência da região a um único produto.

Com a decisão do Governo Federal, na década de 60, de adotar medidas para acelerar o desenvolvimento da Amazônia, o BASA, que até então era o Banco de Crédito da Amazônia, assumiu definitivamente a sua vocação de propulsor da integração do norte do País aos benefícios do progresso que as outras regiões experimentavam.

Na condição de agente financeiro de diversos programas governamentais, entre os quais o Polamazônia e o Finame, o BASA foi, historicamente, adquirindo **Know-how** suficiente para adotar uma postura que objetiva compatibilizar a ocupação da Amazônia com a necessidade de preservação ambiental.

Vivendo, a partir de 1989, aquilo que poderíamos chamar de ciclo do FNO, a rigor a única forma assegurada de recursos federais para o desenvolvimento da Amazônia Legal, o BASA encontra-se com as mãos atadas em virtude de seu pequeno capital social, impedido, assim, de captar novos recursos que poderiam contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos habitantes da região.

Os duzentos e vinte milhões de reais, recursos previstos do Fundo Constitucional da Região Norte para o ano de 1997, são absolutamente insuficientes para as necessidades da região mais desassistida da nação e que representa mais da metade do território nacional.

A captação de novos recursos de fontes diversas, entre as quais de entidades internacionais que se interessam pelo desenvolvimento ambiental da região, estão condicionadas às normas de segurança do Sistema Financeiro Internacional, adotadas pelo "acordo de Basiléia", Suíça, e ratificadas pela Resolução nº 2.099, do Banco Central.

Aquelas normas estabelecem limites para a obtenção de recursos de acordo com a capacidade de endividamento da instituição, ou seja, de acordo com o seu capital social.

Ocorre que o patrimônio líquido do FNO, pulverizado entre diversos financiamentos, aproxima-se de 1,2 bilhão de reais, o que significa simplesmente dez vezes o patrimônio líquido do seu agente financeiro, levando à conclusão de que uma inadimplên-

cia de dez por cento anularia a situação patrimonial do Banco da Amazônia.

Assim, é imperativo o aumento de capital do Banco da Amazônia, através do aporte de recursos do Governo Federal, acionista majoritário do Banco. Ressalte-se que a providência, ou seja, a decisão política aqui pleiteada em favor do BASA já ocorreu com o Banco do Nordeste em outubro de 1996.

É determinação da Lei nº 7.827, que regula o art. 159 da Constituição, que se dê tratamento preferencial às atividades produtivas de pequenos produtores rurais e pequenos empresários. E esse preceito vem sendo atendido à risca, pois nada menos de 96% das operações com recursos do FNO atendem a essa clientela.

Considerando-se que, apesar dos poucos recursos, o Banco da Amazônia tem-se constituído quase que no único canal de fomento ao desenvolvimento das atividades, principalmente de pequenos agricultores e pequenos empresários, é que apelamos à sensibilidade de nossas autoridades monetárias, em especial ao Sr. Ministro da Fazenda, Pedro Malan, no sentido de determinar, o mais urgente possível, as providências para o aumento do capital social do Banco da Amazônia S/A, em reconhecimento aos amazônidas de nascimento e por adoção que, mesmo enfrentando toda sorte de dificuldades, têm contribuído decisivamente para a integração da última fronteira agrícola ao País.

É urgente, repito, uma decisão política que autorize medidas técnicas visando ao aporte de recursos da ordem de R\$150 milhões para capitalização do Basa, dando condições para que o Banco se credencie para captar recursos junto a diversos setores e assim prosseguir seu trabalho de agente financeiro histórico da Amazônia.

Dessa forma, reitero meu apelo no sentido de que o povo da Amazônia possa, cada vez mais, encontrar no Basa o esteio de seu desenvolvimento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. José Bianco, o Sr. Ronaldo Cunha Lima, 1º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Joel de Hollanda, Suplente de Secretário.

O Sr. Lúcio Alcântara - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Joel de Hollanda) – Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Senador Lúcio Alcântara.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PSDB-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, no dia 12 de maio, data do nascimento da inglesa Florence Nightingale, considerada a criadora da enfermagem moderna, comemora-se, em um grande número de países; o Dia Mundial do Enfermeiro, ocasião para se refletir sobre um tema definido pelo Conselho internacional de Enfermeiros que, neste ano de 1997, é "juventude sã futuro mais claro".

Médico que sou, conheço de perto o devotamento e reconhecimento a importância do trabalho dos enfermeiros na prestação dos serviços de assistência à saúde. Não poderia, portanto, deixar de ocupar a tribuna desta Casa para assinalar a passagem dessa data tão significativa e render minhas sinceras homenagens a esses profissionais dedicados, que, dia e noite, socorrem os seus semelhantes, cuidam deles e minimizam os seus sofrimentos.

No Brasil, a importância dada a essa celebração é maior do que em outros países, pois o Presidente Juscelino Kubitschek instituiu, em 1960, a Semana Brasileira de Enfermagem, que é comemorada entre 12 e 20 de maio.

Por essa razão, nessa semana, os profissionais da enfermagem estarão reunidos em seus órgãos de classe para debater principalmente a questão da necessidade da exigência de qualificação profissional dos trabalhadores da área de saúde, e para fazer essas interrogações tão justificadas e relevantes para o País: "Trabalhadores de saúde sem qualificação. Por quê? Até quando?".

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, a enfermagem, uma atividade de inestimável valor para a humanidade, começou a dar seus primeiros passos como profissão, no País, em 1922, e os enfermeiros brasileiros têm como patrona a renomada Ana Justina Ferreira Néri.

Tal qual Florence Nightingale, que prestou serviços às tropas inglesas na Guerra da Criméia, Ana Néri se devotou aos nossos soldados feridos durante a Guerra do Paraguai, tendo sido chamada de "mãe dos brasileiros", por sua dedicação aos que lutaram pela Pátria nos campos de Corrientes, Humaitá e Assunção.

Como homenagem à memória dessa incansável baiana, pioneira da enfermagem nacional, seu nome foi dado à primeira Escola de Enfermagem oficializada pelo Governo Federal em nosso País, em 1923.

Ao longo das últimas sete décadas, muitas profissionais se destacaram na luta pela organização e pela conquista de uma legislação adequada para a profissão no País, e nomes como os de Edity Fraenkel, Raquel Haddock Lobo, Isaura Barbosa Lima, Glete de Alcântara, Waleska da Paixão, Heydei Juanaís Damnado fazem parte dessa longa história.

Hoje a enfermagem brasileira é um grupo organizado institucionalmente. Possui Conselho Federal, Conselhos Regionais, associações e sindicatos. Existem cursos profissionalizantes de nível superior, com licenciatura, mestrado e doutorado, de nível médio, para a formação de auxiliar ou técnicos de enfermagem, e o exercício da profissão já é devidamente regulamentado.

De maneira lenta, mas firme, cresce, em todo o País, a valorização dos profissionais da área na formação das equipes de saúde, e hoje o enfermeiro tem um papel destacado, não só por sua atuação na assistência hospitalar, onde se sobressai no campo do controle de infecções, mas também na área da Saúde Pública.

Sua ação destaca-se, também, no campo da medicina preventiva e no do desenvolvimento do modelo de saúde coletiva, conceito mais integralizado, que engloba a assistência e a prevenção de doenças.

Prova inequívoca da presença cada vez mais marcante dessa categoria profissional no País é a existência, atualmente, de cerca de sessenta e seis mil oitocentos enfermeiros, nível de escolaridade superior, cadastrados no Conselho Nacional de Enfermagem.

Os chamados "anjos brancos" exercem, sem dúvida, uma atividade básica e de grande responsabilidade na prestação dos serviços de saúde, tanto públicos quanto particulares, trabalhando nos mais diversos escalões da assistência à saúde no País.

Seus principais órgãos de classe, o Conselho Federal de Enfermagem e a Associação Brasileira de Enfermagem, tem sido muito atuantes nos últimos anos, lutando bravamente pela valorização do trabalho da categoria em todo o território nacional.

E a luta ainda não terminou.

Por essa razão, Senhoras e Senhores Senadores, nesta ocasião, eu não poderia deixar de citar aqui algumas questões que obrigam os profissionais da área a travarem uma batalha constante para conquistarem avanços não só no campo político, mas também nos âmbitos social, cultural e científico.

Dentre os maiores problemas enfrentados pelos profissionais da enfermagem destacam-se os salários baixos, defasados e sem referencia de salário-base, a falta de atualização das leis que regulam o exercício profissional; o número de profissionais a quem das necessidades do País; a exploração dos trabalhadores de enfermagem devido à ausência de uma carga horária definida; a execução de tarefas específicas da área desses profissionais por pessoal menos qualificado, entre outros.

A categoria se ressentida de uma política de saúde que privilegie verdadeiramente a enfermagem, inclusive na formação e na absorção de recursos humanos capacitados, e que permita aos nossos indicadores da relação de trabalho serem compatíveis com os indicadores definidos internacionalmente pela Organização Mundial de Saúde, que são de três enfermeiros para um médico e de três vírgula cinco auxiliares de enfermagem para um enfermeiro.

Em escala continental, o nível de exigência é um pouco mais amplo. Segundo o documento elaborado em 1972, durante a III Reunião Especial de Ministros da Saúde das Américas, ficou estabelecida a proporção de quatro vírgula cinco enfermeiros e de quatorze vírgula cinco auxiliares de enfermagem para cada dez mil habitantes, o que daria um enfermeiro para cada dois mil duzentos e vinte e dois habitantes, nos países da região.

No Brasil, infelizmente, essa proporção é muito maior, revelando uma carência de pessoal devidamente capacitado que tem conseqüências negativas diretas na prestação dos serviços de saúde à população, principalmente nas regiões mais carentes, onde a presença de enfermeiros seria extremamente importante.

Com exceção da Região Sudeste, onde existe um enfermeiro para cada dois mil e vinte e nove habitantes, no restante do território nacional, a proporção entre o número de enfermeiros e de habitantes varia entre um para cada dois mil oitocentos e oitenta e seis e um para cada três mil novecentos e cinco habitantes, enquanto a relação existente entre o número de médicos e a população é de um médico para cada oitocentos habitantes.

Senhoras e Senhores Senadores, atualmente, a grande luta desenvolvida pelas entidades de classe é a da definição da carga horária de trinta horas para os enfermeiros.

Como bem sabemos, o Projeto de Lei que estabelecia essa carga horária de trinta horas foi aprovado pelo Senado Federal e pela Câmara dos Depu-

tados, mas foi vetado pelo Presidente da República em dezembro de 1995.

Nenhum de nós ignora o quanto são grandes as dificuldades de todos os que atuam profissionalmente, em nosso País na área de saúde, em geral, e na de enfermagem, em particular.

Além do desgaste físico e emocional de conviver, diariamente, com a dor dos que padecem, esses profissionais, principalmente os que atuam na rede pública de saúde, sentem na pele o quanto é difícil trabalhar em hospitais superlotados, sucateados, desaparelhados, sem medicamentos, com deficiência de pessoal, enfim, sem condições mínimas de dar um atendimento digno e adequado ao imenso contingente de brasileiros que para lá se dirige em busca de solução para seus males.

Por essa razão, por ocasião dessa data tão significativa, que é o Dia do Enfermeiro, quero prestar minhas justas homenagens a esses profissionais tão devotados que, juntamente com os médicos, enfrentam tantas dificuldades para cumprir sua missão de minorar os sofrimentos e melhorar as condições de saúde do povo brasileiro.

Era o que tinha a dizer, Senhor Presidente.

Muito obrigado!

O SR. ADEMIR ANDRADE - Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Joel de Hollanda) - Concedo a palavra ao nobre Senador Ademir Andrade para uma comunicação inadiável, pelo prazo de cinco minutos, nos termos do art. 14, inciso VII, do Regimento Interno.

O SR. ADEMIR ANDRADE (Bloco PSB-PA. Para uma comunicação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu gostaria de dizer da minha indignação em nome do meu Partido, o Partido Socialista Brasileiro, diante dos fatos denunciados hoje, a todo País, pelo jornal **Folha de S.Paulo**.

Quero congratular-me com a **Folha de S.Paulo** pela sua coragem e ousadia em tornar público um fato de tamanha gravidade, quando afirma à Nação inteira que tem gravações que comprovam que Deputados Federais votaram a emenda da reeleição, solicitada pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, em troca de R\$200 mil, recursos esses pagos pelo Governador do Estado do Amazonas, Amazonino Mendes, em acerto com o Governador do Estado do Acre, Orleir Cameli.

É uma tristeza, Sr. Presidente, observarmos esse tipo de crime. Se governadores são capazes de comprar Parlamentares para votar a emenda da reeleição, imagine o que esses governadores não farão para se reelegerem governadores no exercício do próprio cargo?

Nunca vi uma emenda tão absurda quanto a da reeleição. O Presidente da República não se preocupou de recomendar a seus aliados, de recomendar a sua base política, um determinado cuidado com a emenda. É inadmissível que o cidadão no exercício do cargo Executivo – presidente, governador e prefeito – tenha direito a se reeleger em pleno exercício do cargo, conforme a emenda que está tramitando nesta Casa. E o próprio Presidente da República ou um governador de Estado qualquer, que queira ser candidato a senador, tenha que deixar o cargo. Ou a mulher do Presidente da República, se ele desejar que seja candidata a senadora, tem que abandonar o cargo para que ela tenha direito a ser candidata a senadora. Por quê? Porque a desincompatibilização pressupõe a utilização da máquina. É para que o governante não utilize a máquina em benefício próprio no propósito de sua reeleição.

Agora chamo a atenção, mais uma vez: se esses governadores foram capazes de doar R\$200 mil a cada deputado federal que votou a emenda da reeleição, imaginem do que não serão capazes de fazer por sua própria reeleição. De forma que entendendo que o Senado tem muita razão em trabalhar essa questão com o devido cuidado.

Para encerrar, Sr. Presidente, espero que os grandes canais de televisão deste País, que foram ávidos em denunciar as corrupções e transmitir nos noticiários as gravações das corrupções, como ocorreu nos casos de futebol, como aconteceu no caso dos parlamentares que receberam propina de donos de bingos, como tantos outros casos escandalosos em que a televisão foi pródiga em transmitir, datilografada, a conversa telefônica dessas pessoas.

Espero, hoje, que as televisões do meu País tenham coragem de transmitir nos seus noticiários a conversa entre os deputados que receberam dinheiro para votar a emenda da reeleição, porque, como a emenda da reeleição interessa ao Sr. Presidente Fernando Henrique Cardoso, é possível que os grandes canais de televisão se omitam dessa denúncia.

Estou aqui neste Senado, em nome do meu Partido, a pedir que essa denúncia seja transmitida da mesma forma como foram todas as outras em

que ocorreram corrupção entre parlamentares, juizes de futebol, donos de bingo, etc.

Era essa a comunicação, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Joel de Hollanda) – Com a palavra o nobre Senador Mauro Miranda, por cessão do Senador Francelino Pereira.

O SR. MAURO MIRANDA (PMDB-GO. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, creio que não vou contrariar a opinião da maioria deste Senado, se disser que o Presidente Fernando Henrique Cardoso está perdendo um momento de ouro para consagrar o seu nome como um dos maiores presidentes da história desse País. Desde Juscelino Kubitschek, nenhum outro Presidente viveu condições tão favoráveis. Ele domou o monstro da inflação, o grande desafio que os outros tentaram e todos fracassaram. Sociólogo com profundos conhecimentos da alma do povo, o Presidente sabe, porém, que o prestígio que alcançou não é infinito e nem será eterno, se a vitória sobre a inflação não for completada com uma grande obra de desenvolvimento econômico e social.

O fato incontestável é que ele dirige um país que tem fome de empregos, que sofre com as desigualdades sociais, e que ainda é um grande território onde as diferenças regionais continuam impedindo que nele se instale um verdadeiro espírito federativo. E é esta Nação, com esses problemas, que cabe a Sua Excelência governar. Governar com a responsabilidade de impedir que a Esplanada dos Ministérios seja apenas a câmara de ressonância dos interesses da Avenida Paulista. Porque o povo brasileiro está no eldorado capitalista de São Paulo, mas está também nos guetos do entorno de Brasília, nos confins de Goiás, nas comunidades ribeirinhas da Amazônia, nas favelas das metrópoles ou nos lugares miseráveis do Nordeste.

Com todo o capital de prestígio e de apoio político de que desfruta, o Presidente tem o dever de fazer com que este País fale e se comunique entre si. É imperioso suprimir esse grande contraste entre a riqueza concentrada dos ricos e a pobreza democratizada dos pobres. Continuo achando que só há um jeito de operar esse projeto, que não é um sonho. Basta que o Presidente recicle os seus poderes de intuição política e deixe para trás os ranços da tecnocracia, que não vê o povo na sua capacidade de reproduzir investimentos feitos em seu favor. É imperioso restabelecer neste País pelo menos um pouco daquela mentalidade que impregnou a vocação

visionária de Juscelino Kubitschek. É preciso revogar as leis mesquinhas do imobilismo, restabelecer os sonhos do desenvolvimento, e entender que não podemos bloquear o futuro, porque falta grandeza no presente. Antes de ser Presidente, Fernando Henrique Cardoso foi um Ministro da Fazenda que teve sensibilidade política para entender o momento dramático que atravessávamos, e liderou corajosamente o processo de controle da inflação. Sua Excelência agiu com a intuição do político e acrescentou novos princípios ao seu currículo de homem público atualizado com as nossas realidades. É essa fase exemplar de seu perfil que Sua Excelência está obrigado a ressuscitar, na liderança de um Governo em que é o chefe com absoluta plenitude de poderes.

O Brasil tem uma fábula de R\$200 bilhões investidos em infra-estrutura de transportes, incluindo portos, aeroportos, rodovias, ferrovias e hidrovias. Há muito tempo que esse imenso patrimônio se estabilizou, por falta de novos investimentos. Há nove anos perdemos, com a nova Constituição, o fundo institucional que garantia, pelo menos, a conservação dos diversos segmentos intermodais de transportes. Por outro lado, fronteira agrícola, sobretudo no Centro-Oeste, passa por grandes índices de crescimento. O Estado de Goiás passou a ocupar o oitavo lugar no conjunto das economias regionais, mas os corredores de exportação ficaram obsoletos para garantir o fluxo de transportes para as novas demandas. As projeções mais realistas indicam que chegaremos ao 6º lugar dentro dos próximos dez anos. Mas, infelizmente, pouco ou nada está acontecendo para garantir o escoamento de nossa produção para os grandes centros nacionais de consumo e para a exportação.

Nesse sentido, quero ressaltar que o Geipot concluiu recentemente um estudo que coloca em discussão a eficiência da atual matriz de transportes. Foram analisados, no seu conjunto, os problemas físicos e operacionais de 63 mil quilômetros de rodovias, 27 mil quilômetros de ferrovias, 7 mil quilômetros de hidrovias e 17 terminais portuários marítimos, além dos poucos portos hidroviários existentes no País. O trabalho busca sugerir um sistema de gerenciamento mais eficiente para o transporte multimodal de cargas agrícolas, com perspectiva para o ano 2000. Com base no movimento de cargas registrado em 1995, a conclusão é de que 81% dos 58 milhões de toneladas transportadas se concentraram nas rodovias. A utilização das malhas ferroviárias não passou de 16%. É uma demonstração mais do que cabal de que em custos e em eficiência esta-

mos navegando na contramão, adotando um modelo que inverte todas as regras do bom senso.

Não é e nunca foi minha intenção deixar de reconhecer a importância da rodovia como instrumento de integração nacional. Foram os grandes eixos rodoviários implantados no governo Kubitschek que integraram o Centro-Oeste e reduziram a hegemonia do Centro-Sul. O problema é que o Brasil de 30, 40 anos atrás ainda não precisava de grandes investimentos em ferrovias, porque não havia um nível de produção que justificasse esses custos elevados. Mas, passadas essas poucas décadas, o que seria antieconômico passou a ser uma grande necessidade para o processo de desenvolvimento. E o mais grave é que avançamos muito pouco na expansão dos trilhos, enquanto o que já existia de rodovia ficou praticamente abandonado nos últimos anos. No que dependeu do Governo Federal, a marcha para o Oeste, iniciada por Getúlio Vargas e dinamizada por Juscelino Kubitschek, praticamente empacou. Com o uso continuado das rodovias, o predomínio das cargas pesadas nos períodos de safra, a falta de balanças, a precariedade da fiscalização e a falta de investimentos em conservação, a malha rodoviária ficou arrasada. Com isso, multiplicaram-se os acidentes, as empresas transportadoras acumularam enormes prejuízos com os estragos no material rodante, e as tarifas ficaram mais caras, elevando os preços das mercadorias e reduzindo a competitividade.

Nos seus estudos técnicos para adequação da infra-estrutura e racionalização do transporte de grãos agrícolas, nos sete corredores de exportação, o Geipot propõe um modelo multimodal que provocaria mudanças radicais na atual matriz de transportes, onde a rodovia passaria a transportar 41% das cargas, e a ferrovia 56%. O custo operacional médio cairia de 23 para 16 milésimos de dólar por tonelada/quilômetro. Para o ano 2000, se for adotado o modelo proposto, os custos de transporte poderão ser ainda mais reduzidos, chegando a 14 milésimos de dólar, num sistema em que a ferrovia alcançaria a marca de 56%, e a rodovia 36%.

Considero que o Geipot chega a ser modesto na proposta de ajustamento da matriz de transportes. A malha viária seria a mesma de hoje, com os melhoramentos cuja necessidade é de amplo domínio público. No corredor Centro-Leste, que é o que mais interessa à minha região, o órgão do Ministério dos Transportes recomenda a correção da travessia ferroviária de Belo Horizonte e das disfunções da Serra do Tigre. Outros projetos seriam a consolida-

ção do trecho Estreito-Imperatriz, na ferrovia Norte-Sul, a implantação do terminal de granéis no porto de Sepetiba, além de outras obras na Ferronorte, na Ferroeste e nas hidrovias do Madeira e de São Simão. Nesse programa, que também contempla o corredor de Santos, os investimentos estimados seriam de US\$4,53 bilhões. Os recursos apurados com a venda da Vale do Rio Doce seriam suficientes para transformar a paisagem da infra-estrutura brasileira e alavancar o nosso desenvolvimento.

Pessoalmente, eu incluiria como prioridades adicionais a duplicação da rodovia que liga Goiânia a São Paulo e a construção de todo o projeto da ferrovia Norte-Sul, que está completando dez anos neste mês de maio. Cabe ao Presidente liderar a quebra dos preconceitos que ainda alimentam o projeto de construção dessa ferrovia, fundamental para reduzir os custos de exportação do Nordeste, do Norte e do Centro-Oeste para a Europa e os mercados asiáticos. Sobre isso, eu gostaria de lembrar um episódio lamentável que ocorreu recentemente em Florianópolis, num encontro nacional entre secretários estaduais de transportes. Ao defender o projeto, o Ministro Alcides Saldanha recebeu uma saraivada de críticas. Segundo o relato da imprensa, foi este o seu desabafo: "Assim não dá! Enquanto vocês do Sul acharem que o Norte e o Nordeste são concorrentes, levaremos mais tempo para nos tornarmos menos pobres."

E é com as palavras do Ministro que encerro este meu pronunciamento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ROMEU TUMA - Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Joel de Hollanda) – Concedo a palavra ao nobre Senador Romeu Tuma, para uma comunicação inadiável, por cinco minutos, nos termos do art. 14, inciso VII, do Regimento Interno.

O SR. ROMEU TUMA (PSL- SP. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, agradeço a V. Ex^a.

Senador Mauro Miranda, quero cumprimentá-lo pela citação de autoria do Ministro dos Transportes. Li a matéria, mas não quis pedir o aparte para não interromper o oportuno discurso de V. Ex^a.

Não podemos deixar de investir nas ferrovias com urgência, se quisermos que o transporte de cargas pare de encarecer dia a dia, trazendo um ônus muito grande para os produtores.

Eu não poderia deixar de cumprimentá-lo e ao Ministro dos Transportes, que, apesar de interino, tem realizado um grande trabalho.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna para informar que no último dia 10 de maio acompanhei o vice-Presidente da República, Marco Maciel, a uma visita ao Comando Sudeste do Exército de São Paulo. Lá, foi-nos apresentada a maquete da proposta de construção do Colégio Militar, que será realizada em parceria com a Prefeitura de São Paulo, que atenderá a um antigo anseio da sociedade paulista.

O Ministério do Exército e a Prefeitura assinaram parceria para implantação do Colégio Militar, de acordo com a Lei Municipal nº 11.936, de 23 de novembro de 1995.

Houve algumas contrariedades na Câmara de Vereadores, mas, felizmente, hoje já se caminha para uma solução.

Há no Brasil 12 Colégios Militares assim distribuídos: Manaus, Fortaleza, Recife, Belo Horizonte, Juiz de Fora, Brasília, Campo Grande, Curitiba, Porto Alegre e Santa Maria. São educandários de alta qualidade, pontos de referência em suas cidades e, sobretudo, constituem-se em escolas de civismo e de amor à Pátria.

Os Colégios Militares destinam-se a alunos, de ambos os sexos, da 5ª série do I grau à 3ª série do II grau. E o ingresso se dá por concurso de seleção.

A média encontrada nos 12 Colégios Militares é a seguinte: 80% dos alunos e alunas são dependentes de civis; 20% são filhos de militares; e apenas 1,2% dos que concluem anualmente seus cursos escolhem prosseguir na carreira das Armas (Marinha, Exército e Aeronáutica).

O Colégio Militar de São Paulo será construído em uma das áreas mais nobres de que dispõe o Exército no município. São 120 mil metros quadrados situados no bairro do Paraíso, próximo à Avenida Paulista, entre as Ruas Manoel da Nóbrega, Abílio Soares e Tutóia.

Terá capacidade para 1.800 alunos por turno. Para viabilizar a sua construção, o Comando Militar do Sudeste, em consonância com as diretrizes do Ministro do Exército, objetivando a racionalização da Força Terrestre, realizou um grande esforço de modernização de suas estruturas organizacionais, transferindo as sedes do Comando da 2ª Divisão de Exército para o Quartel General do Comando Militar do Sudeste, do 11º Esquadrão de Cavalaria Mecaniza-

da para Pirassununga-SP e do 2º Batalhão de Polícia do Exército para Barueri, para abrir o espaço para a Construção do CMSP, demolindo noventa benfeitorias existentes na área.

A construção do CMSP irá beneficiar tanto a família militar aqui residente quanto os jovens da sociedade paulistana, dentro da pujança e estatura da Cidade de São Paulo.

Trata-se de um colégio de elite, por cuja viabilização passo aqui a torcer que se realize no mais curto tempo possível com o apoio da Prefeitura de São Paulo e com as verbas orçamentárias que o Governo Federal poderá determinar. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Joel de Hollanda) – A Presidência concede a palavra ao nobre Senador Leomar Quintanilha, por cessão do Senador Lúcio Alcântara.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PPB-TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do Orador) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, participamos, na última sexta-feira, dia 09, na cidade de Araguaína, de um seminário que tratou de discutir a realidade das Zonas de Processamento de Exportação – ZPEs – do Brasil.

O evento contou com a presença de diversas autoridades, dentre elas o Governador do Estado, Siqueira Campos, alguns Parlamentares, o Secretário Executivo do Conselho de Zona de Processamento de Exportação, Dr. Elson Braga, e mais alguns técnicos que permitiram à sociedade araguanense, e particularmente aos segmentos organizados da indústria daquele próspero Município e de outras regiões do Estado, ter conhecimento de algumas informações a respeito da situação atual da ZPE de Araguaína e, em linhas gerais, de como andam as tratativas para a implantação definitiva das zonas de processamento de exportação em diversos estados brasileiros.

Convém registrar, Sr. Presidente, que essas zonas de processamento de exportação, autorizadas pelo Decreto-Lei nº 2.452, de 29 de julho de 1988, ainda continuam capengando, ainda caminham a passos curtos, com imensas dificuldades e não contando definitivamente, com a manifestação mais clara, mais efetiva, do Governo brasileiro sobre o cumprimento das suas finalidades.

Aliás, é de se louvar, nobre Presidente Joel de Hollanda, o projeto de autoria de V. Exª, já colocado à apreciação desta Casa, que objetiva aprimorar a legislação existente sobre as zonas de processa-

mento de exportação e, quem sabe, permitir que instrumentos importantes consigam sair desse estágio embrionário e possam cumprir a sua finalidade, qual seja a de contribuir de forma eficaz para alavancar a economia em suas respectivas Regiões e melhorar a participação do Brasil no mercado internacional, já que entendemos ser muito tímida ainda a nossa participação nas exportações.

As exportações brasileiras são ainda pequenas em relação ao potencial enorme que este País possui. Então, foi importante esse seminário que aconteceu em Araguaína, porque o Tocantins é um Estado que, a exemplo de muitos estados da Federação, vem se esforçando para organizar a sua economia, e vemos, no mercado internacional, uma oportunidade extraordinária para que possamos, pelo sistema de **joint-venture**, pelo sistema de parceria, incrementar a exportação de produtos que podemos ter no nosso estado e em outros estados brasileiros.

De forma que é importante, Sr. Presidente, que nós, aqui no Senado possamos nos debruçar rapidamente sobre a propositura de V. Exª e possamos também, de forma conjunta, cobrar do Governo Federal uma posição mais clara, mais efetiva. O próprio Governo, por um lado, se tem necessidade e se interessa em incrementar a exportação brasileira, estimular a produção industrial com vistas ao mercado internacional, por que não se utiliza desse instrumento favorável, que vem facilitar um pouco a possibilidade das exportações, que são as zonas de processamento e de exportação?

Por isso chamo a atenção da Casa e espero que possamos alertar também o Governo para que, de uma vez por todas, assuma definitivamente a consolidação das ZPEs, basicamente no que diz respeito à divulgação de suas facilidades, das facilidades que a zona de processamento e de exportação pode trazer às empresas que a esses benefícios se propuserem. Essas empresas poderão usufruir de vantagens que lhe permitirão incrementar essa fatia de exportação do Brasil, que consideramos pequena atualmente.

Portanto, Sr. Presidente, fica registrada a nossa satisfação em ver o esforço do Tocantins. Na ZPE de Araguaína, apesar de não estar em condições plenas de funcionamento, o Estado mostrou sua cara, mostrou sua disposição na construção civil, a parte que basicamente lhe cabia, não obstante os enormes problemas enfrentados com desemprego e com mortalidade infantil atualmente. O Governo vê na zona de processamento de exportação uma oportu-

tunidade de estimular a economia do Estado e combater as mais diversas formas de injustiça que temos ali.

Espero, pois, a criação de outras zonas de processamento de exportação como a de Araguaína, que já está em estágio avançado, sendo a primeira na colocação brasileira em termos de instalação física, embora ainda não tenhamos projetos concluídos e aprovados pelo CZPE – Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportações; no entanto, naquela cidade há um projeto na área de alimentação em estudo.

Também há dois projetos aprovados em Imbituba, embora sua zona de processamento de exportação não tenha as instalações físicas concluídas.

Em Araguaína, as instalações físicas estão prontas; estamos concluindo o alfandegamento, mas ainda nos falta o ajustamento com os empresários, para que possamos aprovar projetos e, finalmente, colocar esse extraordinário instrumento de fomento ao nosso processo de industrialização e de exportação.

Espero que o Governo, principalmente no que diz respeito à informação no mercado externo, das suas vantagens -, investidores externos e capitais internos venham a fazer **joint-ventures** ou investimentos na zona de processamento de exportação no nosso País, para que possamos atender aos interesses não só dos investidores, mas basicamente do povo brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Joel de Holanda) – Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Sebastião Rocha.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA (Bloco-AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Senado da República aprovou na tarde de hoje um requerimento de autoria do Senador Pedro Simon que respalda as posições do governo brasileiro no tratamento com o NAFTA a respeito da constituição da Área de Livre Comércio das Américas. Inclusive, está acontecendo o Encontro das Américas em Belo Horizonte, e a imprensa tem dado muita ênfase às posições divergentes, principalmente do Brasil, liderando as propostas do Mercosul, e dos Estados Unidos, comandando o bloco do NAFTA. É claro que essas divergências, essas diferenças de posições devem ser realmente adotadas pelo governo brasileiro, que, no nosso entendimento, está no caminho correto ao de-

fender como posições do Mercosul quatro tópicos que considero fundamentais: primeiro, que o fortalecimento do Mercosul seja um requisito anterior à implementação da Área de Livre Comércio das Américas, e este é o desejo de todos os países do Mercosul, que estão nessa fase de negociação.

Segundo, que a negociação com o NAFTA se dê em bloco, quer dizer, que todos os países do Mercosul negociem uma mesma proposta e adotem uma mesma estratégia, diferente daquilo que pretendem os Estados Unidos, que é negociar individualmente com cada um dos integrantes do Mercosul, enfraquecendo, portanto, as posições de cada país membro; e, terceiro, que a implantação seja progressiva.

Não há por que essa pressa intempestiva dos Estados Unidos em implementar, já em 1998, a Área de Livre Comércio das Américas, haja vista que isso determinaria o enfraquecimento dos países membros do Mercosul, que ainda não teriam, em termos econômicos, uma posição internamente consolidada dentro desse mercado ainda emergente.

Embora tenhamos sérias restrições a esse programa neoliberal do Governo e a esse enfoque da globalização, esta é inevitável. Então, compete ao Governo brasileiro – como está fazendo, de fato – adiar a implantação dessa Área de Livre Comércio das Américas para 2005, ou mesmo 2010, como já defendem economistas brasileiros que estão atentos a essa questão.

Por último, a remoção das restrições, debatidas hoje em Plenário, por considerar impossível aceitar-se que a tonelada do suco de laranja seja sobretaxada em US\$500 por tonelada para ingressar nos Estados Unidos da América. Há também restrições à soja, ao aço, a calçados etc., as quais consideramos incabíveis.

Quero deixar aqui registrado o meu descontentamento com o fato de que os Estados Unidos da América e o México tenham rejeitado a participação de representantes das entidades sindicais brasileiras como a CUT, a CGT e outras, embora o Ministro das Relações Exteriores no Brasil, Sr. Luiz Felipe Lampreia, tenha concordado com a participação dos trabalhadores brasileiros sem direito a voto, sem direito a voz, simplesmente como observadores.

Os Estados Unidos vetaram essa participação e isso tem que ser contestado por nós, face ao entendimento governamental de que a política social tem que ser enfocada também no relacionamento entre os países, na constituição desses blocos econômicos. Não se pode simplesmente fixar-se na

abordagem de assuntos de natureza econômica; mas a área social, por meio da participação efetiva dos trabalhadores, deve ter auscultados seus anseios e suas reivindicações. No entanto, houve esse veto que estamos hoje a condenar.

Há também a rejeição da participação de Cuba. Entendemos que esse processo de globalização e de modernização não pode mais adotar medidas extremas, como a de impedir a participação neste bloco de determinado país, apenas porque adota um sistema de governo diferente do da maioria. Registro aqui a minha repulsa a esse veto, no sentido de que Cuba não participe das articulações da constituição da Área de Livre Comércio das Américas.

Queria também homenagear a Senadora Júnia Marise que, em nome do Senado, está participando do encontro em Belo Horizonte e ontem, num fórum paralelo, fez uma palestra sobre a defesa de políticas públicas para as mulheres no Brasil e nas Américas.

Outro tema que pretendo abordar, Sr. Presidente, é esse escândalo que a **Folha de S.Paulo** publicou no dia de hoje. Claro que a reeleição, para todos nós no Brasil, é uma novidade e, como tal, deveria gerar polêmicas, unir opositores de um lado e defensores de outro, cada um com as suas teses, cada um com suas argumentações.

É claro que o desejo do Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, de prolongar seu mandato, de ter direito a se submeter novamente ao pleito logo após o término de seu primeiro mandato também é aceitável, embora nós, da Oposição, não concordemos nem apoiemos essa vontade pessoal do Presidente de permanecer por um tempo além daquele previsto nas normas constitucionais vigentes no País. Entendemos isso como um casuísmo, mas ainda assim aceitável, ou seja, o Presidente encaminhou a proposta ao órgão competente para julgá-la.

Embora sempre tenhamos defendido o plebiscito, agora, diante da sua impossibilidade, estamos defendendo o **referendum**, mas, mesmo assim, aceita-se que o Presidente e o Congresso façam tramitar a proposta da emenda constitucional. É compreensível e perfeitamente administrável também que governadores e prefeitos, que pleiteiam um novo mandato, façam as suas gestões junto a sua bancada. No entanto, se a denúncia da **Folha de S.Paulo**, que sustenta a evidência da compra de votos por governadores que desejam ser reconduzidos a um segundo mandato, e se for comprovada, deverá ser abominada, rechaçada por todos nós, porque envergonha o Congresso Nacional.

E o que se espera do Presidente da Câmara dos Deputados é uma apuração rápida, definitiva e determinante dessas denúncias, sob pena de prejudicar e comprometer ainda mais a imagem tão desgastada do Congresso Nacional, conforme referência de pesquisas que demonstram esse fato. Isso realmente deprecia o Congresso Nacional, sobremaneira a Câmara dos Deputados, onde o suposto episódio teria acontecido.

Parece-nos muito fácil investigar esse caso por meio da quebra de sigilo bancário, porque, segundo a reportagem da **Folha**, o Deputado teria mencionado os bancos em que o dinheiro teria sido depositado, bem como a forma como teria sido feito o pagamento. Entendo que a apuração deve ser sumária, não tendenciosa, apenas para prejudicar, punir ou cassar um deputado sem provas, mas em busca dessas provas.

O PDT já lidera, na Câmara dos Deputados, um bloco que colhe assinaturas para a instalação de uma CPI naquela Casa. Esperamos que todos os parlamentares da Câmara dos Deputados possam assinar o requerimento, a fim de que se instale uma CPI que definitivamente possa esclarecer a opinião pública brasileira se de fato houve ou não o comprometimento desses parlamentares.

E a grande imprensa, como bem colocou antes de mim o Senador Ademir Andrade, deve examinar profundamente as denúncias. Sempre coloco, quando são debatidas aqui questões do Congresso Nacional, que a imprensa é um fiscal ativo e importante do processo de democratização no Brasil e que jamais pode ser desprezada sua contribuição ao aperfeiçoamento das instituições nacionais.

Infelizmente, quando se trata de assunto estadual, quando as denúncias se restringem a determinado Estado da federação, a imprensa nacional a ele não dedica tanta atenção quanto à dedicada a temas que envolvam o Congresso Nacional. Por exemplo, quanto a salários de deputados estaduais e de vereadores, é difícil a imprensa nacional verificar denúncias de que deputados estaduais de vários Estados e vereadores de vários Municípios recebem três, quatro vezes mais do que nós, Congressistas. Essas denúncias nunca são apuradas.

Nós fazemos as leis. Existe uma emenda constitucional que impede que Deputado Estadual e Vereador recebam mais do que Presidente da República, do que Deputados e Senadores. Isso não é cumprido e nem é fiscalizado, porque a imprensa local não fiscaliza e nem a imprensa nacional, talvez por

não deter os mecanismos necessários, os instrumentos para chegar aos pequenos Municípios ou até aos maiores, ou por falta de interesse, ou por entender que essa é uma questão secundária. O certo é que a imprensa nacional nada faz quando se trata de denúncias sobre os Estados, e digo isso porque também estão em foco os Governadores, sob a acusação de que teriam destinado dinheiro para os Deputados em troca do voto pela reeleição.

Isso macula seriamente todo o processo de reeleição do Congresso Nacional. Isso joga por terra toda e qualquer credibilidade que pudesse haver em torno desse processo de tramitação da Emenda da Reeleição. E foi colocado, inclusive pelo Senador Elcio Alvares, que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania posicionou-se contrariamente ao requerimento de sobrestamento da tramitação da Emenda da Reeleição nesta Casa.

Penso que nós, Senadores, temos que refletir muito bem. Até coloco em dúvida se a votação na Câmara dos Deputados teria validade, se for confirmada a compra dos votos dos Deputados. Será isso possível? Dentro de um Congresso Nacional, constatada, eventualmente, a compra de votos para aprovar determinada matéria, será que essa matéria não perde a sua validade? Será que essa matéria não caminha para a nulidade?

Esperamos uma posição contundente do Presidente da Câmara dos Deputados e que todos os Parlamentares dessa Casa possam assinar esse requerimento de CPI, para esclarecer esse episódio o mais rápido possível, em nome da imagem do Congresso Nacional e do respeito às instituições brasileiras e da própria democracia.

Para finalizar, Sr. Presidente, quero apenas registrar que o Município de Santana, no Amapá, onde resido, está implantando também o orçamento participativo. Essa prática de administrar o dinheiro público de forma democrática, além de permitir que o cidadão decida sobre os destinos das verbas públicas, faz com que cada um possa ali exercitar ainda mais a cidadania e se transformar em verdadeiro cidadão, participando, tomando conhecimento da arrecadação do Município e do destino dessas verbas.

Também, Sr. Presidente, a Prefeitura de Santana, cujo Prefeito, Dr. Tadeu, é apoiado por nós, está implantando o programa Saúde da Família, com o nosso apoio. Inclusive, há um convênio que está sendo estabelecido com Cuba, no sentido de que profissionais da saúde desse país possam trabalhar na organização do sistema de saúde, na mu-

nicipalização e na implantação desse importante programa Saúde da Família ou Médico da Família, como já está implantado em alguns Municípios.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Joel de Hollanda) – Os Srs. Senadores Joel de Hollanda, Francelino Pereira, Odacir Soares, Artur da Távola, Benedita da Silva e Romeu Tuma enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. JOEL DE HOLLANDA (PFL-PE) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo hoje a tribuna desta Casa para destacar a importância dos trabalhos desenvolvidos pelo Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães CPqAM do Estado de Pernambuco, entidade ligada à Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), do Ministério da Saúde.

O CPqAM, unidade de caráter técnico-científico, com sede na cidade do Recife, foi criado pela Divisão de Organização Sanitária do Ministério da Saúde, em 02 de setembro de 1950, com o objetivo de realizar pesquisas sobre as helmintoses da Região Nordeste. Pelo decreto nº 66.624, ele foi incorporado, em 22 de maio de 1970, à Fiocruz.

O Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães desenvolve atividades de ensino e formação de recursos humanos na área de saúde por meio da participação direta de seus pesquisadores e professores em programas de ensino em nível de pós-graduação, notadamente junto às Universidades Federais de Pernambuco, Ceará e Alagoas. Dados referentes ao ano de 1995, mostram que o Centro orientou oito teses, sendo cinco de mestrado e três de doutorado; teve quatorze alunos na Residência em Medicina Preventiva e Social; vinte e seis alunos no Curso de Especialização; e quinze alunos no curso de Atualização. Sua importância é tão relevante para a área da saúde no Estado de Pernambuco, que não poderia deixar de lembrar também a sua iniciativa na implantação do primeiro Curso de Mestrado em Saúde Pública do Estado, ocorrida em 1995.

Segundo o seu relatório que cobre as atividades desenvolvidas em 1966, o CPqAM encontra-se plenamente comprometido com os objetivos da Fiocruz em pelo menos três dos seus programas institucionais mais importantes, que são: "Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico", "Ensino em Saúde e Ciência & Tecnologia" e "Desenvolvimento e Gestão Institucional".

No que se refere ao programa "Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico", o CPqAM vem realizando importantes estudos nas áreas de Esquistossomose, Filariose Linfática, Leishmaniose, Doença de Chagas, Malária, Helmintoses Intestinais, que são doenças de grande ocorrência em toda a região nordestina. O relatório chama também a atenção para a importância dos diversos trabalhos de parceria que são feitos entre os seus pesquisadores e cientistas de outros países e para os acordos de cooperação técnica na área da pesquisa básica e aplicada com instituições internacionais. Nesse sentido, o relatório destaca o início do programa de intercâmbio com o Nuffield Institute of Health, da Inglaterra, programa que tem como objetivo o fortalecimento do Departamento de Saúde Coletiva do CPqAM, mediante concessão de bolsas de estudo e vinda de professores e cientistas ingleses para dinamizar as atividades do Centro em matéria de cursos, seminários, conferências e pesquisas.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, apesar da gravidade da situação da saúde pública no Brasil, é importante dizer que o Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães, em meio a essas gigantescas dificuldades e a obstáculos de toda natureza, dá ao País um exemplo de dedicação, de competência profissional e científica e, sobretudo, de respeito à instituição pública. Assim, o resultado de sua produção científica é confirmado não só pelo número de trabalhos levantados em seu relatório de 1996, mas também pela sua participação direta no controle de doenças que atingem milhões de nordestinos, às quais eu já fiz referência.

Infelizmente, apesar dos esforços de algumas instituições nacionais, vê-se que o conjunto delas ainda terá de percorrer um longo caminho para sair do subdesenvolvimento. Recentemente, em pronunciamento nesta Casa, afirmei que o desenvolvimento científico e tecnológico era, sem dúvida alguma, a grande questão deste final de século, o ponto-chave da diferenciação entre países, e seria o grande desafio do terceiro milênio.

Diante dessa evidência, não podemos nos esquecer um minuto sequer que é vital para o Brasil investir maciçamente em seu desenvolvimento científico e tecnológico. Devemos reconhecer que a proposta de uma política governamental de apoio ao desenvolvimento científico e tecnológico do Nordeste, apresentada pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, preocupa-se exatamente com os fatores agravantes dessa questão. Assim, ao que me parece, o

Ministério da Ciência e Tecnologia entende que suas ações na Região Nordeste devem incidir, preferencialmente, sobre as demandas sociais e sobre o setor produtivo, procurando associar pesquisas e programas que visem a melhorar o ensino, a saúde, os recursos humanos técnico-científicos e, em seguida, sobre os recursos hídricos, ação que engloba o monitoramento e pesquisa para uso e gerenciamento das águas.

Para finalizar, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero parabenizar o Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães do Estado de Pernambuco, na pessoa de sua Diretora Dra. Eridan de Medeiros Coutinho e de todos os outros membros de sua direção, pela dedicação na condução do Centro e pelos resultados profissionais mostrados no relatório de atividades do ano de 1996. Além disso, gostaria de dizer que a FIOCRUZ, em seus noventa e seis anos de vida, tem motivos de sobra para se orgulhar dos cientistas e pesquisadores que fazem do Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães uma das instituições públicas mais importantes do Brasil.

Muito obrigado.

O SR. FRANCELINO PEREIRA (PFL-MG) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Belo Horizonte, no ano do seu centenário, transforma-se, a partir de hoje, na Capital das Américas. A cidade está recebendo cerca de dois mil empresários e 500 líderes dos 34 países democráticos das Américas e mais 600 jornalistas do mundo inteiro.

Estão sendo instaladas a III Reunião dos Ministros de Comércio das Américas, o III Foro Empresarial das Américas e o Foro Sindical das Américas.

São os protagonistas da futura Área de Livre Comércio das Américas – ALCA – cuja modelagem deverá estar definida em 2005.

O objetivo é a integração econômica de um mercado de 800 milhões de consumidores e um comércio exterior de 2,4 trilhões de dólares.

Nesta tarde, em Belo Horizonte, os negociadores do Mercosul, formado pela Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, se reúnem para fixar uma posição comum a ser apresentada perante os demais negociadores, especialmente os Estados Unidos e o Canadá.

A posição consensual é extremamente importante, pois refletirá a preocupação do Mercosul em fortalecer-se como união aduaneira e, a partir daí, negociar com mais força e autonomia a formatação e a atuação da Alca.

Um Mercosul forte e atuante será a melhor garantia de equilíbrio nas negociações multilaterais. Os recentes acordos de associação dessa união aduaneira com o Chile e a Bolívia, são evidências do fortalecimento do Mercosul.

Os futuros passos do Mercosul incluem uma maior aproximação com o México e os países do Pacto Andino, e uma associação com os quinze membros da União Européia.

Com estes, a intenção é criar uma zona de livre comércio que permita, de uma vez por todas, a regularização dos fluxos comerciais entre estas duas regiões do mundo.

Esse mesmo sentimento de fortalecer o Mercosul, domina os empresários que vão participar ativamente dos eventos de Belo Horizonte, reunidos no III Foro Empresarial das Américas.

Uma dimensão da importância desse encontro para os empresários brasileiros pode ser avaliada pela sua maciça participação: dos 2 mil inscritos, 1.100 são brasileiros.

O número de inscritos supera, em muito, os encontros anteriores de Denver, nos Estados Unidos, e de Cartagena de Índias, na Colômbia.

Juntos, em Belo Horizonte, governo e empresários estão prontos para negociar não só o acesso aos mercados de nossos parceiros, mas igualmente o acesso do hemisfério ao nosso mercado.

Somos a segunda maior economia do continente, e como tal, um importante mercado para os demais países das Américas.

A crescente integração de nossa economia aos fluxos internacionais de comércio e investimentos, é a maior garantia de que nossos parceiros aqui encontrarão as melhores oportunidades de negócios.

Porém, Sr. Presidente, não são apenas os homens de governo e os homens da produção que estarão reunidos a partir de hoje em Belo Horizonte.

O Foro Sindical das Américas, um evento paralelo ao da Alca, conta com o decidido apoio do governo brasileiro.

Em Belo Horizonte estarão reunidas as mais representativas lideranças sindicais das Américas, imbuídas do espírito de cooperação, imprescindível para que os frutos do crescimento possam ser melhor distribuídos com os que são diretamente responsáveis pela produção.

Participando da discussão hemisférica, os sindicalistas poderão expressar seus pontos de vista e fornecer alternativas para evitar ou minimizar eventuais efeitos negativos advindos da ALCA.

Nossa posição em Belo Horizonte, e acredito ser também a de nossos parceiros do Mercosul, será de equilíbrio, de tal forma que sejam mutuamente vantajosos os compromissos a serem assumidos.

A busca constante da conciliação dos interesses fundamentais dos diversos parceiros, deverá ser a marca registrada da Alca. O exercício cooperativo deve sempre sobrepor-se ao unilateralismo.

Nesse sentido, a cautela e a responsabilidade haverão de guiar os passos do Brasil e do Mercosul no encontro da Alca, cuja relevância reside justamente na sua capacidade de contribuir para o desenvolvimento social dos povos das Américas.

Temos fundadas esperanças, Sr. Presidente, de que os eventos de Belo Horizonte haverão de contribuir para um poderoso avanço nas negociações com vistas à formatação da Alca.

De tal forma que, a partir de 2005, essa grande área livre de comércio, a maior do mundo, torne-se uma realidade, e possa contribuir, de forma importante, para o desenvolvimento econômico e social dos povos do Hemisfério.

De nossa parte, cumpre-nos preparar nossa economia para os enormes desafios da integração.

As oportunidades reais surgirão e deverão ser aproveitadas. Os ganhos existirão, e deverão ser auferidos.

A consolidação do plano de estabilização econômica; o fortalecimento do setor privado; a maior inserção do Estado nas suas atribuições específicas, sobretudo com elevados investimentos na área social, são condições indispensáveis para que, fortalecida, a economia brasileira possa integrar o grande mercado que se abrirá com a Alca.

O livre comércio não é um fim em si mesmo, mas um poderoso instrumento de disseminação da riqueza e da prosperidade dos povos. Só assim deve ser entendido.

A importância da Alca só será corretamente avaliada, na medida em que ela contribuir para eliminar ou pelo menos minorar as desigualdades econômicas e sociais que secularmente perseguem nosso continente.

A incorporação, à discussão sobre a Alca, dos vários setores sociais, como ocorrerá a partir de hoje em Belo Horizonte, é a melhor garantia de que esses princípios serão seguidos, e que construiremos, sobre consensos sólidos e duradouros, uma nova realidade para as Américas.

Muito obrigado.

O SR. ODACIR SOARES (PFL-RO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores.

O Brasil vive atualmente uma tragédia social de proporções nunca vistas. De acordo com o programa de socorro alimentar **PROALIMENTOS**, do Governo Federal, um terço das famílias brasileiras, com renda até um salário mínimo, vive na miséria absoluta, ou seja, passa fome. Outro terço, com renda média até três salários mínimos, é subnutrida ou desnutrida. Somando-se, Senhor Presidente, têm-se duas em cada três famílias brasileiras famintas ou carentes.

O IBGE, na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1990, levantou a existência de 31.679.095 pessoas indigentes no Brasil. A pessoa indigente é aquela cuja renda familiar corresponde, no máximo, ao valor de aquisição da cesta básica de alimentos que atenda os requisitos nutricionais, recomendados pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), para a família como um todo. A população indigente no Brasil é equivalente à população da Argentina, 32 milhões de pessoas.

Rondônia, Senhor Presidente, não poderia ser diferente; no mesmo estudo do IBGE, o contingente de pessoas indigentes era, no nosso Estado, de 74.052, sendo que o levantamento não foi feito nas áreas rurais.

A questão da segurança alimentar é um dos fulcros de nossos problemas atuais. Contenção da inflação, retomada do crescimento, educação, melhoria das condições sanitárias, interiorização do desenvolvimento, déficit público, redefinição do papel do Estado--nada disso terá sua solução encaminhada, de forma segura e definitiva, a menos que se adote uma "política de segurança alimentar"

Segurança alimentar não é sinônimo de socorro alimentar. Segurança alimentar quer dizer precisamente: "... o acesso assegurado a cada família à quantidade necessária de alimentos para garantir uma dieta adequada a todos os seus membros para uma vida saudável".

Não se implementa uma política de segurança alimentar sem alimentos. A área agrícola cultivada no País não se expande há dez anos. Nesse período, embora tenha aumentado sua produtividade em 30%, o agricultor viu sua renda reduzir-se. É o que se vulgarizou denominar "...agricultura, a âncora verde" do Plano REAL.

Em meu discurso de 12 de maio, discorri sobre os antecedentes do processo de ocupação de Rondônia, da produção agropecuária e da sua evolução no período 1975 a 1995. Hoje disponho-me a trazer a discussão nesta Casa a produção de alimentos, em Rondônia, dissertando sobre a produção de milho, arroz, feijão e mandioca.

Senhor Presidente, Senhores Senadores,

A fonte das informações que utilizarei para a discussão da produção de alimentos (milho, arroz, feijão e mandioca) é o "ANUÁRIO ESTATÍSTICO AGROPECUÁRIO, 1995," de responsabilidade técnica da Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral-

SEPLAN/RO, e Associação de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia-EMATER-RO.

O Estado de Rondônia está dividido pelo IBGE em oito Microrregiões Homogêneas. A Microrregião de Porto Velho, é composta pelos municípios de Campo Novo de Rondônia, Candeias do Jamari, Cujubim, Jamari, Nova Mamoré e Porto Velho (seis municípios). A Microrregião de Guajará Mirim, é composta pelos municípios de Costa Marques e Guajará Mirim (dois municípios); a Microrregião de Ariquemes, é composta pelos municípios de Alto Paraíso, Ariquemes, Cacaupônia, Machadinho D'Oeste, Montenegro, Rio Crespo e Vale do Anari (sete municípios). A Microrregião de Ji-Paraná, está composta pelos municípios de Governador Jorge Teixeira, Jaru, Ji-Paraná, Mirante da Serra, Nova União, Ouro Preto do Oeste, Presidente Medici, Teixeiraópolis, Theobroma, Urupá e Vale do Paraíso (onze municípios). A Microrregião de Alvorada d'Oeste, é composta pelos municípios de Alvorada do Oeste, Nova Brasilândia D'Oeste, São Miguel do Guaporé e Seringueiras (quatro municípios). A Microrregião de Cacoal, compõe-se de Alta Floresta D'Oeste, Alto Alegre dos Parecís, Cacoal, Castanheiras, Espigão D'Oeste, Ministro Andreazza, Novo Horizonte do Oeste, Rolim de Moura e Santa Luzia D'Oeste (nove municípios). A Microrregião de Vilhena compõe-se dos municípios de Parecís, Pimenta Bueno, Primavera de Rondônia, São Felipe D'Oeste, e Vilhena (cinco municípios) e a Microrregião de Colorado do Oeste, com os municípios de Cabixi, Carejeiras, Colorado do Oeste e Corumbiara. Ao todo, cinquenta e dois compõem as oito microrregiões homogêneas do Estado de Rondônia, faltando informações para: Alto Alegre dos Parecís, Buritis, Chupinguaia, Cujubim, Nova União, Pimenteiras D'Oeste, Primavera de Rondônia, São Felipe D'Oeste, São Francisco do Guaporé, Teixeiraópolis e Vale do Anari.

As informações globais para as culturas de milho, arroz, feijão e mandioca, trazem a área média colhida, em hectares, e a produção, em toneladas para o período 1993-1994, e as mesmas estatísticas, para o ano de 1995, que figuram nos ANEXOS Nº 01, 02, 03 e 04.

De forma a não tornar cansativa a exposição, a partir dos dados oficiais contidos nos Anexos, foram preparados quadros-resumo para cada cultivo, onde se coloca as informações de área colhida, produção e produtividade para os DEZ MUNICÍPIOS MAIORES PRODUTORES. Informa-se ainda o que representa, percentualmente, a produção desses dez municípios maiores produtores, em relação à produção do Estado. A listagem está organizada em ordem decrescente, da maior para a menor produção.

a) - MILHO, encontra-se cultivado em quase todos os municípios componentes das Microrregiões do Estado. O Estado de Rondônia, no ano de 1995, colheu uma área de 198.785 hectares, alcançando uma produção de 370.180 toneladas, com uma produtividade média de 1.862 quilos/hectare.

O calendário agrícola proposto pela EMATER-RO, ensina que nos meses de agosto/ setembro/outubro faz-se o preparo da terra para o plantio; nos meses de outubro/novembro, faz-se o plantio; nos meses de dezembro/janeiro, procedem-se os tratamentos culturais. A colheita é feita em fevereiro/março.

Os **DEZ MUNICÍPIOS MAIORES PRODUTORES DE MILHO** colheram uma área de 96.973 hectares, que significou 48,8% da área total colhida em Rondônia. A produção de 190.782 toneladas, colhida nos dez maiores municípios, representou 51,5% da produção de milho de Rondônia. (QUADRO N° 01).

Os municípios de maior expressão na produção dentre os **DEZ MAIORES PRODUTORES DE MILHO**, foram: Jaru, 27.365 toneladas; Cacoal, 27.264 toneladas; Ouro Preto do Oeste, 25.114 toneladas; Nova Brasilândia do Oeste, 17.820 toneladas e Ji-Paraná, 17.000 toneladas. É importante anotar que estes municípios estão situados à margem da BR-364,

QUADRO N° 01

RÔNDONIA: OS DEZ MUNICÍPIOS MAIORES PRODUTORES DE MILHO, 1995

DISCRIMINAÇÃO	ÁREA (hectares)	PRODUÇÃO (toneladas)	PRODUTIVIDADE (Kg/hectares)
ESTADO DE RONDÔNIA	98.785	370.180	1.862
JARU	15.197	27.365	1.800
CACOAL	13.632	27.264	2.000
OURO PRETO DO OESTE	10.464	25.114	2.400
NOVA BRASILÂNDIA DO OESTE	9.900	17.820	1.800
JÍ PARANÁ	8.5000	17.000	2.000
PRESIDENTE MÉDICE	7.500	16.500	2.200
ALTA FLORESTA D'OESTE	9.100	15.875	1.7500
SERINGUEIRAS	6.683	15.237	2.300
CORUMBIARA	7.530	15.060	2.000
ROLIM DE MOURA	8.467	13.547	1.600
SUB TOTAL	96.973	190.782	1.967
OUTROS MUNICÍPIOS	101.812	179.398	1.762

FONTE: FIBGE/GCEA-SEPLAN-RO, 1995

OS DEZ MUNICÍPIOS MAIORES PRODUTORES DE MILHO

PRODUZEM 51,5% DO ESTADO DE RONDÔNIA

que facilita o escoamento da produção. Estão na denominada Zona I do Zoneamento Sócio-Econômico-Ecológico, do PLANAFLORO, e possuem solos com fertilidade natural de média a alta, do que resultaram as maiores produtividades de milho, quilos/hectare, com cifras da ordem dos 2.000 a 2.400 quilos por hectare, que supera a produtividade média estadual de 1.862 quilos/hectare.

No Brasil, Senhor Presidente e Senhores Senadores, a área colhida, no ano de 1996, de milho foi de 13.988.961 hectares com uma produção de 35.910.022 toneladas.

b) - **ARROZ**, produzido em Rondônia, é o arroz de "sequeiro", cultivado em terra firme e sem irrigação. A distribuição do cultivo do arroz alcança praticamente todos os municípios das oito Microrregiões Homogêneas de Rondônia.

O calendário agrícola para o cultivo do arroz, de acordo com os ensinamentos da EMATER, propõem que nos meses de agosto/setembro/outubro se faça o preparo da área; nos meses de outubro/novembro, se faça o plantio das áreas; em

dezembro/janeiro se proceda a execução dos tratos culturais, para fazer-se a colheita nos meses de fevereiro/março.

Na safra do ano de 1995, foi colhida uma área de 148.545 hectares, que produziu 262.437 toneladas de arroz, com uma produtividade média de 1.766 quilos/hectare. Nos **DEZ MUNICÍPIOS MAIORES PRODUTORES DE ARROZ**, foi colhida uma área 69.792 hectares, que arrojou uma produção de 134.328 toneladas, com uma produtividade de 1.924 quilos/hectare, QUADRO N° 02.

A área colhida nos **DEZ MUNICÍPIOS MAIORES PRODUTORES DE ARROZ**, expressou 47,0% da área total do Estado de Rondônia, e uma produção arrozeira, de 51,2% do Estado.

QUADRO N° 02

RONDÔNIA: OS DEZ MUNICÍPIOS MAIORES PRODUTORES DE ARROZ, 1995.

DISCRIMINAÇÃO	ÁREA (Hectares)	PRODUÇÃO (Toneladas)	PRODUTIVIDADE (Kg/hectares)
ESTADO DE RONDÔNIA	148.545	262.437	1.766
JARU	13.692	24.646	2.400
PRESIDENTE MÉDICE	6.500	13.650	2.100
SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ	6.650	12.636	1.900
JÍ-PARANÁ	7.000	12.600	1.800
CACOAL	6.662	11.992	1.800
SERINGUEIRAS	5.850	10.530	1.800
NOVA BRASILÂNDIA DO OESTE	4.410	8.379	1.900
COLORADO DO OESTE	4.620	8.316	1.800
SUBTOTAL	69.792	134.328	1.924
OUTROS MUNICÍPIOS	78.753	128.109	1.626

FONTE: FIBGE/GCEA-SEPLAN, 1995

OS DEZ MUNICÍPIOS MAIORES PRODUTORES DE ARROZ

PRODUZEM 51,2% DO ESTADO DE RONDÔNIA.

Os municípios de maior destaque na produção de arroz, no contexto dos **DEZ MUNICÍPIOS MAIORES PRODUTORES DE ARROZ**, foram: Jaru, 24.545 toneladas; Ouro Preto do Oeste, 22.579 toneladas; Presidente Medici, 13.650 toneladas; São Miguel do Guaporé, 12.636 toneladas e Ji-Paraná, 12.600 toneladas. Os municípios estão assentados no eixo da BR-364, Porto Velho/Cuiabá, com exceção do Município de São Miguel do Guaporé.

A área de produção de arroz, está situada na Zona I do Zoneamento Sócio-Econômico-Ecológico, contando com solos de mediana a alta fertilidade natural, facilidade do escoamento da produção, e obtenção de serviços de assistência técnica, acesso ao crédito e facilidades de armazenamento.

A produtividade média alcançada nos **DEZ MUNICÍPIOS MAIORES PRODUTORES DE ARROZ**, 1.900 a 2.400 quilos de arroz/hectare, bastante superior à média do Estado, que foi de 1.766 quilos/hectare.

No Brasil, no ano de 1996, a área colhida de arroz foi de 4.347.841 hectares, com uma produção de 11.315.093 toneladas. Rondônia colheu uma área que correspondeu a 3,4% da área arrozeira do Brasil, e uma produção correspondente a 2,3% da produção nacional.

c) - **FEIJÃO**, a produção deste importante componente alimentar, proteína de origem vegetal, tem uma distribuição por todas as Microrregiões Homogêneas do Estado de Rondônia, mas adquirir um forte grau de especialização, posto que está fortemente concentrada em uns poucos municípios.

O calendário agrícola para o cultivo do feijoeiro, em Rondônia, divulgado pela EMATER-RO, ensina que o preparo da área se faz nos meses de fevereiro/março; o plantio deve ser feito no mês de abril; em maio, faz-se o controle das pragas e doenças (o "mela", sobretudo). A colheita é feita no mês de junho, já fora do período chuvoso.

A produção de feijão, no ano 1995, alcançou em Rondônia 81.008 toneladas, colhidas numa área de 123.682 hectares, com uma produtividade média estadual de 655 quilos/hectare.

OS DEZ MUNICÍPIOS MAIORES PRODUTORES DE FEIJÃO colheram uma área de 72.882 hectares, na qual foram produzidas 52.344 toneladas de feijão. Em termos de área colhida, os dez municípios maiores produtores de feijão detiveram 60,0% da área e, em termos de produção, concentraram 64,6%, ou seja, quase 2/3 da produção estadual (**QUADRO N° 03**).

A produtividade média de feijão nos **DEZ MUNICÍPIO MAIORES PRODUTORES**, ficou em 718 quilos/hectare, ligeiramente superior à produtividade média do Estado e do País, que é de 655 e 600 quilos/hectare, respectivamente.

Os municípios de maior expressão, na produção de feijão, foram: Alta Floresta do Oeste, 10.400 toneladas; Ouro Preto do Oeste, 6.660 toneladas; Santa Luzia do Oeste, 5.879 toneladas; Jaru, 4.920 e Ji-Paraná, 4.553 toneladas de feijão, que totalizam **QUARENTA POR CENTO DA PRODUÇÃO DE FEIJÃO DE RONDÔNIA**.

Alguns municípios que integram o restrito clube dos **DEZ MUNICÍPIOS MAIORES PRODUTORES DE FEIJÃO**, fogem um pouco da localização do eixo da rodovia BR-364, mas contam com facilidade para o escoamento da produção e obtenção de serviços.

A produção nacional de feijão, no ano de 1996, foi colhida numa área de 4.844.473 hectares, e alcançou uma produção de 2.908.279 toneladas do produto. Rondônia alcançou

QUADRO N° 03

RONDÔNIA: OS DEZ MAIORES PRODUTORES DE FEIJÃO, 1995

DISCRIMINAÇÃO	ÁREA (Hectares)	PRODUÇÃO (Toneladas)	PRODUTIVIDADE E (Kg/hectares)
ESTADO DE RONDÔNIA	123.682	81.008	655
ALTA FLORESTA DO OESTE	10.000	10.400	1.040
OURO PRETO DO OESTE	9.250	6.660	720
SANTA LUZIA DO OESTE	9.798	5.879	600
JARU	8.200	4.920	600
JI-PARANÁ	6.656	4.553	680
MIRANTE DA SERRA	5.220	4.437	850
URUPÁ	5.200	4.420	850
CACOAL	6.770	4.062	600
COLORADO DO OESTE	6.100	3.600	590
PIMENTA BUENO	5.688	3.413	600
SUB-TOTAL	72.882/60%	52.344/64,6%	718
OUTROS MUNICÍPIOS (38)	50.800	28.664	564

FONTE: FIBGE/GCEA-SEPLAN-RO, 1995

OS DEZ MUNICÍPIOS MAIORES PRODUTORES DE FEIJÃO
PRODUZEM 64,6% DO ESTADO DE RONDÔNIA

2,6% da área colhida de feijão e em termos de produção, atingiu 2,8% da produção nacional.

d) - **MANDIOCA**- a produção da "insubstituível mandioca" indispensável na alimentação dos caboclos da Amazônia e de Rondônia, tem uma distribuição disseminada em todos os municípios das oito Microrregiões Homogêneas do Estado de Rondônia.

O Estado de Rondônia colheu, no ano 1995, numa área 41.755 hectares, uma produção de 708.605 toneladas de raízes de mandioca, com uma produtividade baixa, 17 toneladas/hectare.

Os **DEZ MUNICÍPIOS MAIORES PRODUTORES DE MANDIOCA** colheram numa área de 41.755 hectares, uma produção de 708.605 toneladas, com uma produtividade de 17,5 toneladas/hectare de raízes.

Os municípios que se destacam como os maiores produtores de mandioca, dentre os **DEZ MUNICÍPIOS MAIORES PRODUTORES**, são: Porto Velho, 73.152 toneladas; Ji-Paraná, 60.840 toneladas; Jaru, 53.180 toneladas; Candeias do Jamari, 45.000 toneladas e Machadinho do Oeste, 39.000 toneladas. (**QUADRO N° 04**).

Municípios como Porto Velho, Candeias do Jamari, Machadinho do Oeste e Guajará Mirim, figuram com produções substanciais, graças ao maior tradicionalismo das populações locais, mais ligadas, mais dependentes da farinha de mandioca, ou do consumo "in natura" da macaxeira (nome dado a mandioca pelos os autóctones rondonienses). Para fazer uma tonelada de farinha de mandioca, são necessárias três toneladas de raízes.

Uma pesquisa feita no ambiente da rodovia Transamazônica, evidenciou que cada família com cinco pessoas

consome um quilo de farinha por semana, do que resulta, aproximadamente, 30 gramas/pessoa/dia, a depender dos hábitos ultrapassada.

QUADRO Nº 04

RONDÔNIA: OS DEZ MUNICÍPIOS MAIORES PRODUTORES DE MANDIOCA, 1995

DISCRIMINAÇÃO	ÁREA (hectares)	PRODUÇÃO (Toneladas)	PRODUTIVIDADE (Kg/hectare)
ESTADO DE RONDÔNIA	41.755	708.605	16.970
PORTO VELHO	4.064	73.152	18.000
JI-PARANÁ	3.380	60.840	18.000
JARU	2.669	53.180	19.920
CANDEIAS DO JAMARI	3.000	45.000	15.000
MACHADINHO DO OESTE	3.000	39.000	13.000
OURO PRETO DO OESTE	1.960	33.320	17.000
GUAJARÁ MIRIM	1.600	27.200	17.000
ROLIM DE MOURA	1.400	30.240	21.600
CACOAL	1.410	26.380	18.700
VALE DO PARAÍZO	1.000	20.000	20.000
SUB-TOTAL	23.403/56,0%	408.317/57,6%	17.447
OUTROS MUNICÍPIOS (38)	17.661	300.288	17.002

FONTE: FIBGE/GCEA-SEPLAN-RO, 1995

OS DEZ MUNICÍPIOS MAIORES PRODUTORES DE MILHO
PRODUZEM 51,5 DO ESTADO DE RONDÔNIA

A produção brasileira de mandioca, no ano de 1996, foi de 25.578.623 toneladas de raízes, colhida numa área de 1.929.460 hectares. Rondônia expressou, 2,8% da produção nacional de mandioca e, em termos de área colhida, 2,1%.

Senhor Presidente, Senhores Senadores,

Os esforços feitos pelos produtores rurais de Rondônia, notadamente pelos pequenos produtores, que produzem os itens alimentares como o milho, o arroz, o feijão e a mandioca, são enormes, e pouco compensadores, pois a remuneração via preços é mínima.

Os produtores de produtos alimentares têm recebido importantes contribuições da pesquisa-EMBRAPA, graças aos resultados obtidos, às tecnologias, aos produtos e aos conhecimentos gerados pelo CPAF-RO. Para ficarmos apenas nas recomendações de cultivares:

* **ARROZ** - Guaporé, Xingú, Acre fino, IAC-47 (Mata), Araguaia, Rio Parnaíba (Cerrados).

* **MILHO** - BR 106, BR 5109, BR 5110, BR 201.

* **MANDIOCA** - Pirarucu, Amarelona, Goela de Jacó e Pão do Acre.

A Assistência Técnica provida pela EMATER-RO, é sempre um ingrediente com o qual o pequeno produtor

rondoniense está contando. Diretamente, ou por via do trabalho desenvolvido junto às Associações de Produtores. Mas, tanto a EMBRAPA, quanto a EMATER-RO sofreram no curso do exercício de 1996 um duro golpe desferido pelos dirigentes do PLANAFLORO/SEPLAN-RO, ao retirarem as duas instituições, mais a CEPLAC, da linha de agências beneficiadas com repasses de recursos financeiros, tanto para a aquisição de bens patrimoniais (viaturas, equipamentos), quanto para a mobilização das equipes de pesquisadores e extensionistas, junto às comunidades rurais, no interior do Estado.

A denuncia que fiz à direção do Banco Mundial, do PLANAFLORO e ao Governo do Estado de Rondônia, até agora, não foi frutífera, mas ainda não desisti de ver recolocadas aquelas instituições como beneficiárias do PLANAFLORO e de seus recursos, por um dever de justiça e de objetivos decorrentes do próprio mandato institucional.

Os pequenos produtores rurais, via de regra, são um público sacrificado, visto que o apoio que deveriam receber, tanto na parte do apoio creditício, quanto na organização para a comercialização de seus produtos, é insuficiente, tímida, quase que inexistente.

Questionar a verticalização da produção, por via da agroindustrialização com a agregação de valor à matéria-prima produzida, é "chover no molhado". Tantas vezes comentada, tantas vezes mitificada, a agroindustrialização, invariavelmente, não é posta em prática, não acontece em Rondônia.

Para concluir, Senhor Presidente, permito-me deixar para reflexão de meus pares o que foi dito pelo Professor Edward Schuh, professor de economia agrícola e especialista em desenvolvimento econômico. O Dr. Edward Schuh contribuiu bastante para a estruturação da economia agrícola brasileira, professor-residente que foi por longos anos no Brasil, em Viçosa (MG), tendo desempenhado importante papel na formação de uma geração de economistas da agricultura, e quando da criação da EMBRAPA. Foi, do conselho de assessores econômicos da Presidência dos Estados Unidos da América, na administração do Presidente Gerald Ford; disse o Dr. Edward Schuh:

"O papel da agricultura no desenvolvimento não tem nada a ver com sua participação na renda bruta (PIB) ou no emprego. O importante é que todo o mundo come".

MUITO OBRIGADO

Senador ODACIR SOARES

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. ODACIR SOARES EM
SEU DISCURSO:

ANEXO

ANEXO 01

RONDÔNIA

ANUÁRIO ESTATÍSTICO AGROPECUÁRIO - 1995

5.7.2.1.5 - Área colhida e produção média da cultura do milho no período de 1993 a 1994, e área e produção do ano de 1995, por município

Municípios			93-94		95	
Código		Nome	Área média colhida (ha)	Produção média (t)	Área colhida (ha)	Produção (t)
Média Estadual:			178.626,33	320.690,67	198.786	370.180
1 - Porto Velho:			6.124,33	7.681,67	5.286	6.889
1	01	CAMPO NOVO DE RONDÔNIA	637,00	1.019,00	637	1.019
1	02	CANDEIAS DO JAMARI	881,50	1.480,50	800	766
1	03	CUUBIM	-	-	-	-
1	04	JAMARI	286,00	354,00	140	128
1	05	NOVA MAMORÉ	2.016,67	2.895,00	2.560	3.825
1	06	PORTO VELHO	1.842,00	2.804,33	1.038	1.142
2 - Guajará-Mirim:			2.893,33	4.678,00	3.580	5.592
2	01	COSTA MARQUES	1.773,33	3.182,00	2.200	3.980
2	02	GUAJARÁ-MIRIM	1.120,00	1.484,00	1.380	1.632
3 - Ariquemes:			17.859,67	24.378,33	17.694	26.364
3	01	ALTO PARAÍSO	4.898,50	7.288,00	1.982	2.964
3	02	ARIQUEMES	3.482,67	6.220,67	1.980	2.129
3	03	CACAULÂNDIA	3.780,00	8.084,00	4.000	8.400
3	04	MACHADINHO D'OESTE	2.258,33	2.827,33	3.840	4.368
3	05	MONTE NEGRO	6.576,00	9.515,00	4.860	8.370
3	06	RIO CRESPO	1.113,60	1.820,50	1.422	2.133
3	07	VALE DO ANARI	-	-	-	-
4 - Ji-Paraná:			61.113,67	114.604,67	64.031	130.101
4	01	GOVERNADOR JORGE TEXEIRA	4.498,00	8.379,50	4.720	8.062
4	02	JARU	11.206,67	20.170,00	16.187	27.356
4	03	JI-PARANÁ	7.070,67	14.141,33	8.500	17.000
4	04	MIRANTE DA SERRA	3.067,50	6.567,00	4.460	8.010
4	05	NOVA UNIÃO	-	-	-	-
4	06	OURO PRETO DO OESTE	13.802,00	28.581,00	10.484	26.114
4	07	PRESIDENTE MÉDICI	6.763,33	16.004,33	7.500	16.500
4	08	TEXEIROPOLES	-	-	-	-
4	09	THEOBROMA	1.860,00	3.330,00	2.700	4.860
4	10	URUPÁ	4.705,00	8.489,00	5.000	9.000
4	11	VALE DO PARAÍSO	4.500,00	10.800,00	5.500	13.200
5 - Alvorada d'Oeste:			10.666,33	29.885,00	25.683	60.267
5	01	ALVORADA D'OESTE	4.863,33	8.897,67	6.000	10.000
5	02	NOVA BRASÍLIA D'OESTE	6.480,00	9.438,67	8.900	17.820
5	03	SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ	3.380,00	6.030,00	4.000	7.200
5	04	SERINGUEIRAS	3.888,00	8.281,00	6.683	15.237
6 - Cacoal:			44.786,33	71.239,67	62.979	103.280
6	01	ALTA FLORESTA D'OESTE	7.040,00	11.641,33	8.108	15.876
6	02	ALTO ALEGRE DOS PARECIS	-	-	-	-
6	03	CACOAL	14.841,67	20.828,67	13.632	27.264
6	04	CASTANHEIRAS	1.848,00	3.400,00	2.016	3.708
6	05	ESPILÃO D'OESTE	2.840,33	4.442,33	4.544	7.107
6	06	MINISTRO ANDREAZZA	4.835,50	7.897,00	5.063	8.101
6	07	NOVO HORIZONTE DO OESTE (a)	3.234,00	5.960,50	4.234	7.781
6	08	ROLIM DE MOURA	7.812,00	13.338,00	8.487	13.547
6	09	SANTA LIZIA D'OESTE	5.444,00	8.580,00	5.815	9.898
7 - Vilhena:			16.714,33	37.500,33	11.366	20.948
7	01	PARECIS	-	-	-	-
7	02	PIMENTA BUENO	7.814,33	11.200,33	8.766	13.148
7	03	PRIMAVERA DE RONDÔNIA	-	-	-	-
7	04	SÃO FELIPE D'OESTE	-	-	-	-
7	05	VILHENA	2.100,00	6.300,00	2.600	7.800
8 - Colorado do Oeste:			30.853,33	62.966,00	18.408	36.770
8	01	CABDÍ	5.478,67	9.162,00	6.800	10.440
8	02	CEREJEIRAS	4.800,00	11.700,00	2.227	6.568
8	03	COLORADO DO OESTE	14.806,67	30.764,00	2.861	6.702
8	04	CORUMBARA	8.505,00	17.010,00	7.530	16.060

Fonte: IBGE

Observação: (a) Antigo município de Cacaieiros.

Nota: No Brasil - área colhida de 13.988.961 ha. e produção de 35.910.022 t. em 1995 - Almanaque Abril/1996. (dados preliminares)

ANEXO 02

RONDÔNIA

ANUÁRIO ESTATÍSTICO AGROPECUÁRIO - 1995

5.7.2.1.2 - Área colhida e produção média da cultura do arroz no período de 1992 a 1994, e área e produção do ano de 1995, por município

Municípios		92-94		95	
Código	Nome	Área média colhida (ha)	Produção média (t)	Área colhida (ha)	Produção (t)
Total Estadual		133.213,33	225.279,87	148.545	262.437
1	Porto Velho	5.848,00	7.896,67	7.977	10.980
1 01	CAMPO NOVO DE RONDÔNIA	-	715,00	550	715
1 02	CANDEIAS DO JAMARI	1.484,00	1.829,00	2.000	2.400
1 03	CUJUBIM	-	-	-	-
1 04	JAMARI	867,50	1.128,00	917	1.100
1 05	NOVA MAMORÉ	1.726,67	2.065,00	2.520	3.780
1 06	PORTO VELHO	1.985,00	3.395,50	1.990	2.985
2	Guajará-Mirim	2.750,00	4.261,67	3.440	5.228
2 01	COSTA MARQUES	1.733,33	2.946,67	2.200	3.740
2 02	GUAJARÁ-MIRIM	1.016,67	1.282,50	1.240	1.488
3	Ariquemes	16.881,67	26.230,00	20.579	28.765
3 01	ALTO PARAÍSO	3.975,50	5.287,00	4.080	5.712
3 02	ARIQUEMES	5.152,67	8.012,67	3.250	4.505
3 03	CACAULÂNDIA	1.400,00	2.100,00	1.500	2.250
3 04	MACHADINHO D'OESTE	3.488,67	5.582,00	5.000	6.500
3 05	MONTE NEGRO	3.600,00	6.150,00	2.800	4.480
3 06	RIO CREPO	3.385,00	5.416,00	3.949	6.318
3 07	VALE DO ANARI	-	-	-	-
4	Ji-Paraná	40.478,67	81.512,67	53.028	102.392
4 01	GOVERNADOR JORGE TENERA	2.600,50	4.356,00	3.250	5.200
4 02	JARU	8.491,67	15.285,00	13.692	24.646
4 03	JI-PARANÁ	5.505,00	10.267,00	7.000	12.600
4 04	MIRANTE DA SERRA	3.000,00	5.400,00	4.176	7.517
4 05	NOVA UNIÃO	-	-	-	-
4 06	OURO PRETO DO OESTE	12.247,67	24.152,67	9.408	22.579
4 07	PRESIDENTE MÉDICI	5.386,67	9.842,00	6.500	13.650
4 08	TENERÓPOLIS	-	-	-	-
4 09	THEOBROMA	2.000,00	3.600,00	1.500	2.700
4 10	URUPÁ	2.360,00	4.230,00	3.000	5.400
4 11	VALE DO PARAÍSO	3.321,00	5.978,00	4.500	8.100
5	Alvorada d'Oeste	13.672,33	23.515,33	18.410	34.244
5 01	ALVORADA D'OESTE	1.391,00	2.598,67	1.500	2.700
5 02	NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE	3.466,67	6.220,00	4.410	8.379
5 03	SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ	6.654,67	10.888,67	6.650	12.635
5 04	SERINGUEIRAS	3.240,00	5.742,00	5.850	10.530
6	Cacoal	28.534,00	40.239,87	25.880	44.305
6 01	ALTA FLORESTA D'OESTE	3.250,00	5.650,00	3.750	6.750
6 02	ALTO ALEGRE DOS PARÉCIS	-	-	-	-
6 03	CACOAL	9.341,00	11.676,33	6.662	11.992
6 04	CASTANHEIRAS	1.376,00	2.201,50	1.325	2.120
6 05	ESPIGAO D'OESTE	1.091,67	1.746,67	1.080	1.728
6 06	MINISTRO ANDREAZZA	2.454,00	3.696,00	1.811	2.717
6 07	NOVO HORIZONTE DO OESTE (a)	3.024,00	5.443,00	4.032	7.258
6 08	ROLIM DE MOURA	5.952,00	9.523,00	4.300	6.880
6 09	SANTA LUZIA D'OESTE	2.323,33	4.083,33	2.700	4.860
7	Vilhena	7.502,33	12.953,00	3.993	7.487
7 01	PARÉCIS	-	-	-	-
7 02	PIMENTA BUENO	4.702,33	7.456,33	3.493	6.287
7 03	PRIMAVERA DE RONDÔNIA	-	-	-	-
7 04	SÃO FELIPE D'OESTE	-	-	-	-
7 05	VILHENA	2.800,00	5.496,67	500	1.200
8	Colorado do Oeste	19.748,33	34.927,33	15.480	28.036
8 01	CABINÉ	3.775,33	6.085,33	3.200	5.440
8 02	CEREJEIRAS	4.266,67	8.266,67	2.640	5.280
8 03	COLORADO DO OESTE	8.092,00	14.069,67	4.620	8.316
8 04	CORUMBARA	5.421,50	9.758,50	5.000	9.000

Fonte: IBGE

Observação: (a) Antigo município de Cacaieiros.

Nota: No Brasil - 4.347.841 ha. de área colhida e produção de 11.315.093 t. em 1995. Almanaque Abril/1996. (dados preliminares)

ANEXO 03

RONDÔNIA

ANUÁRIO ESTATÍSTICO AGROPECUÁRIO - 1995

5.7.2.1.3 - Área colhida e produção média da cultura do feijão no período de 1992 a 1994, e área e produção do ano de 1995, por município

Municípios			92-94		95	
Código		Nome	Área média colhida (ha)	Produção média (t)	Área colhida (ha)	Produção (t)
Total Estadual			155.723,67	81.908,33	123.682	81.008
1 Porto Velho			1.100,00	361,67	980	342
1	01	CAMPO NOVO DE RONDÔNIA	70,00	28,00	70	28
1	02	CANDEIAS DO JAMARI	125,00	75,00	125	37
1	03	CLUBIM	-	-	-	-
1	04	JAMARI	36,00	21,00	5	1
1	05	NOVA MAMORÉ	683,33	148,33	400	120
1	06	PORTO VELHO	263,33	120,67	380	156
2 Guajará-Mirim			2.321,33	1.017,00	3.600	1.980
2	01	COSTA MARQUES	2.016,67	935,00	3.000	1.800
2	02	GUAJARÁ-MIRM	304,67	82,00	600	180
3 Ariquemes			4.832,67	2.159,33	5.928	2.756
3	01	ALTO PARAÍSO	280,00	84,00	360	106
3	02	ARIQUEMES	1.227,33	464,67	1.200	480
3	03	CACAULÂNDIA	660,00	475,00	700	455
3	04	MACHADINHO D'OESTE	1.500,00	715,00	1.500	720
3	05	MONTI NEGRO	1.870,00	832,00	1.830	787
3	06	RIO CRESPO	348,00	93,50	348	209
3	07	VALE DO ANARI	-	-	-	-
4 Ji-Paraná			45.356,67	27.456,33	42.986	30.238
4	01	GOVERNADOR JORGE TEDEIRA	3.200,00	1.614,00	2.760	1.408
4	02	JARU	9.600,00	4.516,33	8.200	4.920
4	03	JI-PARANÁ	5.700,00	3.777,00	6.656	4.553
4	04	MIRANTE DA SERRA	4.785,00	4.067,00	5.220	4.437
4	05	NOVA UNIÃO	-	-	-	-
4	06	OURO PRETO DO OESTE	16.083,33	8.496,67	9.250	6.660
4	07	PRESIDENTE MÉDICI	3.166,67	1.840,00	3.500	2.520
4	08	TEDEIROPOLIS	-	-	-	-
4	09	THEOBROMA	1.925,00	210,00	400	240
4	10	URUPÁ	4.900,00	2.940,00	5.200	4.420
4	11	VALE DO PARAÍSO	1.400,00	840,00	1.800	1.080
5 Alvorada d'Oeste			14.463,33	7.656,33	11.320	6.648
5	01	ALVORADA D'OESTE	2.873,33	1.779,00	3.300	1.980
5	02	NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE	6.583,33	4.613,00	4.900	2.940
5	03	SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ	2.666,67	1.085,33	2.400	1.296
5	04	SERINQUERAS	510,00	268,50	720	432
6 Cacoal			56.659,67	29.679,33	39.260	27.279
6	01	ALTA FLORESTA D'OESTE	23.059,67	13.835,67	10.000	10.400
6	02	ALTO ALEGRE DOS PARECIS	-	-	-	-
6	03	CACOAL	13.512,00	5.950,67	6.770	4.062
6	04	CASTANHEIRAS	995,00	431,00	900	432
6	05	ESPIGAO D'OESTE	1.733,33	696,00	2.000	960
6	06	MINISTRO ANDREAZZA	3.876,00	1.628,00	2.858	1.200
6	07	NOVO HORIZONTE DO OESTE (a)	2.737,00	1.478,00	3.094	2.042
6	08	ROLIM DE MOURA	4.810,00	2.661,33	3.840	2.304
6	09	SANTA LUZIA D'OESTE	8.472,67	4.177,67	9.798	5.879
7 Vilhena			7.340,00	3.282,67	6.188	3.713
7	01	PARECIS	-	-	-	-
7	02	PIMENTA BUENO	6.906,67	3.184,00	5.688	3.413
7	03	PRIMAVERA DE RONDÔNIA	-	-	-	-
7	04	SÃO FELIPE D'OESTE	-	-	-	-
7	05	VILHENA	433,33	98,67	500	300
8 Colorado do Oeste			24.650,00	12.684,67	13.420	8.052
8	01	CABRI	2.750,00	1.087,33	520	312
8	02	CEREJEIRAS	1.982,00	914,00	2.600	1.560
8	03	COLORADO DO OESTE	12.963,33	6.512,67	6.100	3.660
8	04	CORUMBARA	10.432,00	6.259,00	4.200	2.520

Fonte: BGE

Observação: (a) Antigo município de Cacaieiros.

Nota: No Brasil - 4.844.473 ha. de área colhida, produção de 2.908.279 t. em 1.995. Almanaque Abril/1.996. (dados preliminares)

ANEXO 04

RONDÔNIA

ANUÁRIO ESTATÍSTICO AGROPECUÁRIO - 1995

5.7.2.2.4 - Área colhida e produção média da cultura da mandioca no período de 1992 a 1994, e área e produção do ano de 1995, por município

Municípios			92-94		95	
Código		Nome	Área média colhida (ha)	Produção média (t)	Área colhida (ha)	Produção (t)
Total Estadual			36.171,00	602.011,33	41.755	708.808
1		Porto Velho	8.178,33	112.592,87	8.878	149.748
1	01	CAMPO NOVO DE RONDÔNIA	859,00	11.862,00	859	11.862
1	02	CANDEIAS DO JAMARI	2.049,00	39.882,00	3.000	45.000
1	03	CUJUBIM	-	-	-	-
1	04	JAMARI	861,00	11.718,00	843	11.574
1	05	NOVA MAMORÉ	794,33	13.680,87	510	8.180
1	06	PORTO VELHO	3.144,87	56.804,00	4.064	73.152
2		Guajará-Mirim	3.190,87	31.058,33	2.393	28.095
2	01	COSTA MARQUES	635,00	9.525,00	783	11.895
2	02	GUAJARÁ-MIRIM	1.268,87	21.533,33	1.800	27.200
3		Ariquemes	8.577,67	83.818,00	6.090	60.920
3	01	ALTO PARAÍSO	275,00	3.580,00	420	5.040
3	02	ARIQUEMES	980,33	15.385,33	200	3.200
3	03	CACAULÂNDIA	388,00	8.178,00	500	8.000
3	04	MACHADINHO D'OESTE	3.800,00	49.400,00	3.000	39.000
3	05	MONTENEGRO	825,00	14.000,00	730	5.840
3	06	RIO CRESPO	1.240,00	19.840,00	1.240	19.840
3	07	VALE DO ANARI	-	-	-	-
4		Ji-Paraná	9.992,67	173.763,67	12.581	128.017
4	01	GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA	510,00	8.480,00	800	12.800
4	02	JARU	979,87	18.220,87	2.858	53.180
4	03	JI-PARANÁ	2.720,00	48.960,00	3.380	60.840
4	04	MIRANTE DA SERRA	525,00	8.925,00	525	8.925
4	05	NOVA UNIÃO	-	-	-	-
4	06	OURO PRETO DO OESTE	2.473,33	42.046,87	1.980	33.320
4	07	PRESIDENTE MÉDICI	750,00	13.500,00	850	15.300
4	08	TEXEIRÓPOLIS	-	-	-	-
4	09	THEOBROMA	650,50	11.709,00	750	13.500
4	10	URUPÁ	658,50	11.152,00	657	11.152
4	11	VALE DO PARAÍSO	782,50	15.250,00	1.000	20.000
5		Alvorada d'Oeste	1.098,33	18.468,00	1.280	21.340
5	01	ALVORADA D'OESTE	349,87	6.528,00	350	6.300
5	02	NOVA BRASÍLIA D'OESTE	200,00	3.200,00	200	3.200
5	03	SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ	278,87	4.420,00	200	3.200
5	04	SERINGUEIRAS	406,00	6.480,00	540	8.640
6		Cacoal	6.551,67	124.389,00	6.645	128.405
6	01	ALTA FLORESTA D'OESTE	1.000,00	16.000,00	1.000	16.000
6	02	ALTO ALEGRE DOS PARECIS	-	-	-	-
6	03	CACOAL	1.566,87	28.200,00	1.410	25.380
6	04	CASTANHEIRAS	400,00	8.640,00	400	8.640
6	05	ESPIGAO D'OESTE	475,00	8.075,00	475	8.075
6	06	MINISTRO ANDREAZZA	470,00	8.460,00	470	8.460
6	07	NOVO HORIZONTE DO OESTE (a)	770,00	16.632,00	840	18.144
6	08	ROLIM DE MOURA	1.766,87	38.180,00	1.400	30.240
6	09	SANTA LUZIA D'OESTE	650,00	11.466,00	650	11.466
7		Vilhena	1.800,00	28.800,00	1.890	30.240
7	01	PARECIS	-	-	-	-
7	02	PIMENTA BUENO	1.066,87	17.066,87	1.040	16.640
7	03	PRIMAVERA DE RONDÔNIA	-	-	-	-
7	04	SÃO FELIPE D'OESTE	-	-	-	-
7	05	VILHENA	733,33	11.733,33	850	13.600
8		Colorado do Oeste	2.072,67	33.182,67	1.990	31.840
8	01	CABDI	510,00	8.160,00	540	8.640
8	02	CEREJEIRAS	546,00	8.736,00	450	7.200
8	03	COLORADO DO OESTE	733,33	11.733,33	800	9.600
8	04	CORUMBARA	425,00	6.800,00	400	6.400

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal/95.

Observação: (a) antigo município de Cacaieiros.

Nota: No Brasil - área colhida de 1.929.460 ha. e produção de 25.578.623 t. em 1.995. Almanaque Abril/1.996. (dados preliminares)

O SR. ARTUR DA TÁVOLA (PSDB-RJ) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, dias atrás o Senador Ney Suassuna abordou a necessidade de urbanização de favelas em grandes centros e da adoção de medidas destinadas a mitigar o problema de superpopulação de centros urbanos.

Em que pese a propriedade e oportunidade do tema, a urbanização de favelas é paliativo em relação ao problema criado pela superpopulação de algumas cidades.

A população brasileira, que na década de 40 era 70% rural e 30% urbana sofre nas duas últimas décadas a reversão e hoje é composta em torno de 73% urbana e 27% rural.

O êxodo rural, é proveniente de vários fatores:

a grande oferta de empregos para mão de obra não qualificada na indústria de construção civil nas décadas de 60, 70 e 80

a oferta de emprego de mão de obra semi-qualificada na indústria fabril, localizada nos grandes centros ou seu entorno

a falta de condições de sobrevivência nos campos, em virtude de inexistência de uma política agrária eficiente

a mecanização cada vez mais intensa dos métodos e processos de plantio e colheita

o combate às más condições de vida das populações de favelados nos grandes centros urbanos (combate ao efeito e não à causa destas más condições).

Inexistência da criação e expansão de empregos permanentes.

O pensador e sociólogo francês Ignace Sachs, nome de respeito mundial, ademais conhecedor dos problemas brasileiros afirma há vários anos (muito antes da exacerbação do MST), que a solução para a crise das superpopulações urbanas e também do desemprego, passa obrigatoriamente pela reforma agrária. Ele e tanta gente...

O entendimento médio em termos de reforma agrária é o de que a solução consiste, apenas, na redistribuição de terras. Porém é necessário muito mais do que simples assentamentos e reassentamentos. Os próprios pequenos proprietários têm consciência da necessidade da existência de indústrias que trabalhem em cima do produto agrícola para agregar valor à produção.

Tão necessário quanto a vinda de montadoras de automóvel, por exemplo, é o governo incentivar a

vinda de agroindústrias para atuar na proximidade dos locais onde há produção considerável.

Assim, o produto rural seria industrializado próximo ao local onde é produzido, gerando empregos diretos na lavoura e na indústria e indiretos nos pequenos e médios centros urbanos das proximidades. E campanhas de educação, saúde e saneamento básico também devem ser desenvolvidas. Trata-se de uma visão global do problema. Ela interessa igualmente ao campo e às cidades.

Sem a necessidade de sair do campo para buscar emprego, a população rural voltaria a crescer, reduzindo as pressões sociais sobre as grandes capitais.

Este é um programa relativamente fácil de fazer, envolve investimentos relativamente pequenos e atua na base do problema do desemprego e da superpopulação. É fácil, óbvio e já está diagnosticado há muito tempo. Só que não acontece.

O mundo moderno e a globalização da economia cada vez mais vão reduzir a oferta de empregos formais.

Dias atrás o presidente da FIESP declarou que prevê para 1997 um crescimento de 4% na economia "Com redução do nível de empregos na indústria".

Nosso governo deveria pensar em algo inspirado na "marcha para o oeste" promovida pelos Estados Unidos no século passado. Os estados do Nordeste, Centro Oeste e Norte ainda comportam um contingente elevado de pequenos produtores e indústrias agrícolas.

O Banco Mundial está financiando a fundo perdido estudos neste sentido, e emprestando capital para a implantação de programas deste âmbito.

Uma postura mais decisiva, com contratação de consultores internacionais e, acima de tudo, vontade, pode ser uma alternativa de interesse e mesmo uma bandeira para o governo.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (Bloco-PT-RJ) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, para registrar a passagem do **Dia Nacional de Denúncia Contra o Racismo**, neste 13 de maio, quero chamar a atenção para o dano que representa o racismo. Dano esse causado não só pelo desrespeito contido em qualquer forma de discriminação, mas também pelo prejuízo que ele traz ao País, em termos de desenvolvimento científico, cultural, político e econômico.

O racismo no Brasil assume uma das facetas mais cruéis em todo o mundo, que é a natureza dissimulada, o que lhe dificulta o combate. É muito fácil nos revoltarmos contra a discriminação explícita que ocorre nos Estados Unidos; é fácil nos solidarizarmos com a luta para dar fim à apatidão racial na África do Sul; é fácil condenarmos o genocídio ocorrido na Bósnia. Mas, como combater um racismo que se esconde, que se nega, que se escamoteia? Eis o ponto em que o racismo se mostra mais pernicioso e, por isso mesmo, reclama mais atenção.

O ideal liberal levou aos movimentos abolicionistas. Esses, por sua vez, contribuíram com as lutas travadas pelos negros desde sua chegada nesta terra. Entretanto, esse ideal liberal, preso às formalidades da lei, jamais se ocupou com o exercício da liberdade de fato dos ex-escravos. Assim é que, não mais presos ao trabalho forçado nas fazendas, viram-se sem terras, sem emprego, sem salário.

Que liberdade era essa se mal tinham eles condições de sobreviver? Que igualdade poderia resultar dessa infâmia, se foram privados de educação ou de qualquer meio que lhes permitisse adquirir instrumentos para progredirem? Que cidadania era essa se por serem quase todos analfabetos, não podiam votar nem serem votados? Configurou-se aí a segunda grande barbaridade contra os negros, após a primeira, que foi roubar-lhes a liberdade.

O novo estatuto do negro na sociedade, ao produzir uma identidade de classe e raça, marcou-lhes com o selo da exclusão. Havia desde então, um gradiente que considerava tanto mais nobre a pessoa, quanto mais clara fosse sua pele. Tanto mais apta para ocupar os melhores postos de trabalho quanto mais próxima do ideal europeu. Tanto mais apta a freqüentar a escola quanto mais liso fosse o seu cabelo. As teorias científicas da época vieram em socorro desse preconceito hediondo: os negros seriam geneticamente inferiores. Para um país que queria ser civilizado e moderno, nada mais natural, portanto, do que procurar, com toda a força, eliminar os negros de sua população.

Teve lugar, então, no Brasil, a chamada política de embranquecimento, cujo principal pressuposto era que, pela miscigenação, o componente negro da sociedade seria paulatinamente eliminado, dando lugar a uma nação branca e europeizada.

É com esse propósito que é estimulada a imigração dos europeus. Para lavrar a terra nas frentes agrícolas do Sul e do Sudeste, na condição de assalariados, não serviam os ex-escravos e seus descendentes, que, até então, tinham carregado nas costas, literalmente, o desenvolvimento econômico deste País. Para trabalharem como operários na nascente indústria, eram considerados incapazes. A solução encontrada pela elite dirigente, portanto, foi trazer os europeus para conduzirem essas tarefas. Os descendentes de escravos, quando acorrem às cidades, já as encontram em franca expansão, tendo sobrado para eles apenas as tarefas informais e os postos menos valorizados, pois o trabalho formal, com mais garantia e melhor remuneração, já fora ocupado. Para morarem, restam-lhes as favelas e as palafitas. Enquanto isso, no campo, continuam desprovidos de terra e de condições para plantarem, não obstante os barões do café sejam sempre contemplados com subsídios.

Esse processo de exclusão do mercado de trabalho e da terra foi tão bem engendrado que hoje parece natural a todos que boa parte dos pobres do País sejam negros. Isso vem bem a calhar para reforçar o mito da democracia racial, segundo o qual somos uma sociedade harmônica, sem conflitos baseados na origem étnica das pessoas, como é o caso dos Estados Unidos. E que os problemas de preconceitos são somente de classe. É o famoso dito popular segundo o qual, "preto e branco pobre são todos iguais". O cruel é saber que tal "verdade" nem muda a condição do branco pobre nem a do negro, vítima que é dessa dupla exclusão.

A chamada democracia racial passou, então, a nortear as relações raciais no Brasil. Tanto é assim que a Organização das Nações Unidas (ONU), após o holocausto da Segunda Guerra Mundial, vem buscar no Brasil um bom exemplo de tolerância no convívio entre as raças. Empenhado em eliminar todas as formas de discriminação étnica, aquele organismo internacional financiou pesquisas no Brasil, para posteriormente, divulgar a experiência no exterior. Esperava concluir pela natureza cordial das relações entre brancos e negros. Felizmente, as pesquisas deram início à retirada do véu que até então ocultava a brutal realidade do preconceito e da discriminação.

Tomando como base o padrão de preconceito racial dos Estados Unidos, no Brasil não haveria racismo. Entretanto, pesquisando com maior profundidade, a partir dos anos cinquenta, foi possível identi-

ficar a natureza sutil do preconceito de cor. Daí para cá esses véus têm sido cada vez mais retirados, permitindo aos negros resgatarem, paulatinamente, sua dignidade, sua identidade e seu valor.

Não obstante o fracasso de não comprovar a tal democracia racial no Brasil, a ONU tem desempenhado um papel fundamental para a eliminação de todas as formas de discriminação. Em 1965 fez aprovar a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial. Com os debates travados naquele fórum, por exemplo, foi possível denunciar o racismo existente em vários países, contribuindo para a sua eliminação. Não sendo uma mera recomendação, a convenção prevê várias medidas concretas para o fim do preconceito, como foi o caso das sanções econômicas aplicadas durante vários anos à África do Sul.

As normas internacionais de proibição do racismo, naturalmente, recaem apenas sobre os Estados, não alcançando as pessoas e as instituições em particular dos países-membros. Daí a necessidade de se adotarem regras internas com esse conteúdo. Na maioria dos países, estão explícitas as cláusulas de proibição do racismo, com postulados inspirados na máxima liberal de que todos são iguais perante a lei. Se, do ponto de vista formal, todos são iguais perante a lei, infelizmente, não existe na prática uma aplicação que pudéssemos traduzir por "todos são iguais perante a economia", "todos são iguais perante a escola", "todos são iguais perante o emprego", "todos são iguais perante a justiça".

A partir dessa situação de desigualdade de fato, tem prosperado em vários países a idéia de discriminação positiva ou de ação afirmativa. Segundo esse conceito, os grupos que, por razões históricas, viram-se excluídos de bens culturais e sociais, passam, na atualidade, a ter alguns privilégios nos campos em que foram deixados de fora. O exemplo mais bem acabado dessa prática pode ser encontrado na destinação de cotas para negros nas universidades americanas, uma das conquistas do movimento por direitos civis naquele país. Essa prática, por sinal, se estende agora aos latinos residentes nos EUA.

No Brasil, por iniciativa nossa – dos constituintes de 1988 –, foram inseridos na Carta Magna vários princípios que não só rezam a proibição de discriminação racial, mas também a punem como um crime hediondo. No momento, há cerca de três de-

zenas de proposições em tramitação no Congresso visando a aperfeiçoar a legislação existente ou criando novos mecanismos de punição à discriminação quando cometidas por empresas ou por pessoas.

Também encontramos exemplos de projetos que prevêm a adoção de políticas inclusivas, ou seja, de trazer o negro para o usufruto de serviços até agora a eles negados, pelos sutis mecanismos de exclusão dos quais já falei. Posso citar, como exemplo, o Projeto de Lei do Senado nº 14, de 1995, que dispõe sobre a instituição de cota, em instituições de ensino superior, para os setores etno-raciais socialmente discriminados.

Pesquisa sobre a discriminação racial na aplicação da justiça no Estado de São Paulo, coordenada por Sérgio Adorno, identifica que os réus negros tendem a ser mais perseguidos pela vigilância policial; defrontam-se com maiores obstáculos de acesso à justiça criminal; encontram maiores dificuldades de usufruir o direito de ampla defesa; e recebem tratamento penal mais rigoroso, com mais probabilidade de serem punidos, em comparação aos réus brancos. A pesquisa conclui que a cor é poderoso instrumento de discriminação na distribuição da justiça.

Sobre as relações raciais, embora seja relativamente fácil para os brancos se inserirem nas áreas de domínio da cultura negra, como nos blocos afro e nas religiões afro-brasileiras, o oposto não ocorre, ou seja, a entrada do negro no mercado de trabalho, o casamento inter-racial e as relações com a polícia são sempre difíceis e os espaços praticamente impenetráveis.

Negros e mestiços estão sujeitos a várias discriminações no mercado de trabalho. Para começar, por terem menor escolarização, são relegados aos postos menos qualificados. A consequência imediata desse fato é o pagamento de menores salários, pois a remuneração depende da taxa de educação formal do indivíduo. Mesmo ocupando cargos formais nas empresas, conforme comprovam as evidências, os não-brancos têm maior dificuldade de ascensão funcional. As barreiras raciais no recrutamento levam a uma concentração desproporcional de negros nas ocupações manuais urbanas, como é o caso da construção civil, dos empregos domésticos e da prestação de serviços pessoais. O resultado econômico desses fatores indica a valorização desigual de brancos e não-brancos no mercado de trabalho: a renda média do trabalho de pretos e pardos é pouco

menos da metade da renda auferida pelos brancos, conforme diversas pesquisas.

No que respeita ao reconhecimento de que há discriminação no Brasil e de que são necessárias políticas para vencer essa situação, parece que, até agora, os negros só são reconhecidos como elementos da cultura. Tanto é assim que, no orçamento federal, os recursos destinados à causa negra aparecem normalmente no Ministério da Cultura, para a comemoração de eventos, tombamento de monumentos, etc. Por que não aparecem no Ministério da Educação, para incrementar o ingresso da população negra nas escolas desde o ensino fundamental até a universidade? Por que não aparecem no Ministério do Trabalho, para financiar programas de capacitação profissional ou estimular a geração de empregos para os não-brancos?

Ao governo cabe implementar políticas que levem o negro a ocupar as posições a que tem direito na sociedade. Deve começar garantindo a posse mansa e pacífica das terras historicamente ocupadas pelos negros, conforme mapeamento já feito. Já notaram que a maioria das crianças de rua são negras? Pois a escola deve se abrir a elas. No campo da educação formal, deve-se iniciar políticas que assegurem a frequência escolar dos filhos das famílias negras, com programas de inspiração semelhante à da bolsa-escola de Brasília, que alia estímulo à escolarização e incremento da renda familiar, para que o menino ou a menina não precisem ir para a rua em busca do sustento familiar. Esses são só dois exemplos do mínimo que o governo pode fazer.

A mídia, dada sua importância para a redefinição de padrões culturais, tem um importante papel na mudança de atitude frente a esse problema. Basta lembrar que a divulgação de movimentos como o **black power** ajudaram os negros a recuperarem o orgulho de sua etnia. E que movimentos musicais como o **reggae** e o **funck**., por exemplo, contribuem de maneira decisiva para a construção de uma identidade negra. Portanto, cabe aos meios de comunicação denunciar a situação de injustiça em que se encontra o negro.

Ao Congresso Nacional cabe a tarefa de fazer aprovar com urgência as quase três dezenas de proposições que aqui tramitam, para que deixem de ser um propósito e passem a ser um direito objetivo a ser usufruído pelos discriminados. Devemos dar prioridade também às propostas legislativas que não expressem diretamente o conteúdo racial, mas que

atingem diretamente a população negra, sem que o conteúdo racial esteja explicitado, como o salário-mínimo, a reforma agrária, o emprego doméstico.

Hoje no Brasil os negros e negras estão participando de um novo contexto: a denúncia de racismo estampada nos jornais quase todos os dias. Exemplos: a repercussão dada ao "caso Tiririca", onde o cantor e compositor da música "Veja os Cabelos dela", cuja letra atenta contra os valores humanos e em especial a mulher negra, caracterizando preconceito racial pela Lei nº 7.716/89 (lei que define os crimes resultantes de preconceitos de raça ou de cor), por decisão judicial, teve proibida a execução da música em rádios e televisões, decisão essa provocada a partir de representações junto ao Ministério Público impetradas pelos Movimentos Negros a nível nacional.

Outro exemplo, que alcançou repercussão nacional e causou mal-estar profundo, foi a infeliz declaração do presidente do Sebrae: "No Congresso, nós sabemos como entra a coisa. Como sai, ninguém sabe. Entra uma fotografia da Marilyn Monroe e sai uma de Madonna. Madonna... foi boa a comparação. É uma coisa mais Benedita da Silva ou coisa assim".

Os negros também estão na mídia, e a visibilidade é maior, através de publicações destinadas ao público negro; publicidade na mídia escrita e imprensa (jornais, revistas, televisão) visando atingir o consumidor negro; a criação, pela primeira vez no Brasil, de uma Comissão Interministerial para definir políticas públicas para a comunidade negra, apesar das condições sócio-econômicas da população negra não apresentar alterações significativas neste período, são exemplos de que o negro intensifica o seu lugar na sociedade brasileira, que sempre escamoteou o racismo.

Em 1995, ano dos 300 anos de Zumbi dos Palmares a Marcha sobre Brasília foi um marco decisivo. Em 1997 queremos ver os negros desse país acontecer, não só numa situação social, mas política, cultural. O que nós pretendemos é que não haja necessidade do negro ter um movimento para dizer: "Eu sou gente. Eu sou cidadão e quero os meus direitos". Queremos construir essa convivência fraterna, justa, igualitária de homens, mulheres, negros e índios. De gente brasileira. O espaço é agora. Estamos em outra fase. Eu ultimamente tenho visto as últimas manifestações racistas que tem acontecido no Brasil, e a cada dia que passa estamos constituindo aliados. A sociedade não está mais aceitando com tanta naturalidade o

racismo. Há toda uma postura nossa. Nós estamos aí, nos colocando. Passamos por maus pedaços mas estamos enfrentando corajosamente até as pessoas que querem que a gente se cale, que não diga nada, que não é bem assim, mas não estamos calados e estamos conseguindo aliados. Posso até dizer, com toda a tranquilidade, que hoje tenho mais parceiros, mais aliados nessa luta no Congresso Nacional do que há alguns anos atrás. O nosso grito, enquanto militantes, tem sido extremamente positivo. Temos nossas manhãs de choro, e também de alegrias. Estamos construindo e de uma coisa todos podem ter certeza: a nossa trajetória é sem ódio e revanchismo. E acho que é essa forma de se relacionar com a sociedade é que vai criando cada vez mais uma pareceria.

Era o que tinha a dizer. Muito obrigada.

"SER NEGRO"

(J. Cunha)

"Sou negro sim
da cor do fogo
do carvão que aquece o mundo.
Negro de cortar cana queimada
que gera açúcar
que adoça a vida...
— prazeres da terra —

Sou negro sim
da cor da pedra preta
que já fez asfalto
que já fez estrada
de transportar riqueza
pra juntar o mundo.

Sou da cor dos trilhos enferrujados
das estradas de dormentes
embebidos de óleo do corpo
que transporta carga
esperança de gozo.

Sou negro sim
da cor do farol
da noite de navegação
pra servir de orientação
demarcação de fronteira
sonho de família
enquanto a cidade dorme
embriagada de descanso.

Negro de engenho
de "mínimo" feito às pressas
deserto na luz da lua
de comer comida crua
de negra zelada e nua.
Sou negro como a necrose banzeira
misturando cantigas e choros
com o pulsar dos tambores
na dança da resistência
no zumbi, de cada um.

Sim, sou negro
como a argamassa pisoteada
e carcomida do cais
segurando pedras, segurando grades
pra receber os postais
e as más notícias
de quem perdeu a liberdade
do outro lado de lá.

Negro de loar escondido
os santos de loas
proibidos pelas entidades das catedrais
nutridas e encardidas
pelo sangue-de-fora
dos homens de cor.

Eu sou o negro
banto do samba padroeiro
de angolas e argolas
de banguelas e benguelas
ao som das marimbas-das-cabindas
dos bongôs-dos-congos
e dos atabaques-de-moçambique
pra agradecer as mulatas
pra proteger as favelas.

Sou eu, o negro da pele negra de alma
que vive sem terra
negro da fuligem
da fumaça
do progresso
negro na criança negra
presa ainda anos ferrolhos
da mina
ainda no canavial
no abandono das cidades
que de alma... na têm..."

SR. ROMEU TUMA (PSL – SP) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, uma vez mais a sociedade brasileira se vê perplexa ante denúncias de corrupção, desta feita no âmbito do futebol em nosso País. As recentes notícias levadas a público através do **Jornal Nacional**, da Rede Globo de Televisão, mais que escandalizar, entristeceram o brasileiro. É natural que o cidadão manifeste um veemente repúdio ao conhecer esses fatos. Novamente a ignomínia da corrupção emerge de onde se quer se esperava.

Não se pode negar que o torcedor brasileiro não é o mesmo depois dessas denúncias. Traído no que tradicionalmente tem sido sua maior fonte de lazer – o futebol –, já não alimentaria as emoções ou expectativas de sempre quanto a resultados, o que é lamentável!

A indignação de nosso povo, Sr^{as} e Srs. Senadores, exige de nós, seus representantes, o conhecimento de todas as nuances do assunto e das providências adotadas a respeito, já que envolve a chamada saúde da alma de nosso povo: a alegria. E quantas vezes essa emoção explodiu em estádios de futebol de nosso País.

Nessa conformidade, informo às nobres Sr^{as} e Srs. Senadores que apresentei requerimento à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, no sentido de que sejam convidados o Senhor Ministro dos Esportes Edson Arantes do Nascimento e o jornalista Juca Kfoury a comparecerem à Comissão para melhor esclarecer-nos sobre esses mesmos fatos, que, também, neste Congresso, repercutem como profundamente lamentáveis.

Leio o teor do requerimento para que conste dos Anais da Casa, Sr. Presidente.

Requeiro nos termos do art. 90, incisos II, III e V do Regimento Interno do Senado Federal, sejam convidados o Ministro do Esporte Edson Arantes do Nascimento e o Jornalista Juca Kfoury, para prestarem informações sobre notícias veiculadas pela imprensa, referentes à corrupção no futebol brasileiro.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Joel de Hollanda) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, designando para a sessão ordinária de amanhã, às 14 horas e 30 minutos, a seguinte:

ORDEM DO DIA

– 1 –

SUBSTITUTIVO À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 1, DE 1995

Votação, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 1, de 1995, de autoria do Senador Esperidião Amin e outros senhores Senadores, que dá nova redação ao art. 62 da Constituição Federal (adoção de medidas provisórias), tendo

Parecer sob nº 150, de 1997, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, oferecendo a redação para o segundo turno.

– 2 –

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 59, DE 1997 (Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 172, II, d, combinado com o art. 353 do Regimento Interno – Requerimento nº 333, de 1997)

Discussão em turno único, do Projeto de Resolução nº 59, de 1997, (apresentado como conclusão do Parecer nº 207, de 1997, da Comissão de Assuntos Econômicos), que autoriza o Governo do Estado do Rio Grande do Sul a emitir, através de ofertas públicas, Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Rio Grande do Sul (LFTRS), destinando-se os recursos ao giro de sua dívida mobiliária com vencimento no 1º semestre de 1997.

– 3 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 72, DE 1996

Discussões, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 72, de 1996 (nº 925/95, na Casa de origem), que altera o art. 82 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, que institui a lei de Execução Penal, tendo

Parecer favorável, sob nº 158, de 1997, da Comissão

– de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 4 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 1, DE 1997

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 1997 (nº 1.131/95, na Casa de

origem), que altera dispositivos da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio e dá outras providências, tendo

Parecer favorável, sob nº 159, de 1997, da Comissão

– de Assuntos Sociais.

– 5 –

**PROJETO DE RESOLUÇÃO
Nº 52, DE 1997**

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 52, de 1997 (apresentado como conclusão do Parecer nº 163, de 1997, da Comissão de Assuntos Econômicos), que autoriza o Governo do Estado do Piauí a contratar operação de crédito externo, com aval da União, junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, no valor de trinta milhões de dólares norte-americanos, cujos recursos serão destinados à execução do Projeto de Combate à Pobreza Rural no Estado do Piauí e eleva, para esse fim, temporariamente os limites de endividamento do Estado.

– 6 –

**PROJETO DE RESOLUÇÃO
Nº 53, DE 1997**

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 53, de 1997 (apresentado como conclusão do Parecer nº 164, de 1997, da Comissão de Assuntos Econômicos), que autoriza o Governo do Estado do Rio Grande do Norte a contratar e conceder contragarantia a operação de crédito externo, com o aval da União, junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, no valor equivalente a vinte e quatro milhões de dólares norte-americanos, cujos recursos serão destinados à implementação do Projeto de Combate à Pobreza Rural no Estado do Rio Grande do Norte.

– 7 –

**MENSAGEM Nº 65, DE 1997
Escolha de Chefe de Missão Diplomática**

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

sobre a Mensagem nº 65, de 1997 (nº 226/97, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado o nome da Senhora Thereza Maria Machado Quintella, Ministra de Primeira Classe, do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata, para, cumulativamente com a função de Embaixadora do Brasil junto à Federação da Rússia, exercer a de Embaixadora do Brasil junto à República da Geórgia.

– 8 –

**MENSAGEM Nº 90, DE 1997
Escolha de Chefe de Missão Diplomática**

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre a Mensagem nº 90, de 1997 (nº 427/97, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado o nome do Senhor Oto Agripino Maia, Ministro de Primeira Classe, do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata, para, cumulativamente com a função de Embaixador do Brasil junto à República da África do Sul, exercer a de Embaixador do Brasil junto à República de Botswana.

– 9 –

**MENSAGEM Nº 92, DE 1997
Escolha de Chefe de Missão Diplomática**

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre a Mensagem nº 92, de 1997 (nº 429/97, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado o nome do Senhor Carlos Moreira Garcia, Ministro de Primeira Classe, do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Espanha.

O SR. PRESIDENTE (Joel de Hollanda) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18h22min.)

(O.S. 97/12657)

AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

13/05/97
Terça-feira

11:00 - Sessão Solene do Congresso Nacional em homenagem ao sesquicentenário do nascimento de Antonio Frederico Castro Alves

15:30 - Sessão Plenária Deliberativa Ordinária

ATO DA COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL

ATO DA COMISSÃO DIRETORA
Nº 23, DE 1997

Dispõe sobre a realização de serviços fora do horário de expediente e dá outras providências.

A COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL,
no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares,

RESOLVE:

Art. 1º. - Para atender a situações excepcionais e temporárias, no âmbito do Senado Federal e de seus Órgãos Supervisionados, o Diretor-Geral poderá autorizar:

I - a prestação de serviços extraordinários nos dias úteis, mediante o prolongamento da jornada regular de trabalho, na forma estabelecida nos arts. 73, 74 e 75, parágrafo único, da Lei nº 8.112, de 1990,

II. - a convocação de jornada de trabalho extraordinária aos sábados, domingos e feriados, para a realização de serviços que não possam ser atendidos na jornada regular e seu prolongamento.

§ 1º - Salvo na hipótese de prolongamento da jornada regular para o atendimento às sessões plenárias fora do horário de expediente, a autorização para prestação dos serviços de que trata este artigo será previamente encaminhada ao Diretor-Geral com as seguintes informações:

- a) a indicação detalhada dos serviços a serem realizados;
- b) a relação dos servidores que irão prestar o serviço e o horário regular de trabalho de cada um;
- c) o calendário para a realização do serviço;
- d) a justificativa do órgão solicitante para que os serviços indicados não sejam realizados durante a jornada de trabalho regular.

§ 2º - Será sumariamente arquivada a solicitação que deixar de atender ao disposto no parágrafo anterior.

Art. 2º. - O início e o término dos serviços estabelecidos no artigo anterior serão registrados diariamente, no sistema de processamento de dados próprio, conforme as instruções fixadas pelo órgão de pessoal.

Parágrafo único - Estão excluídos do processamento diário de que trata este artigo os motoristas de gabinetes parlamentares e os servidores expressamente autorizados pelo Diretor-Geral.

Art. 3º. - Em qualquer hipótese, os Diretores das unidades administrativas e os Chefes de Gabinete Parlamentar são os responsáveis diretos pela convocação e fiscalização da prestação dos serviços de que trata este Ato.

Art. 4º. - O valor da remuneração dos serviços de que trata este Ato será calculada de acordo com os seguintes critérios:

a) para os serviços definido no inciso I do art. 1º, acréscimo de 50% (cinquenta por cento), em relação à hora normal de trabalho.

b) para a jornada extraordinária prevista no inciso II do art. 1º, acréscimo de 80% (oitenta por cento) em relação à hora normal de trabalho.

§ 1º - Em se tratando de serviço realizado entre as 22 (vinte e duas) horas de um dia e 5 (cinco) horas do dia seguinte, os valores fixados nas alíneas "a" e "b" sofrerão acréscimo de 25% (vinte e cinco por cento).

§ 2º - Em qualquer hipótese, o cálculo terá por base a remuneração mensal do servidor e não poderá ultrapassar, para cada convocado, a importância equivalente à FC-6, na forma disposta no Ato do Diretor-Geral nº 75, de 1995.

Art. 5º. - É vedada a prestação de serviço extraordinário no horário compreendido entre 08:30 e 18:30 horas.

Art. 6º - O Diretor-Geral editará as normas complementares a este Ato.

Art. 7º - Os pedidos de autorização para prestação de serviços extraordinários deferidos em data anterior à publicação deste Ato, serão submetidos à reavaliação para adequação aos requisitos por ele estabelecidos.

Art. 8º - Este Ato entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 9º - Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 13 de maio de 1997

Antonio Carlos Magalhães

Geraldo Melo

Ronaldo Cunha Lima

Flaviano Melo

Marluce Pinto

ATOS DO DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.324, DE 1997**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 3200/97-3,

RESOLVE designar o servidor LEANDRO DE BEM BIANCHETTI, matrícula 1495, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Indústria Gráfica Legislativa, para exercer a Função Comissionada de Técnico de Treinamento, Símbolo FC-06, do Instituto Legislativo Brasileiro, com efeitos financeiros a partir de 24 de fevereiro de 1997.

Senado Federal, 13 de maio de 1997.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.325, DE 1997**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 7108/97-4,

RESOLVE dispensar o servidor ANTONIO RAMOS DE OLIVEIRA, matrícula 2800, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Secretário de Consultoria, Símbolo FC-05, da Consultoria de Orçamentos, com efeitos financeiros a partir de 30 de abril de 1997, e lotá-lo no Gabinete da Liderança do Governo a partir da mesma data.

Senado Federal, 13 de maio de 1997.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.326, DE 1997**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 7108/97-4,

RESOLVE designar o servidor ANTONIO RAMOS DE OLIVEIRA, matrícula 2800, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Subchefe de Gabinete, Símbolo FC-06, do Gabinete da Liderança do Governo, com efeitos financeiros a partir de 30 de abril de 1997.

Senado Federal, 13 de maio de 1997.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.327, DE 1997**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 7402/97-0,

RESOLVE dispensar o servidor JOSÉ ALFREDO LIRA DA SILVA, matrícula 2567, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 7 - Especialidade de Transporte, da Função Comissionada de Motorista, Símbolo FC-02, do Gabinete do Senador Leomar Quintanilha, com efeitos financeiros a partir de 06 de maio de 1997, e lotá-lo no Serviço de Transporte da Subsecretaria de Serviços Gerais a partir da mesma data.

Senado Federal, 13 de maio de 1997.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.328, DE 1997**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 7405/97-9,

RESOLVE designar o servidor ARNALDO DE OLIVEIRA CORREIA, matrícula 3516, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 7 - Especialidade de Transporte, para exercer a Função Comissionada de Motorista, Símbolo FC-02, do Gabinete do Senador Leomar Quintanilha, com efeitos financeiros a partir de 06 de maio de 1997.

Senado Federal, 13 de maio de 1997.



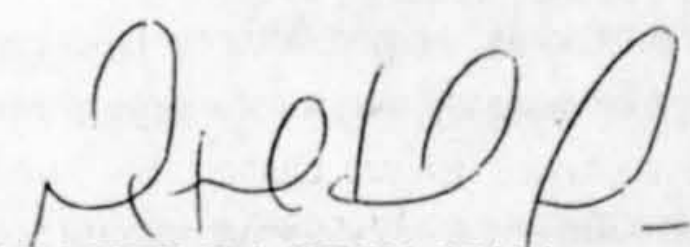
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.329, DE 1997**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 7480/97-0,

RESOLVE designar a servidora CLAUDIA GAMA FRANCO DE OLIVEIRA, matrícula 3890, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Auxiliar de Gabinete, Símbolo FC-03, do Gabinete do Senador Ronaldo Cunha Lima, com efeitos financeiros a partir de 06 de maio de 1997.

Senado Federal, 13 de maio de 1997.

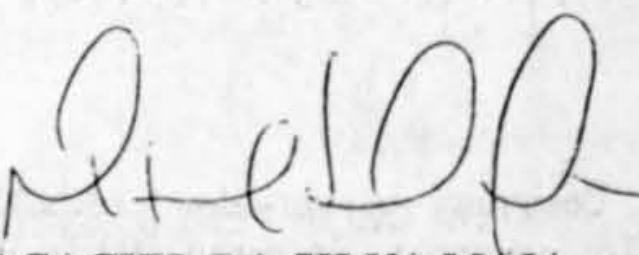

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.330, DE 1997**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 7119/97-6,

RESOLVE dispensar o servidor ERICO ZORBA GAGNOR GALVÃO, matrícula 4675, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 7 - Especialidade de Transporte, da Função Comissionada de Motorista, Símbolo FC-02, do Gabinete do Senador Roberto Freire, com efeitos financeiros a partir de 30 de abril de 1997, e lotá-lo no Serviço de Transporte da Subsecretaria de Serviços Gerais a partir da mesma data.

Senado Federal, 13 de maio de 1997.

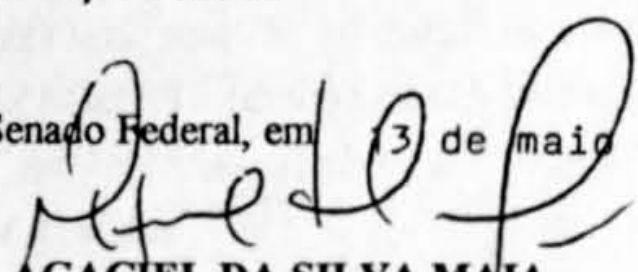

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.331, DE 1997**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta do Processo nº 007.106/97-1,

RESOLVE aposentar, voluntariamente, MARIA DE FATIMA PEREIRA CANCHARI, Técnico Legislativo, Área 2 - Especialidade Processo Legislativo, Nível II, Padrão 30, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, nos termos do

artigo 40, inciso III, alínea "c" da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com os artigos 186, inciso III, alínea "c" e 67 da Lei nº 8.112, de 1990; bem assim com o artigo 34, § 2º, da Resolução SF nº 42, de 1993; os artigos 1º, 3º e 12 da Resolução SF nº 74, de 1994, e Ato do Diretor-Geral nº 148/94, com a transformação determinada pela Medida Provisória nº 1.480-29/97, de 17.03.97, com proventos proporcionais, observado o disposto no artigo 37, inciso XI da Constituição Federal.

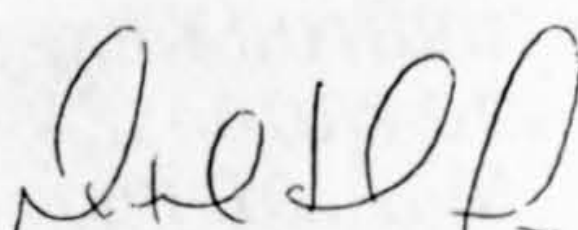
Senado Federal, em 13 de maio de 1997.

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.332, DE 1997**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 7046/97-9,

RESOLVE dispensar a servidora CREUSA PEREIRA DA SILVA, matrícula 1801, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Assistência a Plenários e Portaria, da Função Comissionada de Auxiliar de Gabinete, Símbolo FC-03, do Gabinete do Senador Jonas Pinheiro, com efeitos financeiros a partir de 29 de abril de 1997, e lotá-la na Subsecretaria de Comissões a partir da mesma data.

Senado Federal, 13 de maio de 1997.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.333, DE 1997**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os Atos nº 9 de 1996 e nº 15 de 1997 da Comissão Diretora,

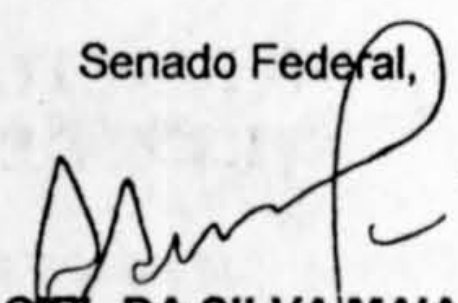
RESOLVE:

Art. 1º - No ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 1287 DE 1997, onde se lê "Contrato nº 0013-1997", leia-se "Carta-Contrato nº 0013-1997".

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 13 de maio de 1997.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral


**ATO DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE
SUPERVISÃO DO PRODASEN
Nº 002, DE 1997**

O Presidente do Conselho de Supervisão do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal - PRODASEN, nos termos do artigo 235 do Regulamento Administrativo do Senado Federal, com a redação dada pela Resolução do Senado Federal nº 009, de 1997, **RESOLVE**:

1. Designar, "ad-referendum" do Conselho de Supervisão, **GUILHERME FERREIRA DA COSTA**, matrícula 3944, Técnico Legislativo do quadro de pessoal do Senado Federal, lotado na Secretaria de Controle Interno, para integrar a Comissão Permanente de Licitação, constituída pelo Ato nº 001, de 1997, em substituição à servidora **MÁRCIA MARIA AMARAL**, Técnico de Informática Legislativa, do quadro de pessoal do PRODASEN;

2. Retificar, para Analista de Informática Legislativa, o cargo do servidor **HÉLIO CHAGAS FILHO**, que integra a Comissão Permanente de Licitação, de acordo com o referido Ato, por ter saído com incorreção.

Brasília, 30 de abril de 1997.


Senador RONALDO CUNHA LIMA
Presidente do Conselho de Supervisão
do PRODASEN

**ATO DA DIRETORA-EXECUTIVA
DO PRODASEN
Nº 42, DE 1997**

A Diretora-Executiva do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal - PRODASEN no uso das atribuições regulamentares, e de acordo com o disposto nos Atos do Primeiro-Secretário do Senado Federal nºs 09/92 e 03/95, **RESOLVE**:

Art. 1º - Designar os servidores **MANOEL EDUARDO DE CARVALHO NETO**, matrícula 167, e **MÁRIO SÉRGIO PEREIRA MARTINS**, matrícula 423, para Gestores Titular e Suplente, respectivamente, do contrato celebrado entre este Órgão e a empresa abaixo relacionada:

- a) **Contrato nº 015/1996** **Processo: PD 296/87-2**
Contratado: COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA - CEB.
Objeto: Regular, exclusivamente, segundo a estrutura da tarifa Horo-Sazonal Azul, o fornecimento à unidade consumidora, pela CEB, da energia elétrica necessária ao funcionamento de sua instalação localizada na Esplanada dos Ministérios, em conformidade com a Portaria nº 33, de 11.02.88, do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica - DNAEE.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação nos Quadros de Aviso do PRODASEN.


Brasília, 25 de abril de 1997
REGINA CÉLIA PERES BORGES
Diretora-Executiva

**ATO DA DIRETORA-EXECUTIVA
DO PRODASEN
Nº 43, DE 1997**

A Diretora-Executiva do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal - PRODASEN no uso das atribuições regulamentares, e de acordo com o disposto nos Atos do Primeiro-Secretário do Senado Federal nºs 09/92 e 03/95, **RESOLVE**:

Art. 1º - Designar os servidores **PEDRO ENÉAS GUIMARÃES COELHO MASCARENHAS**, matrícula 511, e **JOSÉ FERNANDES MATOS DA COSTA**, matrícula 039, para Gestores Titular e Suplente, respectivamente, do contrato celebrado entre este Órgão e a empresa abaixo relacionada:

- a) **Contrato nº 011/1997** **Processo: PD 332/81-0**
Contratado: CONSIST - Consultoria de Sistemas e Representação Ltda.
Objeto: Garantia de funcionamento, através de assistência e suporte técnico ao gerenciador de banco de dados para computadores, comercializado pelo nome ADABAS 5, incluindo todos os seus utilitários doravante denominado SISTEMA.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação nos Quadros de Aviso do PRODASEN.


Brasília, 25 de abril de 1997
REGINA CÉLIA PERES BORGES
Diretora-Executiva

**ATO DA DIRETORA-EXECUTIVA
DO PRODASEN
Nº 44, DE 1997**

A Diretora-Executiva do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal - PRODASEN, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 14, inciso XIV do Regulamento do PRODASEN, aprovado pelo Ato nº 19 de 1976, da Comissão Diretora do Senado Federal, com suas alterações posteriores, e tendo em vista o que consta do Processo PD-00186/97-0, **RESOLVE** designar o servidor **JOSÉ OSWALDO FERMOZELLI CÂMARA**, Analista de Informática Legislativa, para integrar, na qualidade de membro, a Comissão Técnica Especial constituída pelo Ato nº 34, de 1997, em substituição ao servidor **EDWARD CATTETE PINHEIRO FILHO**.


Brasília, 25 de abril de 1997.

REGINA CÉLIA PERES BORGES
Diretora-Executiva

**ATO DA DIRETORA-EXECUTIVA
DO PRODASEN
Nº 45, DE 1997**

A Diretora-Executiva do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal - PRODASEN, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 14, inciso XIV do Regulamento do PRODASEN, aprovado pelo Ato nº 19 de 1976, da Comissão Diretora do Senado Federal, com suas

alterações posteriores, e tendo em vista o que consta do Processo PD-00223/97-2, **RESOLVE** acrescentar às incumbências da Comissão Técnica Especial constituída pelo Ato nº 41, de 1997, a atividade de "executar a migração para Windows 95 nas estações cliente", e designar para integrarem a referida Comissão, além dos atuais, os seguintes servidores:


Analistas de Informática Legislativa:

- Afrânio Erasmo Fernandes Moreira
- Andréa Alvarez Magalhães de Lacerda
- Bernardo Brenicci
- Constantin Metaxa Kladis
- Deomar Rosado
- Eduardo Pereira da Silva
- Fábio Alexandre Ferreira
- Geraldo Braga Filho
- Gilson Amaral da Silva
- Ivar Alves Ferreira
- João Roberto da Cunha
- José Coelho Ávila
- José Emiliano Ribeiro Filho
- José Henrique Silva Sousa
- Leopoldo Peres Torelly
- Luis Ricardo Couto Borges
- Luiz Flávio Brant de Moraes e Silva
- Marcelo Silva Cunha
- Marcelo Souto Abrantes
- Márcio Lopes Rogério
- Marcos Valente Ramos
- Maria Cecília Scofano
- Otávio de Moraes Lisboa
- Otto Luiz Vilela do Nascimento
- Paulo Cesar de Araújo Rego
- Paulo de Moraes Nunes
- Sérgio Vianna Pereira
- Sonia Camargo Voigt Figueiredo
- Sussumu Ernesto Yamada
- Vera Lúcia Miranda Bittencourt
- Victor Annibal Soares de Azevedo.

Técnicos de Informática Legislativa:

- Eraldo Paiva Muniz
- Francisco José T. Cruz de C. P. Pessoa
- José Salo Reiman
- Paulo Tominaga
- Victor Guimarães Vieira.

Brasília, 30 de abril de 1997.


REGINA CÉLIA PERES BORGES
Diretora-Executiva

MESA**Presidente**

Antonio Carlos Magalhães – PFL – BA

1º Vice-Presidente

Geraldo Melo – PSDB – RN

2º Vice-Presidente

Júnia Marise – Bloco – MG

1º Secretário

Ronaldo Cunha Lima – PMDB – PB

2º Secretário

Carlos Patrocínio – PFL – TO

3º Secretário

Flaviano Melo – PMDB – AC

4º Secretário

Lucídio Portella – PPB – PI

Suplentes de Secretário

1ª – Emília Fernandes – PTB – RS

2ª – Lúdio Coelho – PSDB – MS

3ª – Joel de Hollanda – PFL – PE

4ª – Marluce Pinto – PMDB – RR

CORREGEDORIA PARLAMENTAR**Corregedor**

(Eleito em 2-4-97)

Romeu Tuma – PFL – SP

Corregedores – Substitutos

(Eleitos em 2-4-97)

1º Senador Ramez Tebet – PMDB – MS

2º Senador Joel de Hollanda – PFL – PE

3º Senador Lúcio Alcântara – PSDB – CE

PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Designação: 16 e 23-11-95)

Nabor Júnior – PMDB – AC

Waldeck Omelas – PFL – BA

Emília Fernandes – PTB – RS

José Ignácio Ferreira – PSDB – ES

Lauro Campos – Bloco – DF

LIDERANÇA DO GOVERNO**Líder**

Elcio Alvares – PFL – ES

Vice-Líderes

José Roberto Arruda – PSDB – DF

Vilson Kleinübing – PFL – SC

Ramez Tebet – PMDB – MS

LIDERANÇA DO PFL**Líder**

Hugo Napoleão

Vice-Líderes

Edison Lobão

Francelino Pereira

Gilberto Miranda

Romero Jucá

Romeu Tuma

LIDERANÇA DO PMDB**Líder**

Jáder Barbalho

Vice-Líderes

Nabor Júnior

Gerson Camata

Carlos Bezerra

Ney Suassuna

Gilvam Borges

Fernando Bezerra

LIDERANÇA DO PSDB**Líder**

Sérgio Machado

Vice-Líderes

Osmar Dias

Jefferson Peres

José Ignácio Ferreira

Coutinho Jorge

**LIDERANÇA DO
BLOCO DE OPOSIÇÃO****Líder**

José Eduardo Dutra

Vice-Líderes

Sebastião Rocha

Antônio Carlos Valadares

Roberto Freire

LIDERANÇA DO PPB**Líder**

Epitácio Cafeteira

Vice-Líderes

Leomar Quintanilha

Esperidião Amin

LIDERANÇA DO PTB**Líder**

Valmir Campelo

Vice-Líder

Regina Assumpção

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Eleito em 19-4-95)

Presidente: Casildo Maldaner – PMDB – SC
Vice-Presidente: José Alves – PFL – SE
(Eleitos em 28-2-96)

Titulares

1. Casildo Maldaner
2. Ramez Tebet
3. Nabor Júnior
4. Ney Suassuna

1. Elcio Alves
2. Francelino Pereira
3. Waldeck Ornelas
4. José Alves

1. Lúcio Alcântara
2. (Vago)

1. Eptácio Cafeteira
2. Osmar Dias (PSDB)

1. Emília Fernandes

1. Marina Silva

1. (Vago)

PMDB

PFL

PSDB

PPB (Ex-PPR + Ex-PP)

PTB

PP

PT

PDT

Membro Nato
Romeu Tuma (Corregedor)

Suplentes

1. Onofre Quinan
2. Gerson Camata
3. Flaviano Melo
4. Coutinho Jorge

1. José Agripino
2. Carlos Patrocínio
3. Vilson Kleinübing
4. José Bianco

1. Jefferson Peres
2. José Ignácio Ferreira

1. Lucídio Portella

1. Arlindo Porto

1. Antônio Carlos Valadares

1. Lauro Campos

1. Sebastião Rocha

**SECRETARIA -GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES**

Diretora: CLEIDE MARIA B. F. CRUZ

Ramais: 3490 - 3491 Fax: 1095

**SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE
INQUÉRITO**

Chefe: LUIZ CLÁUDIO DE BRITO

Ramais: 3511 - 3514 Fax: 3606

Secretários: ADRIANA TAVARES SOBRAL (Ramal: 4251)
FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal: 3508)
MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal: 3623)
MARTA HELENA PINTO F. PARENTE (Ramal: 3501)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

Chefe: JOSÉ ROBERTO ASSUMPCÃO CRUZ

Ramais: 3507 - 3520 Fax: 3512

Secretários: EDNALDO MAGALHÃES SIQUEIRA (Ramal: 3520)
IVANILDE PEREIRA DIAS (Ramal: 3503)
JOAQUIM BALDOÍNO DE B. NETO (Ramal: 4256)
MARIA DE FÁTIMA M. DE OLIVEIRA (Ramal: 4256)
SÉRGIO DA FONSECA BRAGA (Ramal: 3502)
WILL DE MOURA WANDERLEY (Ramal: 3509)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: FRANCISCO GUILHERME THEES RIBEIRO

Ramais: 4638 - 3492 Fax: 4573

Secretários: JÚLIO RICARDO BORGES LINHARES (Ramal: 4604)
CELSON ANTONY PARENTE (Ramal: 4607)
DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO (Ramal: 4605)
JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO (Ramal: 3935)
MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal: 3496)
RAIMUNDO FRANCO DINIZ (Ramal: 4608)
VERA LÚCIA LACERDA NUNES (Ramal: 4609)

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ SERRA

VICE-PRESIDENTE: SENADOR FERNANDO BEZERRA

(27 TITULARES E 27 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
PFL			
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12	1-ROMERO JUCÁ	RR-2111/12
VILSON KLEINÜBING	SC-2041/42	2-HUGO NAPOLEÃO	PI-3085/86
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05	3-JOSÉ BIANCO	RO2231/32
BELLO PARGA	MA-3069/70	4-ÉLCIO ALVARES	ES-3130/31
FREITAS NETO	PI-2131/32	5-EDISON LOBÃO	MA-2311/12
ODACIR SOARES	RO-3218/20	6-JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74
JONAS PINHEIRO	MT-2271/72	7-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98
WALDECK ORNELAS	BA-2211/12	8 JÚLIO CAMPOS	MT-4064/65
PMDB			
GILVAM BORGES	AP-2151/52	1-JADER BARBALHO	PA-3041/43
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67	2-MARLUCE PINTO	RR-1101/1201
NEY SUASSUNA	PB-1145/1245	3-MAURO MIRANDA	GO-2091/92
ONOFRE QUINAN	GO-3148/49	4-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02
CARLOS BEZERRA	MT-2291/92	5-PEDRO SIMON	RS-3230/31
RAMEZ TEBET	MS-2221/22	6-CASILDO MALDANER	SC-2141/42
VAGO		7-GERSON CAMATA	ES-3203/04
PSDB			
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12	1-TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/94
COUTINHO JORGE	PA-1026/1226	2-BENI VERAS	CE-3242/43
JEFFERSON PERES	AM-2061/62	3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
JOSÉ SERRA	SP-2351/52	4-LÚDIO COELHO	MS-2381/82
OSMAR DIAS	PR-2124/25	5-SÉRGIO MACHADO	CE- 2281/85
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
EDUARDO SUPPLY - PT	SP-3213/15	1-ANTONIO CARLOS, VALADARES - PSB	SE-2201/02
LAURO CAMPOS - PT	DF-2341/42	2-SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP-2244/46
ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/02	3- ROBERTO FREIRE - PPS	PE-2161/67
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE- 2391/92	4- ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-1121/4229
PPB			
ESPERIDIÃO AMIN	SC-4200/06	1-EPITACIO CAFETEIRA	MA-1402/11
LEVY DIAS	MS-1128/1228	2-LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/77
PTB			
JOSÉ EDUARDO VIEIRA	PR-4059/60	1-VALMIR CAMPELO	DF-1046/1146

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIO: DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3516/4605

SALA Nº 19 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3255
FAX: 311-4344

Atualizada : em 13-05-97

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

PRESIDENTE: SENADOR ADEMIR ANDRADE

VICE-PRESIDENTE: SENADOR LEOMAR QUINTANILHA

(29 TITULARES E 29 SUPLENTES)

TITULARES

SUPLENTES

PFL

ROMERO JUCÁ	RR-2111/17	1-GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47
JONAS PINHEIRO	MT-2271/77	2-JOSÉ BIANCO	RO-2231/37
JOSÉ ALVES	SE-4055/57	3-FREITAS NETO	PI-2131/37
BELLO PARGA	MA-3069/72	4-JÚLIO CAMPOS	MT-4064/65
WALDECK ORNELAS	BA-2211/17	5-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
EDISON LOBÃO	MA-2311/17	6-BERNARDO CABRAL	AM-2081/87
ODACIR SOARES	RO-1031/1129	7-ROMEU TUMA	SP-2051/57
VAGO		8-JOÃO ROCHA	TO-4070/71
VAGO		9-VAGO	

PMDB

CARLOS BEZERRA	MT- 2291/97	1-JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78
GILVAM BORGES	AP-2151/57	2- VAGO	
JOÃO FRANÇA	RR-3067/4078	3-ONOFRE QUINAN	GO-3148/49
CÁSILDO MALDANER	SC-2141/47	4-JOSÉ SARNEY	AP-3429/31
MAURO MIRANDA	GO-2091/97	5-RENAN CALHEIROS	AL-2261/70
NABOR JUNIOR	AC-1478/1378	6-VAGO	
MARLUCE PINTO	RR-1101/4062	7-VAGO	
VAGO		8-VAGO	

PSDB

LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	1-ARTUR DA TAVOLA	RJ-2431/37
OSMAR DIAS	PR-2124/25	2-BENI VERAS	CE-1149
LÚDIO COELHO	MS-2381/87	3-SERGIO MACHADO	CE-2281/87
CARLOS WILSON	PE-2451/57	4-COUTINHO JORGE	PA-1026/1226
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/16	5-JEFFERSON PERES	AM-2061/67

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

BENEDITA DA SILVA - PT	RJ-2171/77	1-JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE-2391/97
MARINA SILVA - PT	AC-2181/87	2-LAURO CAMPOS - PT	DF-2341/47
ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/07	3-ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-1121/4229
SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP-2244/46	4-ROBERTO FREIRE - PPS	PE-2161/67

PPB

ERNANDES AMORIM	RO-2051/57	1-EPITÁCIO CAFETERIA	MA-4073/74
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/76	2-ESPERIDIÃO AMIN	SC-4200/06

PTB

VALMIR CAMPELO	DF-1248/1348	1-EMILIA FERNANDES	RS-2331/37
----------------	--------------	--------------------	------------

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIO: RAYMUNDO FRANCO DINIZ
FONES DA SECRETARIA: 311- 4608/3515

SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3359
FAX: 311-3652

Atualizada em: 07/04/97

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

PRESIDENTE: SENADOR BERNARDO CABRAL

VICE-PRESIDENTE: SENADOR RAMEZ TEBET

(23 TITULARES E 23 SUPLENTE)

TITULARES**SUPLENTE****PFL**

HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/80	1-ÉLCIO ALVARES	ES-3130/32
EDISON LOBÃO	MA-2311/17	2-ROMERO JUCÁ	RR-2111/17
JOSÉ BIANCO	RO-2231/37	3-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	4-GUILHERME PALMEIRA	AL-3234/47
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/17	5-FREITAS NETO	PI-2131/37
JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74	6-BELLO PARGA	MA-3069/72
ROMEU TUMA	SP-2051/52	7-ODACIR SOARES	RO-3218/20

PMDB

IRIS REZENDE	GO-2031/37	1-JADER BARBALHO	PA-3051/53
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	2-NEY SUASSUNA	PB-4345/46
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/07	3-CARLOS BEZERRA	MT-2291/97
RAMEZ TEBET	MS-2221/27	4-CASILDO MALDANER	SC-2141/47
PEDRO SIMON	RS-3230/32	5-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/2467
RENAN CALHEIROS	AL-2261/2267	6-GILVAM BORGES	AP-2151/52

PSDB

JEFFERSON PERES	AM-2061/67	1-SERGIO MACHADO	CE-2284/87
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2121/24	2-JOSÉ SERRA	SP-2351/52
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	3-JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/17
BENI VERAS	CE-3242/43	4-ARTUR DA TAVOLA	RJ-2431/36

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

ANTONIO C. VALADARES- PSB	SE-2201/04	1-ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/07
ROBERTO FREIRE - PPS	PE-2161/67	2-SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP-2241/47
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE-2391/97	3-MARINA SILVA - PT	AC-2181/87

PPB

ESPERIDIÃO AMIN	SC-4206/07	1-LEVY DIAS	MS-1128/1228
EPITACIO CAFETEIRA	MA-4073/74	2-LEOMAR QUINTANILHA	TO-2073/74

PTB

REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/27	1-VALMIR CAMPELO	DF-1248/1348
------------------	------------	------------------	--------------

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIA: VERA LÚCIA LACERDA NUNES
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3972/4612

SALA Nº 03 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3541
FAX: 311- 4315

Atualizada em: 07/04/97

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
 PRESIDENTE: SENADOR ARTUR DA TÁVOLA
 VICE-PRESIDENTE: (VAGO)
 (27 TITULARES E 27 SUPLENTES)

TITULARES

SUPLENTES

PFL

JÚLIO CAMPOS	MT-4064/65	1-BERNARDO CABRAL	AM-2081/82
HUGO NAPOLEÃO	PI-3085/87	2-VILSON KLEINÜBING	SC-2041/42
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98	3-EDISON LOBÃO	MA-2311/46
ÉLCIO ALVARES	ES-3130/32	4-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12
JOÃO ROCHA	TO-4070/71	5-GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05
VAGO		6-JONAS PINHEIRO	MT-2271/72
VAGO		7-WALDECK ORNELAS	BA-2211/12
VAGO		8-VAGO	

PMDB

JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	1-RAMEZ TEBET	MS-2222/23
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67	2-ONOFRE QUINAN	GO-3148/49
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02	3-NEY SUASSUNA	PB-4345/46
GERSON CAMATA	ES-3203/04	4-NABOR JUNIOR	AC-1478/1378
JOSÉ SARNEY	AP-3429/31	5-RENAN CALHEIROS	AL-2261/2267
JOÃO FRANÇA	RR-3067/68	6-IRIS REZENDE	GO-2031/32
VAGO		7-VAGO	

PSDB

ARTUR DA TAVOLA	RJ-2431/32	1-JEFFERSON PERES	AM-2061/62
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393	2-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2121/22
SERGIO MACHADO	CE-2281/82	3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/94	4-CARLOS WILSON	PE-2451/52
BENI VERAS	CE-3242/43	5-JOSÉ SERRA	SP-2351/52

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

LAURO CAMPOS - PT	DF-2341/42	1-BENEDITA DA SILVA - PT	RJ-2171/72
MARINA SILVA - PT	AC-2181/82	2-ANTONIO C. VALADARES PSB	SE-2201/07
SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP-2244/46	3-VAGO	
ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-4229/30	4-VAGO	

PPB

LEVY DIAS	MS-1128/1228	1-ESPERIDIÃO AMIN	SC-1123/1223
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/72	2-ERNANDES AMORIM	RO-2251/57

PTB

EMILIA FERNANDES	RS-2331/32	1-REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/22
------------------	------------	--------------------	------------

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
 SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO BORGES
 LINHARES
 TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604

SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
 TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276

FAX: 311-3121

Atualizada em: 07/04/97

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC

PRESIDENTE: SENADOR JOÃO ROCHA

VICE-PRESIDENTE: CARLOS WILSON

(17 TITULARES E 09 SUPLENTE)

TITULARES

SUPLENTE

PFL

JOSAPHAT MARINHO
JOSÉ ALVES
JÚLIO CAMPOS
JOÃO ROCHA
GILBERTO MIRANDA

BA-3173/74
SE-4055/56
MT-4064/65
TO-4070/71
AM-3104/05

1-ODACIR SOARES
2-FRANCELINO PEREIRA
3-VAGO

RO-3218/19
MG-2411/17

PMDB

ONOFRE QUINAN
NEY SUASSUNA
HUMBERTO LUCENA
JADER BARBALHO
VAGO

GO-3148/50
PB-4345/46
PB-3139/40
PA-2441/42

1-GILVAM BORGES
2-JOÃO FRANÇA

AP-2151/57
RR-3067/4078

PSDB

BENI VERAS
CARLOS WILSON
JOSÉ SERRA

CE-3242/43
PE-2451/57
SP-2351/52

1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA
2-COUTINHO JORGE

ES-2121/24
PA-1026/1226

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

EDUARDO SUPPLY - PT
VAGO

SP-3213/15

1-BENEDITA DA SILVA - PT

RJ-2171/77

PPB

EPITACIO CAFETEIRA

MA-4073/74

1-ERNANDES AMORIM

RO-2051/57

PTB

VALMIR CAMPELO

DF-1248/1348

REUNIÕES: (HORÁRIO A SER FIXADO)
SECRETÁRIO: JOSE FRANCISCO B. CARVALHO
TELEFONES DA SECRETARIA: 3935 / 3519

SALA Nº 06 ALA SENADOR NILO COELHO
TEL. SALA DE REUNIÃO: 311-3254
FAX: 311-1060

Atualizada em: 17/04/97

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

PRESIDENTE: SENADOR IRIS REZENDE

VICE-PRESIDENTE: SENADOR FREITAS NETO

(23 TITULARES E 23 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTE	
PFL			
FREITAS NETO	PI-2131/2137	1- JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/3174
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/2367	2- JONAS PINHEIRO	MT-2271/2277
ROMERO JUCÁ	RR-2111/2117	3- GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/3247
VILSON KLEINÜBING	SC-2041/2047	4- WALDECK ORNELAS	BA-2211/2217
ÉLCIO ALVARES	ES-3130/3132	5- JOSÉ ALVES	SE-4055/4057
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/3199	6-ROMEU TUMA	SP-2051/57
VAGO *1		7-GILBERTO MIRANDA	AM-1166/3104
PMDB			
NABOR JÚNIOR	AC-1478/1378	1-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/2407
MAURO MIRANDA	GO-2091/2097	2-RAMEZ TEBET	MS-2221/27
RENAN CALHEIROS	AL-2261/2270	2-CARLOS BEZERRA	MT-2291/2297
GERSON CAMATA	ES-3203/ 3204	4-VAGO	
IRIS REZENDE	GO-2031/37	5-JOSÉ SARNEY	AP-2351/52
MARLUCE PINTO	RR-1101/4062	6- VAGO	
PSDB			
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/2027	1-CARLOS WILSON	PE-2451/2457
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/2017	2-COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/95	3-OSMAR DIAS	PR-2121/2127
JOSÉ SERRA	SP-2351/52	4-VAGO *1	MS-2381/2387
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
JOSÉ EDUARDO DUTRA PT	SE-2391/2397	1-ANTONIO C. VALADARES - PSB	SE-2201/07
VAGO *1		2-EDUARDO SUPPLY PT	SP-3212/15
VAGO *1		3-LAURO CAMPOS PT	DF-2341/47
PPB			
LEVY DIAS	MS-1128/1228	1-ESPERIDIÃO AMIN	SC-1123/1223
ERNANDES AMORIM	RO-2251/57	2- EPITACIO CAFETEIRA	MA-1411/4073
PTB			
REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/2327	1-EMILIA FERNANDES	RS-2331/37

OBS: *1 - FALTA INDICAÇÃO DA LIDERANÇA CONFORME NOVA PROPORCIONALIDADE DA ATUAL SESSÃO LEGISLATIVA.

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
SECRETÁRIO: CELSO PARENTE
TEL. DA SECRETARIA: 311-4354/4607

SALA Nº 13 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311- 3292 (FAX)
FAX: 311-3286

Atualizada em: 07/04/97

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ SARNEY
VICE-PRESIDENTE: SENADOR ROMEU TUMA
(19 TITULARES E 19 SUPLENTEs)

TITULARES

SUPLENTEs

PFL

GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/99
HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/79	2-BELLO PARGA	MA-3069/72
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67	3-JOÃO ROCHA	TO-4070/71
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	4-JOSÉ ALVES	SE-4055/57
ROMEU TUMA	SP-2051/57	5-VILSON KLEINÜBING	SC-2041/47
JOSÉ BIANCO	RO-2231/32	6-VAGO	

PMDB

JOSÉ SARNEY	AP-3429/31	1-MARLUCE PINTO	RR-1101/4062
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/41	2-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67
PEDRO SIMON	RS-3230/31	3-MAURO MIRANDA	GO-2091/92
CASILDO MALDANER	SC-2141/47	4-GERSON CAMATA	ES-3203/04
JADER BARBALHO	PA-3051/53	5-IRIS REZENDE	GO-2031/37

PSDB

ARTUR DA TAVOLA	RJ-2431/36	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/27
CARLOS WILSON	PE-2451/57	2-TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/95
LÚDIO COELHO	MS-2381/87	3-OSMAR DIAS	PR-2121/27

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

BENEDITA DA SILVA - PT	RJ-2171/77	1-EDUARDO SUPPLY - PT	SP-3215/16
ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-3188/89	2-ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/02
ROBERTO FREIRE - PPS	PE-2161/62	3-MARINA SILVA-PT	AC-2181/82

PPB

LEOMAR QUINTANILHA	TO-2171/72	1-LEVY DIAS	MS-1128/1228
--------------------	------------	-------------	--------------

PTB

EMILIA FERNANDES	RS-2331/34	1-REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/2321
------------------	------------	--------------------	--------------

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIO: MARCOS SANTOS PARENTE FILHO
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3259/3496

SALA Nº 07 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3367
FAX: 311-3546

Atualizada em: 03/04/97

**COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL
(SEÇÃO BRASILEIRA)
(Designação em 25-04-95)**

**Presidente: Deputado PAULO BORNHAUSEN
Vice-Presidente: Senador CASILDO MALDANER
Secretário-Geral: Senador LÚDIO COELHO
Secretário-Geral Adjunto: Deputado ROGÉRIO SILVA**

SENADORES			DEPUTADOS		
Titulares		Suplentes	Titulares		Suplentes
José Fogaça	PMDB	Marluce Pinto (1)	Bloco Parlamentar PFL/PTB		
Casildo Maldaner		Roberto Requião	Luciano Pizzatto		Antônio Ueno
Vilson Kleinübing	PFL	Joel de Hollanda	Paulo Bornhausen		José Carlos Vieira
Romero Jucá		Júlio Campos		PMDB	
Lúdio Coelho	PSDB	Geraldo Melo	Paulo Ritzel		Elias Abrahão
Esperidião Amin			Valdir Colatto		Rivaldo Macari
Emília Fernandes	PPB			PSDB	
Osmar Dias(2)			Franco Montoro		Yeda Crusius
	PTB		Fetter Júnior(3,4)		João Pizzolatti
			Dilceu Sperafico		Augustinho Freitas
	PP			PP	
			Miguel Rossetto		Luiz Mainardi
	PT	Benedita da Silva		PT	
		Eduardo Suplicy			
		Lauro Campos			

- 1 Pedro Simon substituído por Marluce Pinto, em 2-10-95
2 Filiado ao PSDB, em 22-6-95.
3 Rogério Silva substituído por Júlio Redecker, em 31-5-95.
4 Júlio Redecker substituído por Fetter Júnior, em 1-2-96

EDIÇÃO DE HOJE: 128 PÁGINAS